Diário Oficial

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

Publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, de acordo com a Lei Municipal n.º 3047, de 23/03/2017

ANO XX - DIÁRIO OFICIAL NÚMERO 4842 — **Ji-Paraná (RO), 28 de setembro 2026**

SUMÁRIO

ATA CMDCA.....PÁG.01
ATA CMDPI.....PÁG.56
AVISOS DE LICITAÇÃO.....PÁG.81
AVISO DE INEXIGIBILIDADE.....PÁG.82
NOTIFICAÇÃO.....PÁG.82
LICENÇA MUNICIPAL.....PÁG.83
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....PÁG.83
RESOLUÇÃO.....PÁG.84
EXTRATO DE PORTARIA.....PÁG.87
PORTARIAS.....PÁG.88

ATA CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 7 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 8h, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro suplente); Maria José da Silva (APAE); Gilson Lopes Gomes (SEMASF); Angelita Farias Barboza (JICRED); Daiane Santos de Araújo (CEDB) e Silvia Strelin (SEMUSA). Contou ainda com a participação de convidados Raul Camilo Garcia, Vanusa Fernandes de F. Pinheiro, Christiany R. Silva, Vanusa D. de Lana, Maria da Conceição, Alandes da Silva Soares, Katia Cilene P. Nascimento, Aldo Matos, Ivone Cassimiro, Wendersom Cândido Ferreira e Ronildo Silva Farias. Às 8h35 a Presidente deste Colegiado, Maria José da Silva iniciou os trabalhos informando que a alteração do espaço de reunião foi necessária visto que o ar condicionado da sala de reuniões da Casa dos Conselhos encontra-se estragado, informou ainda que haverá uma formação sobre Captação de recursos e MROSC, a Conselheira Angelita contribuiu sobre o convite da CGM, para uma reunião sobre prestação de contas. A Ivone contribuiu que está feliz e convidando todos para a Roda de Conversa a noite no dia 02 de abril às 19h. O Conselheiro Marcos informou sobre o Edital FUMCRIANÇA Governamental terá uma reunião na Fundação Ji-Cred, no dia 01 de abril às 14h. A Conselheira Angelita contribuiu sobre a importância da divulgação das ações das Instituições, houve um debate com contribuições do Sr. Roni e Sra. Cristiany sobre a divulgação e informações sobre o imposto de renda. A conselheira Ana Paula se retirou às 8h30 devido à compromisso devidamente justificado à mesa diretora do colegiado. A Pauta foi apresentada e não houve deliberação devido a ausência de quórum. A presidente Maria José informou que a reunião ordinária será remarcada. Os conselheiros e convidados permaneceram no auditório para conversa informal e a plenária foi declarada infrutífera tendo a seguinte pauta remanejada para nova reunião que será agendada: **1. Apresentação do Relatório Circunstanciado do Exercício de 2025; 2. Capacitação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA-CT) por Conselheiros Tutelares; 3. Organização das Comissões Permanentes do CMDCA; 4. Ofício N° 001 /colegiado CTJP /2026 - Novo horário de funcionamento do CT; 5. Relatório Circunstanciado do Projeto Dignidade e Resiliência; 6. Relatório de Ações do**

ID: 3051880 e CRC: 23824B07

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

CMDCA no Exercício de 2025; 7. Apreciação e manifestação sobre o Fluxo de atendimento integrado e protocolo de atenção integral à proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; . 8. Informes; Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h30 e esta Ata foi lavrada por mim, Marcilene Patricio Ribeiro de Assis, 2º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 2681, de 30 de outubro de 2025.

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	-
Gilson Lopes Soares (SEMASF -Membro Suplente)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	-
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	
Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	-
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	-
Gustavo Athayde Nascimento (Fundação Cultural – membro titular)	-
Ana Beatriz Cardoso Somenzari (Fundação Cultural – membro suplente)	-

ID: 3051880 e CRC: 23824B07

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	-
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	-
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	-
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	-
Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	
José Antônio de Lima Araújo (CEDB – membro suplente)	-
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	-
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	-
Matheus Cristian de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro suplente)	
Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	-
Angelita Farias Barbosa Nogueira (JICRED - membro titular)	
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	-

ID: 3051880 e CRC: 23824B07

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	-
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	-

ID: 3051880 e CRC: 23824B07

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 01/04/2026 - 8h - AUDITÓRIO DA SEMASF

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Marcilene Patrícia R. de Assis	GAAJSIPA	
2.	Raul Camilo Gonçalves	NUPS/TJRO	
3.	Christiany R. Silveira	SEMASF	
4.	Daiane Santos Cravo	CEDB	
5.	Silvia Stieglin	DAB - SEMUSA	
6.	Tamara S. de S. Pinheiro	semapi	
7.	Gonçalo V. de Faria	2º Conselho	
8.		1º CT	
9.	Maria da Conceição	2 Cons.	
10.	Flavio Affonso P. Nogueira	2º cons.	
11.	[illegible]	1º Cons	
12.	Francisco Marcos S. da Páscoa	IPER	
13.	Ronildo Silva Sousa	Abadc	
14.	Irene Carneiro	Redenção	
15.	Maria José da Silva	APAE	
16.	Angelita Barbosa	Samba Meu	
17.	Wendeson Cândido Ferreira	1º CT	Wendeson Cândido Ferreira
18.	Gilson Lopes Sousa	SEMASF	
19.	Ana Paula S. Albuquerque	semusa	
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

ID: 3051880 e CRC: 23824B07

Diário Oficial
ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

O DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ é um periódico autorizado pela Lei Municipal n.º 3047, de 23/03/2017, para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Coordenação: **Gabinete do Prefeito**
Realização: **Coordenadoria de Comunicação Social**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
CNPJ: 04.092.672/0001-25
End. Av. Dois de Abril, 1701(Palácio Urupá) - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná - RO
E-mail: decom@ji-parana.ro.gov.br
Página eletrônica: www.ji-parana.ro.gov.br

Todas as matérias para serem publicadas neste Diário Oficial devem ser entregues à Assessoria de Comunicação impreterivelmente até as 13 horas. "Conforme Portaria Nº 011/GAB/PM/JP/2018"

Affonso Antônio Cândido
Prefeito

Silas Rosalino de Queiroz
Procuradoria-Geral do Município

Robson Pereira Gama
Secretaria Municipal de Administração - interino

Renato Antonio Fuverki
Secretaria Municipal de Planejamento

Cristiano Ramos Pereira
Secretaria Municipal de Saúde

Cleisson Morokoski de Azevedo
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Antônio Marcos dos Santos
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação

Priscila Midiã Martins Nascimento
Controladoria Geral do Município

Ilson Morais Oliveira - interino
Secretaria Municipal de Fazenda

Marcus Vinicius Cândido
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Luiz Adolfo Petinati Domene
Secretaria Municipal de Industria e Comercio

Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretaria Municipal de Educação

João Luiz Barbosa
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Alessandro Barroso Duarte
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Marley Muniz
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

Fábio Gonçalves - Interinamente
Agência Reg. de Ser. Públicos Delegados do Mun. de Ji-Paraná

Oribe Alves Junior
Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte

Joaquim Teixeira dos Santos
Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos

Keila Barbosa da Silva
Fundação Cultural

Yuri Dias Ferreira de Mesquita
Secretário Municipal de Governo

Edísio Barroso
Instituto de Previdência dos Servidores de Ji-Paraná

Aquila Quenupe
Secretaria Municipal de Proteção e Bem Estar Animal do Município

Lourrant Cantão Pessoa
Superintendência de Compras e Licitações

Armando Reigota Ferreira Filho
Corregedoria Geral do Município

Natália Penha Pessoa
Coordenadoria de Comunicação Social - Interina

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	7	26/09/2026

ID: 3051880 Processo Documento
CRC: 23824B07
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 17:46:51 Finaliza´²o: 26/09/2026 17:47:00

MD5: B5B8D94DE0D3DC33894C590DAD637EEA
SHA256: 725EA26E4754F58907419B8F3B93B5E5EBFE650A335DDBE511699F0FCE6074E3

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	26/09/2026 17:46:51

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	26/09/2026 17:46:51

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051880 e o CRC 23824B07.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

detalhada, sendo necessária maior atividade. A matéria foi deliberada e aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes, sendo a resolução expedida pela Casa dos Conselhos e encaminhada para SEMASF para encaminhamentos posteriores. **3. Organização das Comissões Permanentes do CMDCA:** Foi lida a RESOLUÇÃO Nº 295/CASADOSCONSELHOS/CMDCA/2025 e arguido pela presidente do CMDCA sobre a necessidade de maior empenho entre os conselheiros na participação dos trabalhos das comissões permanentes e temporárias. Argumentou que o Cmdca é movido pelas comissões e solicitou a deliberação dos conselheiros quanto à participação dos membros, após várias sugestões, ficou deliberado que os membros suplentes também serão incluídos nas comissões para participação efetiva. A **Comissão de Política de Atendimento dos Direitos** permanece o conselheiro Francisco Marcos como presidente e Angelita Farias como como relatora, dr. Sirlene como membro juntamente com Osvaldo Cazuza e registra-se a saída do conselheiro José Antônio; Ficando deliberado ainda que compete a esta comissão a elaboração de editais de chamamento público. A **comissão de orçamentos e Fundos** não registrou atividade no exercício de 2025. Foi deliberado que os membros representantes da SEMFAZ tem mais propriedade para compor a comissão. Ficando composta pela presidência do conselheiro Osvaldo Cazuza, pela conselheira Cristiane da SEMAFAZ e como convidado, o PE João da Silva Mendonça Filho do CEDB como relator e a conselheira Maria José. **A comissão de Garantia de Apoio aos Conselheiros tutelares** permanece sob a presidência da conselheira Ana Paula e relatoria da conselheira Glória Maria, tendo como membros a conselheira Ivone e registra-se a substituição da conselheira Maria José pela Conselheira Alice Saturnino. **A comissão de Visita e Registro** será presidida pela conselheira Marcilene e terá como relator o conselheiro Matheus, os membros serão Daiane, Silvia, Angelita Aparecida, Ana Paula, Osvaldo Cazuza e Lígia Maria da SEMED como convidada. A **comissão de Comunicação e divulgação** não registrou atividade em 2025. Será presidida por Paula de Brito Martins e terá como relatora Maria Aparecida Gomes e conselheiros Maria José, Ana Paula e Angelita Aparecida. Na alteração de Decreto. o membro substituto integrará automaticamente a comissão. **4. Ofício Nº 001 /colegiado CTJP /2026 - Novo horário de funcionamento do CT:** Foi deliberado que o ofício será encaminhado à comissão permanente de Garantia dos direitos para análise e encaminhamentos **5. Relatório Circunstanciado do Projeto Dignidade e Resiliência:** Foi lido o relatório encaminhado, atendendo à solicitação do CMDCA, faltou detalhamento da equipe responsável pela execução e os conselheiros entendem que é necessário o relatório financeiro de execução do projeto referente aos valores creditados no fundo. Foi relembrado sobre a importância do diagnóstico municipal. **6. Relatório de Ações do CMDCA no Exercício de 2025:** Foi lido o relatório e sugerido que seja incluído o número de certificados expedidos e instituições e entidades inscritas

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 8 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Glória Maria Paula da Silva Mattara (FUND. JICRED - membro suplente); Daiane Santos de Araújo (CEDB); José Antônio de Lima (CEDB- membro suplente); Paula de Brito Martins (GAB. PREFEITO - membro suplente); Rui Vieira de Souza (SEMES - membro suplente); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente); e Alice Saturnino (SEMUSA). Contou ainda com a participação da convidada Christiany Ribeiro Silva. Às 8h09 a Presidente deste Colegiado, Maria José da Silva iniciou os trabalhos informando que a reunião ordinária de 1º de abril não deu quórum e que por este motivo, a reunião extraordinária precisou ser convocada para esta data. A pauta foi apresentada e solicitado pelos conselheiros a inclusão da leitura e aprovação das atas 4, 5, 6 e 7 para leitura e aprovação, sendo a pauta aprovada pelos conselheiros presentes: **1. Leitura e Aprovação das Atas 4, 5, 6 e 7:** Foram lidas as atas supracitadas e aprovadas pelos conselheiros presentes. **2. Apresentação do Relatório Circunstanciado do Exercício de 2025:** A convidada, senhora Christiany Ribeiro da SEMASF, apresentou o Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas no Exercício de 2025; foi deliberado que o CMDCA oficiará a SEMASF sobre o andamento da aplicação dos recursos do projeto Dignidade e Resiliência visto que o recurso encontra-se em conta ainda extrapolando os prazos estipulados pelo Programa Amigo de Valor/SANTANDER; foi arguido pelos conselheiros que será necessário oficiar à SEMASF expediente solicitando detalhamento do custeio de despesas com as diárias no valor de R$ 19.436,65 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos) bem como as despesas com coffe-break no valor de R$ 17.034,68 (dezessete mil, trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos) e após as devidas explicações pelos conselheiros presentes, foi deliberado que após as respostas dos expedientes, a comissão permanente de fundos e orçamentos deverá analisar para apresentar em plenária posterior de forma detalhada. Foi lembrado que as prestações de contas mensais são encaminhadas à comissão permanente de orçamentos e fundos que não tem se reunido e analisado de forma

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

no exercício, sendo aprovado por unanimidade. **7. Edital Governamental:** O conselheiro Marcos explicou que o trabalho foi realizado pela comissão e que a minuta encontra-se finalizada considerando os apontamentos elencados pelo parecer da PGM. Foi esclarecido que a minuta será despachada via processo eletrônico para nova análise da Dr. Sirlene no jurídico da SEMASF para posteriores encaminhamentos. Foi evidenciado que os membros precisam de dados financeiros para finalização. Foi lida a proposta de ofício a ser encaminhada respondendo às solicitações e deliberado pela aprovação da resposta e do encaminhamento da minuta incluindo os apontamentos sobre os valores e legislação sobre a prestação de contas . **8. Formação em Gravatá sobre o Projeto Dignidade e Resiliência:** Foi lido o convite encaminhado pelo programa Amigo de Valor e deliberado sobre atender às exigências contidas no documento sendo indicados as conselheiras Marcilene Patrício como representante não governamental e conselheira Ana Paula como representante governamental; **9. Informes:** Foram apresentadas as alterações dos membros governamentais do CMDCA e foi informado que a atualização do decreto já foi solicitada à SEMASF e que assim que publicada, será disponibilizada no grupo de aplicativo digital Whatsapp, criado para os conselheiros de direito, onde ocorrem as comunicações; foi deliberado sobre encaminhamento aos conselheiros do memorando nº 8/ADM-SEMASF/2026 - Prestação de contas de diárias; Foi informado aos conselheiros que a comissão de ética foi convocada para iniciar os trabalhos e os membros da comissão disciplinar e de ética solicitaram condições administrativas mínimas de trabalho e subsídio para realização das ações. Foi deliberado que o espaço físico inadequado não é de responsabilidade dos conselheiros e sim da administração. A presidente Maria José informou que durante a reunião da comissão disciplinar, a mesma estava participando de reunião no MP sobre Rede de conexão e futuro fluxo. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h23 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula S. Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 2681, de 30 de outubro de 2025.

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	–

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)	
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)	–
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	–
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	Alice Saturnino de Castro
Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	–
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	–
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	–
Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)	–
Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)	–
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	
Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	

ID: 3051881 e CRC: A506C680

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 16/04/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Marcilene P. R. de Assis	GAAJIPA	
2.	Osvaldo Cazuza da Silva	SEMES	
3.	Glória Mª. da Silva Mattara	Fund. JICRED	
4.	Matheus Cristian de Souza	Casa de Nazaré	
5.	Alice Saturnino de Castro	SEMUSA	Alice S. Castro
6.	Christiany R. Silva	SEMASF	
7.	Francisco Marcos G. da Páscoa	IPER	
8.	Daiane Santos Araújo	CEDB	
9.	José Antonio de Lima	CEDB	
10.	Maria José da Silva	APAE	
11.	Paula de Brito Martins	Gab. do Prefeito	
12.	Ana Paula S. Albuquerque		
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			

ID: 3051881 e CRC: A506C680

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

José Antônio de Lima (CEDB – membro suplente)	José Antonio
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	–
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	–
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	–
Matheus Cristian de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro suplente)	Matheus Cristian de Souza
Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	–
Angelita Farias Barbosa Nogueira (JICRED - membro titular)	–
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	–
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	–

ID: 3051881 e CRC: A506C680

SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

FUMCRIANÇA

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2025

FUMCRIANÇA

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA de Ji-Paraná/RO



EXERCÍCIO 2025

Av. Marechal Rondon nº 1380 – Centro – CEP: 76.900-101 – Ji-Paraná – Rondônia
CNPJ: 04.092.672/0001-25 – Fone/Fax: (69) 3416-4188 – e-mail: semasadmjp@hotmail.com

ID: 3054983 e CRC: A586C680

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AFFONSO ANTÔNIO CANDIDO
Prefeito Municipal de Ji Paraná

MARLEY MUNIZ
Vice - Prefeita

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CÂNDIDO
Secretária Municipal de Assistência Social e Família

MARIA JOSÉ DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

FERNANDO FRANCISCO NETO
Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 4
2. EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS 4
2.1 Sínteses da Composição Orçamentária 5
2.2 Comparativo do Orçamento Fixado X Executado 6
2.3 Comparativo da Receita Estimada X Receita Arrecadada 8
2.4 Resultados da Execução Orçamentária 9
2.5 Pagamentos efetuados no Exercício 11
2.6 Resultados Financeiros 12
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 18

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Ji-Paraná, regulamentado em junho de 2013 pela Lei Municipal nº 2.472, com sede na Avenida Marechal Rondon, n° 1380 – Bairro Centro, inscrita sob o CNPJ – 17.746.425/0001-47, trata-se de fundos de natureza especial, conforme reza o art.71 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, vinculados à realização de determinados objetivos ou serviços, facultados a adoção de normas peculiares de aplicação e, por natureza os recursos que os constituem se transformam em recursos públicos, devendo ser geridos e administrados conforme os princípios constitucionais que regem os orçamentos públicos. Foi criado por Lei para beneficiar a criança e o adolescente ao direito a vida, a saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. É constituído por doações de pessoas físicas, jurídicas e o do próprio poder público. A lei permite deduzir do imposto de renda devido nos termos do art. 260 da Lei nº 8. 069 de 13 dejulho de 1990, alterada pela Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Conforme rege o Art.14 da referida lei de Criação, a gestão do Fundo é exercida pela Secretária Municipal de Assistência Social, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – CMDCA.

2. EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

A gestão orçamentária para o exercício de 2025 fundamenta-se em um planejamento estratégico rigoroso, o qual estabelece os parâmetros e diretrizes essenciais para orientar os gestores na aplicação eficiente, ética e transparente dos recursos públicos. Este planejamento é o alicerce para a implementação de políticas públicas eficazes, desenhadas especificamente para dar vazão às demandas prioritárias da população e garantir o cumprimento dos direitos fundamentais. As bases que sustentam essa gestão foram cuidadosamente definidas com amparo nos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais vigentes, assegurando a legalidade de todos os atos administrativos. Ao longo da execução orçamentária, priorizou-se o monitoramento constante das receitas efetivamente arrecadadas e o controle rigoroso das despesas legalmente empenhadas, garantindo que cada movimentação fosse

devidamente registrada nas contas de controle orçamentário para fins de fiscalização e transparência.

É fundamental compreender que este processo se desdobra em duas dimensões complementares: a execução orçamentária e a execução financeira. Enquanto a primeira se refere à utilização dos créditos autorizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) ou seja, a autorização legal para gastar , a segunda diz respeito ao fluxo real de recursos financeiros necessários para materializar os projetos e atividades destinados às unidades orçamentárias. Tais processos são intrinsecamente interdependentes, formando uma engrenagem onde a ausência de recursos financeiros inviabiliza a concretização das despesas, ainda que haja previsão orçamentária. Da mesma forma, a disponibilidade financeira só encontra legitimidade quando amparada por um crédito orçamentário correspondente. Portanto, a harmonia entre o que foi planejado e o que foi financeiramente executado é o que garante a sustentabilidade das ações públicas e a entrega efetiva de serviços à sociedade.

2.1 Sínteses da Composição Orçamentária

A Lei Orçamentária Municipal nº 3732, de 13 de dezembro de 2024, estabeleceu o orçamento-programa para o Exercício Financeiro de 2025. O planejamento para este período prevê uma Receita estimada de R$ 135.000,00 destinada especificamente às Políticas Públicas Socioassistenciais à Criança e ao Adolescente, além da manutenção do aporte de R$ 5.000,00 para o serviço de Família Acolhedora.

É importante observar que, para este exercício, as dotações anteriormente alocadas de forma direta para a Assistência à Criança e ao Adolescente e para a Manutenção das Atividades do Fundo e Conselho Tutelar foram consolidadas ou readequadas dentro das novas prioridades programáticas. Com isso, o montante total orçado para o exercício de 2025 alcança o valor de R$ 140.000,00, com a Despesa fixada em igual importância, em estrita observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

Quadro 1 - Resumo dos programas Previstos no PPA e na LOA

		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO INICIAL
PROGRAMA	**ESPECIFICAÇÃO**	**2023**	**2024**	**2025**
Pró- mais+	Assistência à Criança e ao Adolescente	270.775,01	270.000,00	0,00
	Família Acolhedora	-----	5.000,00	5.000,00
	Políticas Públicas Socioassistenciais à Criança e Adolescente	----	-----	135.000,00
	Manutenção das Atividades do Fundo e Conselho Tutelar	960.223,15	1.184.873,20	0,00
TOTAL		**1.230.998,16**	**1.459.873,20**	**140.000,00**

Fonte: Loa

2.2 Comparativo do Orçamento Fixado X Executado

A consolidação do orçamento atualizado em 31 de dezembro de cada exercício, confrontada com os valores efetivamente executados, constitui uma prática de governança indispensável para a transparência e a eficiência da gestão financeira. Esse encerramento anual não apenas reflete o cumprimento das metas fiscais, mas representa a materialização do planejamento orçamentário ao longo do ano fiscal, assegurando que cada recurso tenha sido direcionado de forma estratégica e alinhada às prioridades estabelecidas. A execução orçamentária, portanto, transcende o mero registro contábil; ela é a prova da capacidade administrativa de transformar previsões em ações concretas, garantindo que o fluxo entre o planejado e o realizado ocorra sob estrita observância aos princípios da administração pública. Ao analisar esses números ao final do ciclo, torna-se possível avaliar o desempenho das políticas públicas e realizar os ajustes necessários para o fortalecimento do controle social e institucional sobre o patrimônio público.

ID: 2094883 e CRC: A6867682

Quadro 2 - Orçamento Atualizado x Executado

Programa	Projeto/Atividade	Ano	Dotação Atualizada	Valor Executado	%
3	**Assistência a Criança e ao Adolescente**	2023	266.275,01	0,00	0,12
		2024	2.135.935,40	1.568.772,64	73,44
		2025	0,00	0,00	0,0
3	Manutenção das Atividades do Fundo e Conselho Tutelar	2023	960.337,83	915.431,78	91,26
		2024	1.184.873,20	853.451,90	95,32
		2025	69.930,25	23.440,40	33,51
	Dignidade e Resiliência	2023	----	----	----
		2024	----	----	----
		2025	426.700,00	----	0,0
	Políticas Públicas Socioassistenciais à Criança e Adolescente	2023	----	----	----
		2024	----	----	----
		2025	262.197,24	90.523,59	34,52
3	Projeto Família Acolhedora	2023	291.471,75	243.976,08	83,7
		2024	269.233,37	201.752,98	74,93
		2025	199.847,08	161.250,93	80,68
Total – Atualizado		**2023**	**1.518.084,59**	**1.159.407,86**	**79,37**
		2024	**3.590.041,97**	**2.623.977,52**	**54,65**
		2025	**958.674,57**	**275.214,92**	**28,70**

Fonte : LOA

As alterações orçamentárias processadas ao longo do exercício foram viabilizadas, primordialmente, pela utilização do superávit financeiro compreendido como o saldo remanescente em conta proveniente de exercícios anteriores e pelo aporte de reforço orçamentário efetuado com recursos próprios do município. A mobilização desse superávit financeiro evidencia uma gestão estratégica e eficiente dos ativos públicos, uma vez que permite a otimização de valores não utilizados em períodos precedentes para o pronto atendimento das demandas e necessidades do exercício corrente. Essa prática assegura a continuidade e o fortalecimento das políticas públicas, demonstrando o compromisso da administração em converter saldos acumulados em benefícios diretos e ações concretas para a sociedade, sempre sob a égide do equilíbrio fiscal e da responsabilidade administrativa.

ID: 2094883 e CRC: A6867682

Quadro 3 - Detalhamento da origem dos Acréscimos no Orçamento

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR
Dotação Inicial	140.000,00
(+)Crédito Suplementares	322.044,32
(+)Créditos Especiais	496.630,25
(+)Crédito Extraordinários	-
(+)Reformulações Administrativas	-
(+)Anulações de Créditos - Outra UG	193.927,49
(-)Anulações de Créditos	193.927,49
(-)Anulações das Reformulações	-
(=)Dotação atualizada	958.674,57
(-)Despesa Empenhada	275.214,92
(=)Recursos não utilizados	683.459,65

Fonte: Relatórios do Sistema Integrado Pública – SCPI/ Contábil/SEMFAZ/CGC

2.3 Comparativo da Receita Estimada X Receita Arrecadada

A composição das receitas do Fundo Municipal evidenciou uma estrutura diversificada ao longo do exercício, integrando repasses provenientes da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, doações de contribuintes via dedução no Imposto de Renda, rendimentos de aplicações financeiras e demais fontes acessórias. Essa multiplicidade de origens é fundamental para a sustentabilidade financeira do Fundo, garantindo a solidez necessária para o cumprimento integral de suas finalidades sociais. Para uma análise minuciosa dessa dinâmica, o Quadro 4 apresenta o detalhamento da gestão dos recursos, estabelecendo um comparativo direto entre as receitas inicialmente estimadas e os repasses previstos no planejamento orçamentário frente aos valores efetivamente arrecadados. Essa análise comparativa é um instrumento vital de governança, pois permite identificar eventuais desvios, mensurar a eficácia das estratégias de captação e avaliar a eficiência da execução financeira. Ao promover esse nível de transparência, a gestão não apenas presta contas à sociedade, mas também gera subsídios críticos para ajustes futuros, visando uma administração pública cada vez mais eficaz e orientada a resultados.

ID: 2094883 e CRC: A6867682

Quadro 4 - Receita Estimada x Arrecadada

COD.	Programa	Ano	Valor Previsto	Valor Arrecadado	% Arrecadação
0001	Doações de pessoas Físicas ou Jurídicas + Rend. Aplicações +	**2023**	270.775,01	2.435.862,79	899,59
		2024	276.482,81	2.003.130,76	724,50
		2025	140.000,00	2.897.179,04	2069,41
0001	Repasses de Recursos Próprios	2023	960.223,15	913.720,33	95,15
		2024	1.183.390,39	852.459,97	72,03
		2025	0,00	105.220,15	105220,15
Total Geral Previsto (receitae Repasses financeiros)		**2023**	**1.230.998,16**	**3.349.583,12**	**272,10**
		2024	**1.459.873,20**	**2.855.590,73**	**195,60**
		2025	**140.000,00**	**3.002.399,19**	2144,57

Fonte: LOA

Os aportes financeiros do Município ao Fundo são dimensionados conforme as demandas de manutenção e execução dos programas vinculados. Por inexistirem limites legais mínimos ou máximos para esses repasses, a gestão não se vincula a valores fixos ou compulsórios. Essa natureza discricionária confere flexibilidade estratégica à administração, permitindo que a alocação de recursos seja ajustada às necessidades específicas de cada período, o que assegura maior eficiência e otimização na aplicação dos recursos públicos.

2.4 Resultados da Execução Orçamentária

O Resultado Orçamentário constitui o indicador que mensura a diferença entre as receitas efetivamente arrecadadas e as despesas empenhadas em um exercício financeiro, sendo essencial para demonstrar o equilíbrio das contas públicas. Este indicador revela a capacidade de cobertura dos gastos realizados, podendo apresentar um superávit, quando a arrecadação excede os empenhos, ou um déficit, na situação inversa. Entre 2023 e 2025, a análise dessa execução permitiu avaliar o desempenho financeiro do município e sua eficiência na gestão do gasto público, cujos dados estão detalhados no Quadro 5. Este comparativo é fundamental para identificar tendências, corrigir desvios e fundamentar um planejamento mais assertivo para os ciclos subsequentes, garantindo a sustentabilidade das políticas voltadas à criança e ao adolescente.

Quadro 5 - Receitas Arrecadadas - Origem do Recurso

Receita	2023	2024	2025
Transferências das Instituições Privadas	550.110,00	436.700,00	331.515,97
Transferências das Pessoas Físicas	166.512,51	96.765,70	127.853,90
Rendimentos das Aplicações dos Recursos	1.716.860,82	1.464.441.07	2.116.200,53
Multas Administrativas	2.379,46	5.223,99	281.161,63
Restituições e ressarcimentos	00,00	00,00	40447,01
Transf. Intragovernamentais (Repasse Município)	913.720,33	852.459,97	105.220,15
Total Geral	**3.349.583,12**	**2.855.590,73**	**3.002.399,19**

ID: 2094883 e CRC: A6867682

Fonte: FMDCA

No contexto da gestão de parcerias, as restituições e ressarcimentos são mecanismos de controle que garantem a devolução de recursos não utilizados ou aplicados em desacordo com o Plano de Trabalho, assegurando sua reintegração ao orçamento para novas demandas. Contudo, é relevante destacar que, em 2025, não houve registro de devoluções ao Fundo Municipal. Esse cenário evidencia a maturidade técnica das entidades beneficiárias, que executaram os recursos em conformidade com os cronogramas e objetivos aprovados pelo Conselho Municipal. A ausência de estornos reflete a eficiência entre o planejamento do Fundo e a execução das entidades, garantindo que o investimento social fosse integralmente aplicado no atendimento direto às crianças e adolescentes.

Quadro 6 - Despesa Executada – FMDCA

Despesa	2023	2024	2025
Despesas Correntes	**1.031.607,86**	**2.623.977,52**	**275.214,92**
Pessoal e Encargos Sociais	623.531,81	637.267,44	0,00
Subvenções sociais	0,00	1.567.672,64	0,00
Demais despesas	408.076,05	419.037,44	275.214,92
Despesas de Capital	127.800,00	00,00	0,00
Bens Móveis	127.800,00	00,00	0,00
Total Geral	**1.159.407,86**	**2.623.977,52**	**275.214,92**

Fonte: Balanços Contábeis

Quadro 7- Subvenções Sociais - FMDCA

Processo	Entidades	Descrição da Instituição	Repasse total / prazo
---	----	-----	00,00

Fonte: Balanços Contábeis

A manutenção da rede de proteção criança e adolescente em Ji-Paraná é sustentada pelas despesas com pessoal destinadas aos servidores do 1º e 2º Conselho Tutelar, cujos custos são integralmente financiados por recursos próprios do Tesouro Municipal e aportados ao Fundo para assegurar a continuidade desses serviços essenciais. Somam-se a esse investimento as despesas de custeio indispensáveis ao suporte administrativo e operacional, abrangendo serviços de utilidade pública como água, energia, telefonia e internet além de logística de transporte, locação de imóveis,

combustíveis e manutenção de frotas. Para garantir o pleno funcionamento das atividades finalísticas e o atendimento digno ao público, o Fundo também suporta o fornecimento de materiais de expediente, insumos de limpeza, gêneros alimentícios, passagens e diárias civis. Essa infraestrutura está distribuída em duas unidades estrategicamente posicionadas no 1º e no 2º Distrito, assegurando capilaridade e eficiência na cobertura das demandas em todo o território. Por fim, no que concerne às Subvenções Sociais, registra-se que não houve novos repasses durante o exercício em análise, uma vez que as entidades beneficiárias encontravam-se em fase de prestação de contas relativa ao período anterior, rito indispensável para a regularidade e liberação de novos aportes financeiros.

Quadro 8- Comparativa da Receita Arrecadada x Despesa Realizada

Descrição	2023	2024	2025
Recursos Recebidos (Quadro 5)	3.349.583,12	2.855.590,73	3.002.399,19
Despesa Realizada (Quadro 6)	1.159.407,86	2.623.977,52	275.214,92
Déficit/Superávit	**2.190.175,26**	**231.613,21**	**2.727.184,27**

Fonte: Balanço Orçamentário

A análise da execução financeira de 2025 demonstrou que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) alcançou um superávit orçamentário de R$ 2.727.184,27 , resultado que reflete o pleno equilíbrio entre a arrecadação efetiva e as despesas realizadas. Este saldo positivo não apenas atesta a eficiência da gestão orçamentária, como também confere maior segurança e flexibilidade estratégica para o planejamento de ações futuras, assegurando que os recursos destinados à proteção criança e do adolescente sejam aplicados de forma otimizada e com máximo impacto social.

2.5 Pagamentos efetuados no Exercício

No conjunto das despesas comprometidas ao longo do exercício, uma parte foi efetivamente quitada, enquanto outra permaneceu registrada como Restos a Pagar. De acordo com o artigo 36 da Lei nº 4.320/64, Restos a Pagar correspondem às despesas devidamente empenhadas, mas que não foram liquidadas ou pagas até o encerramento do exercício financeiro, em 31 de dezembro.

Fundamental para a integridade das contas, esse mecanismo assegura o reconhecimento de despesas empenhadas dentro do exercício, ainda que o desembolso financeiro seja posterior. Esse procedimento evidencia a responsabilidade na gestão e a continuidade administrativa, permitindo um registro transparente e compatível com as metas e diretrizes do planejamento orçamentário..

.

Quadro 9 - Pagamentos Efetuados

Descrição	2023	2024	2025
Total de Pagamento no Exercício	**1.154.893,57**	**2.592.841,75**	**289.279,01**
Pagamentos de restos a Pagar Exercício Anterior	20.032,53	24.546,82	48.021,45
Pagamentos de despesas do Exercício	1.134.861,04	2.568.294,93	241.257,56
Anulação de valores de restos a Pagar Ex. Anterior	**0,00**	**0,00**	**6.756,48**
Inscrito em Restos a pagar p/ Próximo Exercício	24.546,82	**55.682,59**	33.957,36

Fonte: Balanço Orçamentário

No que tange à execução financeira do período, os desembolsos realizados totalizaram o montante de R$ 289.279,01. Desta cifra global, o valor de R$ 48.021,45 foi destinado à quitação de compromissos remanescentes de exercícios anteriores, enquanto a parcela de R$ 241.257,56 refere-se especificamente ao custeio das despesas contraídas no exercício atual.

Ao proceder à análise detalhada do Quadro nº 8, observa-se que as despesas empenhadas no exercício atingiram o patamar de R$ 275.214,92. Deste total apurado, os pagamentos efetivamente processados somam R$ 241.257,56, o que resulta em um saldo residual de R$ 33.957,36 que será devidamente inscrito em restos a pagar para quitação no próximo exercício fiscal.

2.6 Resultados Financeiros

O resultado financeiro constitui o reflexo consolidado de todas as transações monetárias processadas no período, sintetizando de maneira técnica e rigorosa a relação dinâmica entre o fluxo de receitas efetivamente arrecadadas e o volume de despesas executadas. Sob a ótica da contabilidade aplicada, a configuração do superávit financeiro é verificada quando o fluxo de ingressos de recursos excede o montante das despesas efetivamente liquidadas. Tal fenômeno resulta na geração de excedentes de

liquidez que não apenas robustecem a disponibilidade de caixa, mas asseguram a solvência para o cumprimento de obrigações presentes e o provisionamento de compromissos futuros, garantindo a continuidade das políticas de atendimento.

No âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observa-se um desempenho orçamentário notável, visto que a condução dos recursos apresentou saldos positivos de forma consistente e ininterrupta ao longo dos últimos três exercícios financeiros. Este cenário de superávits sucessivos não apenas atesta a saúde financeira e a capacidade de liquidez do Fundo, mas evidencia uma aplicação prudente e estratégica das dotações vinculadas, garantindo que o atendimento às demandas sociais da infância e juventude ocorra de forma sustentável e planejada. A manutenção dessa solidez demonstra que a execução foi pautada pela eficiência e pelo estrito cumprimento das normas de responsabilidade fiscal, permitindo que o saldo remanescente de cada ano fosse devidamente apurado e transposto para o exercício subsequente com a necessária segurança jurídica.

A evolução detalhada desses valores e os resultados específicos alcançados em cada anuidade são detalhados a seguir, permitindo uma análise aprofundada da trajetória de equilíbrio entre a arrecadação e a destinação dos recursos no período mencionado. Por meio desta exposição, documenta-se o compromisso com a finalidade pública das verbas geridas, evidenciando que a disponibilidade financeira do Fundo cresceu em consonância com as diretrizes estabelecidas, assegurando a plena operacionalização das ações programáticas voltadas à proteção e promoção dos direitos assegurados por lei. A persistência dos saldos positivos reflete, portanto, uma gestão que harmoniza a arrecadação de receitas, como doações e repasses, com uma execução de despesas criteriosa e voltada para o máximo aproveitamento do potencial de investimento social.

Quadro 10 - Comparativo da Execução Financeira

Discriminação	2023	2024	2025
Saldo Bancário no Início do Exercício	16.876.129,36	19.070.818,91	19.333.567,89
(+) Recursos Recebidos	3.349.583,12	2.855.590,73	3.002.399,19
(-) Despesas Pagas no exercício	1.154.893,57	2.592.841,75	289.279,01
(=) Saldo Bancário no Final do Exercício	**19.070.818,91**	**19.333.567,89**	**22.046.688,07**

Fonte: Balanços Contábeis

O saldo bancário registrado ao final de 2025 reflete fielmente os valores

apresentados nos extratos de 31 de dezembro, demonstrando uma convergência exata entre os dados contábeis e a realidade financeira. Essa paridade é essencial para confirmar que todas as operações realizadas durante o ano foram devidamente documentadas, comprovando a transparência da gestão e a organização dos registros financeiros do período.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

.

Ao longo do exercício de 2025, o projeto Família AMA consolidou a oferta do Serviço de Acolhimento Familiar, priorizando a modalidade de Família Acolhedora como uma alternativa humanizada, excepcional e prioritária de proteção. O fortalecimento desta iniciativa exigiu a implementação de investimentos estratégicos em múltiplas frentes operacionais, que abrangeram desde a estruturação logística básica, com a aquisição de materiais permanentes e equipamentos necessários ao suporte administrativo, até o robustecimento da comunicação institucional. Este último aspecto foi importante para ampliar a visibilidade do serviço perante a rede municipal, garantindo que a metodologia de acolhimento em ambiente familiar fosse compreendida como o modelo preferencial em detrimento do acolhimento institucionalizado.

Dentre as principais ações executadas, destaca-se a capacitação contínua da equipe técnica multidisciplinar, bem como o rigoroso processo de formação, preparação e habilitação de novas famílias interessadas em integrar o programa. Este ciclo de capacitação pedagógica e psicológica é indispensável para assegurar que os núcleos familiares estejam plenamente aptos a lidar com as especificidades emocionais e sociais do acolhimento. Uma vez que a família é considerada apta e efetiva o acolhimento direto de uma criança ou adolescente, o projeto prevê a concessão de uma bolsa-auxílio pecuniária. Este recurso financeiro é destinado exclusivamente ao suporte das necessidades básicas e ao bem-estar do acolhido, sendo viabilizado integralmente por meio dos recursos vinculados ao projeto AMA, cujo financiamento é fruto de uma parceria estratégica e de fomento junto ao Banco Santander.

Paralelamente, foram desenvolvidas estratégias de divulgação fundamentais para atrair novos lares acolhedores, desmistificar preconceitos em relação ao serviço e reforçar o papel da sociedade civil como agente ativo no acolhimento temporário de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nesse cenário de garantia de

ID: 3094983 e CRC: A6867582

direitos, a atuação do Conselho Tutelar revela-se indispensável, figurando como o elo de proteção imediata e a principal porta de entrada para o sistema de garantia de direitos. O Conselho Tutelar, na qualidade de órgão essencial à viabilização das políticas públicas de proteção, desempenha um papel estratégico na fiscalização e na articulação da rede de atendimento infantojuvenil. Sua atuação é pautada pela pronta intervenção em situações de vulnerabilidade, assegurando que as medidas de proteção previstas em lei sejam aplicadas com a celeridade que a gravidade dos casos exige, sempre priorizando a preservação da integridade física e emocional dos assistidos.

Nesse contexto, o colegiado atua como o garantidor de que o fluxo de atendimento desde o recebimento da demanda até a efetiva resolução do conflito ou risco ocorra em estrita observância aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A vigilância técnica e constante exercida pelo Conselho Tutelar permite a consolidação de uma rede de proteção eficiente, transformando o suporte institucional em resultados práticos: a oferta de um ambiente de dignidade, afeto e segurança indispensáveis ao desenvolvimento integral do público assistido.

Essa atuação estratégica foi materializada em ações concretas de prevenção e fiscalização, elevando a presença do Conselho Tutelar junto à comunidade. O fortalecimento da rede de proteção foi impulsionado pela capacitação técnica contínua dos conselheiros, refletindo-se diretamente na qualidade das notificações às famílias e na fiscalização dos serviços da rede socioassistencial. Além do caráter protetivo, o Conselho expandiu sua função pedagógica e preventiva através de palestras em reuniões de pais e professores, bem como pela participação ativa em campanhas de relevância nacional, como o 18 de Maio (Maio Laranja), no combate ao abuso e exploração sexual. Destacam-se, ainda, visitas em casa noturnas para notificação formal ao seus proprietários para uma reunião de alinhamento e orientação conjunta com o Ministério Público, agendada para o exercício de 2026. Tais atividades, executadas de forma sistemática, consolidam o Conselho Tutelar não apenas como um órgão de resposta, mas como um agente de transformação social que garante a eficácia das políticas públicas e a segurança jurídica das ações empreendidas no município.

ID: 3094983 e CRC: A6867582

Família AMA Divulgação na TV Divulgação do serviço nas escolas









Divulgação do serviço nas escolas Divulgação nas UBS



Capacitação de novas famílias acolhedoras

Conselho Tutelar 1° e 2° Distrito



visita domiciliar as famílias





Atendimento no Sede do Conselho Visita na rede socioassistencial





Visita em casas noturnas Palestras em escolas

ID: 3094983 e CRC: A6867582



Campanha 18 de maio



Atendimento em conjunto SAMU, PM



26° Capacitação Continuada ACTRON





Alinhamento MP e Gestão

Alinhamento de ações com a Gestão - SEMASF

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, é possível constatar a disponibilização de recursos para a execução de políticas públicas que, embora tenham alcançado avanços significativos na proteção da infância e da adolescência, ainda enfrentam o desafio de

ID: 2494983 e CRC: 3C8D7562

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Anexo	FMDCA	06/03/2026

ID: 2494983
CRC: 3C8D7562
Processo: 0-0/0
Usu®rio: CHRISTIANY RIBEIRO DA SILVA
Cria´²o: 06/03/2026 13:29:55 Finaliza´²o: 06/03/2026 13:30:12

Processo Documento

MD5: 70F9744ED891CC67A106558BE89A3BE5
SHA256: 03AB7F99B669C9F2068F045E265C8CE8B0820341EE7FAD9B3A0D196AEC534987

Sßmula/Objeto:
Resposta do Mem. 53/CONTAB/2026

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMPLIA - JI-PARANA RO 06/03/2026 13:29:55

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO 06/03/2026 13:29:55

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 40 06/03/2026 2494928

ASSINATURAS ELETRXNICAS

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO — DIRETORA DO DEPARTAMENTO J URFDICO SEMASF — 25/03/2026 11:20:07
Assinado na forma do Decreto Municipal nł 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2494983 e o CRC 3C8D7562.

DigProc - Gest² o Integrada de Documentos e Processos Eletr×nicos Pßgina 1.

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PM/JP/2025

Fernando Francisco Neto
Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ID: 2494983 e CRC: 3C8D7562

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2025

FUMCRIANÇA
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA de Ji-Paraná/RO



EXERCÍCIO 2025

ID: 3051881 e CRC: A506C680

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AFFONSO ANTÔNIO CANDIDO
Prefeito Municipal de Ji Paraná

MARLEY MUNIZ
Vice - Prefeita

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CÂNDIDO
Secretária Municipal de Assistência Social e Família

MARIA JOSÉ DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

FERNANDO FRANCISCO NETO
Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

SUMÁRIO....3
1. APRESENTAÇÃO....4
2. EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS....4
2.1 Sínteses da Composição Orçamentária....5
2.2 Comparativo do Orçamento Fixado X Executado....6
2.4 Resultados da Execução Orçamentária....9
10
2.5 Pagamentos efetuados no Exercício....11
2.6 Resultados Financeiros....12
3 . DETALHAMENTO DAS DESPESAS EMPENHADAS....13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS....13

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Ji-Paraná, regulamentado em junho de 2013 pela Lei Municipal nº 2.472, com sede na Avenida Marechal Rondon, n° 1380 – Bairro Centro, inscrita sob o CNPJ – 17.746.425/0001-47, trata-se de fundos de natureza especial, conforme reza o art.71 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, vinculados à realização de determinados objetivos ou serviços, facultados a adoção de normas peculiares de aplicação e, por natureza os recursos que os constituem se transformam em recursos públicos, devendo ser geridos e administrados conforme os princípios constitucionais que regem os orçamentos públicos. Foi criado por Lei para beneficiar a criança e o adolescente ao direito a vida, a saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. É constituído por doações de pessoas físicas, jurídicas e o do próprio poder público. A lei permite deduzir do imposto de renda devido nos termos do art. 260 da Lei nº 8. 069 de 13 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

Conforme rege o Art.14 da referida lei de Criação, a gestão do Fundo é exercida pela Secretária Municipal de Assistência Social, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – CMDCA.

2. EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

A gestão orçamentária para o exercício de 2025 fundamenta-se em um planejamento estratégico rigoroso, o qual estabelece os parâmetros e diretrizes essenciais para orientar os gestores na aplicação eficiente, ética e transparente dos recursos públicos. Este planejamento é o alicerce para a implementação de políticas públicas eficazes, desenhadas especificamente para dar vazão às demandas prioritárias da população e garantir o cumprimento dos direitos fundamentais. As bases que sustentam essa gestão foram cuidadosamente definidas com amparo nos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais vigentes, assegurando a legalidade de todos os atos administrativos. Ao longo da execução orçamentária, priorizou-se o monitoramento constante das receitas efetivamente arrecadadas e o controle rigoroso das despesas legalmente empenhadas, garantindo que cada movimentação fosse devidamente registrada nas contas de controle orçamentário para fins de fiscalização e transparência.

É fundamental compreender que este processo se desdobra em duas dimensões complementares: a execução orçamentária e a execução financeira. Enquanto a primeira se refere à utilização dos créditos autorizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) ou seja, a autorização legal para gastar , a segunda diz respeito ao fluxo real de recursos financeiros necessários para materializar os projetos e atividades destinados às unidades orçamentárias. Tais processos são intrinsecamente interdependentes, formando uma engrenagem onde a

ausência de recursos financeiros inviabiliza a concretização das despesas, ainda que haja previsão orçamentária. Da mesma forma, a disponibilidade financeira só encontra legitimidade quando amparada por um crédito orçamentário correspondente. Portanto, a harmonia entre o que foi planejado e o que foi financeiramente executado é o que garante a sustentabilidade das ações públicas e a entrega efetiva de serviços à sociedade.

2.1 Sínteses da Composição Orçamentária

A Lei Orçamentária Municipal nº 3732, de 13 de dezembro de 2024, estabeleceu o orçamento-programa para o Exercício Financeiro de 2025. O planejamento para este período prevê uma Receita estimada de R$ 135.000,00 destinada especificamente às Políticas Públicas Socioassistenciais à Criança e ao Adolescente, além da manutenção do aporte de R$ 5.000,00 para o serviço de Família Acolhedora.

É importante observar que, para este exercício, as dotações anteriormente alocadas de forma direta para a Assistência à Criança e ao Adolescente e para a Manutenção das Atividades do Fundo e Conselho Tutelar foram consolidadas ou readequadas dentro das novas prioridades programáticas. Com isso, o montante total orçado para o exercício de 2025 alcança o valor de R$ 140.000,00, com a Despesa fixada em igual importância, em estrita observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

Quadro 1 - Resumo dos programas Previstos no PPA e na LOA

		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO INICIAL
PROGRAMA	**ESPECIFICAÇÃO**	**2023**	**2024**	**2025**
Pró-mais+	Assistência à Criança e ao Adolescente	270.775,01	270.000,00	0,00
	Família Acolhedora	-----	5.000,00	5.000,00
	Políticas Públicas Socioassistenciais à Criança e Adolescente	----	-----	135.000,00
	Manutenção das Atividades do Fundo e Conselho Tutelar	960.223,15	1.184.873,20	0,00
TOTAL		**1.230.998,16**	**1.459.873,20**	**140.000,00**

Fonte: Loa

2.2 Comparativo do Orçamento Fixado X Executado

A consolidação do orçamento atualizado em 31 de dezembro de cada exercício, confrontada com os valores efetivamente executados, constitui uma prática de governança indispensável para a transparência e a eficiência da gestão financeira. Esse encerramento anual não apenas reflete o cumprimento das metas fiscais, mas representa a materialização do planejamento orçamentário ao longo do ano fiscal, assegurando que cada recurso tenha sido direcionado de forma estratégica e alinhada às prioridades estabelecidas. A execução orçamentária, portanto, transcende o mero registro contábil; ela é a prova da capacidade administrativa de transformar previsões em ações concretas, garantindo que o fluxo entre o planejado e o realizado ocorra sob estrita observância aos princípios da administração pública. Ao analisar esses números ao final do ciclo, torna-se possível avaliar o desempenho das políticas públicas e realizar os ajustes necessários para o fortalecimento do controle social e institucional sobre o patrimônio público.

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Quadro 2 - Orçamento Atualizado x Executado

Programa	Projeto/Atividade	Ano	Dotação Atualizada	Valor Executado	%
3	**Assistência a Criança e ao Adolescente**	2023	266.275,01	0,00	0,12
		2024	2.135.935,40	1.568.772,64	73,44
		2025	0,00	0,00	0,0
3	Manutenção das Atividades do Fundo e Conselho Tutelar	2023	960.337,83	915.431,78	91,26
		2024	1.184.873,20	853.451,90	95,32
		2025	69.930,25	23.440,40	33,51
	Dignidade e Resiliência	2023	----	----	----
		2024	----	----	----
		2025	426.700,00	----	0,0
	Políticas Públicas Socioassistenciais à Criança e Adolescente	2023	----	----	----
		2024	----	----	----
		2025	262.197,24	90.523,59	34,52
3	Projeto Família Acolhedora	2023	291.471,75	243.976,08	83,7
		2024	269.233,37	201.752,98	74,93
		2025	199.847,08	161.250,93	80,68
Total – Atualizado		**2023**	**1.518.084,59**	**1.159.407,86**	**79,37**
		2024	**3.590.041,97**	**2.623.977,52**	**54,65**
		2025	**958.674,57**	**275.214,92**	**28,70**

Fonte : LOA

As alterações orçamentárias processadas ao longo do exercício foram viabilizadas, primordialmente, pela utilização do superávit financeiro compreendido como o saldo remanescente em conta proveniente de exercícios anteriores e pelo aporte de reforço orçamentário efetuado com recursos próprios do município. A mobilização desse superávit financeiro evidencia uma gestão estratégica e eficiente dos ativos públicos, uma vez que permite a otimização de valores não utilizados em períodos precedentes para o pronto atendimento das demandas e necessidades do exercício corrente. Essa prática assegura a continuidade e o fortalecimento das políticas públicas, demonstrando o compromisso da administração em converter saldos acumulados em benefícios diretos e ações concretas para a sociedade, sempre sob a égide do equilíbrio fiscal e da responsabilidade administrativa.

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Quadro 3 - Detalhamento da origem dos Acréscimos no Orçamento

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO INICIAL	VALOR
Dotação Inicial	140.000,00
(+)Crédito Suplementares	322.044,32
(+)Créditos Especiais	496.630,25
(+)Crédito Extraordinários	-
(+)Reformulações Administrativas	-
(+)Anulações de Créditos - Outra UG	193.927,49
(-)Anulações de Créditos	193.927,49
(-)Anulações das Reformulações	-
(=)Dotação atualizada	958.674,57
(-)Despesa Empenhada	275.214,92
(=)Recursos não utilizados	683.459,65

Fonte: Relatórios do Sistema Integrado Pública – SCPI/ Contábil/SEMFAZ/CGC

2.3 Comparativo da Receita Estimada X Receita Arrecadada

A composição das receitas do Fundo Municipal evidenciou uma estrutura diversificada ao longo do exercício, integrando repasses provenientes da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, doações de contribuintes via dedução no Imposto de Renda, rendimentos de aplicações financeiras e demais fontes acessórias. Essa multiplicidade de origens é fundamental para a sustentabilidade financeira do Fundo, garantindo a solidez necessária para o cumprimento integral de suas finalidades sociais. Para uma análise minuciosa dessa dinâmica, o Quadro 4 apresenta o detalhamento da gestão dos recursos, estabelecendo um comparativo direto entre as receitas inicialmente estimadas e os repasses previstos no planejamento orçamentário frente aos valores efetivamente arrecadados. Essa análise comparativa é um instrumento vital de governança, pois permite identificar eventuais desvios, mensurar a eficácia das estratégias de captação e avaliar a eficiência da execução financeira. Ao promover esse nível de transparência, a gestão não apenas presta contas à sociedade, mas também gera subsídios críticos para ajustes futuros, visando uma administração pública cada vez mais eficaz e orientada a resultados.

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Quadro 4 - Receita Estimada x Arrecadada

COD.	Programa	Ano	Valor Previsto	Valor Arrecadado	% Arrecadação
0001	Doações de pessoasFísicas ou Jurídicas + Rend. Aplicações +	**2023**	270.775,01	2.435.862,79	899,59
		2024	276.482,81	2.003.130,76	724,50
		2025	140.000,00	2.897.179,04	2069,41
0001	Repasses de Recursos Próprios	2023	960.223,15	913.720,33	95,15
		2024	1.183.390,39	852.459,97	72,03
		2025	0,00	105.220,15	105220,15
Total Geral Previsto (receita e Repasses financeiros)		**2023**	**1.230.998,16**	**3.349.583,12**	**272,10**
		2024	**1.459.873,20**	**2.855.590,73**	**195,60**
		2025	**140.000,00**	**3.002.399,19**	2144,57

Fonte: LOA

Os aportes financeiros do Município ao Fundo são dimensionados conforme as demandas de manutenção e execução dos programas vinculados. Por inexistirem limites legais mínimos ou máximos para esses repasses, a gestão não se vincula a valores fixos ou compulsórios. Essa natureza discricionária confere flexibilidade estratégica à administração, permitindo que a alocação de recursos seja ajustada às necessidades específicas de cada período, o que assegura maior eficiência e otimização na aplicação dos recursos públicos.

2.4 Resultados da Execução Orçamentária

O Resultado Orçamentário constitui o indicador que mensura a diferença entre as receitas efetivamente arrecadadas e as despesas empenhadas em um exercício financeiro, sendo essencial para demonstrar o equilíbrio das contas públicas. Este indicador revela a capacidade de cobertura dos gastos realizados, podendo apresentar um superávit, quando a arrecadação excede os empenhos, ou um déficit, na situação inversa. Entre 2023 e 2025, a análise dessa execução permitiu avaliar o desempenho financeiro do município e sua eficiência na gestão do gasto público, cujos dados estão detalhados no Quadro 5. Este comparativo é fundamental para identificar tendências, corrigir desvios e fundamentar um planejamento mais assertivo para os ciclos subsequentes, garantindo a sustentabilidade das políticas voltadas à criança e ao adolescente.

Quadro 5 - Receitas Arrecadadas - Origem do Recurso

Receita	2023	2024	2025
Transferências das Instituições Privadas	550.110,00	436.700,00	331.515,97
Transferências das Pessoas Físicas	166.512,51	96.765,70	127.853,90
Rendimentos das Aplicações dos Recursos	1.716.860,82	1.464.441.07	2.116.200,53
Multas Administrativas	2.379,46	5.223,99	281.161,63
Restituições e ressarcimentos	00,00	00,00	40447,01
Transf. Intragovernamentais (Repasse Município)	913.720,33	852.459,97	105.220,15
Total Geral	**3.349.583,12**	**2.855.590,73**	**3.002.399,19**

Fonte: FMDCA

ID: 3051881 e CRC: A506C680

No contexto da gestão de parcerias, as restituições e ressarcimentos são mecanismos de controle que garantem a devolução de recursos não utilizados ou aplicados em desacordo com o Plano de Trabalho, assegurando sua reintegração ao orçamento para novas demandas. Contudo, é relevante destacar que, em 2025, não houve registro de devoluções ao Fundo Municipal. Esse cenário evidencia a maturidade técnica das entidades beneficiárias, que executaram os recursos em conformidade com os cronogramas e objetivos aprovados pelo Conselho Municipal. A ausência de estornos reflete a eficiência entre o planejamento do Fundo e a execução das entidades, garantindo que o investimento social fosse integralmente aplicado no atendimento direto às crianças e adolescentes.

Quadro 6 - Despesa Executada – FMDCA

Despesa	2023	2024	2025
Despesas Correntes	**1.031.607,86**	**2.623.977,52**	**275.214,92**
Pessoal e Encargos Sociais	623.531,81	637.267,44	0,00
Subvenções sociais	0,00	1.567.672,64	0,00
Demais despesas	408.076,05	419.037,44	275.214,92
Despesas de Capital	127.800,00	00,00	0,00
Bens Móveis	127.800,00	00,00	0,00
Total Geral	**1.159.407,86**	**2.623.977,52**	**275.214,92**

Fonte: Balanços Contábeis

Quadro 7- Subvenções Sociais - FMDCA

Processo	Entidades	Descrição da Instituição	Repasse total / prazo
---	----	-----	00,00

Fonte: Balanços Contábeis

A manutenção da rede de proteção criança e adolescente em Ji-Paraná é sustentada pelas despesas com pessoal destinadas aos servidores do 1º e 2º Conselho Tutelar, cujos custos são integralmente financiados por recursos próprios do Tesouro Municipal e aportados ao Fundo para assegurar a continuidade desses serviços essenciais. Somam-se a esse investimento as despesas de custeio indispensáveis ao suporte administrativo e operacional, abrangendo serviços de utilidade pública como água, energia, telefonia e internet além de logística de transporte, locação de imóveis, combustíveis e manutenção de frotas. Para garantir o pleno funcionamento das atividades finalísticas e o atendimento digno ao público, o Fundo também suporta o fornecimento de materiais de expediente, insumos de limpeza, gêneros alimentícios, passagens e diárias civis. Essa infraestrutura está distribuída em duas unidades estrategicamente posicionadas no 1º e no 2º Distrito, assegurando capilaridade e eficiência na cobertura das demandas em todo o território. Por fim, no que concerne às Subvenções Sociais, registra-se que não houve novos repasses durante o exercício em análise, uma vez que as entidades beneficiárias encontravam-se em fase de prestação de contas relativa ao período anterior, rito indispensável para a regularidade e liberação de novos

ID: 3051881 e CRC: A506C680

aportes financeiros.

Quadro 8- Comparativa da Receita Arrecadada x Despesa Realizada

Descrição	2023	2024	2025
Recursos Recebidos (Quadro 5)	3.349.583,12	2.855.590,73	3.002.399,19
Despesa Realizada (Quadro 6)	1.159.407,86	2.623.977,52	275.214,92
Déficit/Superávit	**2.190.175,26**	**231.613,21**	**2.727.184,27**

Fonte: Balanço Orçamentário

A análise da execução financeira de 2025 demonstrou que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) alcançou um superávit orçamentário de R$ 2.727.184,27 , resultado que reflete o pleno equilíbrio entre a arrecadação efetiva e as despesas realizadas. Este saldo positivo não apenas atesta a eficiência da gestão orçamentária, como também confere maior segurança e flexibilidade estratégica para o planejamento de ações futuras, assegurando que os recursos destinados à proteção criança e do adolescente sejam aplicados de forma otimizada e com máximo impacto social.

2.5 Pagamentos efetuados no Exercício

No conjunto das despesas comprometidas ao longo do exercício, uma parte foi efetivamente quitada, enquanto outra permaneceu registrada como Restos a Pagar. De acordo com o artigo 36 da Lei nº 4.320/64, Restos a Pagar correspondem às despesas devidamente empenhadas, mas que não foram liquidadas ou pagas até o encerramento do exercício financeiro, em 31 de dezembro.

Fundamental para a integridade das contas, esse mecanismo assegura o reconhecimento de despesas empenhadas dentro do exercício, ainda que o desembolso financeiro seja posterior. Esse procedimento evidencia a responsabilidade na gestão e a continuidade administrativa, permitindo um registro transparente e compatível com as metas e diretrizes do planejamento orçamentário..

Quadro 9 - Pagamentos Efetuados

Descrição	2023	2024	2025
Total de Pagamento no Exercício	**1.154.893,57**	**2.592.841,75**	**289.279,01**
Pagamentos de restos a Pagar Exercício Anterior	20.032,53	24.546,82	48.021,45
Pagamentos de despesas do Exercício	1.134.861,04	2.568.294,93	241.257,56
Anulação de valores de restos a Pagar Ex. Anterior	**0,00**	**0,00**	**6.756,48**
Inscrito em Restos a pagar p/ Próximo Exercício	24.546,82	**55.682,59**	33.957,36

Fonte: Balanço Orçamentário

ID: 3051881 e CRC: A506C680

No que tange à execução financeira do período, os desembolsos realizados totalizaram o montante de R$ 289.279,01. Desta cifra global, o valor de R$ 48.021,45 foi destinado à quitação de compromissos remanescentes de exercícios anteriores, enquanto a parcela de R$ 241.257,56 refere-se especificamente ao custeio das despesas contraídas no exercício atual.

Ao proceder à análise detalhada do Quadro nº 8, observa-se que as despesas empenhadas no exercício atingiram o patamar de R$ 275.214,92. Deste total apurado, os pagamentos efetivamente processados somam R$ 241.257,56, o que resulta em um saldo residual de R$ 33.957,36 que será devidamente inscrito em restos a pagar para quitação no próximo exercício fiscal.

2.6 Resultados Financeiros

O resultado financeiro constitui o reflexo consolidado de todas as transações monetárias processadas no período, sintetizando de maneira técnica e rigorosa a relação dinâmica entre o fluxo de receitas efetivamente arrecadadas e o volume de despesas executadas. Sob a ótica da contabilidade aplicada, a configuração do superávit financeiro é verificada quando o fluxo de ingressos de recursos excede o montante das despesas efetivamente liquidadas. Tal fenômeno resulta na geração de excedentes de liquidez que não apenas robustecem a disponibilidade de caixa, mas asseguram a solvência para o cumprimento de obrigações presentes e o provisionamento de compromissos futuros, garantindo a continuidade das políticas de atendimento.

No âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observa-se um desempenho orçamentário notável, visto que a condução dos recursos apresentou saldos positivos de forma consistente e ininterrupta ao longo dos últimos três exercícios financeiros. Este cenário de superávits sucessivos não apenas atesta a saúde financeira e a capacidade de liquidez do Fundo, mas evidencia uma aplicação prudente e estratégica das dotações vinculadas, garantindo que o atendimento às demandas sociais da infância e juventude ocorra de forma sustentável e planejada. A manutenção dessa solidez demonstra que a execução foi pautada pela eficiência e pelo estrito cumprimento das normas de responsabilidade fiscal, permitindo que o saldo remanescente de cada ano fosse devidamente apurado e transposto para o exercício subsequente com a necessária segurança jurídica.

A evolução detalhada desses valores e os resultados específicos alcançados em cada anuidade são detalhados a seguir, permitindo uma análise aprofundada da trajetória de equilíbrio entre a arrecadação e a destinação dos recursos no período mencionado. Por meio desta exposição, documenta-se o compromisso com a finalidade pública das verbas geridas, evidenciando que a disponibilidade financeira do Fundo cresceu em consonância com as diretrizes estabelecidas, assegurando a plena operacionalização das ações programáticas voltadas à proteção e promoção dos direitos assegurados por lei. A persistência dos saldos

ID: 3051881 e CRC: A506C680

positivos reflete, portanto, uma gestão que harmoniza a arrecadação de receitas, como doações e repasses, com uma execução de despesas criteriosa e voltada para o máximo aproveitamento do potencial de investimento social.

Quadro 10 - Comparativo da Execução Financeira

Discriminação	2023	2024	2025
Saldo Bancário no Início do Exercício	16.876.129,36	19.070.818,91	19.333.567,89
(+) Recursos Recebidos	3.349.583,12	2.855.590,73	3.002.399,19
(-) Despesas Pagas no exercício	1.154.893,57	2.592.841,75	289.279,01
(=) Saldo Bancário no Final do Exercício	**19.070.818,91**	**19.333.567,89**	**22.046.688,07**

Fonte: Balanços Contábeis

O saldo bancário registrado ao final de 2025 reflete fielmente os valores apresentados nos extratos de 31 de dezembro, demonstrando uma convergência exata entre os dados contábeis e a realidade financeira. Essa paridade é essencial para confirmar que todas as operações realizadas durante o ano foram devidamente documentadas, comprovando a transparência da gestão e a organização dos registros financeiros do período.

3 . DETALHAMENTO DAS DESPESAS EMPENHADAS

TIPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR
DESPESAS COM DIÁRIAS	PRÓPRIO	0,00
	Fumcriança	19.436,65
	TOTAL	19.436,65

TIPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR
AUXÍLIO FINANCEIRO A PESSOA FÍSICA - FAMÍLIA ACOLHEDORA	PRÓPRIO	0,00
	Fumcriança	124.779,60
	TOTAL	124.779,60

TIPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR
SERVIÇOS DE COFFE BREAK	PRÓPRIO	
	Fumcriança	17.034,68
	TOTAL	17.034,68

TIPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR
LOCAÇÃO DE IMÓVEL	PRÓPRIO	67.184,03
	Fumcriança	0,00
	TOTAL	67.184,03

TIPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	PRÓPRIO	46.779,96
	Fumcriança	0,00
	TOTAL	46.779,96

TIPO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	PRÓPRIO	0,00
	Fumcriança	0,00
	TOTAL	0,00

TOTAL GERAL	275.214,92
PRÓPRIO	113.963,99
FUMCRIANÇA	161.250,93

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, é possível constatar a disponibilização de recursos para a execução de políticas públicas que, embora tenham alcançado avanços significativos na proteção da infância e da adolescência, ainda enfrentam o desafio de superar obstáculos estruturais remanescentes. A efetivação plena dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 8.069, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), permanece como um objetivo institucional essencial e inadiável, exigindo que a aplicação desses recursos seja acompanhada por um monitoramento constante e pelo

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

aprimoramento das estratégias de intervenção social.

A superação desses obstáculos exige um esforço contínuo, pautado na articulação intersetorial e no fortalecimento dos vínculos entre o poder público, as entidades da sociedade civil e a comunidade em geral. É imprescindível que o regime de colaboração seja intensificado, permitindo que as estratégias de atendimento superem a fragmentação e passem a oferecer respostas mais ágeis e eficazes. Somente através de uma gestão integrada e da alocação eficiente de recursos será possível garantir que cada criança e adolescente disponha das condições indispensáveis para um desenvolvimento físico, mental e social que seja verdadeiramente saudável, seguro e pleno.

Em última análise, a continuidade e o aprimoramento de projetos como o Família AMA e o fortalecimento do Conselho Tutelar reafirmam o compromisso do município com os marcos legais que regem a proteção integral. O encerramento deste ciclo de atividades demonstra que, embora os resultados financeiros e operacionais sejam positivos, a vigilância e a inovação nas políticas de assistência devem ser constantes. O horizonte que se apresenta exige o compromisso inegociável de transformar as diretrizes legais em realidade cotidiana, assegurando que o interesse superior da criança e do adolescente prevaleça em todas as esferas da administração pública.

.

MARLEY MUNIZ
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0424/GAB/PM/JP/2026

Fernando Francisco Neto
Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Lei Federal 8.069/90 - ***Lei Municipal 3642/23***

Ji-Paraná/RO, 13 de Fevereiro de 2026.

Ofício N° 001 /colegiado CTJP /2026
CMDCA
Excelentíssima SRª Maria José
À SEMASF
Excelentíssima SRª Marley Muniz

Assunto: Comunicação de novo horário de funcionamento do Conselho Tutelar, com fundamentação legal

O Conselho Tutelar vem, por meio deste, comunicar a adequação de seu horário de funcionamento administrativo, que passará a ocorrer das 7h30 às 15h30, em observância aos dispositivos previstos na Lei Municipal nº 3.642/2023, que dispõe sobre a organização, estrutura, funcionamento, direitos e garantias dos membros do Conselho Tutelar.

A alteração fundamenta-se especialmente na Seção II Do Funcionamento do Conselho Tutelar, que estabelece:

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população 08 (oito) horas diárias de segunda-feira a sexta-feira.
§1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

§2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dia não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei.

§1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte, e será realizado individualmente pelo membro do Conselho Tutelar.

§2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar e deverão se pautar na realidade do Município.

§3º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.
Considera-se ainda o disposto na Seção XV Das Licenças:

Art. 92. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à remuneração integral:

I para participação em cursos e congressos.

Dessa forma, a definição do horário administrativo das 7h30 às 15h30 atende à exigência legal de funcionamento mínimo de 08 (oito) horas diárias e respeita a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas dos conselheiros tutelares, permitindo a organização interna das atividades.

Ressalta-se que a adequação não compromete o atendimento à população, uma vez que permanece garantido:

· o regime de divisão de tarefas entre os conselheiros para realização de diligências, notificações e atendimentos externos;
· o atendimento descentralizado quando necessário;
· o funcionamento em sistema de sobreaviso no período noturno, fins de semana e feriados;
· o atendimento emergencial em situações de risco ou violação de direitos de crianças e adolescentes.

Os conselheiros poderão, sempre que necessário, organizar-se em regime de revezamento entre si para cumprimento de diligências, fiscalizações, atendimentos externos e demais atribuições legais, assegurando a continuidade dos serviços e a efetividade das medidas de proteção.

A medida visa alinhar o funcionamento do Conselho Tutelar às normativas municipais vigentes, garantindo organização administrativa, eficiência no serviço público e continuidade da proteção integral às crianças e adolescentes.

Por fim, o Conselho Tutelar manifesta agradecimento pelo excelente trabalho desenvolvido em conjunto com o CMDCA e a Secretaria Municipal de Assistência Social, reconhecendo a parceria institucional construída em prol da proteção integral e do bem-estar da coletividade. Ressalta-se a importância da atuação articulada da rede de proteção para o fortalecimento das políticas públicas e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Sem mais para o momento, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente!

Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BERNARDO DA SILVA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:51, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **WENDERSON CANDIDO FERREIRA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:51, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **LEANDRA DE SOUZA BRITO PEREIRA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **VANUSA DOMINGOS DE LANA NASCIMENTOS**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **KATIA CILENE PEREIRA NASCIMENTO**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEIÇAO DOS SANTOS**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 13:02, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **JOSIMAR BORGES TIBURCIO**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 13:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **GISLAINE APARECIDA ULLRICH DE SOUZA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 18/02/2026 às 09:42, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

Documento assinado eletronicamente por **ALDO MATOS**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 19/02/2026 às 11:35, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2437960** e o código verificador **90F9CD90**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	19/02/2026 13:15

Docto ID: 2437960 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Memorando: 28/CREAS-SEMASF/2026
DA: Centro de Referência Especializada da Assistência Social
PARA: Casa dos Conselhos
DATA: 18/03/2026

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO

Senhor

Vimos através deste, enviar Relatório Circunstanciado, conforme solicitado em reunião CMDCA no 16/03/2023, segunda feira as 10:00 h, on-line -Aplicativo Google Meet, Relatório em anexos.

Sem mais para o momento, em tempo oportuno, enviamos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Lucemira Lurdes Brito Leite
Coordenadora Interina CREAS
Decreto N.0275/GAB/PMJP/2026

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ADRIANE PEREIRA DE OLIVEIRA SANTANA**, **MONITOR(A) DO PETI**, em 18/03/2026 às 10:04, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2525521** e o código verificador **E5651131**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	LUCEMIRA LURDES DE OLIVEIRA BRITO LEITE	***.013.562-**	18/03/2026 10:12
2	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	19/03/2026 11:20

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Relatório relatório circunstanciado	18/03/2026	2525666

Docto ID: 2525521 v1

ID: 3051881 e CRC: A506C680

ID: 2525666 e CRC: A3B6C1BD

Considerando o núcleo familiar das crianças e adolescentes acompanhados, estima-se que aproximadamente 96 pessoas foram beneficiadas indiretamente por meio de orientações, atendimentos familiares, encaminhamentos institucionais e acompanhamento psicossocial.

No que se refere à participação das famílias, observa-se que cerca de 20 familiares participaram regularmente das atividades promovidas pelo projeto, incluindo reuniões, atendimentos, grupos e orientações. Outros 42 familiares participaram de forma eventual, seja por meio de visitas domiciliares, atendimentos pontuais, contatos telefônicos ou encaminhamentos institucionais.

A participação familiar foi considerada elemento fundamental no processo de acompanhamento, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a construção de estratégias de proteção às crianças e adolescentes atendidos.

3. Perfil Sociodemográfico dos Beneficiários

A composição do público atendido demonstra predominância significativa de crianças e adolescentes do sexo feminino. Do total de atendidos, 29 são meninas e 3 são meninos. Essa predominância está diretamente relacionada ao perfil das demandas acompanhadas pelo projeto, uma vez que grande parte dos casos envolve situações de violência sexual contra meninas e adolescentes, além de se compreender que a subnotificação de casos impacta diretamente no auxílio e acompanhamento das crianças e adolescente vítimas de violência sexual.

Em relação à faixa etária, observa-se diversidade entre crianças e adolescentes atendidos. Três atendidos encontram-se na faixa etária de zero a seis anos, cinco possuem entre sete e dez anos, treze situam-se entre onze e quatorze anos e onze estão na faixa etária de quinze a dezessete anos. A maior concentração de atendimentos ocorre, portanto, na fase da adolescência inicial e média, período marcado por importantes transformações físicas, emocionais e sociais, que podem ampliar situações de vulnerabilidade quando associadas a contextos de violência.

Quanto à caracterização por raça ou cor, identifica-se predominância de crianças e adolescentes pardos, totalizando vinte e dois atendidos. Sete são identificados como brancos e três como pretos. Não foram identificados atendidos pertencentes a comunidades quilombolas ou povos indígenas. Foi identificado, entretanto, uma beneficiária identificada como população ribeirinha.

4. Contexto Familiar

A análise do perfil socioeconômico das famílias atendidas aponta para um cenário de vulnerabilidade social que exige acompanhamento das famílias através da articulação entre os serviços de proteção social básica e especial.

Ji-Paraná, 16 de março de 2026.

RELATÓRIO TÉCNICO CIRCUNSTANCIADO

Projeto: Amigo de Valor – Dignidade e Resiliência.
Período de Referência: Ano de 2025
Capacidade máxima de atendimento direto: 40 vagas
Total de crianças e adolescentes atendidos: 32

1. Introdução

O presente relatório técnico circunstanciado tem como finalidade apresentar a sistematização das ações desenvolvidas no âmbito do projeto Dignidade e Resiliência de Ji-Parana-RO, vinculado ao programa Amigo de Valor, bem como caracterizar o perfil das crianças e adolescentes atendidos, as estratégias de intervenção adotadas pela equipe técnica e os resultados alcançados ao longo do período de referência.

O projeto tem como objetivo promover o acompanhamento psicossocial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com ênfase nos casos relacionados à violência sexual. As ações desenvolvidas buscam assegurar a proteção integral, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além da articulação com a rede intersetorial de atendimento.

As intervenções realizadas estão fundamentadas nos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a centralidade da garantia de direitos, da proteção integral e da atuação integrada entre políticas públicas, especialmente nas áreas da assistência social, saúde, educação, sistema de justiça e órgãos de proteção.

2. Caracterização do Público Atendido

Durante o período analisado, o projeto realizou o acompanhamento de 32 crianças e adolescentes, número compatível com a capacidade operacional do serviço, que no ano de 2025 previa capacidade total de cerca de 40 atendimentos.

Todos os atendimentos ocorreram de forma por meio de acompanhamento técnico especializado desenvolvido pela equipe do projeto. Durante os acompanhamentos, foram realizados atendimentos e atividades presenciais, além contatos telefônicos e ligações as famílias acompanhadas.

Além dos beneficiários diretos, o projeto também alcançou familiares e membros da comunidade, ampliando o impacto das ações realizadas.

ID: 2525666 e CRC: A3B6C1BD

Em relação à escolaridade dos responsáveis, observa-se predominância de pessoas com ensino fundamental incompleto, fator que pode limitar as oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho e impactar diretamente nas condições socioeconômicas das famílias.

A renda média familiar situa-se entre um e dois salários mínimos por pessoa. Em grande parte dos casos, essa renda é proveniente de atividades informais, trabalhos esporádicos e participação em programas sociais.

No que se refere à inserção em políticas públicas de assistência social, dezessete famílias encontram-se cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Nove famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família e três recebem o Benefício de Prestação Continuada.

A análise da composição familiar dos atendidos evidencia predominância de arranjos familiares monoparentais, especialmente aqueles chefiados por mulheres. Entre os beneficiários acompanhados, quatorze vivem com a mãe, enquanto cerca de cinco residem apenas com o pai. Sete crianças e adolescentes vivem com ambos os pais.

Outros casos demonstram diferentes arranjos familiares, incluindo três crianças que vivem sob os cuidados dos avós e três que estão inseridas em contextos de família extensa.

Também foi identificado que 6 adolescentes atendidas possuem histórico de acolhimento institucional ou outras formas de afastamento do convívio familiar, o que evidencia trajetórias marcadas por rupturas de vínculos e necessidade de acompanhamento psicossocial especializado.

Essas configurações familiares indicam a importância do trabalho desenvolvido junto aos responsáveis, considerando as demandas relacionadas à proteção, fortalecimento de vínculos e apoio na superação das situações de vulnerabilidade.

5. Situação Educacional

No que se refere à escolarização, observa-se que a maioria das crianças e adolescentes atendidos encontra-se matriculada na rede regular de ensino. Entre os atendidos, quatro encontravam-se fora da escola no momento do acompanhamento.

Quanto aos níveis de ensino, foram identificadas 2 crianças matriculadas em em pré-escola. Seis crianças encontram-se no ensino fundamental I e doze no ensino fundamental II. Oito adolescentes frequentam o ensino médio.

Também foram identificados quatro casos de atraso escolar, caracterizados pela defasagem entre idade e série cursada, situação que demanda acompanhamento específico junto às instituições educacionais.

ID: 2525666 e CRC: A3B6C1BD

9. Estratégias de Intervenção

Entre as principais ações desenvolvidas no âmbito do projeto destacam-se os atendimentos psicossociais individuais, a realização de escutas especializadas, atendimentos familiares, visitas domiciliares e atendimentos em grupo com crianças, adolescentes e seus responsáveis. Também foram realizadas orientações sociofamiliares, acompanhamento da situação escolar dos atendidos e encaminhamentos para serviços da rede socioassistencial, educacional e de saúde, conforme as demandas identificadas no processo de acompanhamento.

Os atendimentos em grupo ocorreram de forma quinzenal no do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os encontros do grupo de crianças eram realizados às terças-feiras, às 11h30, enquanto os encontros do grupo de adolescentes aconteciam às quartas-feiras, também às 11h30.

Nos encontros realizados com o grupo de crianças foram trabalhadas temáticas relacionadas ao fortalecimento da rede de apoio sociofamiliar, bem como atividades voltadas ao desenvolvimento emocional e social. Entre as estratégias utilizadas destacam-se dinâmicas de grupo, contação de histórias abordando o reconhecimento e a expressão de emoções, atividades educativas voltadas à prevenção da violência sexual e à identificação da rede de proteção, além da utilização de curtas-metragens seguidos de atividades reflexivas sobre relações interpessoais e convivência entre pares.

Também foram desenvolvidas atividades lúdicas relacionadas às mudanças vivenciadas no cotidiano das crianças atendidas, bem como atividades artísticas, incluindo pintura, modelagem com massinha e desenho. Essas estratégias foram utilizadas como instrumentos facilitadores do diálogo e da expressão simbólica, contribuindo para estimular a participação ativa das crianças no processo de intervenção psicossocial proposto pelo projeto, bem como para favorecer a expressão de sentimentos, experiências e percepções relacionadas às situações vivenciadas.

Nos encontros realizados com os grupos de adolescentes, foram promovidas rodas de conversa e dinâmicas estruturadas, utilizando a música como recurso de expressão da realidade social e de engajamento com temas de interesse dos participantes. Foram aplicadas estratégias de escrita terapêutica para trabalhar situações do passado, do presente e perspectivas futuras, bem como recursos voltados ao manejo da ansiedade e à reflexão sobre experiências vivenciadas. Atividades artísticas, como pinturas e desenhos, foram utilizadas para fomentar reflexões sobre acontecimentos pessoais e projetos de vida. Além disso, foram realizadas oficinas que incentivaram a participação em aulas, cursos e atividades disponíveis no município de Ji-Paraná, articulando os conteúdos às necessidades e interesses dos adolescentes. Dinâmicas interativas foram conduzidas com o objetivo de fortalecer vínculos interpessoais dentro do grupo, promovendo coesão, socialização e suporte mútuo entre os participantes.

Além disso, a equipe manteve articulação constante com os serviços que compõem a rede de proteção, por meio de reuniões interinstitucionais, articulações técnicas e acompanhamento compartilhado dos casos, o que possibilitou maior integração entre os serviços e favoreceu a construção de estratégias conjuntas para o enfrentamento das situações de violação de direitos. O tempo médio de permanência das crianças e adolescentes no projeto variou entre três e seis meses, período durante o qual foram desenvolvidas intervenções psicossociais voltadas à redução das situações de risco, ao fortalecimento das capacidades protetivas das famílias e à ampliação das redes de apoio institucional e comunitário.

A atuação do projeto ocorreu de forma integrada com a rede de proteção social, envolvendo articulação permanente com os serviços da política de assistência social, educação, saúde, sistema de justiça e demais órgãos de garantia de direitos. Todas as famílias atendidas estavam inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de modo que o projeto desenvolveu suas ações em estreita articulação com esse serviço, bem como com outras instituições que compõem a rede de proteção do município.

Durante o ano de 2025 foram realizados cerca de quinze encaminhamentos ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o objetivo de fortalecer o acompanhamento das famílias no âmbito da Proteção Social Básica.

Ademais, foram realizadas reuniões intersetoriais, elaboração e acompanhamento de planos de acompanhamento familiar e monitoramento da trajetória escolar das crianças e adolescentes em articulação com as instituições de ensino, contribuindo para o acompanhamento integrado dos casos e para a garantia da proteção integral dos atendidos.

Ao final do acompanhamento realizado são realizados encaminhamentos para acompanhamento psicológico na rede de saúde e para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecido pelo CRAS de referência da sua residência, como forma de dar continuidade aos cuidados e atendimentos prestados através da rede de proteção básica.

Dentre as 32 crianças e adolescentes atendidos pelo projeto, 12 casos foram encerrados ao longo do ano, após acompanhamento sistemático e intervenções direcionadas. Este dado evidencia a efetividade das ações desenvolvidas pelo projeto, demonstrando resultados positivos em articulação com a rede de proteção do município em múltiplas instâncias, incluindo serviços socioassistenciais, educacionais, de saúde e órgãos de garantia de direitos. O encerramento desses casos reflete a capacidade do projeto de promover a proteção integral, fortalecer vínculos familiares e ampliar a rede de apoio das crianças e adolescentes atendidos.

11. Resultados e Impactos Observados

Os dados resultantes da execução do projeto evidenciam sua relevância no enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, contribuindo para a proteção de direitos por meio da identificação de casos, prevenção e redução da reincidência de violência.

As ações voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e à ampliação da rede de apoio extensa da criança e do adolescente mostraram-se determinantes para fornecer recursos que favorecem a contenção de danos emocionais, o fortalecimento da autonomia e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos.

A parceria com o programa Amigo de Valor possibilitou ampliar a capacidade de atuação da equipe técnica, qualificando as intervenções e fortalecendo a articulação intersetorial, o que repercute diretamente na ampliação do acesso dos atendidos à rede de serviços socioassistenciais, educacionais e de saúde.

Diante dos resultados alcançados em articulação com a rede de proteção social, ressalta-se a importância da continuidade e do fortalecimento de iniciativas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, consolidando estratégias de prevenção, intervenção e promoção de direitos fundamentais.

ID: 2525666 e CRC: E285039E
ID: 2525666 e CRC: E285039E
ID: 2525666 e CRC: E285039E

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
RelatÆrio	relatÆrio circunstanciado	18/03/2026

ID: 2525666
CRC: E285039E
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ADRIANE PEREIRA DE OLIVEIRA SANTANA
Cria´²o: 18/03/2026 10:03:32 Finaliza´²o: 18/03/2026 10:04:15

Processo Documento

MD5: 12DC0F5EEAE61384196811C72156EC5C
SHA256: 1557F172CCE046773702763AE99985BC9D3DFAEE1D9ACDFAD09F7F57EAA1C5B2

Sßmula/Objeto:
Envio de relatÆrio

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	18/03/2026 10:03:32

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤úO	18/03/2026 10:03:32

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 28	18/03/2026	2525521

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2525666 e o CRC E285039E.

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Relatório de Atividades do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ji-Paraná/RO

Período de Atividades: janeiro a dezembro de 2025

Introdução

O CMDCA de Ji-Paraná atua como órgão **deliberativo, fiscalizador e orientador da política municipal de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente**, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sua composição conta com representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. O biênio atual é 2024-2026, com presidência de Maria José da Silva e atividades regulares distribuídas ao longo do ano. No exercício de 2025, o CMDCA realizou **22 (vinte e duas) reuniões deliberativas**, todas devidamente registradas em atas, evidenciando a regularidade institucional, o quórum deliberativo e a efetiva participação dos conselheiros nas decisões estratégicas da política pública de garantia de direitos.

1. Estrutura e Composição

O CMDCA é composto por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, conforme determina a legislação municipal. Em 2025, o Conselho manteve funcionamento regular, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, atuando de forma colegiada e intersetorial.

2. Principais Atividades Desenvolvidas

As 22 reuniões deliberativas realizadas ao longo do exercício de 2025 resultaram em importantes resoluções, encaminhamentos e deliberações, destacando-se:

- Constituição e funcionamento de comissões permanentes e temporárias, incluindo comissões para análise de projetos, acompanhamento de entidades, elaboração de editais e monitoramento de políticas públicas;
- Deliberações relacionadas à gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FUMCRIANÇA;
- Análise de Inscrição e renovação de registro de 31 (trinta e uma) entidades e insituições;

- Atos de convocação, substituição temporária e acompanhamento das atividades do Conselho Tutelar;
- Aprovação de fluxos, protocolos e instrumentos de gestão do Sistema de Garantia de Direitos.

2.1. Elaboração e Aprovação do Diagnóstico da infância e Adolescência Ji-paranaense

Em 2025, o CMDCA deliberou e aprovou **diagnóstico situacional da criança e do adolescente no município de Ji-Paraná**, instrumento estratégico para o planejamento e a avaliação das políticas públicas.

O diagnóstico considerou dados socioassistenciais, educacionais, de saúde e de proteção especial, possibilitando:

- Identificação das principais vulnerabilidades e violações de direitos enfrentadas por crianças e adolescentes no município;
- Mapeamento da rede de serviços e programas existentes;
- Subsídio à formulação, revisão e monitoramento do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Orientação das deliberações do CMDCA quanto à priorização da aplicação dos recursos do FUMCRIANÇA.

A aprovação desse instrumento reafirma o compromisso do CMDCA com decisões baseadas em evidências e na realidade local.

2.2. Monitoramento e Fiscalização

Uma das funções principais do CMDCA é fiscalizar a execução das políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Durante 2025, foram realizadas visitas periódicas a unidades de acolhimento, serviços públicos e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam na proteção de crianças e adolescentes para garantir que as crianças e adolescentes tivessem acesso adequado aos seus direitos.

2.3. Promoção de Cursos e Capacitações: No ano de 2025, o CMDCA reconheceu a importância da **formação continuada** como instrumento de fortalecimento institucional e qualificação das deliberações. Nesse sentido, foram aprovadas e acompanhadas diversas ações de capacitação, entre elas:

- Participação de conselheiros de direitos em congressos, seminários e encontros regionais e nacionais voltados à gestão pública, ao Sistema de Garantia de Direitos e ao controle social;
- Capacitações internas voltadas aos conselheiros do CMDCA e conselheiros tutelares, abordando temas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, atribuições dos conselhos, ética no exercício da função, fluxo de atendimento intersetorial e utilização de recursos dos fundos especiais;
- Atividades formativas promovidas em parceria com órgãos da rede de proteção, como Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e secretarias municipais, fortalecendo a atuação integrada do Sistema de Garantia de Direitos.

As capacitações contribuíram para o aprimoramento técnico dos conselheiros e para a padronização de entendimentos e procedimentos no âmbito municipal.

2.4. Parcerias e Convênios

O CMDCA firmou parcerias com diversas instituições públicas e privadas para garantir a efetividade das políticas de proteção à infância e adolescência. Entre as parcerias destacam-se as colaborações com a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Ministério Público e organizações não governamentais.

2.5. Projetos do Santander - Amigo de Valor

O CMDCA foi beneficiado com a parceria e o apoio de projetos realizados pelo programa "Amigo de Valor", do Banco Santander. Este programa tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de ações e iniciativas voltadas para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

- **Projeto “Família Acolhedora"**

O projeto tem como foco o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, oferecendo a elas um ambiente familiar provisório por meio da rede de famílias acolhedoras. Além de fornecer suporte psicológico e assistencial para os acolhidos, o programa também capacitou e preparou novas famílias para o acolhimento, garantindo o bem-estar e a reintegração social dessas crianças e adolescentes ao sistema familiar.

- **Projeto "Dignidade e Resiliência”**

Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual.": Este projeto está em fase de andamento e visa fortalecer a rede de apoio e atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Através de workshops, suporte psicológico e ações sociais, o objetivo é proporcionar ferramentas de resiliência e dignidade para as crianças e adolescente atendidos, apoiando-os na superação de desafios relacionados ao contexto de violência e abandono. O projeto está sendo desenvolvido gradualmente, com diversas etapas sendo implementadas ao longo do tempo.

2.6. FUNCRIANÇA

Durante o exercício de 2025, o CMDCA deliberou sobre a gestão e aplicação dos recursos do FUMCRIANÇA, com destaque para:

- Aprovação do edital de chamamento público para seleção de projetos de Organizações da Sociedade Civil (OSCs);
- Análise técnica, deliberação e homologação dos projetos apresentados;
- Acompanhamento da execução das parcerias firmadas, em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF);
- Incentivo à captação de recursos por meio da destinação do Imposto de Renda, fortalecendo o financiamento da política pública da infância e adolescência.

Essas ações possibilitaram o fomento a projetos voltados à proteção integral, convivência familiar e comunitária, inclusão social, educação, cultura, esporte e fortalecimento de vínculos.

2.7. Atuação junto ao Conselho Tutelar e à Rede de Proteção

O CMDCA, no exercício de 2025, manteve acompanhamento permanente das atividades do Conselho Tutelar, deliberando sobre:

- Convocação de conselheiros tutelares suplentes para substituições temporárias;
- Demandas estruturais, funcionais e de capacitação dos conselheiros tutelares;
- Procedimentos administrativos, éticos e disciplinares, quando necessário;
- Articulação com a rede de proteção para garantia da continuidade e qualidade do atendimento.

Ao longo de 2025, o CMDCA fortaleceu sua atuação articulada com as políticas públicas setoriais, participando e promovendo diálogos com as áreas de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e segurança pública, bem como com o Sistema de Justiça.

O Conselho também exerceu seu papel de controle social, acompanhando a execução das políticas, fiscalizando entidades de atendimento e emitindo recomendações sempre que identificadas situações de risco ou necessidade de aprimoramento das ações governamentais e não governamentais.

3. Conclusão: O exercício de 2025 foi marcado por intensa atividade deliberativa e institucional do CMDCA de Ji-Paraná. As 22 **reuniões deliberativas**, a aprovação de diagnósticos, a realização de capacitações, a gestão responsável do FUMCRIANÇA e a articulação permanente com a rede de proteção demonstram o compromisso do Conselho com a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

O CMDCA reafirma, assim, seu papel estratégico na formulação, deliberação, fiscalização e monitoramento da política municipal de atendimento, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa, protetiva e comprometida com a prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

Ji-Paraná, 09 de janeiro de 2026.

_____

Maria José da Silva.
Presidente do CMDCA (Biênio 2024/2026)
Decreto nº 1714/GAB/PM/2025

ID: 3051881 e CRC: A506C680

Informações importantes:
Os representantes do projeto devem ser 2 integrantes do conselho e 2 da organização, totalizando 4 participantes por município. Não serão aceitas inscrições fora dessa composição.

A formação terá duração de três dias, e é fundamental garantir a participação integral durante todo o período. A chegada após o início ou a saída antecipada antes do encerramento da formação acarretará penalidade ao município.

A participação deve ser restrita às pessoas diretamente envolvidas no projeto. Não será permitida a presença de consultores externos, prefeitos ou outros convidados.

Sobre a hospedagem, pedimos disponibilidade para acomodação em quartos quádruplos, além de compreensão quanto a possíveis remanejamentos, caso necessário.

Contamos com a participação de todos(as)!

ID: 3051881 e CRC: A506C680



[INSTRUÇÕES - FORMAÇÃO NACIONAL]

Prezados(as), boa tarde!

Conforme informado na reunião de alinhamento, nossa Formação Nacional acontecerá em junho.

Abaixo, estamos encaminhando o manual de instruções com todos os detalhes e orientações para participação na formação. Pedimos que leiam com atenção.

Após definirem os representantes do conselho e da organização, solicitamos que realizem a inscrição e, em seguida, entrem em contato com o hotel.

Link de inscrição: https://forms.gle/8LW6Cp9Cfv6NtBqf9

ID: 3051881 e CRC: A506C680

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Adm Processual - SEMASF

MEMORANDO CIRCULAR Nº 8/ADM-SEMASF/2026

Ji-Paraná/RO, 24 de março de 2026.

Aos
Coordenadores da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Casa dos Conselhos, Conselhos Tutelares e demais Programas vinculados a esta Secretaria.

Assunto: Cumprimento de prazos e procedimentos para concessão e prestação de contas de diárias

Senhores(as),

Considerando os documentos anteriormente encaminhados por esta Secretaria, verifica-se que **os prazos e procedimentos estabelecidos não vêm sendo devidamente observados**.

Dessa forma, visando esclarecer e reforçar as orientações, informamos:

1. Solicitação de diárias

As solicitações de diárias **deverão ser encaminhadas exclusivamente ao Gabinete da Secretaria**, não sendo necessário o envio ou marcação ao Setor Administrativo neste momento.
Ressalta-se que o Setor Administrativo **somente realizará a abertura dos respectivos processos** mediante o recebimento da solicitação devidamente instruída e **autorizada pela Secretaria**.
Destaca-se, ainda, que deverá ser observado o prazo mínimo de 08 **(oito) dias úteis de antecedência** para solicitação de diárias, excetuando-se os casos de **cumprimento de ordem judicial**, devidamente justificados.

2. Prestação de contas

- **Diária indenizatória:** prazo de até **03 (três) dias úteis após o evento**;
- **Diária comum:** prazo de até **05 (cinco) dias úteis após o evento**.

Ressalta-se que **não serão aceitas, em hipótese alguma, prestações de contas fora dos prazos estabelecidos**, tampouco serão acolhidas justificativas ou reclamações posteriores.
O Setor Administrativo **não realizará notificações individuais**, sendo a responsabilidade pelo envio exclusiva dos beneficiários das diárias.
O descumprimento dos prazos implicará na **devolução integral dos valores recebidos**, conforme as normas vigentes.
Sem mais para o momento, reiteramos a necessidade de estrita observância aos procedimentos e prazos estabelecidos.
Atenciosamente,

Alandes da Silva Soares
Gerente Especial Administrativo, Contábil e Econômico do FMAS
Decreto nº 1482/GAB/PM/JP/2025

Documento Criado e Ass. 24/03/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2543876 e CRC: 4E787854).
ID: 3051881 e CRC: A506C680

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ALANDES DA SILVA SOARES**, **GERENTE ESPECIAL ADMINISTRATIVO/CONTABIL/ECONOMICO**, em 24/03/2026 às 09:10, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2543876** e o código verificador **4E787854**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	VALERIA DE ASSIS LIMA	***.375.842-**	24/03/2026 09:51
2	LIDIANE TANAZILDO DA COSTA	***.725.992-**	24/03/2026 09:57
3	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	25/03/2026 14:08

Docto ID: 2543876 v1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 9 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE JI-PARANÁ/RO. Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF-membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Glória Maria Paula da Silva Mattara (FUND. JICRED - membro suplente); Daiane Santos de Araújo (CEDB); Lígia Maria Maciel (SEMED); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES) e Alice Saturnino (SEMUSA). Às 8h18 a Secretária da Mesa diretora Ana Paula, abriu os trabalhos informando que o convite enviado pela SEMASF para abertura da Campanha "Faça Bonito" em alusão ao combate à exploração e violência sexual de crianças e adolescentes chegou em cima da hora e devido a pauta extensa, não foi possível remarcar a reunião ordinária, mas que devido a grande relevância do evento, a Presidente Maria José se ausentou da plenária para participar da abertura da campanha e que a plenária será presidida pela Vice-Presidente deste Colegiado, Sirlene Muniz que chegará na sequência. Os conselheiros manifestaram que o evento em alusão ao Maio Laranja é de extrema relevância para o colegiado e lamentam a não participação no evento devido ao conflito de data e que cabe aos organizadores se atentarem à articulação para efetiva participação de toda a Rede de Proteção em eventos como este. A pauta foi apresentada aprovada: **1. Memorando: 259/GAB-SEMASF/2026 - Edital no 01/2026/SEAS-CONSEDH:** Foi lido o memorando e o Edital eleitoral do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e considerando que o prazo de inscrição encontra-se extrapolado, ficou deliberado que o Edital será disponibilizado por aplicativo digital de comunicação WhatsApp apenas para conhecimento. **2. III Congresso brasileiro de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes:** Foi lido o convite e a programação do congresso que será realizado em Brasília/DF na data de 18 à 21 de maio. Ficando deliberada a participação de 4 (quatro) conselheiros de direitos considerando a paridade e a relevância na pauta como um todo e principalmente na construção da etapa Nacional de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e que os conselheiros que participarem do evento terão a responsabilidade de articulação local e strução do referido plano municipal. Ficando deliberada a participação de 2 (dois)

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	8	26/09/2026

ID: 3051881
CRC: A506C680
Processo: 0-0/0
Usuário: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Criação: 26/09/2026 17:47:29 Finalização: 26/09/2026 17:47:37

Processo Documento

MD5: B2B2D74826F48F6068DA72F6DF8CA146
SHA256: 11FB86CB6A9BF908438FC2547C7D4C417A3CF02F22DE16C6D7AFDEB13D1B4706

Súmula/Objeto:
CMDCA - Solicitação de publicação das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/09/2026 17:47:29

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO	26/09/2026 17:47:29

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Ofício 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051881 e o CRC A506C680.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

representantes governamentais sendo Ana Paula e Lígia Maciel e os representantes da sociedade civil Francisco Marcos e Marcilene Patrício visto que os conselheiros entenderam que a prioridade de participação seria da conselheira por estar presente na deliberação. Ficando a cargo da Secretária da Mesa diretora realizar os encaminhamentos burocráticos necessários. 3. **Apresentação do trabalho da Comissão Permanente de Fundos e Orçamentos:** Foi lido o OFÍCIO Nº 124/CDC/CMDCA/2026 que encaminhou as indagações à SEMASF conforme deliberação da última plenária e na sequência foi lido o Ofício nº42/ADM-SEMASF/2026 contendo a resposta encaminhada pela SEMASF. O presidente da Comissão, conselheiro Osvaldo Cazuza, apresentou à plenária a necessidade de trabalho da comissão. A secretária da mesa diretora Ana Paula se colocou à disposição para contribuir na abertura dos trabalhos da comissão, caso julgar necessário. Os conselheiros entenderam que a resposta não detalhou as indagações apresentadas e que cabe à comissão realizar o devido estudo para apresentar na próxima plenária a matéria. **4. Comissão Disciplinar e de Ética e dos Procedimentos Disciplinares:** Foi lido o Decreto nº 0446, de 10 de março de 2026, o qual altera a composição da referida Comissão, responsável pela apuração de infrações cometidas por Conselheiros Tutelares no exercício de suas funções no Município de Ji-Paraná, modificando o Decreto nº 0330/2026. A vice-presidente Sirlene Muniz relatou que o CMDCA ao tomar conhecimento da nomeação dos membros da Comissão, expediu o OFÍCIO Nº 72/CDC/CMDCA/2026 datado em 06 de março de 2026, cientificando os membros das denúncias, e de suas atribuições e que o expediente fora encerrado contendo a seguinte orientação: "Ao final dos trabalhos, a Comissão deverá encaminhar ao CMDCA o respectivo parecer conclusivo, contendo as análises e eventuais recomendações, para apreciação e deliberação do colegiado." Ao perceber que não haviam dado início aos trabalhos, expediu instrumento convocatório 01 onde deu ciência aos membros sobre a alteração do Decreto de composição e os convocou na data de 10 de abril para abertura dos trabalhos da comissão, caso não o tivessem feito. Na data marcada, devido a agenda da Presidente, a reunião foi acompanhada pela Vice-Presidente do CMDCA, conselheira Sirlene Muniz que após a leitura da Ata 1 de abertura dos trabalhos da Comissão Disciplinar, pontuou a necessidade dos trabalhos da comissão e que existe hoje no município, a Corregedoria Municipal e que os conselheiros tutelares, no exercício da sua função, revestidos de função pública, devem ser disciplinados como tal. Foi proposto que o CMDCA faça a indicação ao Prefeito Municipal

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

que haja alteração na Lei referente à Comissão Disciplinar para que seja atribuída à Corregedoria a função disciplinadora visto as condições de trabalho administrativo e competência técnica necessária para a atribuição tão delicada e séria. Os conselheiros pontuaram que a matéria já foi objeto de discussão e que não se sentem capazes de deliberar sobre essas matérias e que já foi alvo de outras manifestações mas sem resposta. E que a comissão do CMDCA teria o papel fiscalizador, normatizador e de acompanhamento, e a parte disciplinadora à cargo e competência da Corregedoria Municipal. Ficando deliberado que será realizada a leitura e estudo da legislação e os encaminhamentos necessários serão realizados. **5. Edital Governamental:** A comissão de Políticas de Atendimento aos Direitos, responsável pela elaboração do Edital Governamental explicou que foram realizadas as reuniões para construção da minuta e que foram convidados para contribuição a Mesa diretora do CMDCA. Foi informado que o Processo 27/2025 foi extinto devido às falhas em sua instrução inicial conforme apontado em Parecer jurídico e que foi aberto um novo Processo Eletrônico sob o número 8377/2026 sendo lido seu termo de abertura. O referido processo encontra-se no setor jurídico da SEMASF e após ser analisado e devolvido, será posto novamente em pauta. Foi pontuado que a minuta do Edital ficou carente de delimitação de participação exclusiva no município e será corrigida. **6. Relatório de Atividades da Comissão de Elaboração do Edital Governamental:** Foi lido o relatório que compõe o Processo 8377/2026 para apreciação do colegiado. O qual foi aprovado. **7. Comissão de Visitas:** A conselheira Ana Paula explicou que os trabalhos estavam sendo realizados em conjunto pelos conselheiros até a regularização da comissão e que por este motivo irá apresentar as informações e que passará a ser de responsabilidade da presidente Marcilene. Informou que a comissão analisou os documentos de renovação de Inscrição do Redenção, Casa de Nazaré, GAAJIPA e Divina Providência que foram considerados aptos para certificação. Os documentos de renovação de inscrição da Instituição de Acolhimento Girassol, Família Acolhedora, ABADÀ e ORABAN foram analisados e encontram-se com pendências a serem sanadas e que após os devidos encaminhamentos, retornarão para nova análise da comissão. A documentação de inscrição da ASSOMAPDA foi analisada e considerada inapta a princípio por não estar em conformidade com o exigido em resolução balizadora e que será objeto de visita da comissão para melhor compreensão das atividades desenvolvidas. Foi sugerido que seja oficiada à entidade sobre a negativa de inscrição antes da visita técnica. A

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

entidade Redenção será visitada devido a alteração de endereço. Ambas seriam visitadas na data de 05 de maio mas não tiveram disponibilidade para receber a comissão e que aguardam nova data oportuna. Os documentos da SEMES, Evolução, CASE, Resgate de Vidas, Creas PAEFI e Casa da Mulher foram recebidos e aguardam análise da comissão. **8. Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Foi lida a Nota Informativa Nº 01/2026 Sobre a 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CMDCA) e reforçado que encontram-se à disposição dos Conselheiros o Documento Orientador e Documento base para a realização da Conferência no âmbito municipal. Foi deliberado sobre a formação da Comissão responsável pelos estudos e propostas responsável pela Conferência Municipal, ficando nomeados os conselheiros Rui Vieira, Francisco Marcos, Glória Maria, Osvaldo Cazuza, Lígia Maciel, Marcilene, Daiane Araújo, Ivone Cristina e Ana Paula. **9. Eleição do CMDCA:** Foi explicado que por um lapso, não foi observada a data de término do mandato dos conselheiros e que inicialmente compreendiam que era em julho de 2026. Devido a necessidade de nova eleição foi proposta a nomeação de Comissão Eleitoral sendo indicados os conselheiros Ana Paula, Francisco Marcos, Alice, Silvia, Lígia, Marcilene e Matheus e como convidada representando a SEMASF, a senhora Tatiane Sene. Sendo necessária a expedição de resolução própria. **10. Informes:** Foi mencionada pela Presidente Maria José a necessidade de maior participação dos conselheiros representantes do CMDCA nas reuniões do Comitê de Escuta Especializada para garantir a efetividade da representatividade do CMDCA. Os conselheiros solicitaram a sua substituição, visto o demasiado acúmulo de atividades laborais no momento. Ficou deliberado pela continuidade dos conselheiros e maior engajamento no andamento dos trabalhos do Comitê. Foi informada a necessidade de publicidade, nas plenárias do CMDCA, dos trabalhos realizados pelas Comissões permanentes e temporárias e que cabe aos membros, cobrar e se manifestar perante ao andamento destas atividades. Foi abordada a necessidade de discorrer sobre a identidade visual do FUMCRIANÇA que o CMDCA não encaminhou às entidades participantes do Edital 1/2025. Ficou deliberado que enquanto não for aprovada a nova identidade visual, permanecerá sendo utilizada a logo do FUMCRIANÇA com a sua Lei 2472/2013 de criação e será expedido ofício circular para todas as entidades participantes. Ficando aprovado por todos os presentes e deverá ser utilizada em todas as ações custeadas com recursos do fundo, sejam bem permanentes e de custeio. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h53 e esta Ata

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

foi lavrada por mim, Ana Paula S. Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 0704, de 07 de abril de 2026.

Representantes do Poder Público

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)

Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)

Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)

Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)

Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)

Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)

Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)

Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)

Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)

Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)

Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)

Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)

Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)

Representantes da Sociedade Civil

Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)

José Antônio de Lima (CEDB – membro suplente)

Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)

Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)

Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)

Matheus Cristian de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro suplente)

Maria José da Silva (APAE – membro titular)

Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)

Angelita Farias Barboza Nogueira (JICRED - membro titular)

Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)

Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)

Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis
(Cantinho do Céu – membro titular)

Renata Tabarelli Kobayashi Colombo
(Cantinho do Céu – membro suplente)

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PREFEITURA DE Ji-Paraná

Memorando: 259/GAB-SEMASF/2026

À: Todos os setores

Assunto: Solicitação de ampla divulgação do Edital nº 01/2026/SEAS-CONSEDH

Venho por meio deste solicitar a Vossas Senhorias que seja realizada **ampla divulgação do Edital nº 01/2026/SEAS-CONSEDH**, utilizando os meios de comunicação disponíveis, com o objetivo de dar conhecimento a todos os interessados e assegurar a ampla participação do público-alvo.

Ressalto a importância de conferir a devida publicidade ao referido edital, garantindo transparência, alcance e efetividade na comunicação institucional.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Marley Muniz
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0420/GAB/PM/JP/2026

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ**, **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 28/04/2026 às 13:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2641450** e o código verificador **57582771**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	04/05/2026 10:07

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Anexo 01	28/04/2026	2641629

Docto ID: 2641450 v1

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 06/05/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	[illegible]	SEMAS	
2.	Matheus Cristiano da Silva	Casa do Menor	
3.	Marcilene Patrícia Ribeiro de	GAAJIPA	
4.	Sergio Mateus M da Silva	Semasf	
5.	Francisco Marcos [illegible]	IPER	
6.	Alice Soturnino de Castro	SEMUSA	
7.	[illegible] Vieira	SEMED	
8.	Gloria [illegible]	Fundação Juvenil	
9.	Birlene Muniz	SEMASF	
10.	Maria José da Silva	APAE	
11.	Ana Paula S. Albuquerque	Semasf	
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

RONDÔNIA
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
Gerência de Direitos Humanos - SEAS-GDH

Memorando nº 11/2026/SEAS-GDH

Aos (as) Senhores (as)
GERENTES REGIONAIS
Gerências Regionais
Coordenadoria Regional - COOR
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
NESTA

Assunto: **Divulgação do Edital nº 01/2026/SEAS-CONSEDH.**

Senhores (as) Gerentes,

Com nossos cordiais cumprimentos, solicitamos o apoio de vossa respectiva Gerência Regional na divulgação do **Edital nº 01/2026/SEAS-CONSEDH**, referente ao processo de escolha dos representantes da sociedade civil para composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH, biênio 2026-2028.

Considerando a importância de assegurar ampla publicidade, participação social e alcance territorial ao processo eleitoral, solicitamos, se possível, que essa Gerência Regional dê conhecimento do referido Edital às **Secretarias Municipais de Assistência Social** conforme respectivas circunscrições, bem como, quando couber, às entidades da sociedade civil com atuação na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos em sua área de abrangência.

A colaboração dessa Gerência é fundamental para fortalecer a participação das organizações e instituições aptas, promovendo maior capilaridade da informação e contribuindo para a legitimidade e representatividade do processo de escolha.

Encaminhamos, para fins de divulgação, o Edital e seus respectivos anexos, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos por meio da Gerência de Direitos Humanos desta CODH, na pessoa da Gerente Débora Volpi.

Atenciosamente,

DÉBORA DE ALMEIDA VOLPI
Gerente Estadual de Direitos Humanos

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Debora de Almeida Volpi** , **Gerente**, em 17/04/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

ID: 2651629 e CRC: B42E0E0E

Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Marques de Amorim Gondim Assuncao**, **Coordenador(a)**, em 17/04/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **71339894** e o código CRC **1FA5138F**.

Referência: Caso responda este Memorando, indicar expressamente o Processo nº 0026.003045/2026-95 SEI nº 71339894

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 72
Disponibilização: 15/04/2026
Publicação: 15/04/2026

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - SEAS-CONSEDH

EDITAL Nº 1/2026/SEAS-CONSEDH

EDITAL PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARTICULAR PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – CONSEDH, BIÊNIO 2026-2028

O **ESTADO DE RONDÔNIA**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA, DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEAS** que, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 4º, incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII, e §§ 2º, 4º e 5º, da Lei Complementar nº 709, de 19 de abril de 2013, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 742, de 5 de dezembro de 2013, e nº 869, de 9 de maio de 2016, torna pública a abertura do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARTICULAR** que **integrarão o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH, para o biênio 2026-2028.**

DO PROPÓSITO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presente Edital tem por finalidade regulamentar o processo de inscrição, habilitação, credenciamento e escolha dos representantes da sociedade civil e da instituição de ensino superior particular para compor o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH, assegurando critérios objetivos, transparência e representatividade territorial no biênio 2026-2028.

DO OBJETO

Art. 1º Este Edital disciplina o processo de inscrição, habilitação, credenciamento e escolha, em Fórum de Eleição Virtual Assíncrono, dos representantes da sociedade civil e da instituição de ensino superior particular para composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH, para o biênio 2026-2028, observada a seguinte composição:

I – 01 (um) representante da sociedade civil, indicado por entidade com personalidade jurídica e atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos, com sede ou atuação em Porto Velho ou região, há no mínimo 02 (dois) anos;

II – 01 (um) representante da sociedade civil, indicado por entidade com personalidade jurídica e atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos, com sede ou atuação em Ariquemes ou região, há no mínimo 02 (dois) anos;

III – 01 (um) representante da sociedade civil, indicado por entidade com personalidade jurídica e atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos, com sede ou atuação em Ji-Paraná ou região, há no mínimo 02 (dois) anos;

IV – 01 (um) representante da sociedade civil, indicado por entidade com personalidade jurídica e atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos, com sede ou atuação em Cacoal ou região, há no mínimo 02 (dois) anos;

V – 01 (um) representante da sociedade civil, indicado por entidade com personalidade jurídica e atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos, com sede ou atuação em Vilhena ou região, há no mínimo 02 (dois) anos;

VI – 01 (um) representante de instituição de ensino superior particular com atuação no Estado de Rondônia.

§ 1º Cada entidade ou instituição eleita indicará, após a homologação do resultado final, 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, para nomeação na forma da legislação aplicável.

§ 2º Para os fins deste Edital, considera-se:

I – Região: o polo territorial de referência correspondente às vagas previstas nos incisos I a V do caput;

II – Atuação na respectiva região: a realização comprovada, contínua ou reiterada, de ações, projetos, atendimentos, campanhas, formações, incidência, pesquisa, promoção, proteção ou defesa de direitos humanos no município-sede da entidade ou em municípios vinculados ao respectivo polo territorial informado no ato da inscrição;

III – Fórum de Eleição Virtual Assíncrono: o ambiente virtual oficial do processo eleitoral, com período previamente definido para acesso, registro de voto, encerramento e apuração, sem necessidade de presença simultânea dos participantes.

§ 3º Para fins deste Edital, a abrangência territorial das vagas regionais previstas nos incisos I a V do caput observará a distribuição constante do Anexo V, elaborada com base na regionalização oficial do Estado de Rondônia estabelecida pela Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007, sem alteração da composição do Conselho fixada em lei.

DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO

Art. 2º O processo de escolha de que trata este Edital será realizado por meio de Fórum de Eleição Virtual Assíncrono, com ampla divulgação em todo o Estado de Rondônia, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS.

Art. 3º A Comissão Eleitoral constituída pela Resolução nº 2/2026/SEAS-CONSEDH, com prazo de atuação prorrogado pela Resolução nº 3/2026/SEAS-CONSEDH, será responsável pela organização e condução do processo de escolha, competindo-lhe:

I – receber e analisar os pedidos de inscrição;

II – divulgar a relação preliminar e final das entidades e instituições habilitadas;

III – apreciar os recursos;

IV – organizar o Fórum de Eleição Virtual Assíncrono e definir seus procedimentos operacionais;

V – disponibilizar, controlar e encerrar os instrumentos eletrônicos de votação;

VI – proceder à apuração dos votos;

VII – lavrar ata circunstanciada do Fórum de Eleição Virtual Assíncrono;

VIII – deliberar sobre os casos omissos no âmbito deste Edital.

Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo serão exercidas em conformidade com a resolução que instituiu a Comissão Eleitoral, com o regimento do Conselho e com as demais normas aplicáveis.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Art. 4º Poderão participar do processo de escolha:

I – as entidades da sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com atuação na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos na respectiva região, há no mínimo 02 (dois) anos;

II – as instituições de ensino superior particulares regularmente constituídas e em funcionamento, com atuação no Estado de Rondônia.

§ 1º As entidades e instituições atualmente integrantes do Conselho poderão participar do processo, observada a vedação de recondução do mesmo representante por mais de uma vez, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º A habilitação da entidade ou instituição não se confunde com:

I – a indicação posterior do representante titular e do suplente;

II – o credenciamento do representante votante.

Art. 5º São requisitos para habilitação das entidades da sociedade civil:

I – existência legal comprovada;

II – atuação mínima de 02 (dois) anos na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos;

III – sede ou atuação comprovada na região correspondente à vaga pleiteada;

IV – regularidade documental, nos termos deste Edital;

V – finalidade institucional compatível com a promoção e defesa dos direitos humanos.

Art. 6º São requisitos para habilitação da instituição de ensino superior particular:

I – regular constituição e funcionamento;

II – atuação no Estado de Rondônia;

III – comprovação de atuação acadêmica, extensionista, de pesquisa, formação ou incidência institucional relacionada a direitos humanos, cidadania, grupos vulnerabilizados, políticas sociais ou temas correlatos;

IV – regularidade documental, nos termos deste Edital.

Art. 7º É vedada a participação:

I – de entidade ou instituição com inscrição intempestiva;

II – de entidade ou instituição que não atenda aos requisitos de habilitação previstos neste Edital;

III – de entidade ou instituição que apresente documentação incompleta, ilegível ou incompatível com as informações declaradas;

IV – de mais de uma inscrição da mesma entidade ou instituição para a mesma vaga;

V – de entidade da sociedade civil em vaga diversa da correspondente à sua região de referência, ressalvada deliberação motivada da Comissão Eleitoral em caso de vaga remanescente.

DAS INSCRIÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º As inscrições serão realizadas no período definido no Anexo III, mediante preenchimento do Requerimento de Inscrição constante do Anexo I e envio da documentação exigida neste Edital, por meio do formulário eletrônico disponibilizado no link indicado no Anexo IV.

§ 1º Não serão aceitas inscrições por meio diverso do previsto no caput.

§ 2º A inscrição implica ciência e concordância da entidade ou instituição com as regras deste Edital.

Art. 9º As entidades e instituições interessadas deverão encaminhar, em arquivo único no formato PDF, os seguintes documentos:

I – Requerimento de inscrição assinado pelo representante legal;

II – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – Estatuto, regimento, contrato social, ato constitutivo ou documento equivalente;

IV – Ata de eleição da atual diretoria, termo de posse ou documento equivalente que comprove a representação legal, registrado em cartório;

V – Documento oficial de identificação do representante legal signatário;

VI – Documentos aptos a comprovar a atuação institucional compatível com o objeto deste Edital;

VII – No caso das entidades da sociedade civil, documentos aptos a comprovar a atuação na respectiva região pelo período mínimo exigido;

VIII – No caso de instituição de ensino superior particular, documento comprobatório do regular funcionamento e da atuação no Estado de Rondônia.

§ 1º A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do formulário eletrônico de inscrição indicado no art. 8º deste Edital.

§ 2º Serão aceitas assinaturas físicas digitalizadas, assinaturas eletrônicas via gov.br ou outro meio idôneo de autenticação.

§ 3º Os documentos deverão observar, preferencialmente, a ordem dos incisos deste artigo.

§ 4º A ausência dos documentos previstos nos incisos I, II, III, IV ou V implicará inabilitação, assegurado o direito ao recurso.

§ 5º A suficiência da documentação prevista nos incisos VI a VIII será apreciada pela Comissão Eleitoral, mediante decisão fundamentada, assegurado o direito ao recurso.

§ 6º Não será admitida, após o encerramento das inscrições, inclusive em sede recursal, a apresentação de documento novo destinado a suprir requisito essencial de habilitação, ressalvada a juntada de documento preexistente encaminhado exclusivamente para esclarecimento, complementação formal ou saneamento de dúvida objetiva suscitada pela Comissão Eleitoral.

DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES E DA HABILITAÇÃO

Art. 10. Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Eleitoral procederá à análise da documentação e divulgará a relação preliminar das entidades e instituições habilitadas e inabilitadas, com a respectiva fundamentação.

§ 1º Na análise das inscrições das entidades da sociedade civil, a Comissão Eleitoral apreciará a adequação da entidade à vaga regional pretendida, considerando o município-sede informado no ato de inscrição, a documentação apresentada e a comprovação de atuação territorial compatível com o polo regional indicado.

§ 2º A ausência de comprovação suficiente da vinculação territorial da entidade à vaga regional pretendida poderá ensejar sua inabilitação, mediante decisão fundamentada.

DOS RECURSOS QUANTO À HABILITAÇÃO

Art. 11. Da decisão de inabilitação caberá recurso, inclusive quanto à análise da documentação e da adequação da entidade à vaga regional pretendida, no prazo previsto no Anexo III, por meio eletrônico indicado na publicação do resultado preliminar.

§ 1º O recurso deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico cedh@seas.ro.gov.br, com a identificação do assunto como "Recurso – Habilitação – Edital nº 01/2026/SEAS-CONSEDH", observados o prazo e as demais exigências deste Edital.

§ 2º O recurso deverá conter, de forma objetiva:

I – identificação da entidade ou instituição recorrente;

II – indicação do item ou requisito impugnado;

III – fundamentação do pedido;

IV – documentos estritamente necessários à demonstração do alegado, quando cabíveis.

§ 3º O recurso será apreciado pela Comissão Eleitoral, que proferirá decisão fundamentada.

§ 4º Não será conhecido o recurso apresentado fora do prazo, sem identificação do recorrente ou sem fundamentação mínima.

§ 5º O recurso deverá restringir-se à impugnação dos fundamentos da decisão de inabilitação, vedada sua

utilização para apresentação de documentos novos ou complementares destinados a suprir ausência documental ou requisito essencial de habilitação não comprovado no prazo de inscrição.

§ 6º O recurso não terá efeito suspensivo, salvo decisão fundamentada da Comissão Eleitoral.

DO CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE VOTANTE

Art. 12. Após a publicação da relação final das entidades e instituições habilitadas, cada entidade ou instituição deverá credenciar 01 (um) representante votante, responsável por registrar, em seu nome, o voto correspondente.

§ 1º O credenciamento será realizado no prazo previsto no Anexo III, por meio do formulário eletrônico disponibilizado no link indicado no Anexo IV, encerrando-se às 13h30, horário local de Porto Velho/RO, do último dia estabelecido para o credenciamento do representante votante.

§ 2º No ato do credenciamento, deverão ser informados, no mínimo:

I – nome completo do representante votante;

II – CPF;

III – endereço eletrônico (e-mail);

IV – vínculo com a entidade ou instituição habilitada;

V – conta Google a ser utilizada para acesso ao formulário eletrônico de votação.

§ 3º Cada entidade ou instituição habilitada poderá credenciar apenas 01 (um) representante votante, ao qual corresponderá 01 (um) voto.

§ 4º A ausência de credenciamento no prazo previsto impedirá a participação da entidade ou instituição no Fórum de Eleição.

§ 5º O credenciamento do representante votante implicará autorização para utilização dos dados estritamente necessários à identificação, autenticação e registro do voto no ambiente virtual oficial.

§ 6º O credenciamento do representante votante pressupõe a indicação de conta Google válida e ativa, a ser utilizada exclusivamente para acesso ao formulário eletrônico de votação.

DO FÓRUM DE ELEIÇÃO VIRTUAL ASSÍNCRONO

Art. 13. A escolha dos representantes ocorrerá em Fórum de Eleição Virtual Assíncrono, na data prevista no Anexo III, com ampla divulgação em todo o Estado.

§ 1º O Fórum de Eleição Virtual Assíncrono consistirá na abertura formal, pela Comissão Eleitoral, de período específico de votação eletrônica destinado exclusivamente aos representantes votantes previamente credenciados das entidades e instituições habilitadas.

§ 2º O voto será pessoal, único e intransferível, vedada a votação por procuração.

§ 3º O período de votação será iniciado às 08h00 e encerrado, impreterivelmente, às 17h00 da mesma data, horário local de Porto Velho/RO, observado o Anexo III.

§ 4º Encerrado o horário estabelecido, não serão admitidos votos intempestivos.

Art. 14. Na hipótese de falha técnica que comprometa de forma relevante a regularidade da votação, a Comissão Eleitoral poderá suspender, prorrogar ou redesignar o Fórum, mediante decisão motivada e imediata publicidade no portal oficial da SEAS.

Art. 15. A votação será realizada exclusivamente por meio de formulários eletrônicos disponibilizados pela Comissão Eleitoral, destinados apenas aos representantes previamente credenciados.

§ 1º Para fins de identificação, segurança e unicidade do voto, o acesso ao formulário eletrônico exigirá:

I – autenticação em conta Google previamente informada no credenciamento;

II – coleta do endereço eletrônico vinculado à conta Google utilizada na votação;

III – limitação de uma única resposta por usuário;

IV – preenchimento dos dados de identificação do representante votante e da entidade ou instituição representada.

§ 2º Serão invalidados os votos registrados em desacordo com as regras deste Edital, especialmente nos seguintes casos:

I – duplicidade de votos pela mesma entidade ou instituição;

II – voto registrado por representante não credenciado;

III – utilização de conta Google diversa daquela informada no credenciamento;

IV – inconsistência insanável na identificação do votante ou da entidade ou instituição representada;

V – voto registrado fora do prazo estabelecido.

§ 3º Os links dos formulários eletrônicos de votação constam do Anexo IV deste Edital.

§ 4º O acesso ao formulário eletrônico de votação não gera, por si só, direito à participação no processo eleitoral, sendo considerados válidos apenas os votos registrados por representantes devidamente credenciados.

Art. 16. Somente participarão do processo de escolha as entidades e instituições previamente habilitadas, por intermédio de seus representantes votantes devidamente credenciados.

Art. 17. Cada representante votante exercerá 01 (um) voto em nome da entidade ou instituição que representa, observado o respectivo segmento e a vaga ou categoria em disputa.

Parágrafo único. O voto somente poderá ser registrado na vaga regional ou categoria para a qual a entidade ou instituição esteja habilitada e credenciada.

DA ESCOLHA DAS REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 18. Na escolha das representações da sociedade civil, cada entidade habilitada votará exclusivamente na vaga regional correspondente à sua inscrição, em favor de 01 (uma) das entidades concorrentes da mesma região.

§ 1º Consideram-se vagas regionais correspondentes àquelas previstas para:

I – Porto Velho ou região;

II – Ariquemes ou região;

III – Ji-Paraná ou região;

IV – Cacoal ou região;

V – Vilhena ou região.

§ 2º É vedado o registro de voto pela entidade habilitada em seu próprio favor, hipótese em que o voto será invalidado pela Comissão Eleitoral.

§ 3º A entidade habilitada em determinada região somente poderá votar na respectiva vaga regional, vedado o voto em vaga diversa.

§ 4º A Comissão Eleitoral deverá indicar, previamente à abertura da votação, quais entidades habilitadas concorrem em cada vaga regional.

DA ESCOLHA DA REPRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARTICULAR

Art. 19. Na escolha da representação da instituição de ensino superior particular, cada instituição habilitada participará do processo eleitoral por meio de 01 (um) voto, a ser registrado por seu representante votante credenciado, em favor de 01 (uma) das instituições concorrentes à vaga da categoria.

§ 1º É vedado o registro de voto pela instituição de ensino superior particular habilitada em seu próprio favor, hipótese em que o voto será invalidado pela Comissão Eleitoral.

§ 2º Poderão concorrer à vaga prevista no caput as instituições de ensino superior particular sediadas em qualquer município do Estado de Rondônia, desde que regularmente habilitadas nos termos deste Edital.

§ 3º Todas as instituições de ensino superior particular habilitadas poderão votar na vaga prevista no caput, independentemente do município em que estejam sediadas.

Art. 20. Havendo apenas 01 (uma) instituição de ensino superior particular habilitada para a vaga da categoria, esta será declarada eleita por aclamação, dispensada a votação correspondente.

Art. 21. Será considerada eleita, na vaga da instituição de ensino superior particular, a instituição que obtiver o maior número de votos válidos entre as concorrentes da categoria.

Art. 22. É vedada a participação de entidades da sociedade civil na votação da vaga de instituição de ensino superior particular, assim como é vedada a participação das instituições de ensino superior particulares nas votações das vagas regionais da sociedade civil.

DO DESEMPATE

Art. 23. Em caso de empate entre entidades ou instituições concorrentes, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I – maior tempo de atuação institucional comprovada na promoção, proteção ou defesa dos direitos humanos, quando se tratar de entidade da sociedade civil;

II – maior tempo de constituição formal da entidade ou da instituição;

III – persistindo o empate, sorteio realizado pela Comissão Eleitoral, com registro em ata.

DO RESULTADO E DOS RECURSOS

Art. 24. Encerrado o período de votação, a Comissão Eleitoral procederá à apuração dos votos e divulgará o resultado preliminar na data prevista no Anexo III, contendo, no mínimo:

I – a relação das entidades da sociedade civil concorrentes por vaga regional e das instituições de ensino superior particular concorrentes à vaga da categoria;

II – o quantitativo de votos válidos obtidos por cada entidade e instituição de ensino superior particular;

III – a indicação das entidades ou instituição provisoriamente eleitas;

IV – a indicação de eventuais votos invalidados, com a respectiva motivação, quando houver.

Art. 25. Poderá ser interposto recurso contra o resultado preliminar por representante legal da entidade ou instituição participante do processo eleitoral, no prazo estabelecido no Anexo III.

§ 1º O recurso deverá ser apresentado por meio do endereço eletrônico: cedh@seas.ro.gov.br, com a identificação do assunto como "Recurso - Resultado Preliminar - Edital nº 01/2026/SEAS-CONSEDH", observados o prazo e as demais exigências deste Edital.

§ 2º O recurso deverá conter, de forma objetiva:

I – identificação da entidade ou instituição recorrente;

II – nome do representante legal;

III – fundamento do recurso, com exposição clara dos fatos e do pedido;

IV – documentos comprobatórios, quando houver.

§ 3º Não serão conhecidos os recursos:

I – interpostos fora do prazo;

II – apresentados por pessoa sem legitimidade;

III – sem identificação da entidade ou instituição recorrente;

IV – desprovidos de fundamentação mínima;

V – que tratem de matéria estranha ao processo eleitoral disciplinado neste Edital;

VI – acompanhados de documentos ilegíveis ou ininteligíveis, quando indispensáveis à apreciação da matéria recursal.

Art. 26. Os recursos serão analisados pela Comissão Eleitoral, que poderá:

I – indeferi-los, mantendo integralmente o resultado preliminar;

II – deferi-los, com alteração do resultado preliminar;

III – determinar a retificação de informações, a recontagem de votos, solicitar esclarecimentos ou a invalidação de voto(s), quando constatada irregularidade.

Parágrafo único. A decisão da Comissão Eleitoral sobre os recursos deverá ser fundamentada e registrada em ata ou documento equivalente.

Art. 27. Após o julgamento dos recursos, será publicado o resultado final homologado, contendo:

I – a relação definitiva das entidades da sociedade civil por vaga regional e instituição de ensino superior particular;

II – o quantitativo final de votos válidos;

III – a indicação das decisões recursais que tenham alterado o resultado preliminar, quando houver.

Art. 28. O resultado final homologado encerra a fase eleitoral de que trata este Edital, iniciando-se, a partir de sua publicação, o prazo para indicação dos representantes titular e suplente pelas entidades e instituição eleitas.

DA INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES TITULAR E SUPLENTE

Art. 29. Após a publicação do resultado final homologado, as entidades e instituições eleitas terão o prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados da publicação do resultado final homologado, para encaminhar, por meio de ofício subscrito pelo representante legal, a indicação de 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente para compor o CONSEDH.

§ 1º O titular e o suplente deverão pertencer à mesma entidade ou instituição eleita.

§ 2º O ofício deverá vir acompanhado da qualificação completa dos indicados e da documentação pessoal mínima exigida para nomeação.

§ 3º O não encaminhamento da indicação no prazo previsto implicará perda da vaga, convocando-se a entidade ou instituição subsequente mais votada para fazê-lo em igual prazo.

§ 4º Inexistindo entidade ou instituição subsequente apta, a Comissão Eleitoral deliberará sobre a reabertura do chamamento para a vaga remanescente.

DO MANDATO E DA NOMEAÇÃO

Art. 30. O mandato dos membros do CONSEDH será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, nos termos da legislação de regência.

Art. 31. Após a indicação regular dos membros titulares e suplentes, será adotado o procedimento administrativo cabível para formalização da nomeação pela autoridade competente.

DAS VAGAS REMANESCENTES

Art. 32. Na hipótese de ausência de inscrições, de inexistência de habilitados ou de vacância superveniente antes da nomeação, a Comissão Eleitoral poderá:

I – convocar a entidade ou instituição subsequente, quando houver;

II – declarar a vaga remanescente;

III – propor a abertura de novo chamamento específico para a vaga não preenchida.

Parágrafo único. Para as vagas regionais da sociedade civil, a convocação observará prioritariamente a ordem classificatória da respectiva região.

DAS PUBLICAÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. As publicações e comunicações relativas a este Edital serão realizadas no Portal da Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, que constitui o meio oficial de divulgação dos atos do processo de escolha, para fins de ciência dos interessados e contagem dos prazos previstos neste Edital, ressalvadas as hipóteses de publicação obrigatória no Diário Oficial do Estado de Rondônia previstas no artigo seguinte.

Art. 34. Serão publicados no Diário Oficial do Estado de Rondônia:

I – o Edital de abertura do processo de escolha;

II – o resultado final homologado do processo de escolha;

III – os atos de retificação, suspensão, anulação ou revogação do Edital, quando houver.

Art. 35. A ata circunstanciada do Fórum de Eleição Virtual Assíncrono deverá conter, no mínimo:

I – a data de realização do Fórum;

II – o horário de abertura e de encerramento do período de votação;

III – a relação das entidades e instituições habilitadas;

IV – a relação dos representantes votantes credenciados;

V – o quantitativo de votos válidos e invalidados, se houver;

VI – o resultado apurado por vaga regional;

VII – eventuais ocorrências relevantes.

Art. 36. Os dados pessoais apresentados no âmbito deste processo serão utilizados exclusivamente para fins de inscrição, habilitação, credenciamento, votação, apuração, nomeação e controle administrativo do certame, observada a publicidade estritamente necessária dos atos oficiais.

Parágrafo único. Não serão divulgados dados pessoais além do necessário ao cumprimento da finalidade pública do processo e das exigências legais de transparência.

Art. 37. Informações complementares poderão ser obtidas por meio do correio eletrônico: cedh@seas.ro.gov.br

Art. 38. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, observada a Lei Complementar nº 709/2013, a Resolução n. 2/2026/SEAS-CONSEDH, com prazo de atuação prorrogado pela Resolução nº 3/2026/SEAS-CONSEDH, e as demais normas aplicáveis.

Porto Velho, 15 de abril de 2026.

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO
Presidente da Comissão Eleitoral

LAYDE LANA BORGES DA SILVA
Comissão Eleitoral

ROGÉRIO TELES DA SILVA
Comissão Eleitoral

ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

À Comissão Eleitoral do Processo de Escolha para composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONSEDH.

A entidade/instituição _____,
inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à
_____,
neste ato representada por
_____,
cargo _____, CPF nº
_____,
vem requerer sua inscrição no processo de escolha para composição do **CONSEDH – biênio 2026-2028**, na seguinte região/categoria:

( ) Sociedade Civil – Porto Velho ou região
( ) Sociedade Civil – Ariquemes ou região
( ) Sociedade Civil – Ji-Paraná ou região
( ) Sociedade Civil – Cacoal ou região
( ) Sociedade Civil – Vilhena ou região
( ) Instituição de Ensino Superior Particular

Declara, para os devidos fins, que:

I – conhece e aceita integralmente as regras do Edital;
II – apresenta, em anexo, a documentação exigida;
III – as informações prestadas são verdadeiras, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de 2026.

Nome do(a) representante legal
Cargo
Assinatura

ANEXO II - FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE VOTANTE

FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE VOTANTE

A entidade/instituição

_____,

já habilitada no processo de escolha para composição do CONSEDH – biênio 2026-2028, credencia o(a) seguinte representante para participar do Fórum de Eleição Virtual Assíncrono e registrar o voto correspondente:

Nome completo: _____

CPF: _____

E-mail: _____

Conta Google a ser utilizada na votação: _____

Vínculo com a entidade/instituição: _____

Declara, para os devidos fins, que o(a) representante acima identificado(a) está autorizado(a) a participar do Fórum de Eleição e registrar o voto em nome desta entidade/instituição.

Local, ____ de _____ de 2026.

Nome do(a) representante legal
Cargo
Assinatura

ANEXO III - CALENDÁRIO

Etapa	Data
Publicação do Edital	15/04/2026
Período de inscrições	15/04/2026 a 04/05/2026
Análise da documentação	05/05/2026 a 11/05/2026
Divulgação preliminar das habilitações	12/05/2026
Prazo para interposição de recurso contra inabilitação	13/05/2026 e 14/05/2026
Análise dos recursos	15/05/2026 a 20/05/2026
Divulgação final das habilitações	21/05/2026
Prazo para credenciamento do representante votante	22/05/2026 a 25/05/2026 até 13h30
Realização do Fórum de Eleição Virtual Assíncrono	26/05/2026
Abertura da votação eletrônica	26/05/2026 às 08h00
Encerramento da votação eletrônica	26/05/2026 às 17h00
Apuração dos votos	27/05/2026
Publicação do resultado preliminar	28/05/2026
Prazo para recurso contra o resultado preliminar	29/05/2026 a 01/06/2026
Análise dos recursos do resultado	02/06/2026 a 08/06/2026
Publicação do resultado final homologado	09/06/2026
Prazo para indicação de titular e suplente pelas entidades/instituições eleitas	10/06/2026 a 12/06/2026
Encaminhamento da minuta de decreto à Casa Civil	15/06/2026

ANEXO IV - LINKS DOS FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS DO PROCESSO DE ESCOLHA

Finalidade	Link
Formulário de inscrição/habilitação	https://forms.gle/uniQLUpCGuQ9s1to7
Formulário de credenciamento do representante votante	https://forms.gle/28oQWhUpxW8LgywS7
Formulário de votação – Sociedade Civil – Porto Velho ou região	https://forms.gle/ywcNiogTZspYDFeT8
Formulário de votação – Sociedade Civil – Ariquemes ou região	https://forms.gle/KCqGYairRF1X34p39
Formulário de votação – Sociedade Civil – Ji-Paraná ou região	https://forms.gle/nBBWaysJj8ND7U4h7
Formulário de votação – Sociedade Civil – Cacoal ou região	https://forms.gle/UtWxPmbekpXEMJ9N9
Formulário de votação – Sociedade Civil – Vilhena ou região	https://forms.gle/M9hZz5RGgvkzFUDz6
Formulário de votação – Instituição de Ensino Superior Particular	https://forms.gle/o3F21cY7eekrYWMBA

ANEXO V - DA ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DAS VAGAS REGIONAIS

Para fins de participação no processo de escolha disciplinado por este Edital, as vagas regionais da sociedade civil previstas no art. 1º, incisos I a V, observarão a seguinte abrangência territorial:

I – Vaga regional: Porto Velho ou região

Compreende:

- Região de Planejamento e Gestão de Porto Velho;
- Região de Planejamento e Gestão de Guajará-Mirim.

II – Vaga regional: Ariquemes ou região

Compreende:

- Região de Planejamento e Gestão de Ariquemes;
- Região de Planejamento e Gestão de Jaru.

III – Vaga regional: Ji-Paraná ou região

Compreende:

- Região de Planejamento e Gestão de Ji-Paraná;
- Região de Planejamento e Gestão de Ouro Preto do Oeste.

IV – Vaga regional: Cacoal ou região

Compreende:

- Região de Planejamento e Gestão de Cacoal;
- Região de Planejamento e Gestão de Rolim de Moura;
- Região de Planejamento e Gestão de São Francisco do Guaporé.

V – Vaga regional: Vilhena ou região

Compreende:

- Região de Planejamento e Gestão de Vilhena.

Documento assinado eletronicamente por **Layde Lana Borges da Silva**, **Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO TELES DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 14/04/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO**, **Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **70008125** e o código CRC **AE9F8DEC**.

Referência: Caso responda este Edital, indicar expressamente o Processo nº 0026.002097/2026-44 SEI nº 70008125

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Anexo	01	28/04/2026

ID: 2641629
CRC: 1127039B
Processo: 0-0/0
Usu®rio: VALERIA DE ASSIS LIMA
Cria´²o: 28/04/2026 13:38:48 Finaliza´²o: 28/04/2026 13:38:55

Processo Documento

MD5: 30E6A75AEF94FC417515CEA6E988108D
SHA256: BBFFB36B9A5998752EE042B2ED90F427E55E676572D52AB23981F7D465708B79

Sßmula/Objeto:
Memorando nł 11/2026/SEAS-GDH

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	28/04/2026 13:38:48

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	28/04/2026 13:38:48

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 259	28/04/2026	2641450

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2641629 e o CRC 1127039B.

D: 3051882 e CRC: B44E883E

18 de maio (segunda-feira) | Museu Nacional – Brasília/DF

09h às 19h - Início das atividades do III Congresso Brasileiro

- 11h – Credenciamento
- 14h – Abertura
- 16h – Mesa de debate: Em que momento estamos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes?
- 18h30 – Prêmio Neide Castanha

19 de maio (terça-feira) | UNB – Brasília/DF

09h às 17h – Apresentação de trabalhos selecionados, organizados por eixos temáticos:

- Políticas e planos de atendimento
- Violências sexuais on-line
- Modalidades de violências sexuais
- Sistema de justiça e segurança
- Participação cidadã de crianças e adolescentes
- Rede de proteção, fluxos e protocolos de atendimento.

https://sites.google.com/view/iiicbevsca/programação
ID: 3051882 e CRC: B44E883E

09h às 17h – Etapa Nacional de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, organizada por eixos:

- Saúde
- Educação, ciência e tecnologia
- Assistência social
- Justiça e segurança pública
- Esporte, lazer e cultura
- Mídia e comunicação
- Trabalho e turismo
- Meio ambiente e direito à cidade

21 de maio (quinta-feira) | Museu Nacional – Brasília/DF

09h – Mesa de encerramento: desafios e perspectivas de implementação do Plano Nacional

https://sites.google.com/view/iiicbevsca/programação
ID: 3051882 e CRC: B44E883E



ID: 3051882 e CRC: B44E883E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PREFEITURA DE Ji-Paraná

Ofício nº42/ADM-SEMASF/2026

Ji-Paraná/RO, 28 de abril de 2026.

Ao Conselho Municipal,
À Senhora Presidente,
Maria José da Silva,

Senhora Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 124/CDC/CMDCA/2026, vimos por meio deste prestar as informações solicitadas referentes à prestação de contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, exercício de 2025.

No que se refere às despesas apontadas, destacam-se os valores de R$ 19.436,65 relativos a diárias e R$ 17.034,68 destinados a coffee break. Cumpre esclarecer que, no exercício de 2025, foram realizados diversos eventos, incluindo conferências e ações como o projeto Declare Seu Amor, que demandaram tais despesas.

As diárias foram concedidas à presidente e aos membros dos Conselhos Tutelares, bem como em outras situações devidamente deliberadas por este Conselho, incluindo deslocamento para Gravatá. Ressalta-se que, à época, não havia dotação orçamentária específica prevista para determinadas demandas, sendo necessária a deliberação do Conselho para viabilizar tais despesas.

Importa destacar, ainda, que a prestação de contas de cada fundo é encaminhada mensalmente pelo setor de contabilidade, cabendo a este Conselho a devida análise.

Por fim, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, inclusive de forma presencial, caso necessário, a fim de sanar eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Alandes da Silva Soares
Gerente Especial Administrativo, Contábil e Econômico do FMAS
Decreto nº 1482/GAB/PM/JP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA
Documento assinado eletronicamente por **ALANDES DA SILVA SOARES**, **GERENTE ESPECIAL ADMINISTRATIVO/CONTABIL/ECONOMICO**, em 28/04/2026 às 12:27, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2640770** e o código verificador **6031CB4D**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	VALERIA DE ASSIS LIMA	***.375.842-**	28/04/2026 13:03
2	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	28/04/2026 13:05

Docto ID: 2640770 v1

para a devida nomeação, após, criar comissões processuais para os trabalhos, criar uma caixa sigilosa no E.Proc que seria o canal de envio das denúncias. É necessário esclarecer para os membros o porquê dessa comissão. Doutor Armando Reigota esclareceu que não há ilegalidade deste ato, mas sim deve haver sigilo absoluto. A membro Edinelma de Oliveira Santana, compareceu no final da reunião, já na leitura da Ata. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata de abertura, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Marcela Inácio da Silva: Não Compareceu

b) Letícia Aparecida de Moura Freitas: Não Compareceu

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Vanessa Leite Barbosa: Vanessa Leite Barbosa.

b) Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva:

III - Representante da Procuradoria-Geral do Município:

a) Armando Reigota Ferreira Filho:

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família:

a) Elizeth da Silva Santana: Elizeth S. Santana

b): Edinelma de Oliveira Santana: Não compareceu

V - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMCA:

a)Sirlene Muniz Ferreira e Cândido:

ATA DE ABERTURA DA COMISSÃO DISCIPLINAR E DE ÉTICA E DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se, na sala de reuniões da Subprefeitura, os membros da Comissão Disciplinar e de Ética e dos Procedimentos Disciplinares, nomeados pelo Decreto nº 0446, de 10 de março de 2026, o qual altera a composição da referida Comissão, responsável pela apuração de infrações cometidas por Conselheiros Tutelares no exercício de suas funções no Município de Ji-Paraná, modificando o Decreto nº 0330/2026 e dando outras providências. A presente reunião caracteriza-se como ato de abertura dos trabalhos da Comissão. A reunião foi iniciada com as boas-vindas proferidas pela Doutora Sirlene Muniz, que, em seguida, passou a palavra ao Doutor Armando Reigota. Este destacou que a Comissão já existia anteriormente e permanece em funcionamento. Citou o artigo 2º da legislação pertinente, bem como o dispositivo que estabelece a competência da Comissão para elaborar seu próprio regimento interno e eleger sua mesa diretora. Contudo, informou que, na presente data, não foi possível a realização dessas deliberações em razão da ausência de quórum, enfatizando a importância do compromisso e da responsabilidade dos membros ausentes. Apontou, ainda, a necessidade de análise da legislação aplicável para melhor compreensão da atuação da Comissão. Sugeriu-se a realização de nova reunião com a presença de todos os membros, a fim de possibilitar a eleição do Presidente e do Secretário. Destacou-se que os integrantes devem se dedicar ao estudo e à pesquisa, buscando pleno conhecimento de suas atribuições. Registrou-se também que os membros que não puderem participar efetivamente dos trabalhos devem solicitar sua substituição. Salientou-se, por fim, que a Comissão possui caráter paritário, sendo essencial a participação de representantes de diferentes secretarias, promovendo um trabalho intersetorial. Evidenciou-se que a presença de todos os membros é indispensável para a instalação dos trabalhos e a validação das deliberações da Comissão, especialmente neste momento inicial, que demanda a definição de sua organização interna, incluindo a elaboração do regimento e a eleição da mesa diretora. A ausência de quórum inviabiliza tais procedimentos, comprometendo o regular funcionamento das atividades. Diante disso, reforçou-se a necessidade de comprometimento e assiduidade por parte de todos os integrantes. Registrou-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é o responsável pela organização das reuniões e pela estrutura necessária, devendo providenciar materiais como computador, impressora e papéis, além de garantir um espaço adequado para o bom andamento dos trabalhos. Apontou-se, ainda, a necessidade de verificar, junto aos membros nomeados, a disponibilidade para participação na Comissão, bem como de estabelecer um cronograma fixo de reuniões e atividades. Observou-se que, de forma recorrente, os membros das comissões são os mesmos, devendo os órgãos competentes avaliar essa situação. Deliberou-se que o CMDCA deverá consultar os membros da Comissão quanto ao interesse em permanecer na função e, posteriormente, encaminhar ao Poder Executivo

Comissão Disciplinar e de Ética e dos Procedimentos Disciplinares referente a cometimento de infrações por Conselheiros Tutelares no desempenho de suas funções no Município de Ji-Paraná, Decreto n. 0330/26, alterado pelo Decreto 0446/26

Lista de Presença da Reunião de Abertura dos Trabalhos da Comissão Disciplinar e de Ética e dos Procedimentos Disciplinares referente a cometimento de infrações por Conselheiros Tutelares no desempenho de suas funções, REALIZADA DIA 10/04/2026 - 9h - Casa dos Conselhos/SEMASF

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Armando Reigota S. Filho	PGM	
2.	Elizeth S. Santana	Semasf	
3.	Vanessa Leite Barbosa	Semed	
4.	Lígia M do N M. da Silva	Semed	
5.	Sirlene Muniz F Cândido	SEMASF/CMDCA	
6.	Edinelma de O. Santana	SEMASF	
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			

Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
Casa dos Conselhos

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO
1-8377/2026

No dia 24 de abril de 2026 às 10h03, foi protocolado nesta repartição, sob número **1-8377/2026** o presente processo, através da Casa dos Conselhos/SEMASF - Conselho Municipla dos Direitos da Crinança e do Adolescente - CMDCA, referente a REPASSE FINANCEIRO - FUMCRIANÇA para órgãos Governamentais (5372) com a finalidade de:

Trata-se da abertura de processo administrativo no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Ji-Paraná/RO, com a finalidade de promover a regular instrução e tramitação de procedimentos destinados ao **custeio de projetos governamentais com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FUMCRIANÇA**.

A instauração do presente feito decorre da necessidade de saneamento processual, considerando o teor do **Despacho nº 1/GAB-SEMASF/2026, de 26 de fevereiro de 2026** , bem como o parecer jurídico exarado nos autos do extinto Processo nº 16-27/2025, os quais apontaram inconsistências formais e materiais na instrução do referido processo, capazes de comprometer seu regular prosseguimento.

Dentre as impropriedades identificadas, destacam-se a ausência de documentos essenciais, tais como atas deliberativas, resoluções devidamente aprovadas e publicadas, nomeações de comissões competentes, bem como a inexistência de manifestação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família quanto às políticas públicas a serem desenvolvidas com os recursos do fundo. Ainda, verificou-se o não atendimento integral às recomendações da Procuradoria Geral do Município, especialmente no que tange à indicação de fundamento legal e à observância das competências compartilhadas na gestão do FUMCRIANÇA.

Diante desse cenário, e em observância aos princípios da legalidade, transparência, publicidade e eficiência na administração pública, a Presidência do CMDCA determinou o **encerramento do Processo nº 16-27/2025**, bem como a **instauração de novo processo administrativo**, com vistas à adequada reorganização dos atos, documentos e deliberações necessárias à correta aplicação dos recursos públicos.

Assim, o presente processo inaugura nova tramitação, devendo ser instruído com todos os elementos indispensáveis à sua regularidade, incluindo, mas não se limitando a: resoluções do CMDCA que definam a destinação de recursos, atas de reuniões deliberativas devidamente assinadas, comprovação de publicação oficial dos atos, nomeação das comissões responsáveis, manifestação da gestão municipal e alinhamento com as políticas públicas vigentes.

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

Por fim, ressalta-se que a condução deste processo deverá observar rigorosamente a legislação aplicável, as normativas do CMDCA, bem como as orientações dos órgãos de controle e assessoramento jurídico, garantindo a lisura, legitimidade, celeridade e efetividade na execução das ações voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Para constar, lavrou-se o presente TERMO DE ABERTURA que constará dos autos administrativos.

Maria José da Silva
Presidente do CMDCA

Avenida Ji Paraná, nº615, Bairro Urupá, CEP 76900-224
Ji-Paraná - Rondônia - Brasil

Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE DA SILVA**, **PRESIDENTE CMDCA**, em 27/04/2026 às 09:33, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2627988** e o código verificador **CC3E68B3**.

Referência: Processo nº 1-8377/2026. Docto ID: 2627988 v1

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

RELATÓRIO TÉCNICO DAS REUNIÕES DE ELABORAÇÃO DO EDITAL GOVERNAMENTAL Nº 001/CMDCA/2026

1. IDENTIFICAÇÃO

Órgão: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente
Instrumento: Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/2026
Objeto: Seleção de Projetos de Órgãos Governamentais financiados pelo FUMCRIANÇA
Período das reuniões: outubro de 2025 a abril de 2026
Modalidade: Reuniões presenciais e on-line (formato híbrido)

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

A elaboração do Edital foi conduzida com base nos seguintes dispositivos:

- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil);
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA;
- Lei Municipal nº 2.472/2013 (CMDCA);
- Decreto Municipal nº 7.689/2017;
- Resoluções do CMDCA: 22/2023; 37/2023; 01/2025; 03/2025; 296/2025 e 304/2025;
- Resolução 364/2026 - Plano de Ação e Aplicação do CMDCA (2026–2028);
- **Parecer Jurídico nº 576/PGM/PMJP/2025**, que orientou a estruturação jurídica, os limites de financiamento, critérios de elegibilidade e vedação de despesas;
- **Despacho1/GAB-SEMASF/2026;**

3. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão foi designada pela Resolução 01/2025 e posteriormente os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Permanente de Política de Atendimento, responsável pelo diagnóstico e monitoramento da política da criança e do adolescente, foi composta por:

- **Presidente:** Francisco Marcos Gomes da Páscoa – IPER
- **Relatora:** Angelita Farias Barboza Nogueira – Fundação JICRED
- **Membro:** Leandra de Souza Brito – CT
- **Membro:** Osvaldo Cazuza da Silva – SEMES
- **Membro:** José Antônio - Centro Educativo Dom Bosco
- **Membro:** Elaine Franco – SEMASF
- **Convidados:** Conselheiros, técnicos e outros envolvidos que participaram como convidados;

Durante o processo de elaboração, algumas reuniões contaram com a participação institucional da:

- **Presidente do CMDCA**, responsável pela condução política e deliberações estratégicas do Conselho;
- **Secretária Executiva do CMDCA**, responsável pelo apoio técnico-administrativo, organização dos trabalhos e sistematização das informações.

ID: 3051882 e CRC: B44E883B

A participação dessas instâncias contribuiu para:

- Alinhamento das decisões com as deliberações do colegiado do CMDCA;
- Garantia de aderência ao Plano de Ação e Aplicação vigente;
- Fortalecimento da legitimidade e governança do processo;
- Integração entre a instância deliberativa e a instância técnica.

4. OBJETIVO DAS REUNIÕES

As reuniões tiveram como finalidade a construção técnica, jurídica e metodológica do Edital para fomento de projetos de órgãos governamentais nº 001/CMDCA/2026, garantindo:

- Alinhamento com o diagnóstico municipal da infância e adolescência;
- Estruturação de um instrumento público transparente e competitivo;
- Definição de critérios objetivos de seleção e financiamento;
- Adequação às normativas legais e orientações jurídicas vigentes;
- Fortalecimento da política de garantia de direitos por meio do FUMCRIANÇA.

5. METODOLOGIA ADOTADA

O processo de elaboração ocorreu de forma sistemática e participativa, estruturado em etapas:

5.1 Diagnóstico e Análise Situacional

- Levantamento das vulnerabilidades sociais de crianças e adolescentes;
- Identificação de lacunas nas políticas públicas setoriais;
- Análise de dados territoriais e demandas da rede de atendimento.

5.2 Estruturação Técnica do Edital

- Definição do objeto e público-alvo prioritário;
- Organização dos eixos temáticos (01 a 09), alinhados às políticas públicas;
- Estabelecimento de limites financeiros e critérios de financiamento;
- Definição do prazo de execução dos projetos (até 12 meses).

5.3 Consolidação Jurídica

- Adequação às orientações do **Parecer Jurídico nº 576/PGM/PMJP/2025 e Despacho1/GAB-SEMASF/2026**;
- Definição de vedações de despesas (ex: custeio da máquina pública);
- Estruturação das obrigações dos proponentes;
- Inclusão de mecanismos de controle, fiscalização e prestação de contas.

5.4 Definição dos Critérios de Seleção

- Construção da matriz de avaliação (pontuação até 10 pontos);
- Estabelecimento de critérios eliminatórios;
- Definição de parâmetros técnicos: metas, indicadores e impacto social.

ID: 3051882 e CRC: B44E883B

5.5 Planejamento Operacional

- Construção do cronograma completo (seleção e formalização);
- Definição do fluxo de inscrição e análise;
- Estabelecimento das responsabilidades do CMDCA, Comissão e órgãos proponentes.

6. REGISTRO DAS REUNIÕES

As reuniões ocorreram nas seguintes datas:

- 06 de outubro de 2025
- 13 de outubro de 2025
- 05 de dezembro de 2025
- 09 de dezembro de 2025
- 10 de fevereiro de 2026
- 25 de fevereiro de 2026
- 01 de abril de 2026
- 06 de abril de 2026

As reuniões foram realizadas em formato presencial e híbrido, garantindo participação técnica qualificada e continuidade do processo deliberativo.

7. PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES

Durante o processo, destacam-se as seguintes decisões estratégicas:

- Estruturação do edital em **09 eixos temáticos**, abrangendo direitos fundamentais;
- Definição do valor global de financiamento superior a R$ 5 milhões;
- Limitação de até 01 projeto por órgão governamental;
- Fixação de teto financeiro por projeto (até R$ 400.000,00);
- Estabelecimento de critérios rigorosos de avaliação técnica;
- Vedação expressa ao financiamento de políticas públicas básicas continuadas;
- Inclusão de mecanismos de monitoramento, fiscalização e avaliação de impacto;
- Obrigatoriedade de vinculação dos projetos às ações finalísticas;
- Definição de responsabilidades administrativas e financeiras dos proponentes.

8. RESULTADOS ALCANÇADOS

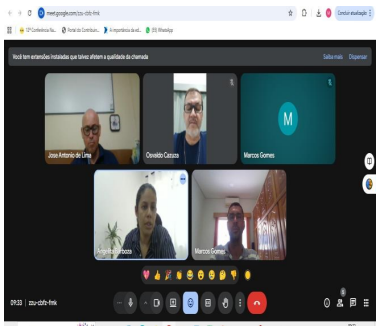
Ao final das reuniões, foram consolidados:

- O **Edital de Chamamento Público nº 001/CMDCA/2026** completo;
- Estrutura normativa alinhada à legislação vigente;
- Instrumento técnico com critérios objetivos e transparentes;
- Modelo de governança para execução e monitoramento dos projetos;
- Diretrizes claras para aplicação dos recursos do FUMCRIANÇA.

9. ANÁLISE TÉCNICA E INSTITUCIONAL

O processo de construção do edital evidencia:

ID: 2651880 e CRC: B48E8838





Ji-Paraná/RO, 06 de abril de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO MARCOS GOMES DA PASCOA
Data: 24/04/2026 14:56:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

- Fortalecimento da gestão democrática e participativa;
- Integração intersetorial entre políticas públicas;
- Rigor técnico na aplicação de recursos públicos;
- Segurança jurídica proporcionada pelo parecer da PGM;
- Foco em impacto social e efetividade das ações.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

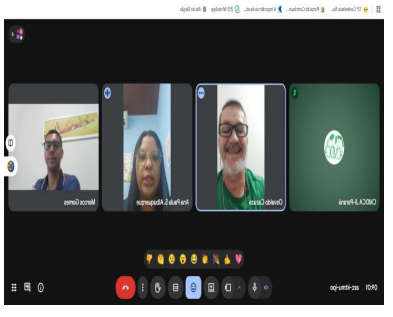
A elaboração do Edital nº 001/CMDCA/2026 representa um avanço significativo na consolidação da política de atendimento à criança e ao adolescente no município, ao estabelecer:

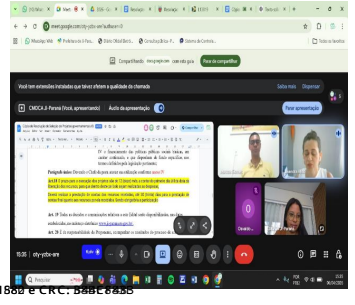
- Critérios técnicos claros;
- Transparência na seleção de projetos;
- Responsabilidade na gestão dos recursos públicos;
- Alinhamento com as diretrizes nacionais e municipais.

O processo conduzido pela Comissão reafirma o compromisso institucional com a proteção integral, a promoção de direitos e o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.

Fotos:









ID: 3051882 e CRC: B44E883E

5

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
RelatÆrio	comiss²o	27/04/2026

ID: 2631580
CRC: 38BCF483
Processo: 1-8377/2026
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 27/04/2026 10:13:23 Finaliza´²o: 27/04/2026 10:14:27

Processo Documento

MD5: A1FB49D3019A6E04C14D3F9817A99545
SHA256: 6EA87C1FD27776DFE58C801354E66072C3C39F911271E80CB69D1D22A0373036

Sßmula/Objeto:
CMDCA relatÆrio da Comiss²o de construˇ²o de edital

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - JI-PARANA RO 27/04/2026 10:13:23

ASSUNTOS

REPASSE FINANCEIRO - FUMCRIAN¤A 27/04/2026 10:13:23

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2631580 e o CRC 38BCF483.

ID: 3051882 e CRC: B44E883E

5342575 00135.200249/2026-35

NOTA INFORMATIVA Nº 01/2026 SOBRE A 13ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (13ª CNDCA)

A 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CNDCA) marca o início de um novo ciclo de planejamento, avaliação e fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, reafirmando o papel estratégico do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA e) da democracia participativa na formulação, no monitoramento e no controle social dessas políticas.

Nesse contexto, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) estará reunido em Assembleia Extraordinária em 27 de janeiro de 2026, onde deliberará sobre o Documento Base e o Documento Orientador da 13ª CNDCA.
E neste momento, a Mesa Diretora do Conanda, no uso de suas atribuições regimentais, especialmente aquelas previstas no art. 28, inciso IX, do Regimento Interno, expede a presente Nota Informativa, com a finalidade de orientar os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto às diretrizes gerais, aos eixos temáticos e ao cronograma do processo conferencial.

A Conferência Nacional constitui um processo democrático, descentralizado e articulado, que se desenvolve em etapas sucessivas nos âmbitos municipal, estadual, distrital e nacional, exigindo planejamento antecipado, articulação interfederativa e ampla participação social. Esta Nota tem, portanto, o propósito de oferecer subsídios iniciais para a organização das etapas locais, assegurando unidade metodológica, coerência temática e ampla mobilização social em todo o país.

1. TEMA CENTRAL

O tema central da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente será: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA e a Democracia Participativa".

2. OBJETIVO GERAL

A 13ª Conferência Nacional tem como objetivo sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira para o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, promovendo a articulação entre promoção, proteção, defesa e controle social das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência, com respeito às diversidades, pluralidades e realidades territoriais, bem como contribuindo para o aprimoramento da Democracia Participativa.

2.1. EIXOS TEMÁTICOS

Com vistas a orientar os debates e a formulação de propostas em todas as etapas do processo conferencial, as discussões estarão organizadas a partir dos seguintes eixos temáticos:

a) Aprimoramento do Controle Social;

b) Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;

c) Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;

d) Prevenção e Enfrentamento às Violências;

e) Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador; e

f) Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas.

Atenção! Os Documentos Base e Orientador da 13ª CNDCA serão apreciados e deliberados na Assembleia Extraordinária do (CONANDA), em 27 de janeiro de 2026. Após essa deliberação, os referenciais normativos, metodológicos e orientadores do processo conferencial, destinados a subsidiar a organização das conferências nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, serão amplamente divulgados e disponibilizados em sítio eletrônico oficial até 31 de janeiro de 2026.

3. CRONOGRAMA CONFERENCIAL

Para fins de planejamento e organização das etapas locais, informa-se o seguinte cronograma indicativo do processo conferencial:

Conferências Livres:

fevereiro a junho de 2026 e fevereiro a julho de 2027.

Conferências Temáticas (âmbito nacional):

fevereiro de 2026 a agosto de 2027 – sob coordenação do (CONANDA).

Conferências Municipais, Territoriais ou Regionais:

fevereiro a junho de 2026 e novembro a dezembro de 2026.

Conferências Estaduais e do Distrito Federal:

fevereiro a julho de 2027.

13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CNDCA):

outubro de 2027.

Assinatura eletrônica
DEILA DO NASCIMENTO MARTINS CAVALCANTI
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Documento assinado eletronicamente por **Deila do Nascimento Martins Cavalcanti**, **Usuário Externo**, em 09/01/2026, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mdh.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **5342575** e o código CRC **770B7758**.

Referência: Processo nº 00135.200249/2026-35 SEI nº 5342575

Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	9	26/09/2026

ID: 3051882 Processo Documento
CRC: B44E883E
Processo: 0-0/0
Usuário: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Criação: 26/09/2026 17:48:15 Finalização: 26/09/2026 17:48:23

MD5: C35312E1DC0B9AA9A55690F8E0E32AAA
SHA256: C3B9D97B16F383F5F32B3FDA4399F04447DB0A25CBF2DC50D5CCD811966F0500

Súmula/Objeto:
CMDCA - Solicitação de publicação das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - JI-PARANA RO 26/09/2026 17:48:15

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO 26/09/2026 17:48:15

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051882 e o CRC B44E883E.

DigiProc - Gestão Integrada de Documentos e Processos Eletrônicos Página 1.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 10 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Glória Maria Paula da Silva Mattara (FUND. JICRED - membro suplente); Daiane Santos de Araújo (CEDB); Lígia Maria Maciel (SEMED); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES); Rui Vieira (SEMES) e Paula de Brito Martins (GAB. PREFEITO). Às 8h18 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos. Informou que a alteração da data de calendário foi necessária em virtude da eleição do Conselho do Idoso realizada na Câmara Municipal devido a falta de ar-condicionado na sala de reuniões da Casa dos Conselhos. A pauta foi apresentada, alterada e aprovada: **1. Edital Governamental do FUMCRIANÇA:** Foi informado que o processo eletrônico do Edital Governamental encontra-se tramitando no Jurídico da SEMASF, ainda sem retorno e que a comissão aguarda devolutiva para dar andamento aos trabalhos. A morosidade no retorno implica em atraso no lançamento do edital. Foi esclarecido que após a análise jurídica, a comissão deverá se reunir para as correções elencadas e novo envio para análise jurídica e somente após o parecer favorável do Jurídico é que será submetido à plenária do CMDCA. Ficou deliberado que será oficiado à SEMASF a devolutiva do processo. **2. Comissão de Garantia dos Direitos e apoio aos Conselhos Tutelares: horário de funcionamento CTs/Indicação comissão disciplinar/Pernoite dos veículos e Plano de formação:** Foi lido o Ofício Nº 001 /colegiado CTJP/2026 sobre a mudança de horário de atendimento aos Conselhos Tutelares e apresentado a preocupação quanto à legalidade do horário fixado além da ausência do registro deliberativo. A deliberação ocorreu após fecundo debate ficando deliberado pelos conselheiros que será recomendado aos Conselheiros Tutelares que não cumpram esse horário até manifestação jurídica formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF. Ficou deliberado ainda que será oficiado à SEMASF que faça manifestação jurídica aos Conselhos Tutelares com cópia ao CMDCA sobre a matéria. Foi apresentado o DESPACHO DO PROCESSO INTEGRADO (ID 10) 16-32/2025 sobre o pernoite dos veículos dos CTs e a indicação da Comissão para que o Chefe do Poder Executivo regulamente a situação conforme as condicionantes estabelecidas em

despacho. Foi proposto pelos membros que o veículo deva pernoitar na sede própria do CT e devido a esta discordância foi aberta a votação. O colegiado deliberou que os veículos deverão permanecer na sede administrativa dos CTs e será oficiado à SEMASF que faça as devidas orientações administrativas a seus motoristas e que encaminhe cópia da orientação ao CMDCA. Sobre o Plano de formação continuada para os Conselheiros Tutelares foi lido o plano proposto pela comissão e sugerido incluir os Conselheiros de Direitos no plano. O plano foi apreciado e foi relatado que o eixo I no plano de ação e aplicação do CMDCA já tem valores previstos para estas despesas sendo submetido a aprovação da plenária ficando aprovado por unanimidade. Foi discutido sobre a necessidade de preconizar em um edital que os conselheiros tenham nível superior para ingresso de mandato. **3. Comissão de Visitas: informes sobre análise documental:** Foi lido o relatório sintético da comissão e discutido sobre a necessidade de abrir processos eletrônicos sobre as certificações. Foi mencionado ainda a falta de estrutura da Casa dos Conselhos que não dispõe de scanners para transpor os documentos para o formato digital e da necessidade de alterar a Resolução n. 8 e 9 incluindo a exigência desse formato digital na entrega dos documentos. Foi deliberado ainda que não serão recebidos documentos incompletos para análise pela comissão e que caberá a Casa dos Conselhos não receber tais solicitações faltantes. Ficou deliberado que o Jurídico da SEMASF auxiliará na construção dos protocolos. **4. Comissão eleitoral 2026/2028:** Foi informado que a comissão iniciou os trabalhos e identificou que o prazo para a conclusão do pleito eleitoral extrapolará o prazo da vigência do mandato atual e deliberado em plenária que será solicitado a prorrogação do mandato vigente até a conclusão dos trabalhos que já foram iniciados. Será solicitada via documento. **5.Capacitação e reunião descentralizada CONEDCA Vilhena - 24 e 25 junho:** Foi lido o ofício nº 4114/2026/SEAS-CONEDCA sobre a capacitação: "O papel do CMDCA: atuação, integração com a rede do SGDA e fiscalização." Ficando deliberado pela participação de 4 (quatro) conselheiros sendo Maria José, Lígia, Osvaldo Cazuza e Sirlene. E que os trâmites administrativos devem ser providenciados pela secretaria executiva do CMDCA. **6. II Congresso brasileiro de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes:** Os conselheiros discorreram sobre a insatisfação referente ao não respeito às deliberações colegiadas que ocorreu novamente em relação a esta situação. A deliberação colegiada foi por 4 (quatro) conselheiros participarem do evento em virtude da grande relevância do congresso e que a situação é recorrente. Foi informado ainda que a compra das passagens sempre ocorre em cima da hora mesmo com envio antecipado da solicitação e geram custos elevados ao fundo e desconsideração da deliberação colegiada. Foi proposto pela criação

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	–
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	–
Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)	–
Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)	–
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	–
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	

Representantes da Sociedade Civil

Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	
José Antônio de Lima (CEDB – membro suplente)	–
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	–
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	–
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	–
Matheus Cristian de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro suplente)	–

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

de um cronograma de participação rotativa dos conselheiros. Foi informado pela conselheira vice-presidente Sirlene que não houve previsão administrativa para aquisição de passagens aéreas e por isso a morosidade processual. Diante do avançado horário, ficou deliberado que o relatório de viagem será compartilhado em PDF no grupo de WhatsApp para conhecimento de todos e que os materiais trazidos pelos conselheiros participantes, estão dispostos na mesa de trabalho para acesso de todos os conselheiros presentes. **7. Comissão da Conferência Municipal:** Ficou definida a data de 4, 5 e 6 de novembro a realização da conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A comissão irá realizar os trabalhos e encaminhamentos necessários. **8.Informes:** Foi solicitado a resposta dos Ofícios que solicitaram custeio da formação em Gravatá e informações sobre a execução do programa amigo de valor encaminhados à SEMASF no mês de abril sem retorno até o momento. Ficando esclarecido o papel fiscalizador do CMDCA e não executor. Ficando deliberado que os responsáveis deverão ser oficiados para prestar esclarecimentos. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h11 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula S. Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 0704, de 07 de abril de 2026.

Representantes do Poder Público

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)	
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	–
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	–
Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	–

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	–
Angelita Farias Barboza Nogueira (JICRED - membro titular)	–
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	–
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	– 0

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 08/06/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Brigia M. da N. M. da Silva	Semasf	
2.	Marcilene P. R. de Assis	GAA:JIPA	
3.	Roberto Caetano da Silva	SEMAS	
4.	Rui Vieira de Souza	SEMTUR	
5.	Francisco Marcos [illegible]	IPER	
6.	Maria José da Silva [illegible]	APAE	
7.	Gloria Maria da Silva Nattrodt	Fundaco Jacad	
8.	Liliane Santos de Araujo	CEDB	
9.	Paula de B. Martins	Gab do Prefeito	
10.	Sirlene Muniz	SEMASF	
11.	Ana Paula S. Albuquerque	SEMASF	
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

§3º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.
Considera-se ainda o disposto na Seção XV Das Licenças:

Art. 92. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à remuneração integral:

I para participação em cursos e congressos.

Dessa forma, a definição do horário administrativo das 7h30 às 15h30 atende à exigência legal de funcionamento mínimo de 08 (oito) horas diárias e respeita a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas dos conselheiros tutelares, permitindo a organização interna das atividades.

Ressalta-se que a adequação não compromete o atendimento à população, uma vez que permanece garantido:

· o regime de divisão de tarefas entre os conselheiros para realização de diligências, notificações e atendimentos externos;
· o atendimento descentralizado quando necessário;
· o funcionamento em sistema de sobreaviso no período noturno, fins de semana e feriados;
· o atendimento emergencial em situações de risco ou violação de direitos de crianças e adolescentes.

Os conselheiros poderão, sempre que necessário, organizar-se em regime de revezamento entre si para cumprimento de diligências, fiscalizações, atendimentos externos e demais atribuições legais, assegurando a continuidade dos serviços e a efetividade das medidas de proteção.

A medida visa alinhar o funcionamento do Conselho Tutelar às normativas municipais vigentes, garantindo organização administrativa, eficiência no serviço público e continuidade da proteção integral às crianças e adolescentes.

Por fim, o Conselho Tutelar manifesta agradecimento pelo excelente trabalho desenvolvido em conjunto com o CMDCA e a Secretaria Municipal de Assistência Social, reconhecendo a parceria institucional construída em prol da proteção integral e do bem-estar da coletividade. Ressalta-se a importância da atuação articulada da rede de proteção para o fortalecimento das políticas públicas e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Sem mais para o momento, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente!

Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BERNARDO DA SILVA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:51, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **WENDERSON CANDIDO FERREIRA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:51, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **LEANDRA DE SOUZA BRITO PEREIRA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **VANUSA DOMINGOS DE LANA NASCIMENTOS**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Ji-Paraná PREFEITURA DE

Lei Federal 8.069/90 - *Lei Municipal 3642/23*

Ji-Paraná/RO, 13 de Fevereiro de 2026.

Ofício N° 001 /colegiado CTJP /2026
CMDCA
Excelentíssima SRª Maria José
À SEMASF
Excelentíssima SRª Marley Muniz

Assunto: Comunicação de novo horário de funcionamento do Conselho Tutelar, com fundamentação legal

O Conselho Tutelar vem, por meio deste, comunicar a adequação de seu horário de funcionamento administrativo, que passará a ocorrer das 7h30 às 15h30, em observância aos dispositivos previstos na Lei Municipal nº 3.642/2023, que dispõe sobre a organização, estrutura, funcionamento, direitos e garantias dos membros do Conselho Tutelar.

A alteração fundamenta-se especialmente na Seção II Do Funcionamento do Conselho Tutelar, que estabelece:

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população 08 (oito) horas diárias de segunda-feira a sexta-feira.
§1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

§2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dia não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei.

§1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte, e será realizado individualmente pelo membro do Conselho Tutelar.

§2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar e deverão se pautar na realidade do Município.

Documento assinado eletronicamente por **KATIA CILENE PEREIRA NASCIMENTO**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 12:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **MARIA DA CONCEIÇAO DOS SANTOS**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 13:02, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **JOSIMAR BORGES TIBURCIO**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 13/02/2026 às 13:16, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **GISLAINE APARECIDA ULLRICH DE SOUZA**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 18/02/2026 às 09:42, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.
Documento assinado eletronicamente por **ALDO MATOS**, **CONSELHEIRO TUTELAR**, em 19/02/2026 às 11:35, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2437960** e o código verificador **90F9CD90**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	19/02/2026 13:15

Docto ID: 2437960 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

DESPACHO DO PROCESSO INTEGRADO (ID 10)
16-32/2025

Interessado: **PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO-PGM**
Assunto: **ANALISE**

Data/Hora: **26/03/2026 10:46:57**
Origem: **Gabinete Secretaria - SEMASF (413)**
Destino: **Casa Dos Conselhos - SEMASF (426)**
Finalidade: **PROSSEGUIMENTO DO FEITO (11)**

Senhora Secretária da Casa dos Conselhos,

Submetemos os presentes para apreciação da Diretoria do CMDCA quanto a manifestação da Procuradoria Geral do Município quanto ao solicitado, visto que o r. Conselho deverá deliberar sobre as condições que acharem necessárias, visando detalhar as condições em que o veículo poderá ficar com o motorista de plantão, para subsidiar autorização do Exmo Prefeito a respeito da matéria.

Vale transcrever:
".... Assim, tem-se como possível que o Município **regule a questão apresentada**, seja por decreto expedido pelo prefeito (de efeito para toda a Administração) **ou** resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (restrito ao âmbito do Conselho Tutelar), devendo serem observadas algumas regras fundamentais, tais como: o uso estrito em condição de plantão ou sobreaviso; estar o veículo devidamente identificado; ser a residência do condutor distante da sede do Conselho ou do local de guarda oficial do veículo; não possuir o condutor veículo próprio que permita seu deslocamento até o local de retirada do veículo público; lavratura de termo de responsabilidade quanto à guarda do veículo e uso estritamente para o atendimento do serviço do Conselho Tutelar, mediante os respectivos documentos de registro do atendimento...". **GRIFO NOSSO**

Diante do que, segue o processo para análise do parecer e posterior deliberação.

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO
DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO SEMASF

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO**, **DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO SEMASF**, em 26/03/2026 às 11:00, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2553698** e o código verificador **96A5C66F**.

Referência: Processo nº 16-32/2025. Docto ID: 2553698 v1

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHO TUTELAR E CONSELHO DE DIREITO DE JI-PARANÁ/RO 2026.

"Os direitos humanos não são um privilégio concedido por alguns; são uma liberdade a que todos têm direito."
Autor desconhecido

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

AFFONSO ANTONIO CÂNDIDO
Prefeito do Município de Ji-Paraná

MARLEY MUNIZ
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família

MARIA JOSÉ DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Presidente da Comissão Permanente de Garantia de Direitos e Apoio aos Conselhos Tutelares

GLÓRIA MARIA PAULA DA SILVA MATTARA
Conselheira de Direitos

ALICE SATURNINO
Conselheira de Direitos

IVONE CRISTINA DE SOUZA SOARES
Conselheira de Direitos

Ji-Paraná/RO junho de 2026

Documento 10 nº 26/03/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2553698 e CRC: 96A5C66F). Pág: 2/2
ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CONSELHO TUTELAR

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 **Proponente:** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA através da Comissão de Garantia dos Direitos e Apoio aos Conselhos Tutelares e Comissão de Políticas Públicas.
1.2 **Parceiro estratégico:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Família/SEMASF; Ministério Público; Procuradoria e Corregedoria Municipal; Outros convidados;
1.3 **Público-alvo:** Conselheiros Tutelares titulares e suplentes; equipe administrativa do CT e Conselheiros de direitos.
1.4 **Período de execução:** Julho/dezembro 2026;
1.5 **Carga horária total proposta:** 40 horas (divididas em 8 módulos).

2. JUSTIFICATIVA

A formação contínua dos Conselheiros Tutelares é obrigatória e essencial para garantir a atuação técnica e alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), às Resoluções do CONANDA e às normativas locais. A atuação qualificada do Conselho Tutelar depende de conhecimento em legislação, procedimentos, fluxos da rede de proteção e articulação interinstitucional. A proposta formativa é prevista no Plano de Ação e de Aplicação do CMDCA - Eixo I e vem como cumprimento desta prerrogativa formativa.

A parceria com o Ministério Público, enquanto órgão de fiscalização e defensor do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, fortalece o alinhamento institucional e garante segurança jurídica na tomada de decisões. Soma-se a isso a atuação da Procuradoria-Geral do Município (PGM), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos demais colaboradores e instituições parceiras, cuja participação contribui para o aprimoramento técnico, jurídico e intersetorial das ações desenvolvidas, promovendo maior efetividade na proteção integral de crianças e adolescentes.

3. OBJETIVO GERAL

Promover a formação contínua dos Conselheiros Tutelares, fortalecendo conhecimentos jurídicos, técnicos e operacionais para assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar os Conselheiros Tutelares sobre ECA, atribuições e limites de atuação;
- Uniformizar procedimentos e fluxos de atendimento da rede de proteção;
- Qualificar o registro documental e a comunicação com o Ministério Público, Judiciário e demais órgãos;
- Desenvolver competências relacionadas à ética, postura profissional e sigilo de informações;

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

- Reduzir a atuação baseada em interpretações pessoais e consolidar atuação baseada na legislação.

4. PÚBLICO ALVO
Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos.

5. METODOLOGIA
- Palestras expositivas e dialogadas;
- Estudo de casos reais (sem identificação) e debates;
- Oficinas práticas de atendimento e uso de instrumentos;
- Simulação de situações do cotidiano do Conselho Tutelar;
- Explanação sobre os fluxos intersetoriais (educação, saúde, assistência social) e propostas de aperfeiçoamento e criação;
- Participação de promotor de Justiça do Ministério Público, Procurador e Corregedor Municipal. (demais convidados).

6. CRONOGRAMA E MÓDULOS TEMÁTICOS

MÓDULO	TEMA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	FACILITADOR*	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
MÓDULO 1	Fundamentos Legais	Sistema de Garantia de Direitos; Atribuições e limites do Conselho Tutelar; Estatuto da Criança e do Adolescentes: Art. 131 ao 140.	CMDCA; Ministério Público de RO; OAB; PGM;	JULHO
MÓDULO 2	Procedimentos e Fluxos	Atendimentos, requisição de serviços, registro em prontuário, uso de SIPIA.	CMDCA; Convidados;	AGOSTO
MÓDULO 3	Atuação em situações de violência e casos de comoção social.	Violência e Direitos: conceito de violência/ tipos de violência/a violência no Brasil/ crianças e adolescentes vítimas de violência/ adolescentes em conflito com a lei; medidas protetivas, acolhimento institucional, estudo de caso.	Ministério Público; CREAS; PM;PGM;	AGOSTO
MÓDULO 4	Escola e evasão escolar	Fluxos intersetoriais, articulação com Secretaria de Educação e Busca Ativa Escolar.	Tribunal de Contas - Pontes pela Educação; Convidados;	SETEMBRO
MÓDULO 5	Comunicação Institucional	Ofícios, relatórios, comunicação intersetorial, postura ética e cultura de registro. Uso da IA nos trabalhos administrativos.	UNIR/IFRO;	SETEMBRO
MÓDULO 6	Saúde Mental e dependência química.	Atendimento a adolescentes usuários de substâncias ilícitas; prevenção e manejo da automutilação e ideação suicida; problemas psicológicos.	SAÚDE/CAPS;	OUTUBRO
Módulo 7	Dia do Conselheiro Tutelar	Reconhecimento pelo trabalho prestado	Palestrante contratado - evento de médio/grande porte;	NOVEMBRO
MÓDULO 8	Inteligência emocional: cuidando de quem cuida	Acolhimento aos Conselheiros Tutelares, mediação de conflitos, inteligência emocional e saúde mental.	Psiquiatra;	DEZEMBRO

*Facilitadores, passíveis de alteração; Módulos flexíveis, com exceção do 7, todos podem ser alterados;

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

7. PRODUTOS ESPERADOS
- Conselheiros capacitados e alinhados à legislação;
- Fluxos da rede de atendimento organizados;
- Melhoria no registro documental (SIPIA / relatórios);
- Diminuição de conflitos institucionais por desconhecimento de atribuições.

8. INDICADORES DE RESULTADO

INDICADOR	COMO SERÁ AVALIADO
Participação dos conselheiros	Lista de presença e carga horária cumprida
Efetividade da formação	Acompanhamento e análise
Adoção dos procedimentos padronizados	Análise dos registros e expedientes produzidos
Feedback qualitativo dos participantes	Questionário de avaliação

9. RESPONSABILIDADES
- **Comissão Permanente de Garantia dos Direitos e Apoio aos Conselhos Tutelares:** elaboração do Plano de Formação Continuada para o exercício de 2026 e submissão de aprovação pelo CMDCA;
- **CMDCA:** aprovação do Plano de Formação Continuada, organização, convocação, logística, emissão de certificados;
- **SEMASF:** apoio administrativo, viabilização financeira, apoio logístico e suportes diversos;
- **Ministério Público:** formação jurídica, esclarecimentos sobre atuação e limites legais;
- **Secretarias/órgãos Parceiros:** participação nos módulos correspondentes.

10. RECURSOS NECESSÁRIOS
- Auditório com projeção multimídia;
- Material impresso ou digital (Fluxos e estudos de caso; materiais diversos.);
- Coffee-break;
- Viabilização de palestrantes;
- Emissão de certificados;
- Outros.

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

Recursos do **Fundo da Criança e do Adolescente (FUMCRIANÇA)**, para apoio financeiro com itens como material didático, contratação de palestrantes/formadores, alimentação, etc.

11. CERTIFICAÇÃO

Será emitido certificado pelo CMDCA com carga horária total, condicionada à participação mínima de 75% de cada módulo. Computado através das listas de presença.

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

4.2 PENDÊNCIAS IDENTIFICADAS

Nas demais entidades analisadas foram identificadas pendências documentais e/ou necessidade de esclarecimentos complementares.

As entidades serão notificadas formalmente para regularização e posterior reapresentação documental, quando então os processos retornarão para nova análise da comissão.

4.3 PARECER TÉCNICO Nº 01

Foi realizada a leitura do Parecer Técnico nº 01, referente ao indeferimento da inscrição da **ASSOMAPDA** junto ao CMDCA.

Após deliberação, a comissão decidiu realizar visita in loco à entidade, em data a ser definida, com o objetivo de promover diálogo institucional e melhor verificação das atividades desenvolvidas.

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE VISITA, REGISTRO, INSCRIÇÃO E REAVALIAÇÃO DO CMDCA – JI-PARANÁ/RO

Data da reunião: 01 de junho de 2026
Horário: 14h
Local: Centro Educativo Dom Bosco – CEDB
Município: Ji-Paraná/RO

1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRESENTE

Estiveram presentes na reunião da Comissão Permanente de Visita, Registro, Inscrição e Reavaliação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA os seguintes conselheiros:

• Ana Paula da Silva Albuquerque – SEMASF;
• Daiane Santos Araújo – CEDB;
• Marcilene Patrício Ribeiro de Assis – GAAJIPA, Presidente da Comissão.

3. ENTIDADES E PROGRAMAS ANALISADOS

Durante a reunião, foram analisados os documentos das seguintes entidades e programas:

• ABADÁ;
• Família Acolhedora;
• ASSOMAPDA;
• ORABAN;
• Resgate de Vidas Aurélia Grosso Bernardi;
• Associação Impacto;
• SEMES;
• Evolução Instituto;
• Redenção (alteração de endereço);
• CASE.

Também foram recebidos documentos encaminhados por e-mail pelo CREAS/Casa da Mulher, os quais não foram analisados, considerando que toda a documentação foi enviada exclusivamente em formato digital, tornando onerosa a impressão integral pelo Conselho.

A comissão deliberou que poderão ser aceitos documentos pontuais enviados digitalmente para complementação de análise, porém não será aceito o envio integral dos processos exclusivamente em formato digital.

4. DELIBERAÇÕES

4.1 **APROVAÇÕES**

Após análise documental, ficaram **aprovadas:**

• Renovação de inscrição do **Programa Família Acolhedora**;

• Renovação/aprovação do **Evolução Instituto**, com ressalva para atualização da Declaração de Capacidade Técnica.

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1

RONDÔNIA
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - SEAS-CONEDCA

Ofício nº 4114/2026/SEAS-CONEDCA

Aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCAs

Assunto: Convite para capacitação e reunião descentralizada do CONEDCA em Vilhena/RO.

Prezados(as) Presidentes,

Cumprimentando-os(as) cordialmente, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rondônia - CONEDCA/RO vem, por meio deste, convidar este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Presidente e até dois conselheiros) para participar da Capacitação e Reunião Descentralizada do CONEDCA/RO, que será realizada no município de Vilhena/RO, nos dias **24 e 25 de junho de 2026**, em local a ser posteriormente informado.

A ação tem por objetivo aproximar o Conselho Estadual das instituições e da rede de atendimento à criança e ao adolescente, promovendo espaço de diálogo, alinhamento institucional, esclarecimento de dúvidas e suporte técnico aos Conselhos Municipais.

A capacitação configura-se como importante oportunidade para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Informamos que a capacitação terá como tema:

"O papel do CMDCA: atuação, integração com a rede do SGDCA e fiscalização; gestão do FIA; prestação de contas; execução financeira e captação de recursos."

Programação:

24 de junho de 2026 (quarta-feira)

• Capacitação - Tema: "O papel do CMDCA: atuação, integração com a rede do SGDCA e fiscalização; gestão do FIA; prestação de contas; execução financeira e captação de recursos."

25 de junho de 2026 (quinta-feira)

• Reunião Descentralizada do CONEDCA/RO.

Link para inscrição: https://forms.gle/sTNc4k5ArgsjGRwG8

Prazo para inscrição: **até o dia 28 de maio de 2026 (quinta-feira).**

O presente ofício tem por finalidade dar ciência prévia da realização do evento, possibilitando a adoção das providências administrativas e logísticas necessárias, especialmente quanto à organização interna e aos trâmites para participação dos(as) conselheiros(as).

Quaisquer dúvidas poderão ser encaminhadas para o e-mail: conedca@gmail.com.

Certos da habitual parceria e do compromisso com o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, reiteramos votos de estima e consideração.

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1 Ofício 4114 (72094986) SEI 0026.003545/2026-27 / pg. 1

Atenciosamente,

Porto Velho, 20 de Maio de 2026.

VANDERLEI FERREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CONEDCA/RO

Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI FERREIRA DOS SANTOS**, **Chefe**, em 20/05/2026, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **72094986** e o código CRC **D0C83990**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0026.003545/2026-27 SEI nº 72094986

ID: 3051885 e CRC: 3853A7C1 Ofício 4114 (72094986) SEI 0026.003545/2026-27 / pg. 2

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	10	26/09/2026

ID: 3051885
CRC: 3853A7C1
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 17:56:55 Finaliza´²o: 26/09/2026 17:57:05

Processo Documento

MD5: 61D3172FD6EC99042E32A2033EF12C63
SHA256: 8FD6803F13BADDE75C254EF84252D0526024B167D9F12A686DEF70D2D4EB4A01

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	26/09/2026 17:56:55

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤úO	26/09/2026 17:56:55

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051885 e o CRC 3853A7C1.

DigProc - Gest² o Integrada de Documentos e Processos Eletr×nicos P®gina 1.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 11 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Lígia Maria Maciel (SEMED); Alice Saturnino (SEMUSA); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Daiane Santos de Araújo (CEDB). A plenária contou ainda com a participação dos Conselheiros Tutelares Vanusa Lana, Kátia Cilene, Josimar e Leandra Brito e da Secretária de Assistência Social e Família - SEMASF Marley Muniz. Às 8h18 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos e após os devidos agradecimentos passou para a aprovação da pauta: **1. OFÍCIO N° 126 / 2º CT JP/2026 - Solicitação do 2º CT para Custeio para congresso em Curitiba:** Foi realizada a leitura do documento e discutido sobre a ausência da ata deliberativa mencionada no teor do expediente. Foi deliberado que será orientado ao 2º CT a inclusão de ata deliberativa que foram indicadas as conselheiras, ao tempo que serão informados que o custeio e trâmites administrativos devem ser solicitados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, como mantenedora. Embora os conselheiros do CMDCA, manifestem-se favoráveis à participação dos conselheiros tutelares em eventos formativos, a responsabilidade administrativa não é do CMDCA. Ficando deliberado que os conselheiros serão orientados a encaminhar as demandas administrativas à SEMASF. **2. Convite Solenidade de Entrega de Veículo destinado ao Projeto Dignidade e Resiliência:** Foi lido o convite e discutida a ausência das referências do FUMCRIANÇA e do Programa Amigo de Valor no convite e definido que todos os conselheiros com disponibilidade deverão participar da solenidade. Foi confirmada a presença da presidente Maria José e da vice-presidente Sirlene Muniz e ficou a cargo da secretária da mesa diretora realizar a confirmação de presença através dos canais indicados. **3. Comissão da Conferência Municipal:** Foi apresentado pelos conselheiros participantes desta comissão, o andamento dos trabalhos e proposta a alteração da data de conferência municipal devido a realização do Enem. A data anteriormente definida era de 3, 4 e 5 de novembro e a alteração sugerida ficou para a data de 17, 18 e 19 de novembro de 2026. A proposta foi submetida a apreciação e deliberação colegiada que foi aprovada por unanimidade. **4. Comissão eleitoral 2026/2028 - andamento dos trabalhos:** Foi informado que o

ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017 1

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

processo eletrônico n. 10355/2026 encontra-se em tramitação junto ao jurídico da Semasf e apresentado em plenária o histórico processual. Foi apresentado também o processo n. 10814/2026 que solicita a prorrogação do mandato em caráter excepcional até a posse dos novos eleitos. Ficou deliberado que será oficiada solicitação de celeridade processual, atual andamento e manifestação formal sobre a vedação ou não de participação dos conselheiros pleiteantes à recondução de mandato na comissão organizadora. **5. Justificativa de desistência na Capacitação e reunião descentralizada CONEDCA Vilhena - 24 e 25 junho:** Foi explicada a solicitação verbal da SEMASF, através do setor administrativo, para apresentação de justificativa por escrito sobre a desistência dos conselheiros na participação na referida capacitação. Foi conversado que a solicitação formal de justificativa deve ser uma mão de via dupla, se o administrativo precisa de formalização de desistência, o CMDCA também passará a requerer de forma escrita, as negativas advindas da SEMASF, inclusive nas formações anteriores. As conselheiras Lígia e Maria José apresentaram suas justificativas que já foram despachadas ao setor solicitante. Inclusive, foi deliberado a necessidade de solicitação formal desta justificativa que deve ser oficiada. Os demais conselheiros, deverão apresentar as justificativas à Casa dos Conselhos para os devidos encaminhamentos. **6. Partilha sobre o Encontro Nacional Amigo de Valor:** As conselheiras Ana Paula e Marcilene iniciaram a partilha referente à participação no encontro nacional onde relataram as experiências positivas e também os transtornos ocasionados pela chegada atrasada no evento. Inclusive tendo que apresentar aos organizadores justificativa sobre a ausência na primeira manhã. Foi deliberado pelo colegiado que seja apresentado pela Semasf uma justificativa sobre a aquisição das passagens que causaram todo esse transtorno para que seja apresentada aos organizadores do evento e ao colegiado. A conselheira Ana Paula S. Albuquerque propôs a criação e nomeação de comissão para acompanhamento do Projeto Dignidade e Resiliência. Foi aprovada por unanimidade a criação e nomeação da comissão temporária sendo como membros Ana Paula e Marcilene como representantes governamentais e sociedade civil e às conselheiras tutelares Leandra e Vanusa como convidadas. **7. Plano Nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes- consulta pública:** A conselheira Ana Paula iniciou a fala sobre a importância da participação dos conselheiros no documento de consulta pública que está disponibilizado através do link: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planodecenalnacionaldosdireitosh

ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017 2

umanosdascriancaseadolescentes?fbclid=PAb21jcASv4v5leHRuA2FlbQIxMQBzcnRjBmFwcF9pZA81NjcwNjczNDMzNTI0MjcAAaddCroV7Iq_j1DnzEQSW8cC-25rXp95iLzz3GFg5DxqioZ_CSxell5Y74DVrA_aem_cr4KrevsGGAJ3o_aL3IRmA>, que tem como foco a ampliação das possibilidades de participação social na construção do Plano. Foi esclarecido que após a aprovação do Plano Nacional, será construído o Plano Municipal com as devidas contribuições. Os conselheiros tutelares presentes, solicitaram que eventos deste cunho sejam compartilhados com o colegiado para conhecimento, os conselheiros tutelares foram informados que não chegou convite oficial visto que o congresso é nacional e foi divulgado nos canais oficiais do MDHC. E foi apresentado em plenária do CMDCA que não teve participação dos conselheiros tutelares na data. Ficando acordado que convites desta natureza devem ser compartilhados entre as partes interessadas. **8. Reunião com MPT sobre estrutura física e administrativa do CMDCA:** Foi explanado que toda a mesa diretora foi convidada para participar da conversa e estiveram presentes na reunião a conselheira Ana Paula e a presidente Maria José que informaram que a procuradora do trabalho, senhora Jéssica, elogiou a organização administrativa do colegiado que utiliza Drive e planilhas organizadas, elogiou ainda a publicização das informações do colegiado através do Diário Oficial e Portal Transparência do Município. A procuradora ainda cobrou ações efetivas do Colegiado sobre o trabalho infantil e o CMDCA não possui ações atuais nessa temática. A procuradora ainda apresentou preocupação sobre a estrutura administrativa do colegiado e realizou registros fotográficos. Informou que encaminhará um relatório da reunião para a SEMASF e Gabinete do Prefeito em busca de melhorias. Os conselheiros tutelares informaram que também passaram por essa visita e compartilharam as suas angústias sobre as cobranças apresentadas. A conselheira Lígia compartilhou que existe uma experiência exitosa de prevenção e que pode ser seguido pelo colegiado. Foi mencionado que o PET foi aprovado pelo CMDCA e que a SEMASF não tem encaminhando relatórios para o CMDCA sobre a atual situação. A conselheira Sirlene enfatizou a necessidade de políticas públicas voltadas aos menores trabalhadores. Foi deliberado que o CMDCA deverá: realizar campanha contra o trabalho infantil; verificar o andamento do PET junto à SEMASF para melhor compreensão; incentivar as OSCs a trabalhar a temática sobretudo a capacitação profissional; e viabilizar através de estudos, investimentos do FUMCRIANÇA sobre a matéria. **9. Edital Governamental do FUMCRIANÇA:** Foi lido o OFÍCIO Nº 200/CDC/CMDCA/2026 de 11 de junho onde solicitou informação sobre o

andamento do processo à SEMASF. Foi informado que o processo n. 8377/2026 encontra-se em tramitação junto ao setor jurídico da SEMASF. Na oportunidade de fala a vice -presidente deste colegiado Dr. Sirlene Muniz explicou que o parecer jurídico deverá orientar que o chamamento público deve ocorrer em formato de Resolução e não de Edital e que será despachado pelo setor ainda esta semana. **10. Informes:** A conselheira Ana Paula informou que devido a uma situação médica de saúde de sua filha, estará de atestado médico na próxima semana, mas que os trabalhos administrativos não serão prejudicados e continuará a disposição. A conselheira Vanusa apresentou a negativa de capacitação em Manaus/AM oficiada pela SEMASF através do Memorando: 93/ADM SEMASF/2026, onde a mantenedora informa não dispor de saldo de passagens para garantia da participação dos conselheiros. Não cabendo ao CMDCA deliberação de uso de recursos. A conselheira enfatizou a Lei 3642/2023 e mencionou a responsabilidade do CMDCA no custeio de eventos formativos. Os conselheiros informaram que a negativa não foi sobre ausência de recursos públicos e sim de saldo de passagens e deste modo, não havendo deliberação colegiada. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h32. E esta ata foi redigida por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 1115, de 24 de junho de 2026.

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)	
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	—
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	

Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	—
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	—
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	—
Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)	—
Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)	—
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	—
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	—
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	—
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	—
Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	
João da Silva Mendonça Filho (CEDB – membro suplente)	—
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	—
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	—
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	—

Matheus Cristian de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro suplente)	—
Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	—
Angelita Farias Barboza Nogueira (JICRED - membro titular)	—
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	—
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	—
Marcilene Patricia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	—

0

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 01/07/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Virgínia M. do N. Macul da Silva	SEMED	
2.	Marcilene Patrício Pereira de Souza	GAB JI PA	
3.	Francisco Alencar [illegible]	IPER	
4.	Alice Saturnino do Porto	SEMUSA	
5.	Maria José da Silva	APAE	
6.	Vanusa D. de Lana	2º Conselho Tut	
7.	Katia Cilene	2º Conse tutelar	
8.	Yeandra Brito	1º Conse. tutelar	
9.	Maria da Conceição Santos	2º Cons. Tutelar	
10.	Vanessa Bonfim Rodrigues	2º Cons Tutelar	
11.	Luane Santos Araujo	CEDB	
12.	Marley muniz	Semasf	
13.	Sirlene Muniz	SEMASF	
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

D: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CONSELHO TUTELAR **2º Conselho Tutelar**

Exercício: 2024-2027

Lei Federal 8.069/90 - *Lei Municipal 3642/23*
O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei (8.069- ECA.)

OFÍCIO Nº 126 / 2º CT JP/2026 **JI-PARANÁ/RO, 03 DE JUNHO DE 2026.**

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DESLOCAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO.

A/C – CMDCA – MARIA JOSÉ - PRESIDENTE DA COMISSÃO

Secretaria Municipal de
Assistência Social e Família.
MARLEY MUNIZ - SEMASF
– JI - PARANÁ – RO

O Conselho Tutelar do Segundo Distrito de Ji-Paraná/RO, no exercício de suas atribuições vem, respeitosamente, **SOLICITAR** a concessão de diárias de todos os dias da capacitação até ao termino do retorno da viagem, pagamentos das incrições bem como facilitação e autorização do deslocamento em toda a tragétória para as Conselheiras Tutelares Vanusa Domingos de Lana Nascimento e Elaine Catiele Lima de Souza participarem do **CONGRESSO BRASILEIRO AOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, a ser realizado nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2026, na cidade de Curitiba/PR.

Observação: Ressalta-se a necessidade da concessão de **07 (sete) diárias**, tendo em vista que o congresso será realizado nos dias **27, 28 e 29 de julho**, sendo também necessário considerar os dias destinados ao **deslocamento de ida e retorno ao local do evento**, bem como o período de permanência para participação integral na programação.

O evento ocorrerá no Hotel Nacional Inn Santa Felicidade, localizado na Avenida Manoel Ribas, nº 5480, Bairro Santa Felicidade, Curitiba/PR, e tem como objetivo promover a capacitação, atualização técnica e aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em todo o território nacional.

A participação das conselheiras é de extrema relevância para o aprimoramento das atividades desenvolvidas por este CONSELHO TUTELAR, considerando que o congresso abordará temas relacionados à atuação do Sistema de Garantia de Direitos, medidas

D: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CONSELHO TUTELAR **2º Conselho Tutelar**

Exercício: 2024-2027

protetivas, políticas públicas, enfrentamento das violações de direitos, fortalecimento da rede de proteção e atualização da legislação pertinente à infância e juventude.

Conforme comprovante de inscrição anexo, foram inscritas as Conselheiras Tutelares:

- **Vanusa Domingos de Lana Nascimento**
- **Elaine Catiele lima de Souza**

Diante do exposto, solicitamos a concessão das diárias necessárias para custear despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento durante o período da viagem, bem como as demais providências administrativas necessárias para viabilizar a participação das referidas conselheiras no evento.

A indicação das Conselheiras Tutelares se basea na decisão colegiada por meio rotativo por evento, baseando no interesse público e a necessidade de que os conhecimentos adquiridos sejam posteriormente compartilhados com os demais conselheiros.

O evento proporcionará capacitação sobre temas atuais relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes, fortalecimento da rede de atendimento, aplicação de medidas protetivas, atuação interinstitucional, políticas públicas e atualização legislativa, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A participação encontra amparo no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que define o Conselho Tutelar como órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como no artigo 134 do ECA, que prevê a necessidade de formação continuada dos membros do Conselho Tutelar. Também encontra respaldo na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece a formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares como requisito essencial para o adequado desempenho de suas funções.

Dessa forma, a participação no referido congresso representa investimento na qualificação profissional dos agentes responsáveis pela garantia dos direitos da infância e juventude, refletindo diretamente na eficiência, segurança jurídica e efetividade das ações desenvolvidas pelo Conselho Tutelar e pela rede de proteção do município.

Sendo o que tínhamos para o momento, desde já agradecemos a vossa atenção e colaboração! (^‿^).

ELAINE CATIELE L. SOUZA
Conselheira Tutelar
Reg. 98872

VANUSA LANA
Conselheira Tutelar
Reg. 98870

KATIA CILENE
Conselheira Tutelar
Reg. 998926

MARIA CONCEIÇÃO
Conselheiro Tutelar
Reg. 98871

D: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CONSELHO TUTELAR **2º Conselho Tutelar**

Exercício: 2024-2027

ATENCIOSAMENTE!

NO MAIS SEGUE EM ANEXO AS CONVOCATÓRIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Elaine Catiele Lima de Souza CP[redacted]
Banco Nu Bank 0260
Agencia: 0001
Conta: [redacted]
PIX: [redacted]
Endereço: Rua [redacted]
Telefone: (69)9 [redacted]

Vanusa Domingos de Lana Nascimento CPF:05[redacted]-
2 Sesp/PR
Banco Caixa Econômica
Agencia 1824
Conta corrente [redacted]
Endereço: Rua [redacted]
Telefone: (69)9 [redacted]

D: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CONSELHO TUTELAR

2º Conselho Tutelar

Exercício: 2024-2027

CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CONGRESSO BRASILEIRO AOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | CURITIBA/PR



Marcia da Horus - marcia@capacitahorus.com

Inscrição realizada com Sucesso !

NOME DO EVENTO: CONGRESSO BRASILEIRO AOS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | CURITIBA/PR E ON-LINE

DATA: 27, 28 e 29 de julho de 2026

LOCAL: Hotel Nacional Inn Santa Felicidade

ENDEREÇO: Av. Manoel Ribas, 5480 - Santa Felicidade, Curitiba - PR, 82020-000

Número de participantes: 02

1. VANUSA DOMINGOS DE LANA NASCIMENTO
2. ELAINE CATIELE LIMA DE SOUZA

Incluso na inscrição

- Inscrição com acesso aos três dias de Congresso: 27, 28 e 29 de julho.
- Network Coffee Break dias 27 e 28 de julho de 2026 - Vespertino;
- Material do evento (caderno de anotações, caneta e crachá de identificação);
- Acesso ao Material digital após a Capacitação;
- Certificado de participação, válido em todo território nacional;

Valor á Pagar da inscrição do curso: **R$ 3.394,00**
Forma de pagamento: PIX (CNPJ 59.048.127/0001-23)
Vencimento: **10 de Junho de 2026**

Dados Bancários - Horus Desenvolvimento Profissional

- Dados Bancários:
- Banco do Brasil
- Código 001
- Conta 73902-2
- Agência 1489-3
- Razão Social: Horus - Desenvolvimento Profissional LTDA
- CNPJ: 59.048.127.0001-23
- PIX: CNPJ - 59.048.127.0001-23

***Não nos responsabilizamos pelo deslocamento e hospedagem e alimentação dos participantes do evento.**

CONSELHO TUTELAR

2º Conselho Tutelar

Exercício: 2024-2027

Para acessar nossas certidões clique no link ao lado: **CERTIDÕES .**

Para emissão de NOTA FISCAL antes do pagamento, pedimos solicitar direto no e-mail **ADM@CAPACITAHORUS.COM**
Programação e Regulamento do curso no anexo.

PARA VER MAIS CURSOS CLIQUE AQUI NA NOSSA AGENDA DE CURSOS

--

Atenciosamente,

Marcia Guedes
Administrativo Financeiro
Horus - Desenvolvimento Profissional
Rio do Sul/SC
Tel.: (47) 2011-1893 | (47) 2011-1893 WhatsApp
E-mail: marcia@capacitahorus.com
Site: www.capacitahorus.com
Instagram: @capacitahorus

HØRUS
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Rua: São Luiz Nº 491, Bairro Nova Brasília, CEP: 76908-416 - Ji-Paraná/RO.
ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PREFEITURA DE Ji-Paraná

CONVITE

Temos a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da **Solenidade de Entrega de Veículo destinado ao Projeto Dignidade e Resiliência**, importante iniciativa voltada ao fortalecimento das ações de proteção social, promoção da cidadania e ampliação do atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Na oportunidade, será realizada também a **Solenidade de Entrega de Veículos e Equipamentos destinados ao fortalecimento dos serviços socioassistenciais executados pelos municípios rondonienses**, no âmbito do **Sistema Único de Assistência Social SUAS**, ação que contribuirá para o aprimoramento da rede de proteção social e para a qualificação dos serviços ofertados à população.

Data: 06/07/2026
Horário: 9h
Local: Secretaria de Assistência Social e Família - SEMASF

Sua presença será motivo de grande satisfação e contribuirá para abrilhantar este importante momento para nosso município e para os beneficiários do Projeto Dignidade e Resiliência.

Solicitamos a gentileza de confirmar sua presença pelo telefone (69) 9 9900-6145, para melhor organização do evento.

Contamos com sua honrosa presença.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Marley Muniz
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0424/GAB/PM/JP/2026

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA
Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ**, **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 29/06/2026 às 11:08, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2810486** e o código verificador **7133209E**.

Cópia de 29/06/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2810486 e CRC: 7133209E).
ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	30/06/2026 18:48

Docto ID: 2810486 v1

Cópia de 29/06/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2810486 e CRC: 7133209E).
ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
Casa dos Conselhos

CASA DOS CONSELHOS

CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13.

OFÍCIO Nº 200/CDC/CMDCA/2026.

Ji-Paraná, 11 de junho de 2026.

À
Sra. Marley Muniz
Secretária Municipal de Assistência social e Família - SEMASF
Ji-Paraná/RO

Assunto: Solicitação de informações sobre andamento de análise jurídica do Edital Governamental do FUMCRIANÇA.

Senhora Secretária,

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ji-Paraná CMDCA**, no exercício de suas atribuições legais previstas na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei Municipal nº 2.472/2013 e demais normativas aplicáveis, vem, respeitosamente, solicitar informações acerca do andamento da análise jurídica referente à minuta do **Edital Governamental do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FUMCRIANÇA**, encaminhada para apreciação jurídica em 27/04/2026 através do Processo n. 1-8377/2026.

Informamos que o assunto foi objeto de deliberação do colegiado em reunião plenária realizada em **08 de junho de 2026**, com ata lavrada sob o número 10/2026, ocasião em que os conselheiros manifestaram preocupação quanto ao prazo de tramitação do processo, considerando a necessidade de conclusão da análise jurídica para que a Comissão responsável possa proceder aos ajustes eventualmente apontados pelo setor jurídico e promover o devido prosseguimento processual, com nova apreciação e deliberação pelo CMDCA, quando necessário.

Destaca-se que o Edital Governamental constitui instrumento fundamental para a operacionalização dos recursos do FUMCRIANÇA, viabilizando o financiamento de programas, projetos e ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no município. Sua publicação representa importante mecanismo para fortalecer a rede de atendimento, ampliar oportunidades de acesso a políticas públicas e garantir a adequada aplicação dos recursos captados e destinados ao Fundo Municipal.

Ressaltamos, ainda, que a efetivação do edital está diretamente relacionada ao cumprimento das atribuições legais do CMDCA quanto à gestão e ao controle social dos recursos do FUMCRIANÇA, contribuindo para o desenvolvimento de iniciativas estratégicas voltadas à prevenção de situações de vulnerabilidade, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, à inclusão social e à garantia da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante do exposto, solicitamos, por gentileza, informações acerca do estágio atual da análise jurídica e, se possível, previsão para sua conclusão, a fim de subsidiar o planejamento das próximas etapas do processo e assegurar a tempestiva implementação das ações previstas.

Certos de contar com a costumeira presteza de Vossa Senhoria, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

[assinado eletronicamente]
Maria José da Silva
Presidente do CMDCA (Biênio 2024/2026)
Decreto nº 1714/GAB/PM/2025

Avenida Ji Paraná, nº615, Bairro Urupá, CEP 76900-224
Ji-Paraná - Rondônia - Brasil

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSE DA SILVA**, **PRESIDENTE CMDCA**, em 12/06/2026 às 08:15, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2761315** e o código verificador **8A1CFEF7**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	VALERIA DE ASSIS LIMA	***.375.842-**	12/06/2026 09:21

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Ata 10	11/06/2026	2761316

Docto ID: 2761315 v1

ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 10 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Glória Maria Paula da Silva Mattara (FUND. JICRED - membro suplente); Daiane Santos de Araújo (CEDB); Lígia Maria Maciel (SEMED); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES); Rui Vieira (SEMES) e Paula de Brito Martins (GAB. PREFEITO). Às 8h18 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos. Informou que a alteração da data de calendário foi necessária em virtude da eleição do Conselho do Idoso realizada na Câmara Municipal devido a falta de ar-condicionado na sala de reuniões da Casa dos Conselhos. A pauta foi apresentada, alterada e aprovada: **1. Edital Governamental do FUMCRIANÇA:** Foi informado que o processo eletrônico do Edital Governamental encontra-se tramitando no Jurídico da SEMASF, ainda sem retorno e que a comissão aguarda devolutiva para dar andamento aos trabalhos. A morosidade no retorno implica em atraso no lançamento do edital. Foi esclarecido que após a análise jurídica, a comissão deverá se reunir para as correções elencadas e novo envio para análise jurídica e somente após o parecer favorável do Jurídico é que será submetido à plenária do CMDCA. Ficou deliberado que será oficiado à SEMASF a devolutiva do processo. **2. Comissão de Garantia dos Direitos e apoio aos Conselhos Tutelares: horário de funcionamento CTs/Indicação comissão disciplinar/Pernoite dos veículos e Plano de formação:** Foi lido o Ofício Nº 001 /colegiado CTJP/2026 sobre a mudança de horário de atendimento aos Conselhos Tutelares e apresentado a preocupação quanto à legalidade do horário fixado além da ausência do registro deliberativo. A deliberação ocorreu após fecundo debate ficando deliberado pelos conselheiros que será recomendado aos Conselheiros Tutelares que não cumpram esse horário até manifestação jurídica formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF. Ficou deliberado ainda que será oficiado à SEMASF que faça manifestação jurídica aos Conselhos Tutelares com cópia ao CMDCA sobre a matéria. Foi apresentado o DESPACHO DO PROCESSO INTEGRADO (ID 10) 16-32/2025 sobre o pernoite dos veículos dos CTs e a indicação da Comissão para que o Chefe do Poder Executivo regulamente a situação conforme as condicionantes estabelecidas em

ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

despacho. Foi proposto pelos membros que o veículo deva pernoitar na sede própria do CT e devido a esta discordância foi aberta a votação. O colegiado deliberou que os veículos deverão permanecer na sede administrativa dos CTs e será oficiado à SEMASF que faça as devidas orientações administrativas a seus motoristas e que encaminhe cópia da orientação ao CMDCA. Sobre o Plano de formação continuada para os Conselheiros Tutelares foi lido o plano proposto pela comissão e sugerido incluir os Conselheiros de Direitos no plano. O plano foi apreciado e foi relatado que o eixo I no plano de ação e aplicação do CMDCA já tem valores previstos para estas despesas sendo submetido a aprovação da plenária ficando aprovado por unanimidade. Foi discutido sobre a necessidade de preconizar em um edital que os conselheiros tenham nível superior para ingresso de mandato. **3. Comissão de Visitas: informes sobre análise documental:** Foi lido o relatório sintético da comissão e discutido sobre a necessidade de abrir processos eletrônicos sobre as certificações. Foi mencionado ainda a falta de estrutura da Casa dos Conselhos que não dispõe de scanners para transpor os documentos para o formato digital e da necessidade de alterar a Resolução n. 8 e 9 incluindo a exigência desse formato digital na entrega dos documentos. Foi deliberado ainda que não serão recebidos documentos incompletos para análise pela comissão e que caberá a Casa dos Conselhos não receber tais solicitações faltantes. Ficou deliberado que o Jurídico da SEMASF auxiliará na construção dos protocolos. **4. Comissão eleitoral 2026/2028:** Foi informado que a comissão iniciou os trabalhos e identificou que o prazo para a conclusão do pleito eleitoral extrapolará o prazo da vigência do mandato atual e deliberado em plenária que será solicitado a prorrogação do mandato vigente até a conclusão dos trabalhos que já foram iniciados. Será solicitada via documento. **5.Capacitação e reunião descentralizada CONEDCA Vilhena - 24 e 25 junho:** Foi lido o ofício nº 4114/2026/SEAS-CONEDCA sobre a capacitação: "O papel do CMDCA: atuação, integração com a rede do SGDA e fiscalização." Ficando deliberado pela participação de 4 (quatro) conselheiros sendo Maria José, Lígia, Osvaldo Cazuza e Sirlene. E que os trâmites administrativos devem ser providenciados pela secretaria executiva do CMDCA. **6. II Congresso brasileiro de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescentes:** Os conselheiros discorreram sobre a insatisfação referente ao não respeito às deliberações colegiadas que ocorreu novamente em relação a esta situação. A deliberação colegiada foi por 4 (quatro) conselheiros participarem do evento em virtude da grande relevância do congresso e que a situação é recorrente. Foi informado ainda que a compra das passagens sempre ocorre em cima da hora mesmo com envio antecipado da solicitação e geram os elevados ao fundo e desconsideração da deliberação colegiada. Foi proposto pela criação

ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

de um cronograma de participação rotativa dos conselheiros. Foi informado pela conselheira vice-presidente Sirlene que não houve previsão administrativa para aquisição de passagens aéreas e por isso a morosidade processual. Diante do avançado horário, ficou deliberado que o relatório de viagem será compartilhado em PDF no grupo de WhatsApp para conhecimento de todos e que os materiais trazidos pelos conselheiros participantes, estão dispostos na mesa de trabalho para acesso de todos os conselheiros presentes. **7. Comissão da Conferência Municipal:** Ficou definida a data de 4, 5 e 6 de novembro a realização da conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A comissão irá realizar os trabalhos e encaminhamentos necessários. **8.Informes:** Foi solicitado a resposta dos Ofícios que solicitaram custeio da formação em Gravatá e informações sobre a execução do programa amigo de valor encaminhados à SEMASF no mês de abril sem retorno até o momento. Ficando esclarecido o papel fiscalizador do CMDCA e não executor. Ficando deliberado que os responsáveis deverão ser oficiados para prestar esclarecimentos. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h11 e esta Ata foi lavrada por mim, Ana Paula S. Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 0704, de 07 de abril de 2026.

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)	
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	–
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	–
Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	–

D: 2051886 e CRC: 09BB4BB7

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	–
Angelita Farias Barboza Nogueira (JICRED - membro titular)	–
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	–
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	– 0

D: 2051886 e CRC: 09BB4BB7

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	–
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	–
Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)	–
Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)	–
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	–
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	

Representantes da Sociedade Civil

Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	
José Antônio de Lima (CEDB – membro suplente)	–
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	–
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	–
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	–
Matheus Cristian de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro suplente)	–

D: 2051886 e CRC: 09BB4BB7

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 311/90, alterada pela Lei 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 08/06/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Lígia M. do N. M. da Silva	Semed	
2.	Marcilene P. R. de Assis	GAAJIPA	
3.	Osvaldo Cazuza da Silva	SEMES	
4.	Rui Vieira de Souza	SEMES	
5.	Francisco Marcos [illegible]	IPER	
6.	Maria José da Silva	APAE	
7.	Glória Maria P. da Silva Mattara	Fundaco Jicred	
8.	Dayane Santos de Araújo	CEDB	
9.	Paula de B. Martins	Gab do Prefeito	
10.	Sirlene Muniz	SEMASF	
11.	Ana Paula S. Albuquerque	SEMASF	
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

D: 2051886 e CRC: 09BB4BB7

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	10	11/06/2026

ID: 2761316
CRC: 497143E2
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 11/06/2026 18:25:43 Finaliza´²o: 11/06/2026 18:25:59

Processo Documento

MD5: 25DBF620CFB0394C1E9F0616F79A9B69
SHA256: B6671D3ED96E3A191E031B6290269BB39ACE22DDB66DB60EFD983DC66BF26B2F

Sßmula/Objeto:
CMDCA - solicita´²o de informa´Þes sobre an®lise jurºdica do edital governamental

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	11/06/2026 18:25:43

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	11/06/2026 18:25:43

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 200	11/06/2026	2761315

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2761316 e o CRC 497143E2.

ID: 3051886 e CRC: 0F6B3017

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 12 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ao nono dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 9h30, através do aplicativo digital *Google Meet*, com o link < https://meet.google.com/wbp-qvjm-xwu> reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Lígia Maria Maciel (SEMED); Alice Saturnino (SEMUSA); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente); Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente); Angelita Aparecida Pereira (Divina Providência); Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré) e Angelita Farias Barboza Nogueira (Fundação JICRED). A plenária contou ainda com a participação dos Convidados Lucemira Leite e Adriane Pereira. Às 8h18 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos e após os devidos agradecimentos passou para a leitura da ata 11 que foi aprovada passando para a aprovação da pauta: **1. Memorando: 42/CREAS-SEMASF/2026 - Projeto Dignidade e Resiliência:** Foi realizada a leitura do documento e apresentada a prestação de contas dos recursos do exercício sendo aprovada por unanimidade. Foi lida ainda a proposta de renovação do projeto para o exercício de 2027 contendo plano de trabalho e plano orçamentário, sendo submetido à aprovação da plenária que aprovou por unanimidade. Ficando deliberado que será expedida Resolução própria referente a manifestação favorável do colegiado quanto à renovação do projeto. **2. DESP. 35/DPTOJURÍDICO-SEMASF/2026 - Edital FUMCRIANÇA :** Foi lido o despacho e deliberado pelo encaminhamento do mesmo para a comissão responsável. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11h32. E esta ata foi redigida por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada pelos conselheiros participantes que terão sua presença registrada através de captura de tela (print).

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	11	26/09/2026

ID: 3051886
CRC: 0F6B3017
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 17:57:48 Finaliza´²o: 26/09/2026 17:57:55

Processo Documento

MD5: 8F9C86946E8E3BB9B33034E3D949E915
SHA256: 0A30CAEC531FBD4949313120F6DE51F651E7236FBC1D3F600C718117AB6AF798

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	26/09/2026 17:57:48

ASSUNTOS

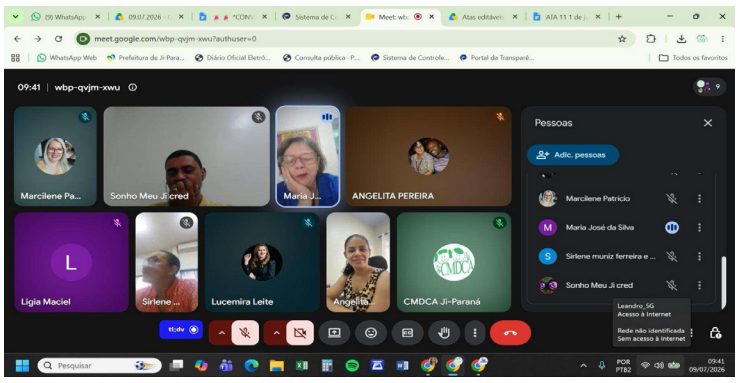
ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	26/09/2026 17:57:48

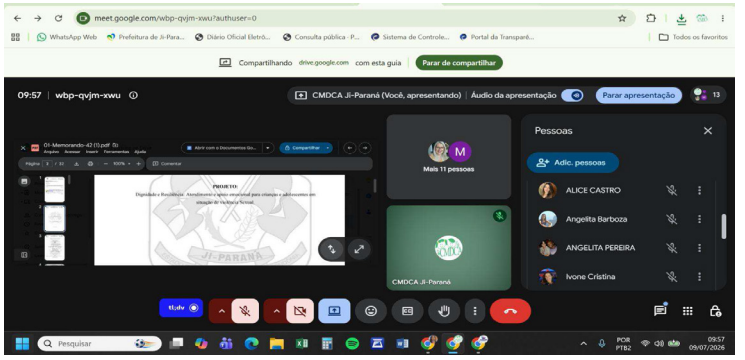
DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051886 e o CRC 0F6B3017.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

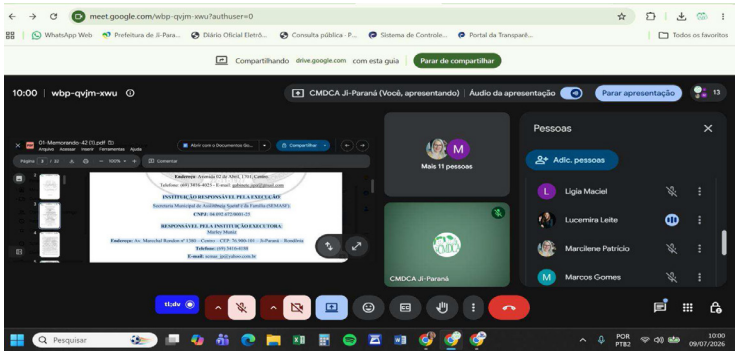




ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

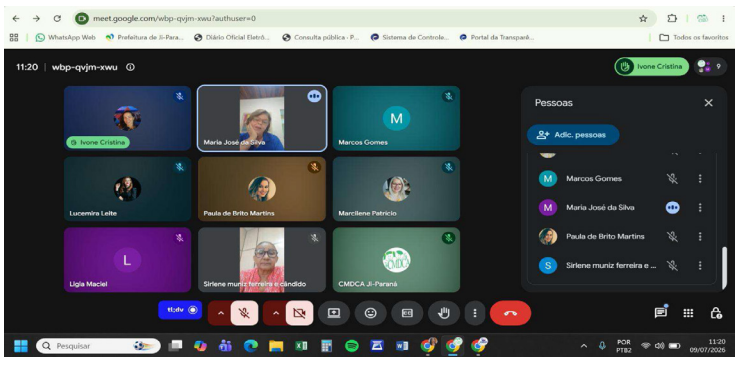




ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

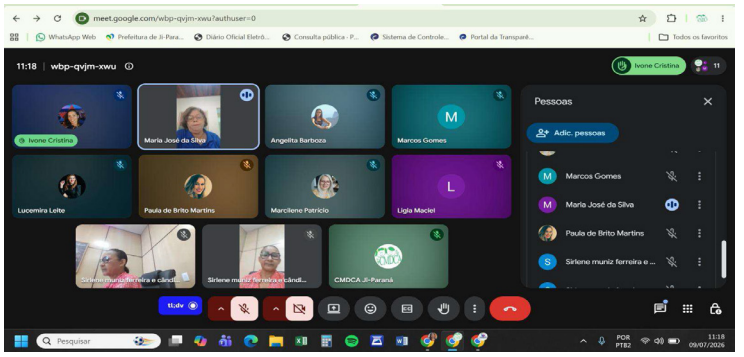
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**



ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

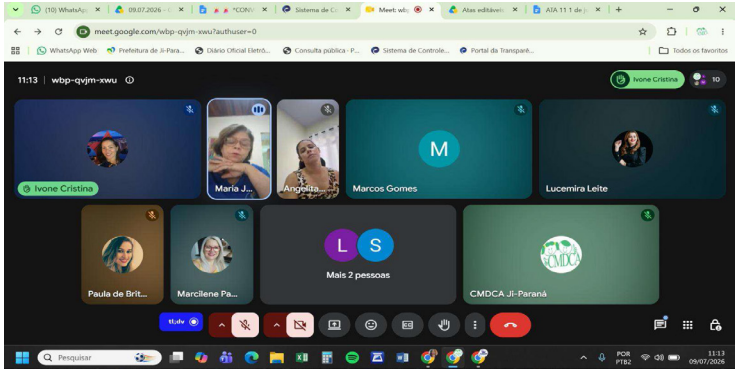
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**



ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**



ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Memorando: 42/CREAS-SEMASF/2026
DA:CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
PARA: CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
DATA: 07/07/2026

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO

Senhora

Vimos através deste, encaminhar o Projeto Dignidade e Resiliência, **analise, parecer e aprovação,** solicito serenidade, considerando o tempo de protocolo para o Amigo de Valor, até o dia em anexos.

Sem mais para o momento, em tempo oportuno, enviamos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ADRIANE PEREIRA DE OLIVEIRA SANTANA**, **MONITOR(A) DO PETI**, em 07/07/2026 às 12:14, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2831633** e o código verificador **2A81EEDC**.

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Projeto dignidade e resiliência	07/07/2026	2832047

Docto ID: 2831633 v1

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE:

RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO CONVENENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PREFEITO: Afonso Cândido

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETÁRIA:
Marley Muniz

ELABORAÇÃO DO PROJETO:

Gilson Lopes Soares
ELABORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DO PROJETO
Adriane Pereira de Oliveira Santana

DADOS DO PROJETO:

Dignidade e Resiliência: Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual.

INSTITUIÇÃO CONVENENTE:

PREFEITO: Afonso Cândido

Prefeitura do Município de Ji-Paraná –

CNPJ: 04.092.672/0001-25

Endereço: Avenida 02 de Abril, 1701, Centro.

Telefone: (69) 3416-4025 - E-mail: gabinete.jipa@gmail.com

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO:

Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF).

CNPJ: 04.092.672/0001-25

RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO EXECUTORA:
Marley Muniz

Endereço: Av. Marechal Rondon nº 1380 – Centro – CEP: 76.900-101 – Ji-Paraná – Rondônia

Telefone: (69) 3416-4188

E-mail: semas_jp@yahoo.com.br

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

PROJETO:

Dignidade e Resiliência: Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual.

Ji-Paraná, maio de 2027

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Apresentação:

A violência sexual contra Crianças e Adolescentes é um fenômeno que a cada dia ocupa um espaço significativo nos meios de comunicação e nas redes sociais em todo o país. Apesar de haver um arcabouço jurídico que garante a proteção da criança e do adolescente, a violência sexual contra crianças e adolescentes ainda é uma triste realidade. O Sistema de Garantia de Diretos (SGD), os serviços disponíveis, ainda não lograram êxito nessa proteção. Ao analisar os fatos ocorridos diariamente vê-se uma necessidade de discussão do tema em questão, uma vez que leis e instituições criadas para tal fim não tem obtido um resultado satisfatório.

Em Ji-Paraná, as crianças e adolescentes são atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violações de direitos, vítimas de violência, que demandam intervenções especializadas no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

A Proteção Social Especial organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violações de direitos.

Na organização das ações da PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas demandando, assim, trabalho social especializado.

As ações desenvolvidas na Proteção Social Especial devem ter centralidade na família e como pressuposto, o fortalecimento e o resgate de vínculos familiares e comunitários, ou a construção de novas referencias, quando for o caso.

Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especialidade do trabalho social ofertado, a atenção na Proteção Social Especial, organiza-se em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um dos serviços do CREAS e suas atribuições consiste na promoção da superação das situações

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

de violação de direitos e violência.

Em Ji-paraná o serviço está estruturado de acordo com os Cadernos de Orientações Técnicas e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), tanto na composição da equipe, quanto aos atendimentos ofertados.

Entretanto, os desafios enfrentados pela equipe obstaculizam a efetivação de um acompanhamento salutar para o desenvolvimento das crianças e adolescentes com seus direitos violados e vítimas de violências, mais especificamente a violência sexual.

A violência sexual essa, definida pela Lei n. 13.431/17 em seu artigo Art. 4º, inciso III, compreendendo:

> III - **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:
> A) **abuso sexual**, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso,
> realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;
> B) **exploração sexual comercial**, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; (BRASIL, 2017).

A violência sexual de crianças e adolescentes é um problema global e afeta a vida de crianças e adolescentes, bem como, a vida de sua família e amigos. As ações que têm sido implementadas propõem intervenções e atendimento adequado buscando mitigar os efeitos deletérios dessa violência, dado que ela deixa marcas e traumas para a vida toda.

As debilidades encontradas no atendimento e acompanhamento das crianças e adolescentes vítimas de violência, são diversos, podendo conter elementos culturais, estigmas, dificuldade de locomoção até o serviço, vínculos familiares fragilizados, dentre outras situações. Além disso, a falta de preparo de grande parte da rede de proteção, (conselhos tutelares, escolas, hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), dentre outras, dificultam as ações e muitas coopera para a revitimização, rupturas nos atendimentos, podendo até perpetuar a violência, conhecida como violência institucional.

Além das ações de prevenção já trabalhando com afinco no município através de campanhas educativas, mobilizações, conscientizações nos espações escolares, acadêmicos,

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

empresariais, este projeto de propõe ir além dessa fase, e efetivar o atendimento e acompanhamento necessário às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, inaugura um novo tempo para as crianças e adolescentes, em seu artigo 227:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foi incluído na agenda da sociedade civil como uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

As análises que se fazem a respeito do arcabouço jurídico que versa sobre as garantias de direito da Criança e do Adolescente remontam os anos de 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil a Carta Magna de 1988, também preconiza a proteção da Criança e Adolescente. No ano de 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA Lei 8.069, que ratifica tal proteção e após as reformulações de 2008 e 2009, essa garantia tornou-se mais abrangente. Porém, antigas e novas formas de violações de direitos se apresentam com características específicas e dificultam as tomadas de decisões pelo poder público, pois, requer destes, respostas de caráter urgente e muitas vezes complexas.

Dentre as várias violações de direitos contra crianças e adolescentes está à violência sexual, que apesar de não ser um fenômeno novo, com o avanço e o acesso fácil às tecnologias, essa violência se intensificou flexibilizando sua forma, se escudando muitas vezes em justificativas de caráter cultural, ou religioso, dificultando o combate à violência e a responsabilização e punição para os responsáveis contribuindo para a sua perpetuação.

A violência sexual contra criança perpassa séculos de impunidade e comprometimento de autoridades, Imperadores, líderes e membros de instituições religiosas e chega aos dias atuais

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

com grande força e de forma reordenada e dificulta o seu combate. O avanço das tecnologias facilita as denúncias, o que no passado, era uma prática velada, agora está nos meios de comunicação e nas redes sociais colocando para o Estado o desafio de implementar soluções objetivando coibir a prática, cuidar das vítimas e responsabilizar os agressores.

No passado, as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual eram atendidas e acompanhadas no âmbito do SUAS através do Programa Sentinela, após a reestruturação dos serviços socioassistenciais, o acompanhamento dessa demanda ficou sob a responsabilidade do CREAS.

Leis infraconstitucionais trazem em seu bojo o combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre elas estão as mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.090/1990, dentre as mudanças, estão os artigos 240 e seguintes, que criminaliza os registros, armazenamentos, postagens, vendas, etc. de imagens de crianças e adolescentes em cena de sexo explícito ou pornográfica; obrigatoriedade de notificação dos casos de abuso aos conselhos tutelares; afastamento do agressor da moradia comum; agravamento das penas do Código Penal para crimes de maus-tratos, estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra menores de 14 anos, dentre outras

A Lei 12.650/2012, conhecida como Lei Joana Maranhão alterou o Código penal, passando a contar a prescrição dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

Outra lei que vem ganhando destaque na proteção de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violências, é a Lei 13.431/2017, que versa sobre a escuta especializada e depoimento especial que em seu artigo V parágrafo 1º prevê que a criança e o adolescente serão ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial evitando assim a revitimização.

A lei n. 14.432/2022, que institui a campanha Maio Laranja, com ações efetivas ao combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e mais recentemente o CONANDA aprova a resolução n. 235/2023 que estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades.

Sabe-se que esses arcabouço jurídico ainda não conseguiu banir a violência sexual

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

contra a criança e o adolescentes necessitando assim de ações concretas na busca por mitigar os efeitos deletérios dessa violência.

O serviço Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) faz parte do CREAS e está caracterizado como um serviço de média complexidade e atender a todas as situações de violência e violação de direitos.

A implantação do Projeto Dignidade e Resiliência: Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual, caracteriza-se como projeto piloto no município de Ji-Paraná que conta com aporte financeiro do Programa Amigo de Valor 2024, através do Edital de Apoio aos Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2024 capitaneado pelo Grupo Santander.

JUSTIFICATIVA

A violência sexual apresenta-se de duas formas, como abuso ou como exploração sexual, sendo comum encontrar na literatura certa mistura nas definições de violência. Qualquer delas implicará no aproveitamento da condição de vulnerabilidade daquele que a sofre e configurará violação grave dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. (DUARTE, 2009). O que difere abuso de exploração sexual é o seu caráter mercantil que envolve a exploração. O abuso pode ocorrer entre membros da família, (intrafamiliar) e fora da família, (extrafamiliar).

De acordo com a declaração aprovada durante o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo em 1996, a exploração sexual infantil é caracterizada como todo tipo de atividade em que as redes, usuários e pessoas usam o corpo de um menino, menina ou de adolescente para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial, de poder e declara que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um crime contra a humanidade. (LEAL, 1999).

Quadro 01- Indicadores de Violência

INDICADORES FÍSICOS	INDICADORES COMPORTAMENTAIS	CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Dificuldade de caminhar.	Vergonha excessiva.	Muito possessiva com a criança, negando-lhes contatos sociais normais.
Infecções urinárias.	Autoflagelação.	Acusar a criança de promiscuidade ou sedução sexual. O agressor pode ter sofrido esse abuso na sua infância.
Secreções vaginais ou penianas.	Comportamento sexual inadequado para a idade.	Acredita que a criança tenha atividade sexual fora de casa.
Baixo controle dos esfíncteres.	Tendências suicidas.	Crê que o contato sexual é uma forma de amor familiar.
Pode apresentar DST, enfermidades psicossomáticas.	Fugas constantes de casa.	Pode abusar de álcool ou drogas.
Roupas ou com rasgadas mancha de sangue.	Mostra interesse não usual por assuntos sexuais.	Sugere ou indica discórdia conjugal ou dificuldade de se relacionar com adultos.
Dor ou coceira na garganta ou na área genital.	Masturba-se excessivamente.	Indica isolamento socialou condição de família monoparental.
Dificuldades urina ou para deglutir. r	Desenha órgãos genitais além da sua capacidade etária.	Mostra conduta impulsiva e imatura.
Edemas e sangramentos na genitália externa, regiões vaginal e anal.	Alternância de humor: retraída X extrovertida.	Tenta culpar os outros por dificuldades da vida.
Cérvice, vulva, períneo, pênis ou reto edemaciados ou hiperemiados: intróito vaginal ou corrimento.	Resiste a participar de atividades físicas.	Tenta minimizar a seriedade da situação.
	Relata avanços sexuais de adultos.	Estimula a criança a se envolver em condutas ou atos sexuais.
	Resiste a se desvestir ou ser desvestida.	
	Resiste a voltar pra casa após a aula.	
	Mostra medo por lugares fechados.	
	Conduta muito sexualizada.	
	Apresenta vestimenta inadequada.	
	Fadiga constate.	
	Pouca atenção.	

Fonte: DESLANDES, S. F. Prevenir a Violência: um desafio para educadores. FIOCRUZ/ENSP/CLAVES Rio de Janeiro 1994.

A lista das consequências é extensa, porém não é próprio da violência sexual, mas é a

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

que mais se identifica com tais situações. Outras violências como maus-tratos, abandono ou presenciar violências entre adultos podem ter consequências parecidas.

As consequências encontradas nos atendimentos realizados no CREAS de Ji-Paraná, são diversas como: depressão, sentimento de culpa, comportamento autodestrutivo, (autoflagelação) ansiedade, isolamento, abuso de substâncias tóxicas lícitas e ilícitas, doenças psicossomáticas, agressão, dificuldades na escola, comportamentos regressivos (enurese, encoprese, birras, choros), fugas constantes, ideação suicida, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, dificuldades de relacionamento sexual na vida adulta, práticas sexuais promiscuas, ou aversão total ao sexo, etc.

Essas consequências ocorrem porque as crianças e adolescentes não estão com suas funções cognitivas, afetivas, físicas e biológicas totalmente reguladas. De acordo com a Dr.ª Rosana Alves[1], as vítimas com distúrbio de estresse pós-traumático vítimas de violência, tinham o hipocampo esquerdo 12% menor que outros indivíduos.

> Os hormônios liberados durante o estresse da violência, além de prejudicar o amadurecimento normal das regiões cerebrais supracitados, também parecem aumentar a excitabilidade cerebral de tais estruturas, tornando o indivíduo mais vulnerável à epilepsia. A "tempestade elétrica" que ocorre no cérebro faz com que a vítima apresente sintomas epilépticos, como formigamento, entorpecimento ou vertigem, náusea, frio no estômago, alucinações, etc. Os

[1] Neurocientista e psicóloga; pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e docente da Flórida Christian University (EUA).

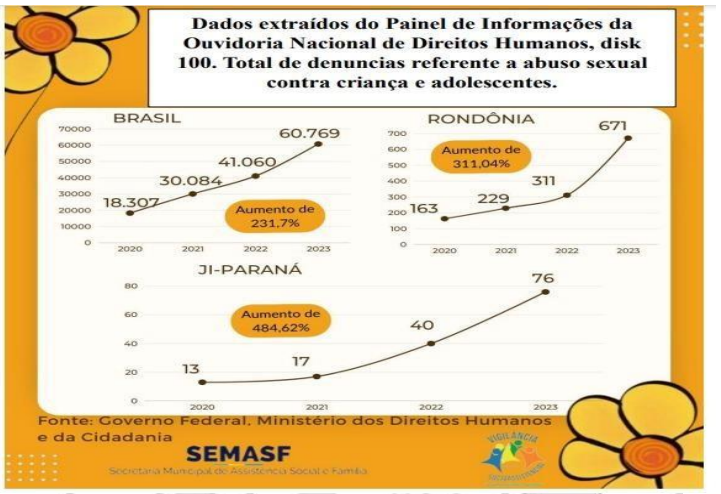
> sintomas são mais graves, se o abuso ocorrer antes dos 18 anos. (ALVES, 2017, p.1)

De acordo com dados do Disque 100, houve um aumento significativo das denúncias nos anos de 2022, 2023 conforme gráfico abaixo:

Gráfico 01: Denúncias do disque 100 nos anos de 2020 à 2023.

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família



Fonte: Governo Federal, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, elaborado pela Vigilância Socioassistencial de Ji-Paraná

Diante do gráfico acima é possível verificar o aumento significativo no número de denúncias de casos de abuso sexual tanto no Brasil como em Ji-paraná, colocando para a equipe e serviço um desafio ainda maior, dado que grande parte das crianças e adolescentes atendidas não conseguem dar seguimento no acompanhamento devido as diversas situações.

Essas informações nos dão um referencial do grande e grave problema que é a violência sexual de crianças e adolescentes e o número real da violência pode ser ainda maior, que de acordo com SANTOS, (1991) os registros representam apenas 10% dos números reais de vítimas. Esses números podem ser atribuídos a fatores como: a conscientização da sociedade através de campanhas esclarecedoras, dentre elas a Campanha de 18 de Maio que é um marco nas campanhas de prevenção à violência sexual no município de Ji-Paraná, além dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do CREAS nas instituições de ensino, mediante palestras de conscientização aos educandos, professores, equipe gestora, bem como, na formação de acadêmicos nas Instituições de Ensino Superior (IES), tanto públicas quanto privadas, palestras

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

de conscientização nas empresas, igrejas etc. É também notória a contribuição da mídia nas diversas campanhas e matérias vinculadas à temática da violência sexual.

Acredita-se que a Lei Maria da Penha, apesar de não tratar especificamente de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, vem criando efeito pedagógico e diminuindo ao longo do tempo a sensação de impunidade para os crimes cometidos no âmbito doméstico e a consequente subnotificação.

Dada a complexidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, as propostas de intervenção devem ser bem sistematizadas e contemplar os diversos aspectos da problemática, na perspectiva de resgatar a cidadania de quem já teve seus direitos violados, prevenir para que outras crianças e/ou adolescentes não sejam vítimas desta cruel violência.

Diante das situações apresentadas a propositiva do projeto é garantir às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e sua família o atendimento imediato, condições de acolhimento digno, orientação e acompanhamento, propondo ações de caráter contínuo até a superação da situação vivenciada.

A orientação e o acompanhamento possibilitam a garantia e a promoção dos seus direitos, a preservação, ou, o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou os submetem a situações de risco pessoal e social, fundamentados no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades.

A realidade de famílias em situação de vulnerabilidade social costuma estar envolvida em fatores de risco, que tem potencial de exposição ao risco de violações de direitos. Os fatores de risco são vários, por exemplo: fazer parte de uma família onde sua função protetiva está fragilizada, pertencer à um grupo ou minoria com ausência de representatividade social e política, sofrer discriminação devido raça, sexo, orientação sexual, pobreza e/ou baixo nível de instrução, residir em áreas de difícil acesso e/ou exposta à violência, pouca infraestrutura ou segurança pública insuficiente, desemprego, baixo poder aquisitivo ou estar abaixo da linha da pobreza. Compreende-se fatores de risco também como comportamentos que comprometem a saúde e o bem-estar do indivíduo. A pessoa em situação de vulnerabilidade devido a situação de violência costuma apresentar comportamentos que reforçam sua condição vulnerável.

OBJETIVO GERAL

Atender, acompanhar crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

de Ji-Paraná, utilizando atendimentos individuais e coletivos através de oficinas, visitas domiciliares e institucionais, tanto na zona urbana, rural e populações indígenas, bem como a escuta qualificada.

Objetivos Específicos:

- ✓ Desenvolver oficinas de desenvolvimento pessoal em caráter continuado às vítimas e suas famílias;
- ✓ Estimular o autoconhecimento e o desenvolvimento pessoal;
- ✓ Desenvolver os temas: autoestima, resiliência, autoconhecimento, autoaceitação, senso crítico, habilidades sociais e empatia;
- ✓ Fortalecer a capacidade protetiva da família;
- ✓ Propor reflexão sobre direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, direitos humanos, cuidado pessoal, relações humanas saudáveis e projetos de vida.
- ✓ Criar redes de apoio entre os participantes e as famílias;
- ✓ Multiplicar o conhecimento relacionado à psicoeducação;
- ✓ Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- ✓ Contribuir para romper com as violências no interior da família;
- ✓ Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;
- ✓ Prevenir a reincidência de violações de direitos.
- ✓ Promover visitas domiciliares;
- ✓ Garantir a escuta qualificada;
- ✓ Criar fluxos de atendimento às vítimas de violência sexual;
- ✓ Capacitação à rede de proteção de crianças e adolescentes;
- ✓ Orientar sobre a rede de serviços ofertados aos usuários;

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO

Acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, construção de Plano Acompanhamento Familiar (PAF), orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial, orientação jurídico-social, referência e contrarreferência, informação, comunicação e defesa de direitos, apoio à família na sua função protetiva, acesso à

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

documentação pessoal, articulação da rede de serviços socioassistenciais, articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais, articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, mobilização para o exercício da cidadania, trabalho interdisciplinar, elaboração de relatórios e/ou prontuários, estímulo ao convívio familiar, grupal e social, mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio contribuindo para a redução do estresse e da ansiedade Aumento da autoestima.

PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) vítimas de violência sexual e suas famílias.

METAS

Atender as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual encaminhadas ao CREAS de Ji-paraná

INDICADORES

Atendimento e acompanhamento de todas as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, contribuindo para a superação da violência sofrida, serão atnedidos no Projeto, crianças e adolescentes que são encaminhados pelo PAEF.

DESAFIOS

O município de Ji-paraná, teve sua emancipação política no dia 22 de novembro de 1977, atualmente o município tem a segunda maior população do estado de Rondônia, com 124.333 habitantes no ano de 2022 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município possui dois distritos distantes a aproximadamente 30 Km da região urbana de Ji-Paraná, distritos de Nova Colina e Nova Londrina.

Ji-Paraná está situado na região central do estado de Rondônia, formado a partir do desmembramento dos estados de Mato Grosso e Amazonas. Ji-Paraná figura entre os oito municípios do estado que tem o nome de origem indígena. Jy paraná, que significa rio dos machados, é uma alusão ao grande número de pedras que se pareciam com machados indígenas no rio Ji-Paraná, atualmente conhecido como rio Machado. O município de Ji-Paraná era habitado por populações indígenas, que segundo Vilhena, era denominado Uru Eu WAu Wau, que se subdividiam em pequenos grupos: Cinta Larga, Suruí, Zorós, Gavião, Urupá e Arara.

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

(VILHENA, 1999, p. 8).

Ji-Paraná tem sua história vinculada aos ciclos econômicos de desenvolvimento que teve início em 1877 com a chegada de nordestinos que fugiam da seca em busca da extração do Látex (Borracha). Os ciclos econômicos que influenciaram o desenvolvimento de Ji-Paraná contribuíram de forma substancial na estruturação econômica e na construção étnico, racial e social da população.

Devido às condições de vida da população, bem como as situações postas frente às desigualdades existentes, orientam a maneira como as famílias lidam com as questões de vida e sobrevivência, crianças e adolescentes ficam sob os cuidados de outros membros da família. Além disso, ainda existe uma parcela significativa da população que enfrenta os desafios de lidar com a desestrutura dos núcleos familiares em razão de uso e abuso de substâncias psicoativas, além das situações de vulnerabilidade e risco social agravada pela crise humanitária causada pelo novo Corona Vírus 19, visto que houve um aumento vertiginoso dos casos após o período pandêmico, necessitando de um atendimento especializado por parte do CREAS através de seus programas e serviços preconizados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, bem como nas normativas e orientações do CONANDA.

No diapasão das dificuldades, estão aquelas relacionadas ao atendimento e acompanhamento das crianças e adolescentes, bem como suas famílias, visto que o município possui uma grande dimensão com seus distritos distante a aproximadamente 30 km de distância do distrito sede, além das populações indígenas e rural e ainda a população que mora na zona urbana.

Outra debilidade encontrada está relacionada aos espaços de acolhida e escuta qualificada no CREAS, visto que o mesmo atende outras violências e violações de direito de pessoa idosa, pessoas com deficiência, adolescente autor de ato infracional que cumpre medida socioeducativas em meio aberto, etc.

A falta de capacitação à toda a rede de proteção para atender os casos de violência sexual de crianças e adolescentes, acaba por perpetuar a violência, devido o despreparo da rede, possibilitando a revitimização e a violência institucional.

Ainda, a falta de um fluxo de atendimento da rede de proteção dificulta o atendimento mais rápido e com ações imediatas na garantia da proteção e cuidado.

A fim de contornar essas dificuldades se faz tão necessário o projeto em tela, a fim de, mitigar os efeitos nefastos da violência sexual, visto que, os traumas se não tratados duram toda

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

a vida.

METODOLOGIA

Em relação aos atendimentos e acompanhamentos realizados no CREAS, as crianças e os adolescentes que forem encaminhados ao PAEF, após o atendimento inicial realizado por esse serviço, poderão ser encaminhados à nossa equipe para que também seja realizado o acompanhamento e atendimento, de acordo com as demandas identificadas e as atribuições de cada equipe.técnicas de desenvolvimento pessoal, técnicas do treinamento em habilidades sociais e comunicação assertiva, técnicas de manejo e controle da ansiedade, técnicas de meditação ativa e passiva (*mindfullness*), técnicas de relaxamento, identificação e manejo de crenças/regras distorcidas/disfuncionais da realidade, momentos de fala livre/escuta, técnicas para o fortalecimento do grupo enquanto rede de apoio, rodas de conversa sobre os temas pertinentes ao grupo, exibição de vídeos e filmes sobre os temas propostos e momentos de confraternização. Importante salientar que havendo demanda, pode-se formar grupos para acompanhamentos, oficinas tanto nos distritos de nova londrina e nova colina e também nas populações indígenas.

Em relação à Escuta Especializada: A criança ou adolescente possui o direito de ser acompanhada por seus familiares ou outro adulto da sua escolha, durante o atendimento. Estes devem ser consultados separadamente, se desejam ser ouvidos desacompanhados.

Inicialmente, o profissional deverá criar um *rapport,* entendido como uma técnica de criar uma ligação de empatia com outra pessoa, para que se comunique com menos resistência. Assim, deverá ser criando um espaço de confiança mútua, respeito e aceitação, explicando em linguagem clara e acessível, como se dará o atendimento, seus objetivos e sobre o sigilo das informações, demonstrando preocupação como bem-estar da criança e do adolescente, de modo que a mesma se sinta segura e confortável com a situação.

O profissional deve receber a criança ou adolescente compreendendo que se trata de um momento sensível e de vulnerabilidade, respeitando o direito ao silêncio. Deverá ser permitido o primeiro relato livre, dando o espaço de fala, visando garantir o seguimento/acompanhamento integrado e articulado do caso no âmbito da rede de proteção do SGD.

Durante a escuta, o profissional deverá atentar-se ao relato livre, às falas espontâneas, às posturas e reações comportamentais da criança ou adolescente, entendendo que as perguntas

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

feitas devem ser as estritamente necessárias, para assegurar a proteção e o acompanhamento posterior da criança ou adolescente.

A criança ou adolescente deve ser informada(o) – em linguagem compatível com o seu estágio de desenvolvimento – acerca dos procedimentos formais pelos quais terá que passar e sobre a existência de serviços específicos da Rede de Proteção, de acordo com as demandas de cada situação.

As informações devem ser prestadas também aos responsáveis ou aos adultos de referência, mas, em hipótese alguma substituem as informações dirigidas à criança e ao adolescente.

Ao final do atendimento, o profissional deverá perguntar se há algo mais que ela queira falar e, dar suporte para que a criança ou adolescente possa alcançar um estado emocional mais confortável, visto que, o relato de algumas vivências pode evocar memórias e sentimentos muito desagradáveis para as vítimas.

Após a realização da Escuta Especializada ou confirmação da Revelação Espontânea, a criança/adolescente e sua família, serão encaminhados para atendimento e/ou acompanhamento pela Rede de Proteção, de acordo com as demandas identificadas.

O Serviço também presta devolutiva a quem o encaminhou, mas, é preciso ressaltar que, essa devolutiva é para dar conhecimento de que o atendimento foi realizado, visto que o Serviço tem como um dos princípios, a garantia do sigilo.

A Escuta Especializada não realiza acompanhamento sistemático da criança e/ou adolescente, porém, pode atender a mesma criança/adolescente mais de uma vez, quando um atendimento não for suficiente para entender o caso, ou quando a mesma criança ou adolescente for encaminhado mediante o sofrimento de outra violação.

É importante ressaltar que, no caso de crianças pequenas, a Escuta Especializada somente é possível se esta tiver condições de interagir e se comunicar minimamente com a Equipe Técnica, por conta do seu nível de desenvolvimento da linguagem.

Em relação as visitas domiciliares: As visitas domiciliares acontecerão posteriores ao encaminhamento dos casos, quer seja pelas Delegacias, Conselhos Tutelares, dentre outros, afim de verificar as condições de moradia, contexto socioeconômico, as situações de risco, questões escolares, etc.

As visitas também podem ser feitas durante o acompanhamento tanto para aquelas que sem motivo aparente não estão participando dos grupos, como também para tratar de algumas

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

situações pontuais.

Outra situação pertinente é a estreitamento dos vínculos da família com o serviço, afim de criar uma relação de confiança e aproximação.

Em relação a mobilidade: As crianças e adolescentes que tiverem dificuldades de participar dos atendimentos quer seja individual ou coletivo por motivo de falta de transporte,o CREAS fará a deslocamento até a sede do serviço, ou onde estiver acontecendo as atividades/oficinas.

DURAÇÃO DO PROJETO

O serviço de Atendimento Especializados à família e Indivíduos é continuo, entretanto o projeto terá a duração de 12 meses, sendo os 03 primeiros para a aquisição dos bens, capacitação e após o início aos atendimentos e acompanhamentos.

OPERACIONALIZAÇÃO

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS E PARCEIROS DO PROJETO: Dignidade e Resiliência: Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual.

Gestor Municipal

O Projeto Dignidade e Resiliência: Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual será executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF) de Ji-Paraná/RO, através das subvenções sociais do Programa Amigo de Valor 2027, através do Edital de Apoio aos Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2027 capitaneado pelo Grupo Santander.

ATRIBUIÇÕES

Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF)

- ✓ Contribuir na divulgação do Projeto;
- ✓ Ofertar o espaço físico para a execução do Projeto;

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

- ✓ Disponibilizar o material de expediente necessário para a execução do projeto;
- ✓ Garantir o abastecimento do carro com combustível;
- ✓ Disponibilização da equipe técnica para execução do projeto;A coordenação do Projeto:
- ✓ Capacitação da Equipe Técnica;
- ✓ Participar ativamente do planejamento, coordenação, monitoramento e Supervisão das atividades do projeto;
- ✓ Emitir relatórios sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto;

Das atribuições da equipe técnica do Projeto Dignidade e Resiliência: Atendimento e apoio emocional para crianças e adolescentes em situação de violência Sexual.

- ✓ Divulgação, Preparação e Acompanhamento das crianças e adolescentes e suas Famílias

RECURSOS HUMANOS

Para a renovação do projeto Dignidade e Resiliência, será necessária a contratação de recursos humanos e equipe específica para o projeto, pois foi possível perceber que a equipe já existente no CREAS possui uma demanda intensa de atendimentos. Pensou-se, os seguintes profissionais: psicologo, Assistente Social e Motorista, , sempre respeitando o sigilo e privacidade dos participantes.

Dessa forma, pensando na melhoria e garantia de um maior aproveitamento e benefícios às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendidas e encaminhadas ao CREAS, sugere-se a contratação dos seguintes profissionais:

Função	Quantidade	Formação
Assistente Social	1 Profissional	Serviço Social
Psicólogo	1 Profissional	Psicologia
Motorista	1 Profissional	Nível Fundamental/Médio

Todo o quadro de pessoal (recursos humanos) nscessitamos de manutenção para o projeto.

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

RECURSOS MATERIAIS PARA DOAÇÃO:

Os espaços que deverão funcionar as atividades técnico-administrativas deverão estar devidamente equipadas, contará com um ajuste no espaço físico passando a utilizar alguns elementos da estrutura já existente, entretanto será necessário a aquisição de alguns equipamentos para a realização dos trabalhos.

Material DE CONSUMO PARA DISTRIBUIR			
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**
01	Kit para Higiene contendo Bucal: escova de dente infantil cor verde ou amarela, fio dental 100 metros, enxaguante bucal 60ml, creme dental 50g.	UND	50
02	Kit para Higiene Bucal: escova de dente adulto cor verde ou amarela, fio dental 100 metros, enxaguante bucal 60ml, creme dental 50g.	UND	100
03	Kit beleza contendo: nécessaire, pincel, hidratante 100 ml, desodorante aerossol 200ml, absorvente, lixa de unha 8 cm, protetor solar fator 50. 30ml	UND	100
04	Kit beleza contendo: nécessaire, hidratante 100 ml, desodorante aerossol 200ml, shampoo 2 em 1, protetor solar fator 50, 30 ml.	UND	100
05	Kit bobbie goodscontendo: giz de cera,lapis de cor, canetinha.	UND	100
06	Quebra cabeça 100 peças, com imagm de lugares, animais, paises, pontos turisticos.	UND	100
07	Kit jogos classicos contendo: Dama, Dominó, xadrex, jogos em material madeira e o Uno em material papel cartão.	UND	100

Material DE CONSUMO PARA DESENVOLVER O PROJETO			
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**
01	Blocos de montar 1000 peças Infantil Criatividade e Diversão, especificação: 4 pinos: 2,5cm, x 2 cm x 2,5 cm - 6 PINOS: 3,5 cm x 2 cm x 2,5 cm - 8 PINOS: 5 cm x 2 cm x 2,5 cm - RODA: 2 cm x 2 cm x 1 cm.	UND	5
02	Jogo detetive de Palavras, 35x22x4	UND	2
03	Abaco aberto, especificações: 10 colunas, 60 bolinhas, composição de madeira, dimensões: 25x50x5,4cm (comprimento x largura x Altura).		1

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

04	Abaco fechado, especificações: 10 colunas, 100 bolinhas, composição de madeira, dimensões: 28 x 5,5 x 12 centímetros (comprimento x largura x Altura).	UND	1
05	Kit bobbie goods contendo: giz de cera,lapis de cor, canetinha.	UND	50
06	Quebra cabeça 200 peças em MDF, com imagem de animais..	UND	2
07	Quebra cabeça 100 peças em MDF, com imagem de paises,	UND	2
08	Quebra cabeça 500 peças em MDF, pontos turisticos.	UND	2
09	Quebra cabeça 100 peças em MDF, carros	UND	2
10	Quebra cabeca 100 peças em MDF, princesas	UND	2
11	Quebra cabeca 500 peças em MDF, Paisagens e natureza	UND	2
12	Kit jogos classicos contendo: Dama, Dominó, xadrex, jogos em material madeira e o Uno em material papel cartão.	UND	5
13	Jogo Banco Imobiliario Contém: 1 tabuleiro, 28 títulos de posse, 32 cartões sorte-revés, 380 notas, 80 casas plásticas, 2 dados, 6 peões plásticos, 1 manual de instruções.	UND	4
14	Jogo desafio da vida, material madeira e plastico contendo 1 tabuleiro; 1 Roleta; 8 Personagens; Cédulas de Brinquedo; 56 Cartas Diversas e 42 Fichas de Família e 8 Cartelas (objetivos).	UND	2
15	Cartas educativas como me sinto, material em papel couché 15 × 10 × 3 cm	UND	2
16	Jogo da ansiedade composição: 52 cartas, 1 cartão, 1 dado, 1 tabuleiro, 1 manual e 1 dado.	UND	2
17	Painel Sensorial Infantil Educativo De Atividades Montessori, com corda, com som, inclui pilha tipo AAA., comprimento, altura e largura, 60cm x 36cm x 12cm.	UND	1
18	Kit com 5 Brinquedos pedgógicos Infantil Educativo, contendo, pino de encaixe, forma geometrica, torre de Hanoi Tangram e encaixe se for capaz comprimento, largura e altura, 30cmx20cmx20cm.	UND	05
19	Tapete Impermeável Sensorial mãos e Pés Educativo Brinquedo.	UND	01
20	Tonner, Cartucho novo (não reciclado) original de toner preto (referência CF258A) para impressora, capacidade de impressão mínima de 3.000 páginas	UND	12
21	TABLET- Capacidade de armazenamento da memória 128 GB, tela 10,9 polegada, resolução 2112x1320pixels,128 GB, 6 GB RAM, Camera Traseira 8MP.	UND	03
22	Cortinas: Altura x Largura, 2.2 m x 2.6 m; cor, branca, lisa, para ultilizar em varão.	UND	06

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

23	Varão: Kit varão grosso, para ultilizar em cortinas Altura x Largura, 2.2 m x 2.6 m.	UND	06
24	Uma resma de papel sulfite padrão (A4) contém 500 folhas.	UND	05
25	Jogo Blocos, material em madeira para habilidade motoras, 60 peças, tamanho 32 cm x 6 cm x 44 cm	UND	02
26	Dobble Connect é composto por 90 cartas com 10 símbolos por carta.	UND	02
27	Jogo concept Componentes:1 Livro de Regras, 1 Tabuleiro , 2 Folhas de Auxílio ao Jogador, 110 Cartas, 1 conjunto verde com o Peão de Conceito Principal (interrogação verde) e 10 cubos, 4 conjuntos coloridos (azul, amarelo, vermelho e preto) com os Peões de Subconceitos (pontos de exclamação) e 8 cubos cada, 1 Tigela para Armazenamento, 39 Fichas de Pontos de Vitória.	UND	02
28	Jogo Identidade secreta, Contém: Bandeirinhas, 36 cartas território, 16 cartas eventos, 11 cartas objetivos, 4 símbolos casa, 6 dados, 4 brasões, 4 conj; exércitos, 1 tabuleiro e manual.	UND	02
29	Jogo, batalhas das gerações: Contém: 1 tabuleiro, 1 roleta, 1 seta, 1 dado, 2 peões, 2 baralhos e 1 regra. Jogo completo com tabuleiro, roleta, dado, peões, baralhos e regras, oferecendo uma experiência de jogo diversificada e envolvente.	UND	02
30	Jogo Perfil, Conteúdo da embalagem: - 390 cartas - 1 tabuleiro - 6 peões - 20 fichas vermelhas - 1 ficha amarela - 5 fichas azuis - 1 manual de instruções Composição/Material: Plástico e papel.	UND	02
31	Jogo de adivinhação “Eu Sou”, componente do jogo: 1 ampulheta, 30 cartas, 4 cintas para cartas, 1 regulamento.	UND	02
32	Jogo terapêutico, habiliadades sociais: dimensões 7,0 × 10,0 × 2,0 cm.	UND	02

- Jogo de tabuleiro colorido para 2 a 6 jogadores, ideal para reunir diferentes gerações em uma competição divertida.

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

CUROS E CAPACITAÇÃO			
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quantidade**
01	Cursos, e Capacitação da Equipe Técnica, dos atores dos Sistema de Garantia de Direitos (SGD), (Taxas, diárias, passagens, material), seminários, congressos, eventos, fóruns etc., Pagamentos de palestrantes/ passagens e diárias.	UND	necessaria

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

RECURSOS FINANCEIRO

Descrição	Quant	Periodo	valor		Financiador
			Unitario	total	
Kit para Higiene contendo Bucal: escova de dente infantil cor verde ou amarela, fio dental 100 metros, enxaguante bucal 60ml, creme dental 50g.	50	12 meses	8,00	400,00	Amigo do
Kit para Higiene Bucal: escova de dente adulto cor verde ou amarela, fio dental 100 metros, enxaguante bucal 60ml, creme dental 50g.	100	12 meses	10,00	1.000,00	
Kit beleza contendo: nécessaire, pincel, hidratante 100 ml, desodorante aerossol 200ml, absorvente, lixa de unha 8 cm, protetor solar fator 50. 30ml.	100	12 meses	65,00	6.500,00	
Kit beleza contendo: nécessaire, hidratante 100 ml, desodorante aerossol 200ml, shampoo 2 em 1, protetor solar fator 50, 30 ml.	100	12 meses	50,00	5.000,00	
Kit bobbie goodscontendo: giz de cera,lapis de cor, canetinha.	150	12 meses	20,00	3.000,00	
Quebra cabeça 100 peças, com imagm de lugares, animais, paises, pontos turisticos.	100	12 meses	50,00	5.000,00	
Kit jogos classicos contendo: Dama, Dominó, xadrex, jogos em material madeira e o Uno em material papel cartão.	105	12 meses	90,00	9.450,00	
Blocos de montar 1000 peças Infantil Criatividade e Diversão, especificação: 4 pinos: 2,5cm, x 2 cm x 2,5 cm - 6 PINOS: 3,5 cm x 2 cm x 2,5 cm - 8 PINOS: 5 cm x 2 cm x 2,5 cm - RODA: 2 cm x 2 cm x 1 cm.	05	12 meses	220,00	1.100,00	
Jogo detetive de Palavras, 35x22x4	02	12 meses	46,00	92,00	
Abaco aberto, especificações: 10 colunas, 60 bolinhas, composição de madeira, dimensões: 25x50x5,4cm (comprimento x largura x Altura).	01	12 meses	50,00	50,00	
Abaco fechado, especificações: 10 colunas, 100 bolinhas, composição de madeira, dimensões: 28 x 5,5 x 12 centímetros (comprimento x largura x Altura).	01	12 meses	50,00	50,00	
Quebra cabeça 200 peças em MDF, com imagem de animais..	02	12 meses	90,00	180,00	
Quebra cabeça 100 peças em MDF, com imagem de paises,	02	12 meses	50,00	100,00	
Quebra cabeça 500 peças em MDF, pontos turisticos.	02	12 meses	220,00	440,00	
Quebra cabeça 100 peças em MDF, carros	02	12 meses	50,00	100,00	
Quebra cabeca 100 peças em MDF, princesas	02	12	50,00	100,00	

D: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

		meses			
Quebra cabeca 500 peças em MDF, Paisagens e natureza	02	12 meses	220,00	440,00	
Jogo Banco Imobiliario Contém: 1 tabuleiro, 28 títulos de posse, 32 cartões sorte-revés, 380 notas, 80 casas plásticas, 2 dados, 6 peões plásticos, 1 manual de instruções.	04	12 meses	130,00	520,00	
Jogo desafio da vida, material madeira e plastico contendo 1 tabuleiro; 1 Roleta; 8 Personagens; Cédulas de Brinquedo; 56 Cartas Diversas e 42 Fichas de Família e 8 Cartelas (objetivos).	02	12 meses	40,00	80,00	
Cartas educativas como me sinto, material em papel couché 15 × 10 × 3 cm	02	12 meses	40,00	80,00	
Jogo da ansiedade composição: 52 cartas, 1 cartão, 1 dado, 1 tabuleiro, 1 manual e 1 dado.	02	12 meses	59,00	118,00	
Painel Sensorial Infantil Educativo De Atividades Montessori, com corda, com som, inclui pilha tipo AAA., comprimento, altura e largura, 60cm x 36cm x 12cm.	01	12 meses	300,00	300,00	
Kit com 5 Brinquedos pedgógicos Infantil Educativo, contendo, pino de encaixe, forma geometrica, torre de Hanoi Tangram e encaixe se for capaz comprimento, largura e altura, 30cmx20cmx20cm	05	12 meses	100,00	500,00	
Tapete Impermeável Sensorial mãos e Pés Educativo Brinquedo.	01	12 meses	75,00	150,00	
Tonner, Cartucho novo (não reciclado)original de toner preto (referência CF258A) para impressora, capacidade de impressão mínima de 3.000 páginas	12	12 meses	R$ 280,00	R$ 3.360,00	
TABLET- Capacidade de armazenamento da memória 128 GB, tela 10,9 polegada, resolução 2112x1320pixels,128 GB, 6 GB RAM, Camera Traseira 8MP.	03	12 meses	2.339,10	7.017,30	
Cortinas: Altura x Largura, 2.2 m x 2.6 m; cor, branca, lisa, para ultilizar em varão.	06	12 meses	104,00	624,00	
Varão: Kit varão grosso, para ultilizar em cortinas Altura x Largura, 2.2 m x 2.6 m.	06	12 meses	70,00	420,00	
Uma resma de papel sulfite padrão (A4) contém 500 folhas.	05	12 meses	40,00	200,00	
Jogo Blocos, material em madeira para habilidade motoras, 60 peças, tamanho 32 cm x 6 cm x 44 cm	02	12 meses	60,00	120,00	

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

Jogo Dobble Connect é composto por 90 cartas com 10 símbolos por carta.	02	12 meses	109,90	219,80	
Jogo concept Componentes:1 Livro de Regras, 1 Tabuleiro , 2 Folhas de Auxílio ao Jogador, 110 Cartas, 1 conjunto verde com o Peão de Conceito Principal (interrogação verde) e 10 cubos, 4 conjuntos coloridos (azul, amarelo, vermelho e preto) com os Peões de Subconceitos (pontos de exclamação) e 8 cubos cada, 1 Tigela para Armazenamento, 39 Fichas de Pontos de Vitória.	02	12 meses	300,00	600,00	
Jogo Identidade secreta, Contém: Bandeirinhas, 36 cartas território, 16 cartas eventos, 11 cartas objetivos, 4 símbolos casa, 6 dados, 4 brasões, 4 conj; exércitos, 1 tabuleiro e manual.	02	12 meses	52,00	104,00	
Jogo, batalhas das gerações: Contém: 1 tabuleiro, 1 roleta, 1 seta, 1 dado, 2 peões, 2 baralhos e 1 regra. Jogo completo com tabuleiro, roleta, dado, peões, baralhos e regras, oferecendo uma experiência de jogo diversificada e envolvente.	02	12 meses	75,00	150,00	
Jogo Perfil, Conteúdo da embalagem: - 390 cartas - 1 tabuleiro - 6 peões - 20 fichas vermelhas - 1 ficha amarela - 5 fichas azuis - 1 manual de instruções Composição/Material: Plástico e papel.	02	12 meses	165,00	330,00	
Jogo de adivinhação "Eu Sou", componente do jogo: 1 ampulheta, 30 cartas, 4 cintas para cartas, 1 regulamento.	02	12 meses	90,00	180,00	
Jogo terapêutico, habiliadades sociais: dimensões 7,0 × 10,0 × 2,0 cm.	02	12 meses	199,00	398,00	
Jogo Educativo Efeito Dominó Emoções, contendo: 1 tabuleiro e 36 peças.	02	12 meses	169,00	338,00	
VALOR TOTAL				**R$ 41.793,00**	12 meses

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

RECURSOS RH

Descrição	Vinculo	Quant.	Periodo	valor		Financiador
				Unitario	total	
Assistente Social	Processo Seletivo	1	12 meses	R$ 3.542,09	R$ 46.047,17	Amigo do
Psicólogo	Processo Seletivo	1	12 meses	R$ 3.542,09	R$ 46.047,17	
Motorista	Processo Seletivo	1	12 meses	R$ 2.800,00	R$ 36.400,00	
Total Anual					**R$128.494,34**	12 meses

RECURSOS CAPACITAÇÃO

Descrição	Quant.	Periodo	valor		Financiador
			Unitario	total	
Cursos, e Capacitação da Equip Técnica, dos atores dos Sistema d Garantia de Direitos (SGD), (Taxa diárias, passagens, material), seminário congressos, eventos, fóruns etc Pagamentos de palestrantes/ passagens diárias.		12 meses		R$ 80.000,00	Amigo do
Total Anual				R$ 80.000,00	12 meses

RECURSOS FINANCEIROS

RECURSOS FINANCEIROS			
Item	**Descrição**	**Período**	**Valor**
01	Cursos, e Capacitação da Equipe Técnica, dos atores dos Sistema de Garantia de Direitos (SGD), (Taxas, diárias, passagens, material), seminários, congressos, eventos, fóruns etc., Pagamentos de palestrantes/ passagens e diárias.	**12 meses**	**R$80.000,00**
02	RECURSOS HUMANOS	**12 meses**	**R$128.494,34**
03	RECURSOS MATERIAS	**12 meses**	**R$ 41.793,00**
VALOR TOTAL:			**R$250.287,34**

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

Este projeto abrange o município de Ji-Paraná.

BENEFICIÁRIOS

Crianças e adolescentes vítimas de violência Sexual e suas famílias.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:[2]

ANO:2027												
AÇÕES/ETAPAS	**J**	**F**	**M**	**A**	**M**	**J**	**J**	**A**	**S**	**O**	**N**	**D**
Capacitação da equipe técnica e rede de proteção	X											
Compra de Material de consumo	X											
Divulgação do Projeto.	X											

[2] Este cronograma poderá sofrer acomodações à critério da Instituição fomentadora.

PLANO DE APLICAÇÃO (R$248.787,34)

Origem do Recurso:

Tipo Recurso	Ano	Número
	2027	

Ente Federado Indicado - Tipo Recurso:

UF	Esfera	MUNICÍPIO
RO	MUNICIPAL	JI-PARANÁ
te: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		**IPJ:** 17746425/0001-47

8.1 Dados da Programação:

Ano	Número	Funcional Programática
2027		
		Total Programação: R$248.787,34

PLANO DE TRABALHO

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (**R$248.787,34**)

CONCEDENTE

META	PARCELA
01	**R$ R$248.787,34**

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

O município de Ji-Paraná manterá as despesas com a estrutura da Sede do CREAS, alimentação para o lanche dos grupos, bem como as despesas com a manutenção e conservação do veículo e demais despesas de ferias e encargos de funcionários que serão contratos pelo Processo Seletivo.

DOS PRAZOS

Período para execução do objeto	360	dias

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

Construção do protocolo/fluxo de atendimento		X									
Atendimento e acompanhamentos das crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias				X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação e relatórios periódicos.			X			X			X			X
Prestação de contas.												X

IMPACTO SOCIAL ESPERADO

Contribuir para redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou, reincidência; orientação e proteção social às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, bem como, contribuir na qualidade de vida dos mesmos, mitigando os efeitos deletérios da violência.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Rosana: As Consequencias do Abuso Sexual para o Cérebro. Disponível em: <https://www.doutorarosana.com/single-post/2023/01/01/As-consequ%C3%AAncias-do-abuso-sexual-para-o-c%C3%A9rebro>. Acesso em maio de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: maio de 2019.

_____. **CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA** – Resolução junho de 1993. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do adolescente** – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília DF, 1990.

_____. **Política Nacional de Assistência Social. NOB SUAS**. Brasília: Governo Federal, 2012.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE** – Brasília: 2022.

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

_____.**Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução 109, de 11/11/2009, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Organizadores Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, 2009.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Brasília: Theasaurus, 2000.

LEAL, Maria Lucia Pinto. (Org**). Exploração Sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe**. 2ª. Ed. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações da Criança e do Adolescente/ DF- CECRIA, 1999. Relatório Final.

SANTOS, Hélio de Oliveira. **Crianças Violadas**. 1ª edição, São Paulo 1991. Editora. Mas.

VILHENA, João. **Curiosidades e relatos inéditos. Os Pioneiros**. Ji-Paraná, Gráfica Líder, 1999.

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal desta Secretaria, declaro, para fins de prova junto ao Município de Ji-Paraná/RO, para os efeitos e sob as pelas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Federal ou Estadual que impeça a celebração da parceria, na forma deste Plano de Trabalho.

Ji-Paraná, 07 de Julho de 2026.

Marley Muniz
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº0420 /GAB/PM/JP/2026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIA

DESP. /DPTOJURÍDICO-SEMASF/2026

Ji-Paraná, 26 de fevereiro de 2026.

PROCESSO: 8377/2026
INTERESSADO (A): C.D.M.C
ASSUNTO: Apreciação Prévia da Minuta do Edital-Governamental
DESTINO: CASA DOS CONSELHOS

Ilma Sra. Pres.do CMDCA,

Cumprimentando-a cordialmente, muito embora o fluxograma impõe o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Município para análise jurídica ampla e geral, sirvo-me do presente para compartilhar com este respeitável conselho, na condição de responsávelpelo Departamento Jurídico e Vice do Consleho nos seguintes termos:

1 - Muito embora a Procuradoria Geral do Município nos autos n. 27/2025 tenha se manifestado em termos de Edital, este quesito retornará sem manifestação dessa assessoria juridica;

2 - Em termosde auxiliar no prosseguimento célere apresento as seguintes sugestões:

a) No **§ 5º do Artigo expõe que:**

. Os projetos apresentados deverão estar com registro regular junto ao CMDCA no ato de sua inscrição.

Sugestão:

A (substituição do termo "**os projetos apresentados"** para as **"As Secretarias/órgãos governamentais" "que apresentarem seus projetos deverão ....."** estar com registro regular junto ao CMDCA no ato de sua inscrição.

Justificativa: se evitar tumulto processual ou questionamentos. Pois quem é cadastrado no CMDCA são os equipamentos/ setores/órgãos/secretarias/Instituições de acolhimento e não os projetos.

b) **Art.10º** A inscrição do projeto, será feita, via endereço eletrônico do CMDCA - projetoscmdcajiparana@gmail.com, do dia 07/05/2026, até as 23 horas e 59 minutos do dia 08/06/2026,

Sugestão de acrescentar ou fazer um parágrafo:
Será instaurado/protocolado processo individual na Casa dos Conselhos para cada Equipamento/Secretaria.

Justificativa: Evitar o transtorno que já tivemos com análise de todos os projetos não governamental onde algumas situações de regularização individual ocasionaram atrasos nas outras instituições. Para que cada órgão e projeto já tenha desde o início o seu processo, evitando tumulto processual.

c) **Art. 11** A Comissão de Seleção dos Projetos, nomeada pela Resolução CMDCA ____/2026 é composta por Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente,

435 de 09/07/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2837726 e CRC: 704A83EE).
ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

representantes da Sociedade Civil Organizada, ou profissionais convidados e eleitos em plenária do CMDCA, que não tenham qualquer vínculo com Órgãos Públicos.

Não foi apresentado a legalidade ou justificativa, visto que se a pessoa não tiver nenhum vínculo com órgão público não se afigura talvez capacitado. Ainda, não foi apresentado a legalidade ou Resolução prévia que assim deliberou o CMDCA.
Ainda, deverá ser localizada uma Resolução de 2023 (salvo engano) que previa a composição das Comissões tanto governamental e não governamental.

A r. Presidente e todos conselheiros desse egrégio Conselho estas são sugestões para deliberação na plenária. Nada interferindo na análise da Procuradoria Geral do Município como órgão deliberativo após resolução em plenária para publicação do Edital.

Ji-Paraná, 08 de julho de 2025.

Sirlene Muniz F. Cândido
Depto Jurídico da SEMASF

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA
Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO**, **DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO SEMASF**, em 09/07/2026 às 01:43, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2837726** e o código verificador **704A83EE**.

Referência: Processo nº 1-8377/2026. Docto ID: 2837726 v1

ID: 3051887 e CRC: BDB503A5

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	12	26/09/2026

ID: 3051887
CRC: BDB503A5
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 17:58:46 Finaliza´²o: 26/09/2026 17:58:55

Processo Documento

MD5: B2C02579A6E136B0A3AD0307C4F21E48
SHA256: 4E9135E51EAE15B9D899CEC0BE5FE0974CF3CEA6B41FC7D0FA0B9342FF2D46BB

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	26/09/2026 17:58:46

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	26/09/2026 17:58:46

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

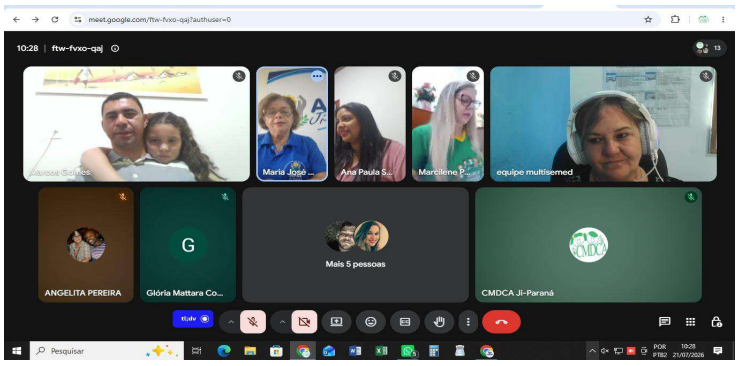
A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051887 e o CRC BDB503A5.

DigProc - Gest² o Integrada de Documentos e Processos Eletr×nicos P®gina 1.

ID: 3051888 e CRC: BC923DF0

ATA Nº 13 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ao vigésimo primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 9h30, através do aplicativo digital *Google Meet*, com o link < https://meet.google.com/ftw-fvxo-qaj> reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Lígia Maria Maciel (SEMED); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Osvaldo Cazua da Silva (SEMES); Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente); Angelita Aparecida Pereira (Divina Providência); Daiane Santos de Araújo (CEDB); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente) e Glória Maria Paula da Silva Mattara (FUND. JICRED - membro suplente). Às 9h34 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos e após os devidos agradecimentos passou para a aprovação da pauta: **1. Comissão Organizadora da 13ª Conferência Municipal: apreciação e deliberação de necessidades levantadas:** Foram apresentadas pelos membros da comissão organizadora da 13ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeados através da Resolução Nº 369/CDC/CMDCA/2026, as necessidades levantadas de materiais e serviços para a realização da conferência. Ficando deliberado pela aprovação da utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para custeio das despesas inerentes à conferência, sendo essas necessidades apresentadas de imediato e todas as demais necessidades a serem levantadas pela comissão com deliberação em ata de trabalho. Ficando a cargo da SEMASF a execução financeira e administrativa necessária. Foi mencionada sobre a pré-conferência da Rede Municipal de Ensino que será realizada entre os dias 17 e 20 de agosto no auditório da SEMED com aproximadamente 90 adolescentes da Rede. Foi proposto para que seja debatida a finalidade da conferência e uma breve explicação sobre os 6 eixos em forma de mesa redonda. A comissão ficará responsável por auxiliar a organização da pré conferência. **2. Memorando: 427/GAB-SEMASF/2026 - indicação de representante para composição da Comissão Especial de Seleção de Projetos:** Foi lido o expediente e indicado o nome da conselheira Ana Paula. A conselheira Lígia manifestou interesse em participar ficando deliberada então pela indicação de seu nome. Não havendo outras manifestações. **3. Informes:** Foi mencionado sobre os processos n. 5-10355/2026 e 5-10814/2026 sobre o pleito eleitoral e prorrogação excepcional de

mandato sendo informado sobre a tramitação e a necessidade de celeridade. A vice-presidente do colegiado, Sirlene Muniz, falou que cobrará da PGM celeridade na tramitação. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h29. E esta ata foi redigida por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque, 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada pelos conselheiros participantes que terão sua presença registrada através de captura de tela (print).



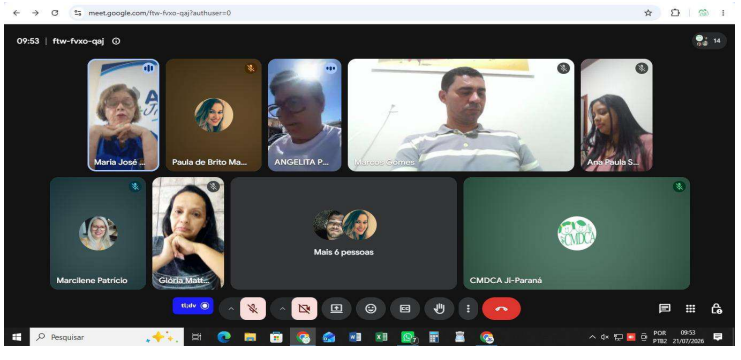


ID: 3051888 e CRC: BC923DF0

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

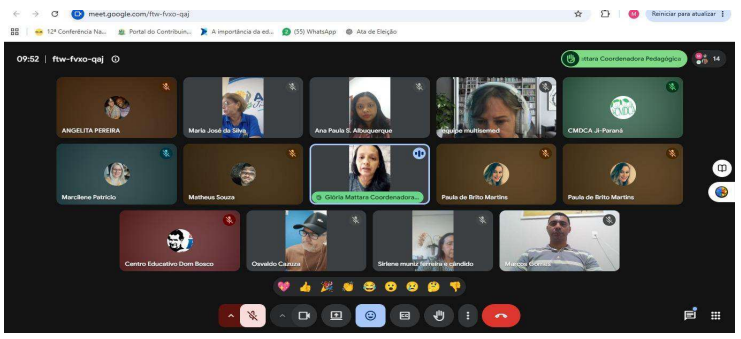




ID: 3051888 e CRC: BC923DF0

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

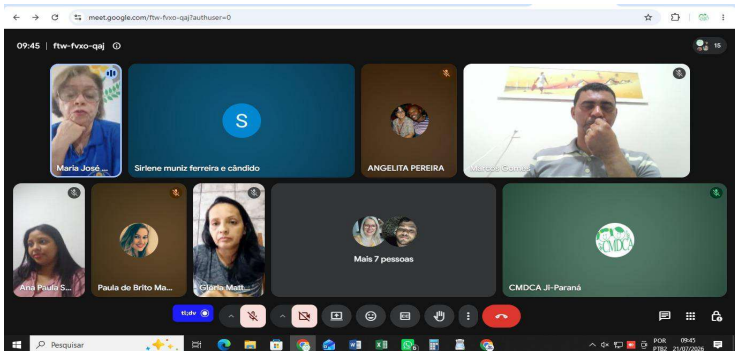
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

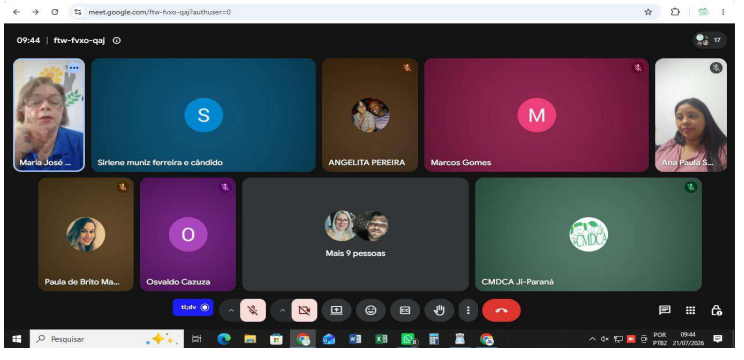


ID: 3051888 e CRC: BC923DF0

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**





ID: 3051888 e CRC: BC923DF0

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	13	26/09/2026

ID: 3051888
CRC: BC923DF0
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 18:00:38 Finaliza´²o: 26/09/2026 18:00:45

Processo Documento

MD5: EC2AFC3F35441CDE7C2AFA4A16624020
SHA256: 4C1980E410F42525EDBA43606262E4B3F6BBD35ACE0FFE65F93B1A335633B650

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA - J I-PARANA RO 26/09/2026 18:00:38

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ úO 26/09/2026 18:00:38

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051888 e o CRC BC923DF0.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 14 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ao quinto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reunião da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Lígia Maria Maciel (SEMED); Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF); Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro); Rosecleide Ferreira San Tiago (Divina Providência- membro suplente); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré- membro suplente); Daiane Santos de Araújo (CEDB); João da Silva Mendonça Filho (CEDB - Membro suplente) e Angelita Farias Barboza Nogueira (Fundação JICRED). Às 8h06 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos e após os devidos agradecimentos passou para a aprovação da pauta ficando aprovado iniciar os trabalhos pelos informes: **1. INFORMES:** Foi explicada a atual tramitação dos processos eleitorais e a necessidade de celeridade. Os conselheiros manifestaram preocupação quanto à legalidade das ações do colegiado em razão da demora em novo decreto dando legitimidade às ações do colegiado. O segundo informe foi a comissão de Visitas e Registros informou o atual processo de certificação das entidades lendo a ata 7/2026 de trabalho realizado na data de 4 de agosto. Foram aprovadas a certificação das entidades Abadá e Resgate de Vidas e permanecem aguardando correções as entidades Orquestra em Ação; CREAS; Associação Desportiva Anjo da Guarda – ADAGA e Instituto Chance. Foi referenciada a Resolução do CONANDA N. 164/2014 que servirá como base para a comissão realizar as adequações necessárias na resolução própria do CMDCA. **2. Edital Governamental - apreciação e aprovação do colegiado:** Foi realizada a leitura da minuta do Edital e debatido o art. 9º § 5 que exige a inscrição das Secretarias junto ao colegiado como pressuposto para inscrição no Edital. Ficou deliberado que será oficiado às Secretarias um informativo anexo à Resolução 8 que disciplina a inscrição de órgãos governamentais, o diálogo gerou fecundo debate. A leitura e apreciação foi suspensa ficando deliberado que será analisada a legalidade da proposta ao tempo que os órgãos terão prazo para realizar sua inscrição. E que os órgãos de controle serão oficiados para manifestação. **3. DESP. 44/JUR-SEMASF/2026 - Horário de Funcionamento dos CTs:** Foi lido o despacho e proposta a aprovação. Os conselheiros aprovaram a manifestação jurídica e deliberaram que o processo será encaminhado ao gabinete do Prefeito para

ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 05/08/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Francisco Marcos G. da Páscoa	IPER	
2.	Lígia M. do N. Maciel da Silva	Semed	
3.	Marcilene P. R. de Assis	GAAJIPA	
4.	Osvaldo Cazuza da Silva	SEMES	
5.	Maria José da Silva	APAE	
6.	P. José da Silva Mendes Filho	CEDB	
7.	Rosecleide F. Santiago	Grilo falante	
8.	Daiane S. Araújo	CEDB	
9.	Ana Paula S. Albuquerque	SEMASF	
10.	Matheus Cristiano de Souza	Casa de Nazaré	
11.	Angelita Barboza	Fundação Jicred	
12.	Sirlene Muniz F. Cândido	SEMASF	
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

expedição de Decreto regulamentando administrativamente horário de funcionamento, escalas, plantões e sobreavisos e demais minúcias administrativas equivalentes. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 9h40. E esta ata foi redigida por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque 1º Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 1115, de 24 de junho de 2026.

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)	
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	—
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	—
Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	—
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	—
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	—
Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)	—
Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)	—
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	

ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	—
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	—
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	—
Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	
João da Silva Mendonça Filho (CEDB – membro suplente)	
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	—
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	—
Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente)	
Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	—
Angelita Farias Barboza Nogueira (JICRED - membro titular)	
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	—
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	

ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	—
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	PRESENTE
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	—

4

ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

oportunidade:

Sugestões:

- Os Conselhos Tutelares funcionarem diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas, observando o seguinte:
- Em regime ordinário: de segunda a sexta-feira, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, nas sedes dos respectivos Conselhos Tutelares;
- Em regime de plantão: de segunda a sexta-feira, das 18 (dezoito) às 8 (oito) horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas, e das 20 (vinte) às 8 (oito) horas, ambos na sede do Conselho Tutelar.
- A forma de prestação do trabalho, o horário dos conselheiros tutelares e a organização dos regimes serão definidos pela Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar/CMDCA, que poderá delegar essa responsabilidade a cada Conselho Tutelar, ressalvado o regime de plantão.
- Os conselheiros tutelares deverão cumprir, no mínimo, jornada de 40 (quarenta) horas semanais, realizadas no horário normal de expediente diário dos Conselhos Tutelares, exceto nos casos de folga por compensação de plantão.
- Os horários de trabalho e a escala de plantão deverão ficar afixados nas Sede dos Conselhos Tutelares, encaminhado mensalmente aos seguintes órgãos: CMDCA, SEMASF, MP e ao Plantão Judicial da Comarca.
- O regime de plantão dos conselheiros tutelares será executado de forma centralizada, funcionando com a presença mínima de 2 (dois) conselheiros tutelares, obrigatoriamente pertencentes aos 02(dois) Conselhos Tutelares (1º e 2º Distrito);
- Os plantões quando realizados poderão ser compensados com dois turnos posteriores à realização do plantão, a ser deliberado.
- A escala de plantões será organizada semestralmente pelos Conselhos Tutelares, que a encaminhará ao CMDCA até o quinto dia antecedente ao início de sua execução.
- Os Conselhos Tutelares escalado e responsável pela prestação do plantão, devendo definir o conselheiro encarregado do seu cumprimento, bem como designar outro para substituí-lo em caso de eventual impossibilidade ou atraso.

Sem mais para o momento, estas são as considerações técnicas e orientações legais desta Diretoria Jurídica acerca da matéria em análise, as quais submetemos à apreciação desse Conselho para as providências que entender cabíveis.

Em sendo necessário após análise e deliberação poderá ter a colaboração desta Diretoria na execução do Regimento ou Minuta do Decreto a ser encaminhada ao Prefeito Municipal.

Atenciosamente,

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CÂNDIDO
Diretora do Departamento Jurídico – SEMASF

Despacho 44 de 22/07/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2875689 e CRC: 1F90B528).
ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PREFEITURA DE Ji-Paraná

SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIA

DESP. 44/JUR-SEMASF/2026

Ji-Paraná, 22 de julho de 2026.

PROCESSO: 374382-16 - 66/2026
INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - SEMASF
ASSUNTO: ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

DESTINO: Casa dos Conselhos

Cumprimentando-a cordialmente vimos apresentar as sugestões de para regularização/regulamentação e considerações técnicas acerca da matéria em análise.

Após análise da legislação municipal existente e realização de pesquisa sobre o tema, verificou-se que a legislação municipal vigente não estabelece de forma pontual e expressa as disposições referentes a matéria quanto a horário de funcionamento, escalas de plantão, plantões de final e semana.

Dessa forma verifica a necessidade que tais assuntos sejam disciplinados por meio de Decreto, Regimento Interno ou até mesmo alteração na legislação atual se assim achar producente este r. Conselho.

Entretanto, entende-se que a regulamentação da estrutura, da organização e do funcionamento do Conselho deve observar, além da legislação municipal, as normas federais aplicáveis à matéria, especialmente:

- **Constituição Federal de 1988**, em especial o art. 227, que estabelece a prioridade absoluta na proteção integral da criança e do adolescente;
- **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA)**, especialmente os arts. 131 a 140, que disciplinam a criação, atribuições, funcionamento e autonomia dos Conselhos Tutelares;
- **Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012**, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer direitos dos Conselheiros Tutelares, jornada de trabalho, remuneração, processo de escolha e demais garantias;
- **Resolução CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022**, que dispõe sobre as diretrizes para a organização, funcionamento e processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, orientando a regulamentação pelos Municípios;
- **Resolução CONANDA nº 170, de 10 de dezembro de 2014**, naquilo que permanece compatível e que estabelece parâmetros complementares para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.

Considerando ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente atribui aos Municípios a competência para regulamentar a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares, recomenda-se que a legislação municipal seja complementada em conformidade com as normas acima mencionadas, observando-se, ainda, as boas práticas legislativas já realizadas por outros entes municipais, desde que compatíveis com a realidade local.

Nesse contexto, encaminham-se, para apreciação desse Conselho, as seguintes gestões de adequação, às quais poderão ser avaliadas quanto à sua conveniência e

Despacho 44 de 22/07/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2875689 e CRC: 1F90B528).
ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO**, **DIRETORA DO DEPARTAMENTO JURÍDICO SEMASF**, em 24/07/2026 às 12:48, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2875689** e o código verificador **1F90B528**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	27/07/2026 08:19

Referência: Processo nº 16-66/2026. Docto ID: 2875689 v1

Despacho 44 de 22/07/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2875689 e CRC: 1F90B528).
ID: 3051889 e CRC: ABA0DC5C

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	14	26/09/2026

ID: 3051889
CRC: ABA0DC5C
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 18:01:11 Finaliza´²o: 26/09/2026 18:01:22

Processo Documento

MD5: 2747653B67D84F6BA79B14ECC529F9F1
SHA256: 89B3DD64220D8D2FA633C15D260EA41AEAE8EDE33E9C66DE2393D456DA911786

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	26/09/2026 18:01:11

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	26/09/2026 18:01:11

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325	26/09/2026	3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051889 e o CRC ABA0DC5C.

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Representantes do Poder Público	
Sirlene Muniz Ferreira e Cândido (SEMASF -Membro Titular)	
Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF -Membro Suplente)	
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva (SEMED -membro titular)	
Maria Aparecida Gomes da Silva (SEMED- membro Suplente)	
Alice Saturnino (SEMUSA – membro titular)	
Silvia Strelin (SEMUSA – membro suplente)	
Bruno Costa Ozame (SEMFAZ – membro titular)	
Cristiana de Oliveira (SEMFAZ – membro suplente)	
Amanda Petinati Domene (Fundação Cultural – membro titular)	
Taismara Figueiredo de Abreu (Fundação Cultural – membro suplente)	
Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro titular)	
Rui Vieira de Souza (SEMES – membro suplente)	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito – membro titular)	
Paula de Brito Martins (Gabinete do Prefeito – membro suplente)	

ID: 3051890 e CRC: 9142F38A

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

ATA Nº 15 DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ao segundo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reunião da Casa dos Conselhos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na presença dos Conselheiros: Ana Paula da Silva Albuquerque (SEMASF- membro suplente); Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER); Marcilene Patrício Ribeiro de Assis (GAAJIPA); Maria José da Silva (APAE); Lígia Maria Maciel (SEMED); Osvaldo Cazuza da Silva (SEMES – membro); Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular); Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré- membro suplente); Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente) e Angelita Farias Barboza Nogueira (Fundação JICRED). Contou ainda com a participação dos conselheiros tutelares Gislaine, Conceição e Leandra. Às 8h06 a presidente Maria José da Silva abriu os trabalhos e após os devidos agradecimentos passou para a aprovação da pauta ficando aprovado: **1. Ofício nº 262/1° CTJP/2026:** Foi realizada a leitura do documento e deliberado que seja mantido o posicionamento deliberativo anterior que o expediente deve ser direcionado e custeado pela mantenedora - SEMASF. Embora os conselheiros compreendam que é de suma importância a formação e capacitação, administrativamente, deve ser encaminhada a solicitação para Semasf. A manifestação será encaminhada através de ofício aos conselheiros tutelares. Os conselheiros lembraram que existe um plano de formação aprovado, mas devido aos trabalhos da Conferência Municipal, o plano ainda não pode ser executado. **2. Edital Eleitoral - Apreciação e Deliberação:** Foi realizada a leitura da minuta e após os ajustes e manifestações dos conselheiros foi submetida a aprovação. Sendo a minuta aprovada pelos conselheiros com publicação imediata. **3. Informes:** Foi explicado que o edital governamental está aguardando os trâmites eleitorais serem concluídos para continuidade dos trabalhos. Foi dialogado sobre a necessidade de cobrar a efetiva participação dos conselheiros, sobretudo governamentais que não tem participado, sendo elas Fundação Cultural, Gabinete do Prefeito, SEMFAZ e SEMUSA. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 9h17. E esta ata foi redigida por mim, Ana Paula da Silva Albuquerque 1° Secretária deste Colegiado e após ser lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

Relação Nominal em Conformidade com Decreto N. 1115, de 24 de junho de 2026.

ID: 3051890 e CRC: 9142F38A

CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Lei Municipal 311/90, alterada pela **Lei 2472/13.**

Representantes da Sociedade Civil	
Daiane Santos de Araújo (CEDB – membro titular)	—
João da Silva Mendonça Filho (CEDB – membro suplente)	—
Angelita Aparecida Pereira (Grilo Falante – membro titular)	
Rosecleide Ferreira San Tiago (Grilo Falante – membro suplente)	
Ivone Cristina de Souza Soares (Casa de Nazaré – membro titular)	
Matheus Cristian de Souza (Casa de Nazaré – membro suplente)	Matheus Cristian de Souza
Maria José da Silva (APAE – membro titular)	
Maurélia Dyane dos Santos Carvalho (APAE – membro suplente)	
Angelita Farias Barboza Nogueira (JICRED - membro titular)	
Glória Maria Paula da Silva Mattara (JICRED - membro suplente)	
Francisco Marcos Gomes da Páscoa (IPER - membro titular)	
Dayane de Paula Teodorio (IPER - membro suplente)	
Marcilene Patrícia Ribeiro de Assis (Cantinho do Céu – membro titular)	Marcilene P. R. de Assis
Renata Tabarelli Kobayashi Colombo (Cantinho do Céu – membro suplente)	

ID: 3051890 e CRC: 9142F38A

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE JI-PARANÁ - RO
Lei Municipal 2472/13

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, REALIZADA DIA 02/09/2026 - 8h - CASA DOS CONSELHOS

	NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
1.	Ingra M. do N. M. da Silva	SEMED	
2.	Marcilane P. R. da Costa	CAA JIPA	
3.	Osvaldo Moreira da Silva	Semas	
4.	Francisco Moraes S. do Prado	IPER	
5.	Mathews cardoso de Sousa	Casa de Abrigo	
6.	Angelita Aparecida Pereira	Emilio Falonte	
7.	Maria José da Silva Ci	APAE	
8.	Dayane de Paula Teodoro	IPER	
9.	Angelita Barbosa	Secretaria Mun	
10.	Leandra Bento	1º Cons. Tutelar	
11.	Juliane Ulrich	1º Conselho Tutelar	
12.	Maria do Carmo	2º Conselho Tutelar	
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			

ID: 3051890 e CRC: 9142F38A

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	15	26/09/2026

ID: 3051890
CRC: 9142F38A
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 18:01:47 Finaliza´²o: 26/09/2026 18:01:55

Processo Documento

MD5: 7B44D8547E08CB6983A26E6CA2258380
SHA256: C0F03889FC99816CD4D3C5191671F072BBFDB115A7746E42E9ACDFB050546621

Sßmula/Objeto:
CMDCA - Solicita´²o de publica´²o das atas 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14 e 15

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMR.IA - JI-PARANA RO 26/09/2026 18:01:47

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO 26/09/2026 18:01:47

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 325 26/09/2026 3051879

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051890 e o CRC 9142F38A.

DigProc - Gest² o Integrada de Documentos e Processos Eletr×nicos P®gina 1.

ATA CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

ATA Nº 09 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ (CMDPI). Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 14h, por meio do aplicativo Google Meet, através do link <https://meet.google.com/omp-nsmo-tmh>, foi realizada a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná (CMDPI), com a presença dos representantes do Poder Executivo Municipal: Liane de Oliveira, representante da SEMASF; Joaquim Teixeira, representante do Gabinete do Prefeito; e Ana Beatriz Katsuragi, representante da SEMUSA. Presentes também os representantes da Sociedade Civil: Rosimeire Virgílio, do Instituto Evolução e 1ª Secretária do CMDPI; Laurita Soté, do Lar do Idoso Aurélio Bernardi; Maria José, representante da APAE e Vice-Presidente do CMDPI; e Jordeci Rodrigues, representante da Pastoral da Pessoa Idosa. Registra-se ainda a presença da convidada Núbia Luiza Thaddeu, representante do Gabinete da Vereadora e Conselheira Rosana Pereira. A Vice-Presidente, Maria José, deu início à reunião, dando as boas-vindas a todos os presentes e, após a aprovação da pauta, passou às deliberações. **Pauta 1** – Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas no Exercício de 2025: a Sra. Christiany Ribeiro da Silva realizou a apresentação do Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas no Exercício de 2025 do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná, destacando os valores provisionados e executados durante o exercício até o presente momento, bem como apresentando e detalhando os valores constantes no demonstrativo anexo. Sendo a prestação de contas do exercício de 2025 aprovada pelos conselheiros presentes por unanimidade. Na oportunidade, foi abordada a situação do recurso oriundo do Itaú, destinado ao Projeto Vida Ativa: Letramento e Inclusão Digital para Idosos, apresentado pelo Instituto Evolução por meio de edital, cujo repasse à instituição ainda não foi efetivado. O recurso foi depositado pelo Itaú, em 2025, na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. A Conselheira Rosimeire informou aos presentes que todas as exigências de responsabilidade da entidade Instituto Evolução para formalização do Termo de Fomento já foram devidamente cumpridas. Contudo, conforme o PARECER JURÍDICO Nº 198/PGM/PMJP/2026, foi reiterada a recomendação constante no Despacho nº 033/PGM/PMJP/2026 (ID 2372230), referente ao fato de o recibo (ID 2328390) ter sido assinado pela Sra. Ilone Dolores Bantle, sem a devida comprovação documental dos poderes que a autorizam a assinar tais documentos. Da mesma forma, verificou-se que o Contrato de Doação do Recurso Financeiro (ID 2328252) foi assinado por Luciana Nicola, Daniela Oliveira da Costa Zen, Thiago Pinto dos Santos, Davi Robles Fontes Gonzaga e Ilone Dolores Bantle, sem a comprovação de poderes para representação, uma vez que nem mesmo na qualificação do instrumento contratual consta a designação do representante legal. Foi informado que a Casa dos Conselhos encaminhou e-mail ao patrocinador solicitando as devidas correções, porém, até o momento, não houve retorno. Após amplo debate entre os conselheiros presentes acerca das adequações solicitadas, deu-se prosseguimento à plenária. **Pauta 2** – Ofício nº 4737/2026/SEAS-GPG – Convite para Inscrição no IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa nos dias **15 e 16 de junho de 2026 em Porto Velho**: a Vice-Presidente apresentou o convite aos presentes e informou sobre as vagas disponibilizadas, sendo três destinadas à Secretaria Executiva e duas destinadas aos Conselheiros, sendo uma vaga para representação governamental e uma vaga para representação da sociedade civil. Em razão de compromisso previamente agendado da Secretária Executiva do colegiado, sua vaga foi destinada à Conselheira Rosimeire Virgílio dos Santos, 1ª Secretária do CMDPI, a indicação foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Em seguida, foi realizada a votação para preenchimento das demais vagas, ficando definidos como representantes Maria José, pela Sociedade Civil, e Liane de Oliveira, pela representação governamental, aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Sendo aprovada a utilização dos recursos do Fundo do Idoso para custear as despesas inerentes à participação dos conselheiros caso a Secretaria de Assistência Social e Família não disponha de recursos. Também foi destacada a necessidade de solicitar à pasta responsável as providências necessárias para custear as despesas de participação dos representantes. A Conselheira Laurita Soté informou que também participará do IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa, representando a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), e que estará presente no evento juntamente com os demais conselheiros. **Pauta 3** – Informes: foi informado sobre o Ofício nº 000916/2026 – 1ª PJ/JPA e o Ofício nº 000900/2026 – 1ª PJ/JPA. Ambos foram lidos aos presentes, sendo informado que as respectivas respostas serão encaminhadas dentro do prazo estabelecido. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Vice-Presidente encerrou a reunião às 14h55. Eu, Rosimeire Virgílio, 1ª Secretária do

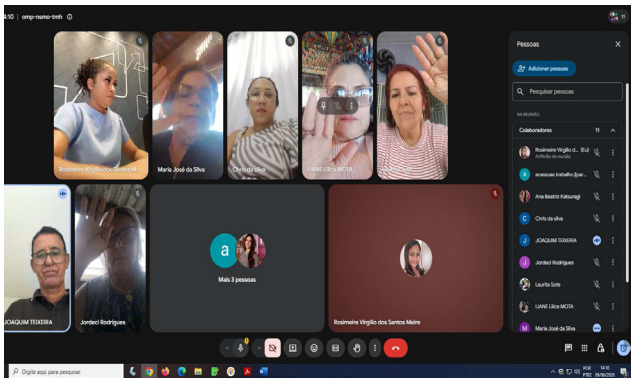
ID: 3051858 e CRC: A2CF574D

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

CMDPI, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada pelos Conselheiros participantes, terá sua presença registrada por meio de captura de tela (print) da reunião virtual.

Ji-Paraná/RO, 09 de junho de 2026.

ANEXO – CAPTURAS DE TELA:



ID: 3051858 e CRC: A2CF574D

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

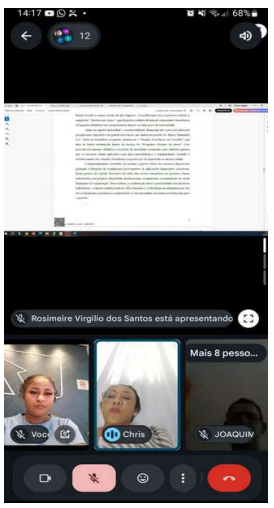
SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família
Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
FMDPI

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2025

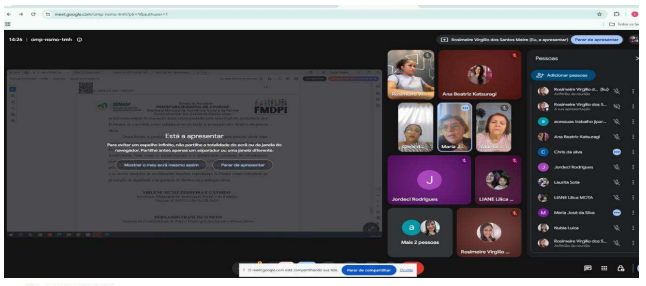
FMDPI

Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná

EXERCÍCIO 2025



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI



Ofício nº 4737/2026/SEAS-GPG

Aos(às) Senhores(as)
PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Do Estado de Rondônia
NESTE

Assunto: **Convite para Inscrição no IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa.**

Senhores(as) Presidentes,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e considerando que cabem à esta Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social as competências para desenvolver e executar as políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos da **pessoa idosa** no Estado;

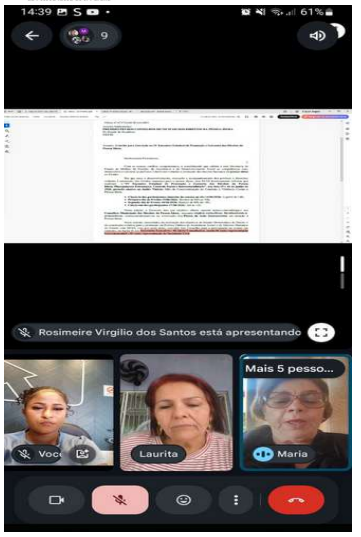
Em que pese o desenvolvimento, execução e acompanhamento das políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos para a pessoa idosa, esta SEAS honrosamente informa que realizará o **"IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa: Planejamento Estratégico, Controle Social e Intersetorialidade", nos dias 15 e 16 de junho de 2026, período alusivo ao Junho Violeta:** Mês de Conscientização do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa.

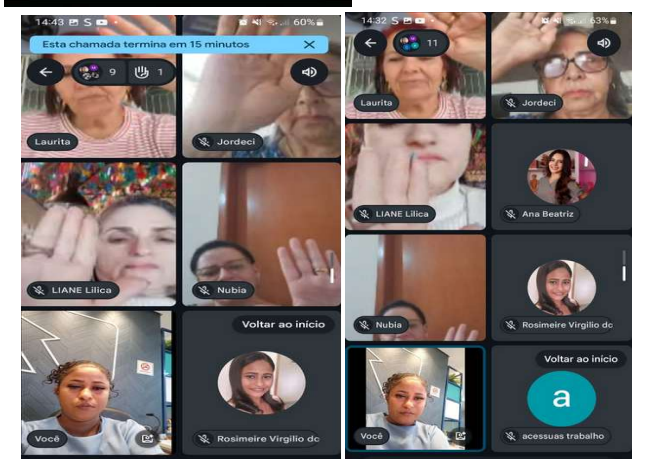
- **Check-in dos participantes (interior do estado) no dia 14/06/2026:** A partir de 14h;
- **Primeiro dia de Evento 15/06/2026:** Horário de 08h as 18h;
- **Segundo dia de Evento 16/06/2026:** Horário de 08h até 18h;
- **Check-out dos participantes 17/06/2026:** Até às 12h.

Nesta edição, o Encontro tem por objetivo ofertar suporte teórico-metodológico aos **Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa**, enquanto órgãos consultivos, fiscalizadores e propositivos, instrumentalizando-os na construção dos **Planos de Ação Intersetoriais** em atenção à Pessoa Idosa.

Neste sentido, incumbidos da realização dos objetivos do Estado Democrático de Direito e da construção coletiva para a promoção da Política Pública de Assistência Social e de Direitos Humanos do Estado, esta SEAS, vem por meio deste, convidar este Conselho para a participação no evento em comento, na figura de seu **Secretário Executivo e 02 (dois) Conselheiros, sendo 01 (um) representação Governamental e 01 (um) representação da Sociedade Civil.**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI





SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família
Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
FMDPI

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2025

FMDPI

Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná

EXERCÍCIO 2025

ID: 3051858 e CRC: A2CF574D
ID: 3051858 e CRC: A2CF574D
ID: 3051858 e CRC: A2CF574D
ID: 3051858 e CRC: A2CF574D

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

AFFONSO ANTÔNIO CÂNDIDO
Prefeito Municipal de Ji Paraná

MARLEY MUNIZ
Vice - Prefeito

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CÂNDIDO
Secretária Municipal de Assistência Social

MARIA JOSÉ DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

FERNANDO FRANCISCO NETO
Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....3
1. APRESENTAÇÃO.....4
2. EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS.....5
2. 1Sínteses da Composição Orçamentária.....6
3. EXECUÇÃO NO ANO DE 2025 .....7, 8
4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....9
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 12

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná, com Natureza Jurídica de Fundo Público da Administração Direta Municipal, com sede Administrativa na Avenida Marechal Rondon, n° 1380 – Bairro Centro, inscrita sob o CNPJ – 48.235.889/0001-12, criado pela Lei Municipal n° 3575 de 31 de agosto de 2022. Trata-se de fundos de natureza especial, conforme reza o art. 71 da Lei nº 4.320 de 17 de Março de 1964, vinculados à realização de determinados objetivos ou serviços, facultados a adoção de normas peculiares de aplicação e, por natureza os recursos que os constituem se transformam em recursos públicos, devendo ser geridos e administrados conforme os princípios constitucionais que regem os orçamentos públicos. Foi criado por Lei específica tendo como objetivo a captação, o repasse e a aplicação financeira para proporcionar o devido suporte financeiro na implantação de políticas públicas que buscam estimular a melhoria da qualidade de vida, bem como fortalecer o amparo à pessoa idosa em situação de vulnerabilidade/risco social do Município de Ji-Paraná e possui modelo de gestão descentralizado e participativo. É constituído por doações de pessoas físicas, jurídicas e o do próprio poder público.

A Lei nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, é a legislação brasileira que estabelece os direitos e garantias fundamentais das pessoas idosas. considerando aspectos relevantes dessa lei no contexto da assistência social:

Princípios e Diretrizes (Artigo 3º): Destaca os princípios e diretrizes do Estatuto do Idoso, que incluem a promoção da autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, bem como a garantia de atendimento prioritário e especializado.

Assistência Social (Artigos 2º e 3º): Aborda a responsabilidade da assistência social em prover os direitos fundamentais da pessoa idosa, destacando a atuação conjunta de órgãos governamentais e entidades não governamentais.

Prioridade na Política de Assistência Social (Artigo 4º): Prioriza que a pessoa idosa possui na política de assistência social, incluindo a destinação preferencial de recursos, programas e projetos voltados para esse segmento.

Serviços de Saúde (Artigo 15): Oferece os serviços de saúde que contemplem as especificidades da pessoa idosa, garantindo prevenção, tratamento e reabilitação adequados.

Abrigo e Instituições de Longa Permanência (Artigos 34 a 37): Detalha as disposições sobre abrigo e instituições de longa permanência, ressaltando a importância de garantir condições dignas, respeito à individualidade e integração social.

Participação em Grupos de Convivência (Artigo 50): Destaca o direito da pessoa idosa de participar de grupos de convivência e lazer, promovendo a integração social e o bem-estar emocional.

Medidas Protetivas (Artigos 43 a 45): Aborda as medidas de proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e ressalte a importância da rede de proteção.

Garantia de Prioridade (Artigos 3º e 71): Salienta a garantia de prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos em que a pessoa idosa seja parte ou interessada.

2. EXECUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

A gestão financeira e orçamentária do Fundo Municipal da Pessoa Idosa é importante para que as metas e projetos voltados a esse público sejam plenamente realizados. Por meio desse processo, garante-se uma aplicação transparente e eficaz das verbas, direcionando-as às demandas prioritárias dos idosos para assegurar o fortalecimento de seus direitos e de sua qualidade de vida.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estipula as verbas do Fundo para o ano seguinte, detalhando a previsão de receitas e gastos. Esse planejamento abrange programas e iniciativas específicas que visam assegurar a proteção e a promoção dos direitos da pessoa idosa

No decorrer do ano fiscal, o Fundo concentra esforços na mobilização das receitas estimadas, que incluem repasses públicos, doações e convênios, para viabilizar o custeio das ações planejadas. A disponibilidade desses recursos permite que o Fundo operacionalize programas e serviços fundamentais, mantendo o compromisso com as diretrizes das políticas de atenção à pessoa idosa.

Além da análise financeira, torna-se essencial confrontar os resultados alcançados com as metas estipuladas, a fim de verificar se as ações de fato impactam positivamente a qualidade de vida dos idosos e se as políticas públicas asseguram seus direitos e bem-estar; tal monitoramento é o que viabiliza identificar progressos, retificar falhas e aperfeiçoar constantemente as estratégias em curso.

Diante de imprevistos ou de demandas emergenciais que possam comprometer o planejamento inicial, a realocação estratégica de recursos por meio da reprogramação orçamentária torna-se um mecanismo vital para assegurar a continuidade e a eficácia das políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Esse processo de ajuste não apenas preserva a execução das ações essenciais, mas também confere à estrutura de gestão a flexibilidade indispensável para reagir com prontidão e agilidade frente a mudanças de cenário e novos desafios que venham a surgir no decorrer do exercício financeiro, garantindo que o atendimento a essa população não seja interrompido por limitações burocráticas.

A execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal da Pessoa Idosa é regida por um ciclo contínuo, rigorosamente estruturado e interdependente, que compreende desde o planejamento estratégico e a mobilização para a arrecadação de receitas até a execução criteriosa das despesas, o controle interno, a avaliação técnica dos resultados e a transparência na prestação de contas. Esse encadeamento de etapas administrativas é fundamental para assegurar não apenas a aplicação eficiente e responsável do erário, mas também para garantir que cada iniciativa financiada se reverta em benefícios concretos, promovendo de forma efetiva a proteção social, a inclusão cidadã e a plena valorização da pessoa idosa no contexto da sociedade contemporânea.

2. 1 Sínteses da Composição Orçamentária

A Lei Orçamentária Municipal nº3732 , de 13 de dezembro de 2024, estabeleceu o orçamento-programa para o Exercício Financeiro de 2025, destinando o montante de R$ 157.000,00 para ações voltadas à assistência da pessoa idosa.

A destinação desses recursos tem como propósito fundamental viabilizar a implementação de políticas públicas transversais e programas estruturados que assegurem a proteção integral, a inclusão social e a elevação contínua dos índices de qualidade de vida da população idosa residente no município. Nesse sentido, a alocação orçamentária é planejada para dar suporte a uma ampla gama de iniciativas estratégicas, que compreendem desde o fortalecimento dos serviços assistenciais e da rede especializada de saúde até o fomento de projetos voltados ao lazer, à cultura e ao bem-estar psicossocial, garantindo, assim, uma resposta governamental robusta e humanizada frente às complexas necessidades e aos direitos desse segmento populacional.

ID: 2094952 e CRC: A2E15D0D

A correta execução desses recursos será fundamental para fortalecer a rede de apoio aos idosos, assegurando que as ações planejadas sejam efetivas e alinhadas às diretrizes estabelecidas para a garantia dos seus direitos e da sua dignidade.

3. EXECUÇÃO NO ANO DE 2025

As receitas mobilizadas e integralmente arrecadadas ao longo do exercício de 2025 foram viabilizadas por meio de uma composição estratégica de fontes de financiamento, destacando-se o engajamento direto da sociedade civil. Parte substancial desses recursos originou-se de doações efetuadas por pessoas físicas, que utilizaram os incentivos fiscais previstos na legislação vigente para direcionar parcelas do Imposto de Renda devido a causas sociais de alto impacto. A mobilização foi a expressiva adesão à campanha "Declare seu Amor", que fomenta a cultura de doação consciente e transforma obrigações tributárias em investimentos diretos no bem-estar da comunidade.

Além do suporte individual, a sustentabilidade financeira das ações foi reforçada por parceria corporativa de grande relevância, em ênfase no projeto do Banco Santander S/A. Entre as iniciativas conjuntas, destaca-se o "Projeto Envelhecer em Família", que atua de forma estruturada dentro do escopo do "Programa Parceiro do Idoso". Esta parceria não apenas viabiliza a execução de atividades essenciais, mas também garante que os recursos sejam aplicados com rigor metodológico e transparência, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e a promoção da dignidade na terceira idade.

Complementando a estrutura de receitas, a gestão zelosa dos recursos disponíveis permitiu a obtenção de rendimentos provenientes de aplicações financeiras criteriosas. Esses ganhos de capital, derivados do saldo das contas vinculadas aos projetos, foram reinvestidos nas próprias finalidades institucionais, assegurando a manutenção da saúde financeira da organização. Dessa forma, a combinação entre a generosidade dos doadores individuais, o suporte institucional do setor bancário e a eficiência na administração dos ativos financeiros permitiu a continuidade e o fortalecimento das metas estabelecidas para o período.

.

ID: 2094952 e CRC: A2E15D0D

Quadro nº 01 – Execução da Receita

DESCRIÇÃO	2023	2024	2025
Previsão Inicial da Receita (A)	25.500,00	25.500,00	157.000,00
Receita Realizada (B)	0,00	614.640,51	881.410,54
Variação % (B/A)	0,00	24,10	5,61

Fonte: Relátorios do Sistema Integrado Público- SPCI/Contábil/SEMFAZ/CGC

Durante o presente exercício fiscal, registrou-se uma movimentação estratégica no orçamento do Fundo Municipal do Direito da Pessoa Idosa (FMDPI). Tal dinâmica orçamentária justifica-se pela execução de programas de capacitação especializada voltados tanto ao servidor público quanto aos membros do Conselho Municipal de Direitos, visando o aprimoramento do atendimento direto e do controle social das políticas destinadas à população idosa.

Esta ação foi viabilizada por meio de uma cooperação técnica com o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), resultando em transações financeiras planejadas na conta do FMDPI. O investimento reflete o compromisso da gestão em qualificar o capital humano e fortalecer as instâncias de participação democrática, garantindo a eficácia das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos dos idosos.

Quadro nº 02 – Execução da despesa

DESCRIÇÃO	2023	2024	2025
Despesa Empenhada (A)	00,00	00,00	13.571,37
Dotação Atualizada da despesa (B)	00,00	275.000,00	655.500,00
Resultado (B/A)	00,00	275.000,00	641.928,63
Variação % (A/B)	00,00	00,00	2,07

Fonte: Relátorios do Sistema Integrado Público- SPCI/Contábil/SEMFAZ/CGC

O Quadro nº 02 – Execução da Despesa apresenta a relação entre o valor autorizado no orçamento e o montante efetivamente empenhado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná nos exercícios de 2024 e 2025. Em 2025, a dotação atualizada da despesa foi de R$ 655.500,00, enquanto o valor empenhado foi de apenas R$ 13.571,37, resultando em uma execução de apenas 2% do total autorizado. Isso representa uma economia orçamentária de R$ 641.928,63, indicando que a maior parte dos recursos previstos não foi utilizada no exercício. Esse baixo índice de execução pode estar relacionado à fase inicial de operacionalização do fundo, portanto, o quadro evidencia que, embora o fundo tenha recebido recursos significativos, sua aplicação efetiva ainda está em fase de amadurecimento, com potencial para expansão conforme os

ID: 2094952 e CRC: A2E15D0D

projetos forem sendo implementados.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No decorrer do atual exercício fiscal, o Fundo Municipal do Direito da Pessoa Idosa (FMDPI) de Ji-Paraná consolidou movimentações orçamentárias de natureza estratégica, rigorosamente alinhadas ao fortalecimento da rede de proteção integral e ao aprimoramento da governança das políticas públicas voltadas à terceira idade. Tais ações estruturantes foram fundamentadas em pilares indissociáveis, como a qualificação do capital humano e o planejamento orientado por dados e indicadores sociais. Inicialmente, destaca-se a realização da capacitação da equipe técnica, viabilizada por meio de uma cooperação com o Fundo Municipal de Assistência Social, cujo investimento focou na padronização de protocolos operacionais e na sensibilização para abordagens humanizadas em contextos de vulnerabilidade social.

Neste cenário de qualificação, assume especial relevância o projeto Envelhecer em Família, uma iniciativa de alto impacto estratégico desenvolvida em articulação interinstitucional com o parceiro Banco Santander. O projeto viabiliza a qualificação técnica das equipes, atuando como a frente de educação continuada voltada exclusivamente para as diretrizes e metas do Envelhecer em Família, disponibilizando um cronograma robusto dedicado à qualificação sistêmica da rede de atendimento e ao fortalecimento do controle social. Com o objetivo de fomentar a atualização contínua sobre as políticas de cuidado familiar e a defesa de direitos, os módulos de capacitação do Envelhecer em Família encontram-se plenamente acessíveis não apenas ao corpo gestor e às equipes técnicas de níveis médio e superior, mas também aos membros dos Conselhos de Direitos. Pautada pela democratização do saber e pelo fortalecimento dos vínculos intersetoriais, essa oferta estende-se a toda a rede socioassistencial e aos órgãos colegiados de forma inteiramente gratuita, consolidando um ecossistema de formação colaborativa, integrada e fiscalizadora, essencial para a eficácia das intervenções no território.

Simultaneamente às ações de capacitação do Envelhecer em Família, o município concluiu a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial e Demográfico da População Idosa de Ji-Paraná, um mapeamento detalhado das condições de vida, saúde e moradia dos idosos locais. Com a entrega final deste documento e a devida tabulação dos dados, a gestão reafirma seu compromisso com a transparência e a eficiência,

ID: 2094952 e CRC: A2E15D0D

assegurando que a aplicação dos recursos do FMDPI seja norteada por indicadores reais. É imperativo registrar, contudo, que a progressão para as fases finalísticas de execução direta que darão materialidade prática aos conceitos trabalhados pelo projeto e pelo diagnóstico encontra-se, no momento, vinculada ao rito administrativo de sanção e promulgação de dispositivos legais. Esta etapa é indispensável para conferir a devida segurança jurídica à continuidade dos projetos e à posterior elaboração de editais de chamamento público voltados ao terceiro setor.

Portanto, a movimentação financeira observada na conta do Fundo não representa meramente um gasto operacional, mas sim um investimento estratégico na inteligência da gestão pública e na sustentabilidade do projeto Envelhecer em Família, fortalecendo a atuação técnica e o papel dos Conselhos de Direitos. A conclusão das etapas de diagnóstico e o pleno desenvolvimento da educação permanente preparam o terreno jurídico e administrativo para que, após a devida sanção legal, as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) possam ser formalizadas com o rigor necessário. Dessa forma, garante-se que as políticas sociais e os recursos destinados à pessoa idosa cheguem de forma assertiva, técnica e capilarizada a quem mais precisa no território ji-paranaense.



















5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, depreende-se que as ações empreendidas pelo Fundo Municipal do Direito da Pessoa Idosa de Ji-Paraná, ao longo deste exercício, transcendem a execução orçamentária convencional, configurando-se como um ciclo de maturação institucional. A convergência entre o diagnóstico científico de base territorial e a qualificação de alto nível proporcionada pelo projeto Envelhecer em Família em parceria com o Banco Santander estabelece um novo patamar de excelência para as políticas públicas locais. Ao envolver gestores, técnicos e, fundamentalmente, os Conselhos de Direitos, o município garante que a rede de proteção esteja tecnicamente preparada e socialmente fiscalizada.

É necessário pontuar que tanto a transição para a fase de editais junto às Organizações da Sociedade Civil (OSCs), quanto a própria formalização e execução plena das etapas subsequentes do projeto Envelhecer em Família, encontram-se rigorosamente vinculadas ao rito de sanção e promulgação de lei específica. Esta cautela administrativa, longe de configurar um entrave, representa a garantia de que a expansão dos serviços e o aporte de recursos ocorrerão sob o manto da estrita legalidade e segurança jurídica.

O FMDPI reafirma seu compromisso com uma gestão eficiente e transparente. Os investimentos realizados até o momento na rede, capacitação e dados asseguram que

as próximas etapas de execução direta sejam pautadas pela assertividade, permitindo que Ji-Paraná se consolide como referência na proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa.

Dessa forma, a gestão projeta para o exercício de 2026 uma atuação ainda mais capilarizada e resolutiva. A proposta estratégica contempla a execução integral do projeto Envelhecer em Família, com especial ênfase na implementação das Famílias Acolhedoras, bem como o fortalecimento e a qualificação contínua do atendimento prestado pelas OSCs parceiras. Com essa estruturação, o FMDPI assegura que os recursos públicos sejam aplicados de forma assertiva, garantindo que o fomento ao terceiro setor e os novos modelos de acolhimento familiar consolidem Ji-Paraná como referência na promoção da dignidade e na garantia de direitos da população idosa.

SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CÂNDIDO
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PM/JP/2025

FERNANDO FRANCISCO NETO
Gerente de Contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos Pessoa Idosa

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Anexo	FMDPI	06/03/2026

ID: 2494972
CRC: 18B9E0D7
Processo: 0-0/0
Usu®rio: CHRISTIANY RIBEIRO DA SILVA
Cria´²o: 06/03/2026 13:29:12 Finaliza´²o: 06/03/2026 13:29:30

Processo Documento

MD5: 504AE194180460859ABE981BEBAD86FE
SHA256: AF3FCCEBE61CA8002AC091B3DC6A809819A465F48C6C6436DF037A8E0DD3CDB7

Sßmula/Objeto:
Resposta do Mem. 53/CONTAB/2026

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	06/03/2026 13:29:12

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO	06/03/2026 13:29:12

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 40	06/03/2026	2494928

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2494972 e o CRC 18B9E0D7.

ID: 3051858 e CRC: A2CF574D

Desta forma, no sentido de viabilizar a participação no evento, que acontecerá na modalidade **presencial**, na cidade de **Porto Velho-RO**, informamos que o ônus relacionado às custas de **hospedagem e alimentação será custeado por esta SEAS**.

Portanto, gentilmente solicitamos as inscrições para o **IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa,** através da Plataforma Doity: https://doity.com.br/iv-encontro-pessoa-idosa-seas-cedpi-ro, além disso, informamos que as **inscrições estão abertas** e serão **encerradas** no dia 10/06/2026.

Ademais, esta SEAS se coloca à disposição para eventuais parcerias afins e esclarecimentos, por meio do contato eletrônico da Gerência de Proteção Global: gpg.seas@gmail.com.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para elevarmos votos de grande estima e consideração.

Respeitosamente,

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO
Diretor Técnico de Políticas Públicas - SEAS

Elaborado por: Pietra Simonir Moreira Reis - Assessora de Políticas de Proteção Global
Revisado por: Adriane do Nascimento Soares - Gerente de Proteção Global

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO**, **Diretor(a)**, em 28/05/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **72730063** e o código CRC **468A1109**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 0026.003929/2026-40 SEI nº 72730063

RONDÔNIA
Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS
Gerência de Proteção Global - SEAS-GPG

Ofício nº 4737/2026/SEAS-GPG

Aos(às) Senhores(as)
PRESIDENTES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Do Estado de Rondônia
NESTE

Assunto: **Convite para Inscrição no IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa.**

Senhores(as) Presidentes,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e considerando que cabem à esta Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social as competências para desenvolver e executar as políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos da **pessoa idosa** no Estado;

Em que pese o desenvolvimento, execução e acompanhamento das políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos para a pessoa idosa, esta SEAS honrosamente informa que realizará o **"IV Encontro Estadual de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa: Planejamento Estratégico, Controle Social e Intersetorialidade"**, **nos dias 15 e 16 de junho de 2026**, **período alusivo ao Junho Violeta:** Mês de Conscientização do Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa.

- **Check-in dos participantes (interior do estado) no dia 14/06/2026:** A partir de 14h;
- **Primeiro dia de Evento 15/06/2026**: Horário de 08h as 18h;
- **Segundo dia de Evento 16/06/2026**: Horário de 08h até 18h;
- **Check-out dos participantes 17/06/2026:** Até às 12h.

Nesta edição, o Encontro tem por objetivo ofertar suporte teórico-metodológico aos **Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa**, enquanto órgãos consultivos, fiscalizadores e propositivos, instrumentalizando-os na construção dos **Planos de Ação Intersetoriais** em atenção à Pessoa Idosa.

Neste sentido, incumbidos da realização dos objetivos do Estado Democrático de Direito e da construção coletiva para a promoção da Política Pública de Assistência Social e de Direitos Humanos do Estado, esta SEAS, vem por meio deste, convidar este Conselho para a participação no evento em comento, na figura de seu **Secretário Executivo** e **02 (dois) Conselheiros, sendo 01 (um) representação Governamental e 01 (um) representação da Sociedade Civil.**

ID: 3051858 e CRC: A2CF574D

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	9	26/09/2026

ID: 3051858
CRC: A2CF574D
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 12:34:44 Finaliza´²o: 26/09/2026 12:34:53

Processo Documento

MD5: 2552737EF454EEE0168FB60A00A18E6D
SHA256: FA876950A92DD2D35B9DA5E382A9199FEF5B8DBBB0B59447F0256273A07B97B1

Sßmula/Objeto:
CMDPI - solicita publica´²o das atas 9 a 12 cmdpi

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	26/09/2026 12:34:44

ASSUNTOS

AUTORIZA¤ ßO DE PUBLICA¤ ßO	26/09/2026 12:34:44

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 322	26/09/2026	3051857

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051858 e o CRC A2CF574D.

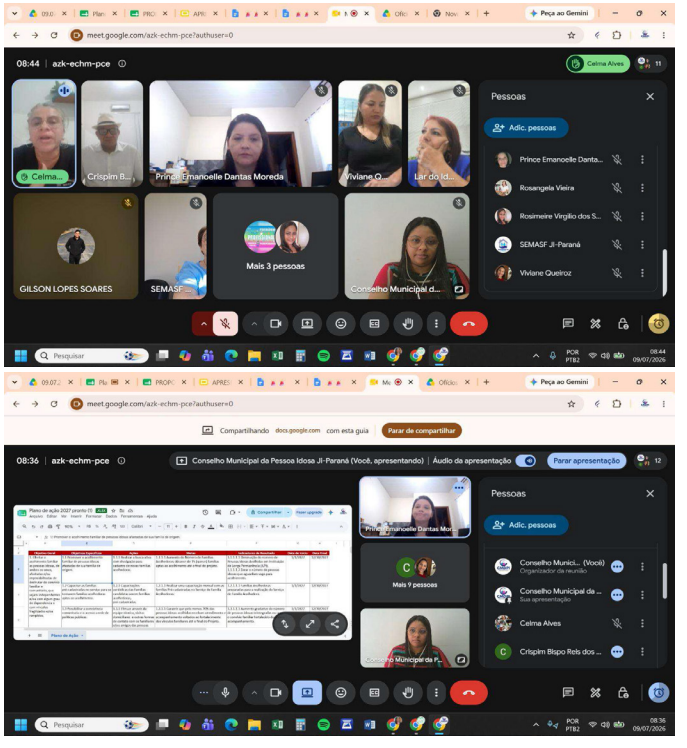
ID: 3051858 e CRC: A2CF574D

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

ATA Nº 10 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ (CMDPI). Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 14h, por meio do aplicativo Google Meet, através do link <https://meet.google.com/azk-echm-pce>, foi realizada a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná (CMDPI), com a presença dos representantes do Poder Executivo Municipal: Rosangela Martins Vieira (SEMED); Vanessa Leite Barbosa (SEMED - membro suplente); Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF); Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF); Presentes também os representantes da Sociedade Civil: Rosimeire Virgílio (EVOLUÇÃO INSTITUTO); Laurita Soté (LIAB); Celma Alves Pinto (GAAJIPA); Crispim Bispo Reis dos Santos (SOCIEDADE CIVIL). Registra-se ainda a presença dos convidados Gilson Lopes e equipe de trabalho do Projeto Envelhecer em Família. O Presidente, Crispim Bispo Reis dos Santos, deu início à reunião, dando as boas-vindas a todos os presentes e, após a aprovação da pauta, passou às deliberações. **Pauta 1** – Apresentação do Projeto "Envelhecer em Família" e solicitação de aprovação do colegiado: a Sra. Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira realizou a apresentação do projeto "Envelhecer em Família" discorrendo sobre as ações executadas no exercício. Após as arguições e dúvidas dos conselheiros, procedeu a apresentação da Proposta de Trabalho para o exercício de 2027, os conselheiros deliberaram pela alteração dos valores para o teto máximo disponibilizado pelo Programa Parceiro do Idoso no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo este acréscimo destinado ao custeio de formações visto o alto custo do deslocamento aéreo na região. Após o momento deliberativo, passou-se para a apresentação do Plano de Ação para o exercício de 2027 que também foi aprovado por unanimidade. Deste modo fica aprovado a renovação, para o exercício de 2027 do projeto "Envelhecer em Família" sendo expedida resolução própria sobre a matéria. Os conselheiros recém eleitos, solicitaram a disponibilização do projeto em PDF para poderem acompanhar e contribuir mais visto a relevância do projeto. **Informes:** foi informado que na próxima reunião ordinária presencial, será alterada a composição das comissões permanentes e temporárias e que deve contar com a participação de todos os conselheiros presentes. Eu, Rosangela Martins Vieira, 1ª Secretária do CMDPI, lavrei a presente ata, que será lida e aprovada pelos Conselheiros participantes, que terão sua presença registrada por meio de captura de tela (print) da reunião virtual.

Ji-Paraná/RO, 09 de julho de 2026.

ANEXO – CAPTURAS DE TELA:



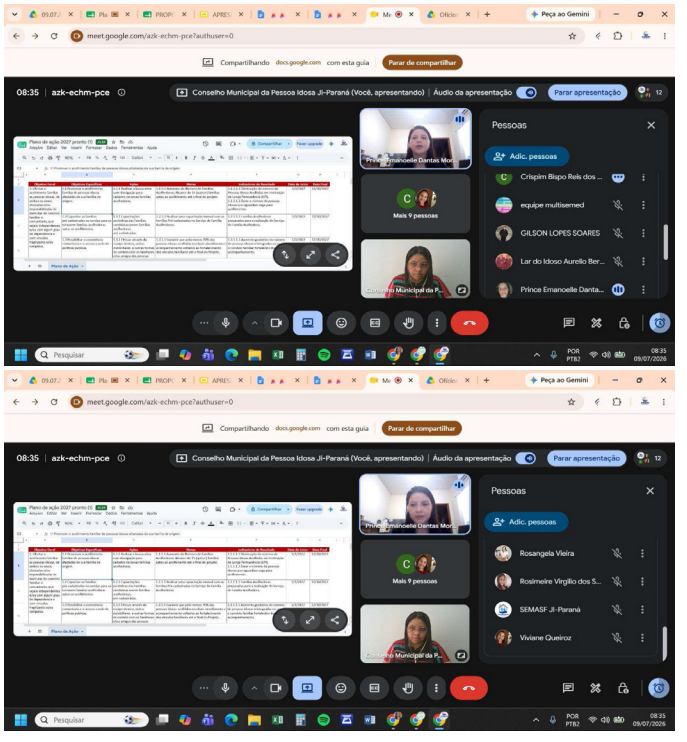
ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI



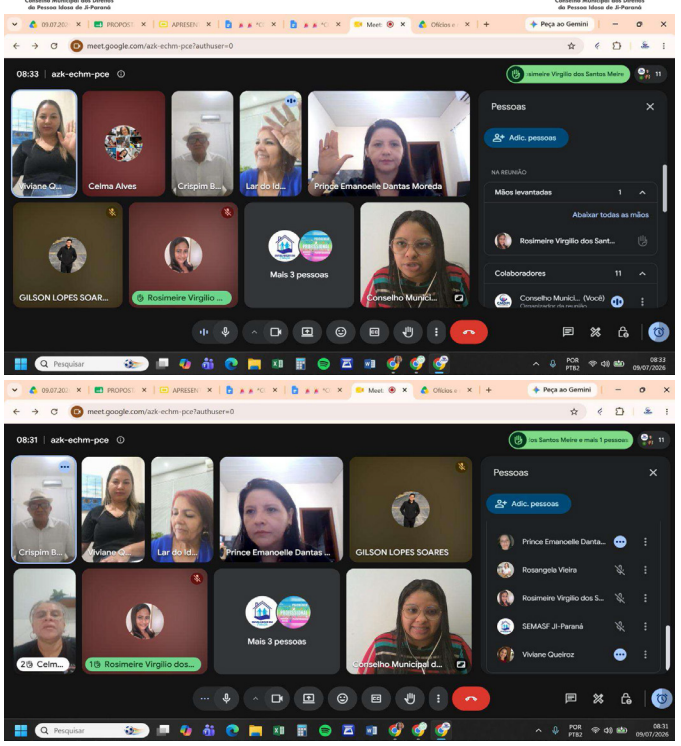
ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI



ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI



Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Ações
1. Ofertar o acohimento familiar as pessoas idosas, de ambos os sexos, afastadas e/ou impossibilitadas de desfrutar do convivio familiar e comunitario, que sejam independentes e/ou com algum grau de dependencia e com vinculos fragilizados e/ou rompidos.	1.1 Promover o acolhimento familiar de pessoas idosas afastadas de sua familia de origem.	1.1.1 Realizar a busca ativa com divulgação para cadastro de novas familias acolhedoras.
	1.2 Capacitar as famílias pré-cadastradas no serviço para se tornarem famílias acolhedoras aptas ao acolhimento.	1.2.1 Capacitações periódicas das Famílias candidatas serem famílias acolhedoras, pré-cadastradas.
	1.3 Possibilitar a convivência comunitaria e o acesso a rede de politicas publicas.	1.3.1 Efetuar através da equipe técnica, visitas domiciliares e outras formas de contato com os famíliares e/ou amigos das pessoas idosas acolhidas.
	1.4 Garantir o Acesso das Pessoas Idosas às Políticas Públicas existentes no município.	1.4.1 Divulgar, articular e sensibilidar os setores, serviços e demais políticas públicas, sobre o Serviço de Família Acolhedora através visitas domiciliares e mídias.
	1.5 Oportunizar a vivencia e resgate de vinculos afetivos significativos ao desenvolvimento dos acolhidos.	1.5.1 Proporcionar a participação das Pessoas Idosas em atividades de lazer, cultura, etc.

Metas	Indicadores de Resultado	Data de Inicio	Data Final
1.1.1.1 Aumento do Número de Famílias Acolhedoras: Alcance de 15 (quinze) famílias aptas ao acolhimento até o final do projeto.	1.1.1.1.1 Diminuição do número de Pessoas Idosas Acolhidas em Instituição de Longa Permanência (ILPI). 1.1.1.1.2 Zerar o número de pessoas idosas que aguardam vaga para acolhimento.	1/1/2027	12/30/2027
1.2.1.1 Realizar uma capacitação mensal com as famílias Pré-cadastradas no Serviço de Família Acolhedoras.	1.2.1.1.1 Famílias Acolhedoras preparadas para a realização do Serviço de Família Acolhedora.	1/1/2027	12/30/2027
1.3.1.1 Garantir que pelo menos 70% das pessoas idosas acolhidas recebam atendimento e acompanhamento voltados ao fortalecimento dos vínculos familiares até o final do Projeto.	1.3.1.1.1 Aumento gradativo do número de pessoas idosas reintegradas ou com o convívio familiar fortalecido durante o acompanhamento.	1/1/2027	12/30/2027
1.4.1.1 Assegurar que 100% das pessoas idosas acolhidas tenham acesso aos serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas, além de participar regularmente de atividades de convivência comunitária, culturais, esportivas, de lazer ou de integração social;	1.4.1.1.1 Menor tempo de espera das Pessoas Idosas para acessar serviços da saúde e demais políticas públicas, garantido a prioridade no atendimento.	1/1/2027	12/30/2027
1.5.1.1 Promover ações sistemáticas de fortalecimento e resgate de vínculos afetivos, garantindo que 70% das pessoas idosas acolhidas participem de atividades individuais e/ou coletivas voltadas ao desenvolvimento da autonomia, da convivência e do fortalecimento das relações afetivas e sociais.	1.5.1.1.1 Redução do número de pessoas idosas em situação de isolamento social ampliando significativamente o percentual de pessoas idosas com acesso a rede de apoio familiar e comunitário ao final do acompanhamento.	1/1/2027	12/30/2027

ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

PREENCHIMENTO DE ORÇAMENTO - Proposta de Renovação 2023 - Programa Parceiro do Idoso

Esta planilha deve ser usada para a descrição do orçamento total que será necessário para a execução da proposta em um período de 1 ano (12 meses). Após a elaboração do orçamento, anexe esta planilha no formulário de renovação, juntamente com os demais documentos solicitados na Carta convite para Renovação de 2023.

A planilha deverá ser encaminhada em Excel.

Além desta aba de instruções, a planilha contém outras 3 abas:

Destinação: aqui devem ser lançados os itens de despesa que serão custeados com recursos da destinação ao Fundo que estiver sendo solicitada ao Programa Parceiro do Idoso.
Contrapartidas: aqui devem ser lançados todos os demais itens de despesa que serão custeados com recursos próprios da organização que irá executar a proposta e/ou com recursos direcionados por terceiros (outras empresas privadas, órgãos públicos, instituições de financiamento de projetos sociais, doações de pessoas físicas, etc.).
Síntese: esta aba é gerada automaticamente à medida que as demais forem sendo preenchidas.

***ATENÇÃO:** Em cada aba, os itens de despesa devem ser organizados nas quatro grandes categorias indicadas abaixo. Caso a proposta não tenha itens de despesa em alguma dessas categorias, deixe as linhas em branco. Se necessário, inclua linhas adicionais em qualquer das categorias.*

1. Investimento em Capital Físico: aqui devem ser lançadas despesas com bens duráveis que não precisarão ser repostos com frequência, tais como:

§ Reforma ou ampliação de instalações físicas.
§ Equipamentos permanentes.
§ Mobiliário.
§ Veículo.
§ Acervos permanentes (computador, instrumentos musicais, livros, brinquedos, etc.).
§ Outros bens duráveis que não precisem ser repostos com frequência.

2. Despesas com Recursos Humanos: aqui devem ser lançadas despesas com remuneração dos profissionais que estarão envolvidos na execução da proposta:

§ Remuneração: cada membro da equipe deve ser especificado em uma linha da planilha, com indicação de sua função e da carga horária mensal de trabalho na execução da proposta. No caso de profissionais que desempenhem outras atividades na organização executora além das atividades específicas da proposta em questão, o valor a ser lançado deve ser correspondente ao volume de horas que serão empregadas exclusivamente na execução da proposta.
§ Encargos sociais que incidem sobre a remuneração de cada profissional. Aqui também deve ser feita uma ponderação, caso o profissional desempenhe outras atividades na organização além das atividades específicas da proposta em questão.
§ Despesas com capacitação que venha a ser oferecida aos profissionais da equipe, como condição para o desempenho de suas atribuições.
§ Outras despesas com recursos humanos

3. Despesas Fixas (exceto despesas fixas com Recursos Humanos): aqui devem ser lançadas despesas fixas, que precisarão ser efetuadas de forma constante (em geral mensalmente) para a execução da proposta, tais como:

§ Materiais de higiene e limpeza
§ Alimentos
§ Água
§ Materiais educativos (cadernos, folhetos, cartilhas, materiais didáticos ou de lazer, lápis, etc.)
§ Materiais de uso contínuo para utilização de equipamentos ou realização de atividades
§ Eletricidade
§ Internet
§ Transporte constante de beneficiários ou de pessoal da equipe
§ Outras despesas fixas

4. Despesas Variáveis (exceto despesas variáveis com Recursos Humanos): aqui devem ser lançadas despesas que não serão constantes, mas que, embora eventuais, serão necessárias para a execução da proposta, tais como:

§ Materiais de uso eventual
§ Transporte da equipe para atividades externas eventuais
§ Transporte esporádico de beneficiários
§ Elaboração de publicações sobre as atividades
§ Outras despesas variáveis

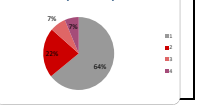
Em caso de dúvidas entrar em contato com nossa equipe de apoio através do telefone 11 91338-9684 ou pelo e-mail: programas.amigoeidoso@mgnconsultoria.com.br

Proposta de Renovação - Programa Parceiro do Idoso 2023

SÍNTESE DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2024

	Destinação Programa Parceiro do Idoso	Contrapartidas	Total	Distribuição percentual	Total previsto com Investimento	Total previsto com Custeio
1. Investimento em Capital Físico	317,469.00	42,000.00	359,469.00	64.2%	359,469.0	200,160.0
2. Despesas com Recursos Humanos		123,852.00	123,852.00	22.1%		
3. Despesas Fixas (exceto despesas fixas com Recursos Humanos)		40,308.00	40,308.00	7.2%		
4. Despesas Variáveis (exceto despesas variáveis com Recursos Humanos)	30,000.00	6,000.00	36,000.00	6.4%		
Total	**347,469.00**	**212,160.00**				
Total Geral	**R$ 559,629.00**					

Gráfico da distribuição percentual dos tipos de despesa



Atenção: Esta aba será gerada automaticamente à medida em que as anteriores forem sendo preenchidas.

ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa de: Ji-Paraná/RO	
Nome do projeto: Envelhecer em Família	

DESPESAS QUE SERÃO CUSTEADAS COM RECURSOS DA DESTINAÇÃO DO PROGRAMAPARCEIRO DO IDOSO

1. Investimento em Capital Físico	**Mês previsto para a realização da despesa em 2027**												**Valor Total**
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
09 unidades de Bolsas às Famílias Acolhedoras Grau I (1.621,00)	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	14,589.00	175,068.00
02 unidades de Bolsas às Famílias Acolhedoras Grau II (2.431,50)	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	4,863.00	58,356.00
02 unidades de Bolsas às Famílias Acolhedoras Grau III (3.242,00)	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	6,484.00	77,808.00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03 unidades de telas monitores 23.8' full HD (800,00)	2,400.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,400.00
03 unidades teclados USB com fio ABNT preto (120,00)	360.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360.00
03 unidades de mouse USB com fio preto (80,00)	240.00												240.00
03 unidades de cadeira giratórias co braço (1.079,00)	3,237.00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,237.00
Total Geral													**317,469.00**

2. Despesas com Formação Nacional	**Mês previsto para a realização da despesa em 2027**												
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Valor Total
Provisão para participação na Formação Nacional						30,000.00							**30,000.00**

3. Valor do Projeto	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
													347,469.00

ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

DESPESAS QUE SERÃO CUSTEADAS COM RECURSOS DE CONTRAPARTIDAS

1. Investimento em Capital Físico		**Mês previsto para a realização da despesa em 2027**												**Valor Total**
Descrição da despesa		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Locação do Imóvel		3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	42,000.00
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**3,500.00**	**42,000.00**
2. Despesas com Recursos Humanos	**Carga horária mensal**	**Mês previsto para a realização da despesa em 2024**												**Valor Total**
Cargo ou função no projeto		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Coordenação	160h	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	42,000.00
Assistente Social	160h	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	3,500.00	42,000.00
Assessora Técnica	160h	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	1,700.00	20,400.00
Serviços Gerais	160h	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	1,621.00	19,452.00
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**10,321.00**	**123,852.00**
3. Despesas Fixas *(exceto despesas fixas com recursos humanos)*		**Mês previsto para a realização da despesa em 2027**												**Valor Total**
Descrição da despesa		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Água		300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	3,600.00
Internet		259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	259.00	3,108.00
Energia Eletrica		2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	2,000.00	24,000.00
Material de limpeza		300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	300.00	3,600.00
Material de lanche (café e biscoito)		500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	6,000.00
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**3,359.00**	**40,308.00**
4. Despesas Variáveis *(exceto despesas variáveis com recursos humanos)*		**Mês previsto para a realização da despesa em 2027**												**Valor Total**
Descrição da despesa		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTE	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Combustível		500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	500.00	6,000.00
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**500.00**	**6,000.00**
Total Geral		**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**17,680.00**	**212,160.00**

ID: 3051859 e CRC: DDEB0615

Município de Ji-Paraná®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Ata	10	26/09/2026

ID: 3051859
CRC: DDEB0615
Processo: 0-0/0
Usuário: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Criação: 26/09/2026 12:35:21 Finalização: 26/09/2026 12:35:29

Processo Documento

MD5: ACBCBF0540FE8FFFA81C2F2D86DB8DB7
SHA256: 4B58105521229B8F3DC2A97FD9BAB06B90DA0E252D3D717389AEC9662EABCF28

Súmula/Objeto:
CMDPI - solicita publicação das atas 9 a 12 cmdpi

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - JI-PARANA RO 26/09/2026 12:35:21

ASSUNTOS

AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO 26/09/2026 12:35:21

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 322 26/09/2026 3051857

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051859 e o CRC DDEB0615.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

ATA Nº 11 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ (CMDPI). Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná (CMDPI), com a presença dos **Representantes Governamentais:** Maria Judith Gonçalves dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Suplente); Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira (Câmara de Vereadores - membro Suplente); Rosangela Martins Vieira (SEMED – membro titular); Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF – membro titular); Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF – membro titular). Presentes também os **Representantes da Sociedade Civil:** Crispim Bispo Reis dos Santos (Sociedade Civil – membro titular); Rosimeire Virgílio dos Santos (Evolução Instituto – membro titular); Laurita Soté (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro titular); Mirceia de Oliveira Dorado (GAAJIPA - membro suplente). O Presidente Crispim Bispo Reis dos Santos, deu início à reunião, às 8h30, dando as boas-vindas a todos os presentes e, após a aprovação da pauta, passou às deliberações. **Pauta 1 - Memorando: 75/ADM SEMASF/2026 - solicitação de uso de recursos do fundo:** Foi realizada a leitura na íntegra do expediente encaminhado e após fecundo debate entre os conselheiros presentes, foi deliberado sobre o pedido e esclarecido que a legislação do Fundo veda utilização de recursos para manutenção de prédios públicos e que os recursos devem ser preconizados para o fomento de políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Ficou deliberado que a mesa diretora deve realizar junto a diretora do CCVB e os usuários, além da SEMASF as devidas explicações. Os conselheiros entendem que precisam dar celeridade nos planos de ação e plano de aplicação para fomento de editais através de custeio de projetos. Será expedido ofício à SEMASF informando a decisão da plenária. **Pauta 2 – Reorganização das Comissões**: A primeira comissão a ser instituída será a do Fluxo de atendimento da Pessoa Idosa que contará com a participação do senhor Gilson Lopes - SEMASF, Prince Emanoelle - SEMASF; Viviane Queiroz - SEMASF, Ana Beatriz Gomes - SEMUSA e como convidado senhor Edilson Shockness. A segunda comissão foi a de acompanhamento do projeto Envelhecer em Família ficando deliberado pela composição contendo os conselheiros Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira - Câmara de Vereadores; Laurita Soté - Lar do Idoso; Rosimeire Virgílio dos Santos - Evolução Instituto e Maria Judith Gonçalves dos Santos - Gabinete do Prefeito. A próxima comissão deliberada foi a Reorganização do Regimento Interno sendo composta por Mirceia de Oliveira Dorado - GAAJIPA; Rosangela Martins Vieira - SEMED e como convidada a Louise Souza dos Santos. A próxima comissão a ser reorganizada, foi a construção do Plano de Ação e de Aplicação sendo composta por Luana Meireles de Cândido - SEMASF; convidada Franciele Capetini - SEMED; Viviane dos Santos Silva Queiroz - SEMASF e Crispim Bispo Reis dos Santos - Sociedade Civil. Seguindo para a comissão de elaboração de plano de ação ds propostas da conferência sendo deliberado que a comissão não será reorganizada pois o processo será devolvido à SEMASF informando sobre as competências do colegiado e as competências administrativas do poder executivo. Seguindo para constituição da Comissão de análise de documentos sendo composta por Celma Alves Pinto - GAAJIPA; Prince Emanoelle - SEMASF; José Nogueira - Sociedade Civil; Rosimeire Virgílio dos Santos - Evolução Instituto; Viviane dos Santos Silva Queiroz - SEMASF. **Pauta 3 – Informes:** Ficou deliberado o encaminhamento do Regimento Interno e Lei de Criação do Conselho no grupo de whatsapp para conhecimento de todos. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente encerrou a reunião às 10h14. Eu, Rosângela Martins Vieira, 1ª Secretária do CMDPI, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

GD: 3051860 e CRC: 64B04393

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

Relação Nominal em conformidade com o Decreto N. 1298, de 15 de Julho de 2026 que alterou o Decreto N. 1152, de 01 de Julho de 2026.

Representantes do Poder Público	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Titular)	—
Maria Judith Gonçalves dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Suplente)	
Rosana Pereira Lima (Câmara Municipal de Vereadores -membro titular)	—
Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira (Câmara de Vereadores - membro Suplente)	
Ana Beatriz Katsuragi Gomes (SEMUSA – membro titular)	—
Edna de Souza Oliveira (SEMUSA – membro suplente)	—
Rosangela Martins Vieira (SEMED – membro titular)	
Vanessa Leite Barbosa (SEMED – membro suplente)	—
Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF – membro titular)	
Luana Meireles de Cândido (SEMASF – membro suplente)	—
Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF – membro titular)	
Gabriel Pereira (SEMASF – membro suplente)	—

GD: 3051860 e CRC: 64B04393

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

Crispim Bispo Reis dos Santos (Sociedade Civil – membro titular)	
José Alves Nogueira (Sociedade Civil – membro suplente)	—
Maria Nilza Gonçalves de Sá (Sociedade Civil – membro titular)	—
Carmelinda Aparecida dos Santos Nunes (Sociedade Civil – membro suplente)	—
Eraldo Francisco de Lima (Sociedade Civil – membro titular)	—
Liduina Alves Vieira (Sociedade Civil – membro suplente)	—
Rosimeire Virgílio dos Santos (Evolução Instituto – membro titular)	—
Adelia Andrade Machado (Evolução Instituto – membro suplente)	—
Laurita Soté (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro titular)	
Jamile Lopes Lima Bressiani (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro suplente)	—
Celma Alves Pinto (GAAJIPA - membro titular)	—
Mireia de Oliveira Dorado (GAAJIPA - membro suplente)	

GD: 3051860 e CRC: 64B04393

CMDPI
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI
Lei municipal nº 939 de 21 de setembro de 1999.

CASA DOS CONSELHOS

Lista de presença da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná, realizada em 22/07/2026, às 8h nas dependências da Sala de Reunião da Casa dos Conselhos.

NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
Prince Emanoelle D. M. de Oliveira	SEMASF	
Crispim Bispo Reis dos Santos	GAAJIPA	
Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira	VEREADOR	
Maria Judith G. Santos	SEMED/Suplente	
Joaquim Teixeira dos Santos	Gabinete Prefeito	
Viviane dos Santos Silva Queiroz	SEMASF	
Rosangela Martins Vieira	SEMED	
Laurita Soté	Lar do Idoso Aurélio Bernardi	

CASA DOS CONSELHOS - AVENIDA JI-PARANÁ, N. 615, BAIRRO URUPÁ - JI PARANA/RO
cmpj.jipa@gmail.com - whatsapp: (69) 9 9908-9910

GD: 3051860 e CRC: 64B04393

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Memorando: 75/ADM SEMASF/2026

ASSUNTO: Solicitação de utilização de recurso do FMDCI para aquisição de material permanente ao CCI.

DESTINATÁRIOS:
Casa dos Conselhos

Prezados,

Considerando o Parecer tecnico MP de 04/05/2026 (ID 2652040) que recomenda melhorias estruturais e de aparelhamento do Centro de Convivência do Idoso CCI, vimos por meio deste solicitar a autorização para utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Idoso FMDCI, destinados à aquisição de material permanente para atendimento das necessidades da unidade.

Informamos que já foram elaborados os documentos necessários para instrução do processo, incluindo o Estudo Técnico 45 de 04/05/2026 (ID 2651826), e o Termo de Referência 41 de 07/05/2026 (ID 2662863) e os respectivos orçamentos, encontrando-se o processo apto para prosseguimento dos trâmites administrativos.

O valor estimado para a aquisição é de R$ **78.700,68** (setenta e oito mil, setecentos reais e sessenta e oito centavos).

A aquisição dos materiais permanentes visa proporcionar melhores condições de atendimento, estrutura e desenvolvimento das atividades ofertadas aos usuários do CCI, em conformidade com as orientações constantes no parecer técnico.

Dessa forma, solicitamos os devidos encaminhamentos para viabilização do uso do recurso, conforme previsão orçamentária e deliberação do conselho competente.

Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

Alandes da Silva Soares
Gerente Especial Administrativo, Contábil e Econômico do FMAS
Decreto nº 1482/GAB/PM/JP/2025

- ORÇAMENTO DA INTERNET

Item/site	Descrição do material	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01 Mercado livre	BAG para violão	01 Und	142,53	142,53
02 Mercado livre	Cabo para instrumento musical 0,20 mm2-P10 – preto metal L= 5m.	02 Und	29,90	29,90
03 Mercado livre	Cabo de linha com conexão de canon macho para canon fêmea.	06	67,90	407,40
04 Mercado livre	Cabo garage para microfone balanceado 10m	01	104,99	104,99
05 Amazon	Caixa De Som profissional	02 Und	3087,00	6.174,00
06 Mercado livre	Misturador de Som de 16 canais, em tempo real.	01 Und	3154,47	3.154,47
07	Microfone auricular, UHF – 700 PRO	01 Und	199,90	199,90
08 Mercado Livre	Microfone duplo profissional	02 Und	795,00	795,00
09 Ludmusic	Suporte Guit	01 Und	185,00	185,00
10 Magazine Luiza	Violão Profissional.	01 Und	1371,90	1.371,90
TOTAL	------	----	----	12.565,09

PAULA GERLINSKI DE PAULA
Coordenadora do CCVB
Decreto N. 0190/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ALANDES DA SILVA SOARES**, **GERENTE ESPECIAL ADMINISTRATIVO/CONTABIL/ECONOMICO**, em 29/06/2026 às 08:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2721672** e o código verificador **B9AD549C**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE	***.506.042-**	29/06/2026 09:18

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Planilha Orçamentária 01	27/05/2026	2721957
2	Planilha Orçamentária 02	27/05/2026	2721974
3	Planilha Orçamentária 03	27/05/2026	2721983
4	Planilha Orçamentária 04	27/05/2026	2721988
5	Planilha Orçamentária 05	27/05/2026	2721995
6	Planilha Orçamentária 06	27/05/2026	2722010
7	Planilha Orçamentária 07	27/05/2026	2722013
8	Planilha Orçamentária 08	27/05/2026	2722018
9	Planilha Orçamentária 09	27/05/2026	2722020
10	Parecer Técnico MP	27/05/2026	2722021
11	Projeto Conectando Gerações CCVB 2026	27/05/2026	2722058

Docto ID: 2721672 v1

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	or´amento internet 2	30/04/2026

ID: 2647324
CRC: 06E12037
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 30/04/2026 09:59:29 Finaliza´²o: 30/04/2026 10:00:02

Processo Documento

MD5: D4E92FA2AA86D5D324AA93B93273BE40
SHA256: 432A281C1BE7368A8897C4690AE1E4B2734FFD70A7C484D01D76B3A1D9D61E4A

Sßmula/Objeto:
Encaminhamento de projeto e planilhas or´ament®rias para aquisi´²o de materiais e equipamentos para a execu´²o das atividades di®rias deste CCVB.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA - JI-PARANA RO 30/04/2026 09:59:29

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO 30/04/2026 09:59:29

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 42 29/04/2026 2644397

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2647324 e o CRC 06E12037.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	01	27/05/2026

ID: 2721957
CRC: 374E1858
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:51:26 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:51:37

Processo Documento

MD5: F416BB75F6FDD0405071A9D6E7F7EA8E
SHA256: 357714AA91CA87620CE2832870B43C391D9E22625B0A6C50F59592CCB0172FEC

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:51:26

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:51:26

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2721957 e o CRC 374E1858.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	equipamentos 2. or´a	30/04/2026

ID: 2647415
CRC: 06CE391B
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 30/04/2026 10:08:02 Finaliza´²o: 30/04/2026 10:11:37

Processo Documento

MD5: 0203BD38097A67DD9C7B7E987B39994D
SHA256: B0744F2686437F69E767215D3F1FAB29947845EFA185DCC4BB440BC0C1E73FDE

Sßmula/Objeto:
Encaminhamento de projeto e planilhas or´ament®rias para aquisi´²o de materiais e equipamentos para a execu´²o das atividades di®rias deste CCVB.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	30/04/2026 10:08:02

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	30/04/2026 10:08:02

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 42	29/04/2026	2644397

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2647415 e o CRC 06CE391B.

INFOMUSIC MUSICAIS

Avenida Jamari, 3233 St. 01, Ariquemes – RO
CNPJ - 28.374.729/0002-28
Vendedor: RAUL FRÓIS
Contato: (69) 9 9375-5532

COTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	VALOR UN	VALOR TOTAL
CAIXA DE SOM	SKP/Q15	2	R$5.419,90	R$10.839,80
MICROFONE S/FIO	SOMECO SKP/UHF-700 PRO	1	R$1.059,90	R$1.059,90
MISTURADOR DE SOM	WALDMAN 16 CANAIS	1	R$2.249,90	R$2.249,90
CABO DE LINHA XLR M & XLR F (1M)	ROXTONE	12	R$50,00	R$600,00
CABO P/ MICROFONE BALANCEADO	DATALINK	2	R$119,90	R$239,80
SUPORTE PARA CAIXA EM METAL	ROXTONE	2	R$199,90	R$399,80
SUPORTE GUITARRA	XCG-4	1	R$144,90	R$144,90
BAG P/ VIOLAO FOLK	CH200	1	R$299,90	R$299,90
VIOLÃO	STRINBERG SA200C MGS	1	R$1.420,00	R$1.420,00
MICROFONE S/FIO	NOVIK-UNK-660	6	R$819,90	R$4.919,40
CABO P/INSTRUMENTO P10-P10 (5M)	DATALINK	2	R$79,90	R$159,80

TOTAL: R$ 22.333,20

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	02	27/05/2026

ID: 2721974
CRC: 2376069F
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:51:50 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:53:05

Processo Documento

MD5: 27B123488F3DFCCCB5BDF5893C4D67D8
SHA256: 86F89E22422076AF1A441E2E999192245EF3283609FBEF147E77462B92B9AAA5

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:51:50

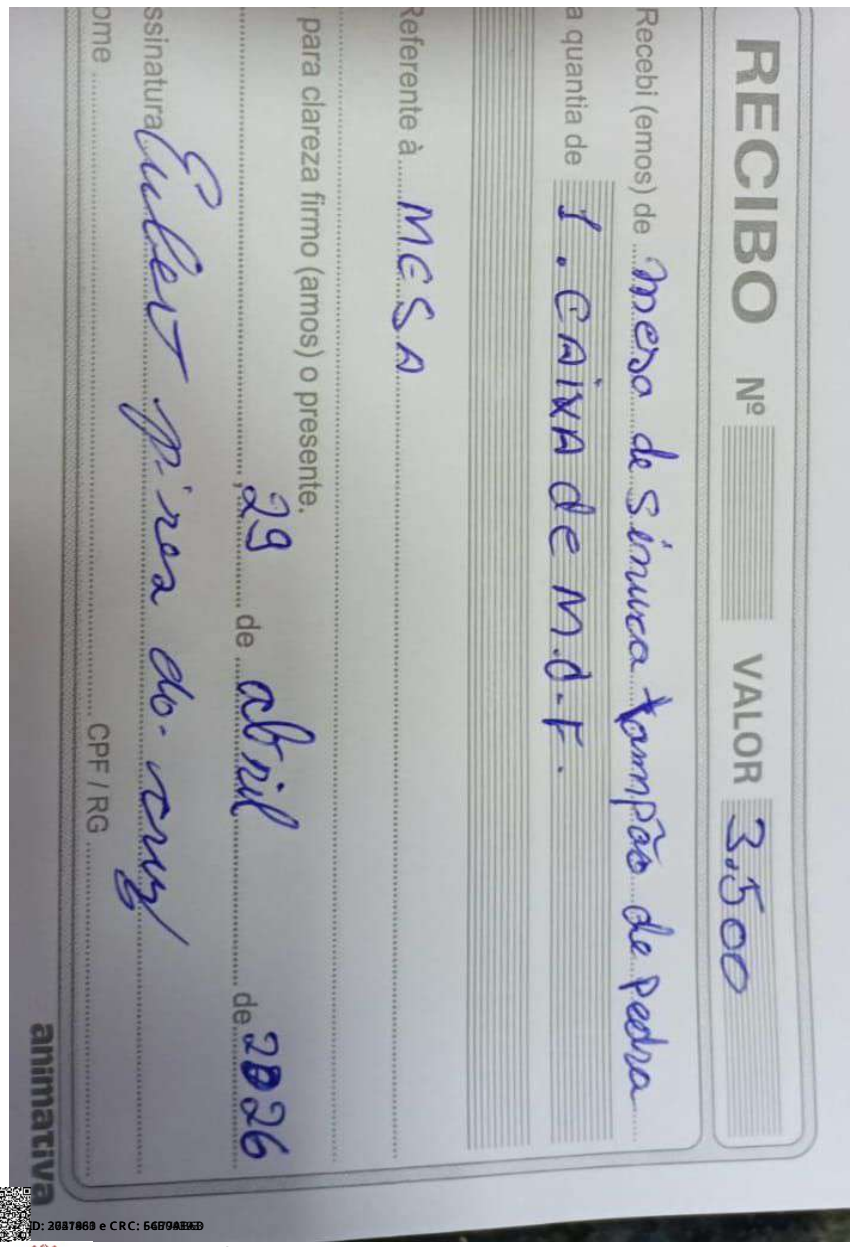
ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:51:50

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2721974 e o CRC 2376069F.



Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	03	27/05/2026

ID: 2721983
CRC: F6E79FAD
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:53:20 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:54:04

Processo Documento

MD5: 9B16612AD6058F7F524B7020DA8C8E0A
SHA256: 9D81F7130D44709BC81133259646A8A45852F79ECF25DD9B04EEEA5AF351C7E9

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	27/05/2026 11:53:20

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:53:20

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2721983 e o CRC F6E79FAD.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	mesa de sinuca	30/04/2026

ID: 2647461
CRC: 5C79AB63
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 30/04/2026 10:20:45 Finaliza´²o: 30/04/2026 10:21:08

Processo Documento

MD5: 77546579DDBA4616F45A7F427250C4C6
SHA256: EBEFDE1F235154AC7BAD5D8D0AD1E52AE477A675F10700BF6445725AE3B99713

Sßmula/Objeto:
Encaminhamento de projeto e planilhas or´ament®rias para aquisi´²o de materiais e equipamentos para a execu´²o das atividades di®rias deste CCVB.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	30/04/2026 10:20:45

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	30/04/2026 10:20:45

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 42	29/04/2026	2644397

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2647461 e o CRC 5C79AB63.

14/04/2026 Orçamento **20001**

MISTER TONE

CANGUSSU & FURTADO LTDA
Rua Padre Adolfo Rhol, 678 - SALA II - Casa Preta - Ji-paraná - RO - CEP: 76907-566
CANGUSSU & FURTADO LTDA
CNPJ: 09363297000124 IE: 00000001711661

(69) 3422-6354
markim.sodre@gmail.com

CLIENTE

Validade da proposta
14/04/2026

Qt.	Produto/Serviço	Detalhe do item	Valor unitário	Subtotal
1	700PRO7798357973462 - SOMECO - SKP / UHF-700 PRO		995,50	995,50
1	CPP-16FXU - MISTURADOR DE SOM DE 16 CANAIS, EM TEMPO REAL MARCA WALDMAN - REF. CPP16FXU		2.219,00	2.219,00
2	SAQ15 - SKP / Q15 - CAIXA ATIVA 15 BI		5.334,00	10.668,00
12	SMXX200L1 - ROXTONE - CABO DE LINHA COM CONEXAO DE CANON MACHO PARA CANON FEMEA/ 1 METRO		45,06	540,72
2	GB005-Personal - Cabo GARAGE p/ Microfone Balanceado 0,30 mm2 XLR(m)-XLR(f) Preto L=10 m - TUBO PERSONALIZADO DLK		107,00	214,00
2	FF-101S - ROXTONE / SUPORTE PARA CAIXA EM METAL PARA INSTRUMENTOS COM 2 ESTAGIOS ALTURA MAXIMA 180CM		173,98	347,96
1	022964 - SUPORTE GUIT XCG-4		138,89	138,89
1	BAGMM200 - BAG P/ VIOLAO FOLK CH200 - Preto - U		273,00	273,00
1	12068 - MUSIMAX - VIOLAO STRINBERG SA200C MGS ARTISTICO FOSCO		1.340,22	1.340,22
6	NKUNK660 - SOMECO - NOVIK / UNK-660 - MICROFONE DUPLO		789,53	4.737,18
2	GI008 - DLK - Cabo GARAGE p/ Instrumentos 0,20 mm2 P10-P10 Preto Metal L=5 m -		72,00	144,00
		Total		**21.618,47**
		Descontos		**1.729,48**
		Valor líquido		**19.888,99**

Continua na próxima página...

14/04/2026 Orçamento **20001**

CANGUSSU & FURTADO LTDA
Rua Padre Adolfo Rhol, 678 - SALA II - Casa Preta - Ji-paraná - RO - CEP: 76907-566
CANGUSSU & FURTADO LTDA
CNPJ: 09363297000124 IE: 00000001711661

(69) 3422-6354
markim.sodre@gmail.com

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	04	27/05/2026

ID: 2721988
CRC: 201C69D9
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:54:15 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:54:34

Processo Documento

MD5: 090476B169B4D875A9164D0F3CE4F7E1
SHA256: F01FDC892A9380BB034DAC700CC34CE0FA3ADD65CF0E2319BA8BE48582788AC4

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:54:15

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:54:15

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2721988 e o CRC 201C69D9.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	equipamentos or´a. 1	30/04/2026

ID: 2646369
CRC: EE42E289
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 30/04/2026 08:14:27 Finaliza´²o: 30/04/2026 08:15:02

Processo Documento

MD5: D9392CA26D39C169EC5764FD0DA8BEC4
SHA256: 314BFCA223A59CE2B9941B867EC96AFDBA6713CE7A627DA239A047E5212A1CDD

Sßmula/Objeto:
Encaminhamento de projeto e planilhas or´ament®rias para aquisi´²o de materiais e equipamentos para a execu´²o das atividades di®rias deste CCVB.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	30/04/2026 08:14:27

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	30/04/2026 08:14:27

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 42	29/04/2026	2644397

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2646369 e o CRC EE42E289.

Orçamento

Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
TELA DE PROJEÇÃO TRIPÉ 2,10M X 1,50M GRM GTTM 100V 4:3	01	R$ 1.499,00	R$ 1.499,00
PROJETOR INTELBRÁS PFL5211 FULL HD 5200 LUMENS	01	R$ 2.750,00	R$ 2.750,00
TOTAL			R$ 4.249,00

58.492.567/0001-02
MACRO INFORMÁTICA LTDA
Rua Menezes Filho, 2795
Dois de Abril - CEP: 76900-845
JI-PARANÁ - RO

Ji-Paraná – RO, 28 de abril de 2026.

Orçamento

Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
TELA DE PROJEÇÃO TRIPÉ 2,10M X 1,50M GRM GTTM 100V 4:3	01	1.900,00	1.900,00
PROJETOR INTELBRÁS PFL5211 FULL HD 5200 LUMENS	01	3.500,00	3.500,00
TOTAL			R$ 5.400,00

18.662.417/0001-85
ANDERSON F. S. FONSECA-MEI
Rua Aurélio Bernardi, 2060
Nova Brasília - CEP: 76908-482
JI-PARANÁ - RO

Ji-Paraná – RO, 28 de abril de 2026.

ID: 2644397 e CRC: 84B0375E

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	or´amento projetor e tel² o	30/04/2026

ID: 2646439
CRC: EC40308C
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 30/04/2026 08:27:36 Finaliza´²o: 30/04/2026 08:28:28

Processo Documento

MD5: 51A07020C3AD1E2BE5999C4BF5ABF348
SHA256: 7861B932A6E0BBF4627B4E812604144DAE385FFCAB9D84C49BE93602D83BC69D

Sßmula/Objeto:
Encaminhamento de projeto e planilhas or´ament®rias para aquisi´²o de materiais e equipamentos para a execu´²o das atividades di®rias deste CCVB.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMLIA -	JI-PARANA	RO	30/04/2026 08:27:36

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	30/04/2026 08:27:36

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 42	29/04/2026	2644397

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2646439 e o CRC EC40308C.

ID: 2721995 e CRC: 3404D75C

Orçamento

Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
TELA DE PROJEÇÃO TRIPÉ 2,10M X 1,50M GRM GTTM 100V 4:3	01	2.100,00	2.100,00
PROJETOR INTELBRÁS PFL5211 FULL HD 5200 LUMENS	01	4.300,00	4.300,00
TOTAL			R$ 6.400,00

15.186.664/0001-64
J.C. XAVIER INFORMÁTICA, PERFUMES E BEBIDAS
Rua Seis de Maio, 1433 - Sala 01 B
Centro - CEP: 76900-065
JI-PARANÁ - RO

Ji-Paraná – RO, 28 de abril de 2026.

ID: 2721995 e CRC: 3404D75C

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	05	27/05/2026

ID: 2721995
CRC: 3404D75C
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:55:28 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:55:40

Processo Documento

MD5: 1C1A91A6ED5425E974B9988B99C23157
SHA256: 749C45E9BF20E72703EFE99AA385E0ABB26F4E2A130472BD8251D5BC46535541

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMLIA -	JI-PARANA	RO	27/05/2026 11:55:28

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:55:28

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2721995 e o CRC 3404D75C.

ID: 3051860 e CRC: 64B04393

PROJETO "CONECTANDO GERAÇÕES" CCVB

- Outros materiais necessários:

ORÇAMENTO DA INTERNET

Item/Site	Descrição do material	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01 Netshoes	Mesa redonda com tampão acolchoado para carteado com em madeira maciça. Material madeira maciça, medindo 0,76x1.18 cm para jogos de carta e domino.	02 UN	900,00	1.800,00
02 Mercado Livre	Mesas de bilhar. Especificações: Mesa de Bilhar Comercial Cônica em compensado laminado, revestido em fórmica. Medidas: 2.30 x 1.30 A estrutura da mesa é projetada em compensado laminado, revestido em fórmica, pés niveladores de solo; Campo de jogo em pedra ardósia; Caçapa de ferro com ajuste de abertura 6 cm ou 6,5 cm.	02 UN	3.366,00	6.732
03 Mercado Livre	Projetor Wi fi, full HD, 5200 lumens	01	1.283,00	1.283,00
04 Mercado Livre	Tela de projeção 97 polegadas	01	490,00	490,00

PAULA GERLINSKI DE PAULA

Coordenadora do CCVB

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	06	27/05/2026

ID: 2722010
CRC: 9CC4BF32
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:55:51 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:56:02

Processo Documento

MD5: BB7FF0721C1E00A9A57FDB68599F699F
SHA256: 6FFAD9E2F896B8B088F4046227EFF910D8F1DFF29DDF8CB040A086D351F45E5F

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	27/05/2026 11:55:51

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:55:51

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2722010 e o CRC 9CC4BF32.

D: 3051860 e CRC: 64B04393

D: 2722010 e CRC: 9CC4BF32

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	Or´amento internet 1	30/04/2026

ID: 2646493
CRC: 72937218
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 30/04/2026 08:31:20 Finaliza´²o: 30/04/2026 08:31:40

Processo Documento

MD5: 4710F76AC7F8D862EFCC890349B8F117
SHA256: CA67EA1DC749778B8B0100E9D6B2C60BD99F66D5C6BF705A261A942E119A8E10

Sßmula/Objeto:
Encaminhamento de projeto e planilhas or´ament®rias para aquisi´²o de materiais e equipamentos para a execu´²o das atividades di®rias deste CCVB.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	30/04/2026 08:31:20

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	30/04/2026 08:31:20

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 42	29/04/2026	2644397

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2646493 e o CRC 72937218.

D: 3051860 e CRC: 64B04393

D: 2646493 e CRC: 72937218

ORÇAMENTOS de equipamentos/materiais - internet

Quant.	Material/Equipamento	MERCADO LIVRE	MUNDIAL BRISA	CATRAL
02	Climatizador Industrial de até 200m 130 Litros. Portátil	4.999,00	7.750,00	4.468,00

Quant.	Material/Equipamento	GAZIN	AMAZON	MERCADO LIVRE
02	Ar condicionado 18000 BTUS inverter – frio.	3.569,00	3.019,00	3.324,05

Quant.	Material/Equipamento	CASAS BAHIA	AMAZON	MERCADO LIVRE
01	Smart TV Profissional 4K 55" UHD	2.592,55	2.429,10	2.618,00

Quant.	Material/Equipamento	AMAZON	MAGAZINE LUIZA	MERCADO LIVRE
01	Impressora 3x1 Multifuncional Epson. Ecotank - L3250. Wi fi Bivol - Preto	1.069,00	1.059,00	1.079,00

Quant.	Material/Equipamento	MERCADO LIVRE	MAGAZINE LUIZA	AMAZON
01	Bebedouro Industrial Inox 100L Bebedouros com Filtro e 3 Torneiras	2.269,80	2.175,00	2.098,08

Paula Gerlinski de Paula

Coordenadora do CCVB

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	or´amento internet outros materiais	05/05/2026

ID: 2654892
CRC: 42C3934F
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: PAULA GERLINSKI DE PAULA
Cria´²o: 05/05/2026 11:04:57 Finaliza´²o: 05/05/2026 11:05:20

Processo Documento

MD5: FDD324A52C6F2084B46E06852F248E0A
SHA256: B0C90C35CA1CF4E5FF9C579ED05F0ED6EFA9CAA1617397630B35385FA8DB4F46

Sßmula/Objeto:
Solicita´²o de materiais e equipamentos para atender as demandas do Projeto "Conectando Gera´Þes" 2026.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	05/05/2026 11:04:57

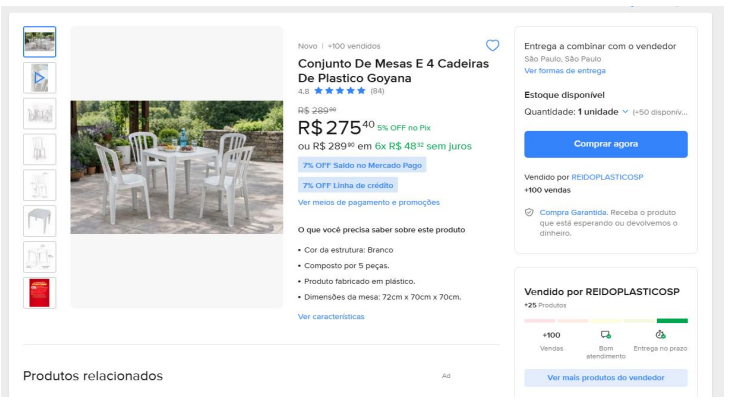
ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ÚO	05/05/2026 11:04:57

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando Interno 43	05/05/2026	2654118

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2654892 e o CRC 42C3934F.





Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	07	27/05/2026

ID: 2722013
CRC: 3263DB33
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:56:12 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:56:22

Processo Documento

MD5: C0E88183ACC487550E4AD9A5C6DEC6F9
SHA256: 83BE69F265D9D2F873119CA56F93AB8CFC6D794A649253A105EAC383AD39C3EE

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:56:12

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:56:12

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2722013 e o CRC 3263DB33.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	8	06/05/2026

ID: 2660388
CRC: 212C2197
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: MELISSA DE ANDRADE ARANTES
Cria´²o: 06/05/2026 13:17:30 Finaliza´²o: 06/05/2026 13:34:10

Processo Documento

MD5: 76B045809B3CEAAB2C6F96CA5191AC35
SHA256: C853E05BDEF27D484B3B18E7D687B577DB9F225DE9733402A7270CE21DA69844

Sßmula/Objeto:
Cota´²o jogo de mesa com 4 cadeiras.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	06/05/2026 13:17:30

ASSUNTOS

AQUISI¤ ÚO DE MATERIAL PERMANENTE	06/05/2026 13:17:30

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2660388 e o CRC 212C2197.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	08	27/05/2026

ID: 2722018
CRC: 26B31B49
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:56:33 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:56:44

Processo Documento

MD5: 4096FCD6C263395C6779912302A9557F
SHA256: F4E026F0818D8DE65DCEC1605656F9922A4034AE1D74FD061818AFCC475C6355

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:56:33

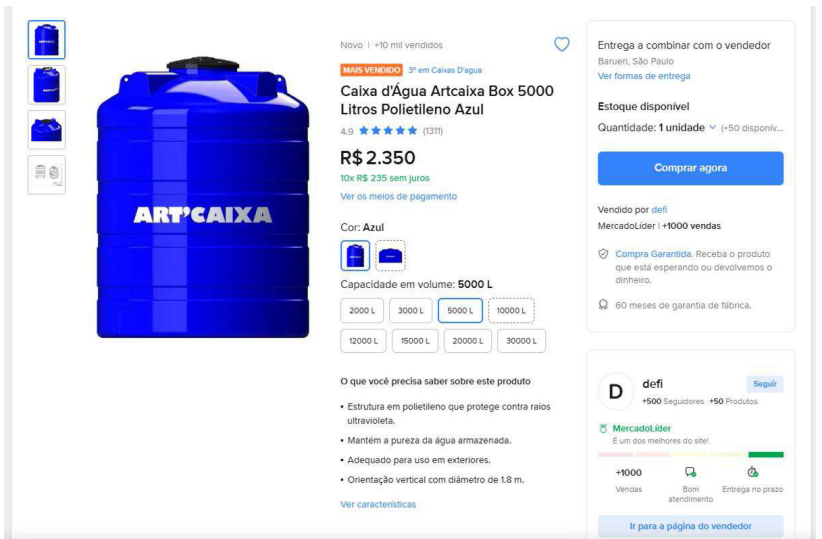
ASSUNTOS

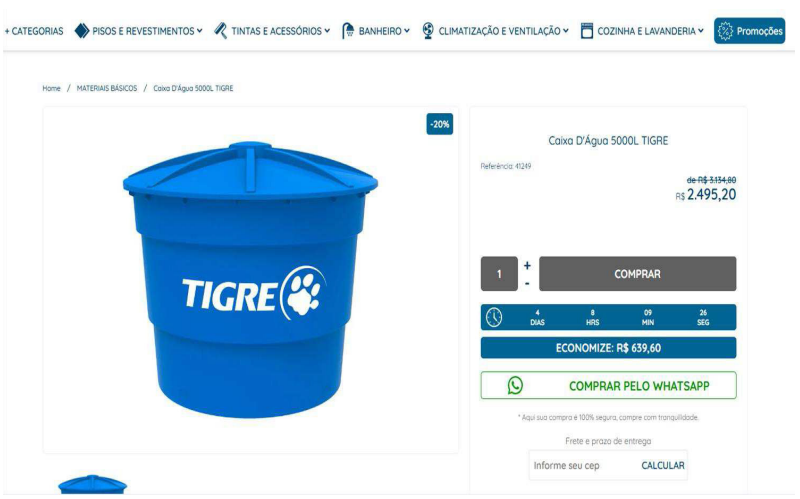
MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:56:33

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2722018 e o CRC 26B31B49.





Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	9	21/05/2026

ID: 2703534
CRC: 64497DCA
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 21/05/2026 13:13:49 Finaliza´²o: 21/05/2026 13:14:29

Processo Documento

MD5: D044DB6A6876E793FF4B9010BAA03E8D
SHA256: 80D750175EDAC640385B36EAE67F6FD93DE86AD993353C0BD7A8A853DD7038E5

Sßmula/Objeto:
Or´amento da caixa d'®gua

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMLIA -	J I-PARANA	RO	21/05/2026 13:13:49

ASSUNTOS

AQUISI¤ÚO DE MATERIAL PERMANENTE	21/05/2026 13:13:49

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2703534 e o CRC 64497DCA.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Planilha Or´ament®ria	09	27/05/2026

ID: 2722020
CRC: 953451EB
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:56:58 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:57:09

Processo Documento

MD5: FFC213928E1E9E61A245E7212678D816
SHA256: E5D5B563280FF09FE6A6C7C1E9CA5FCF34341C1026F023379D8BC0368C780474

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:56:58

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:56:58

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2722020 e o CRC 953451EB.

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 170/2026/NAT/ SUB-ADM /MP-RO

PROCEDIMENTO: 2024000200405281
REQUERENTE: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JI-PARANÁ
ÁREA DO CONHECIMENTO: SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA
ASSUNTO: VISTORIA NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIVER BEM
Nº DO PEDIDO ORIGINAL: 163/2026/LAUDUS

1 IDENTIFICAÇÃO

CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIVER BEM

ENDEREÇO: Rua São Luiz, 348, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO

CONTATO: (69) 99912-0111 (Celular e *WhatsApp*)

COORDENAÇÃO: Paula Gerlinski de Paula

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Segundas às quintas-feiras das 07h:30m às 17h:30min, e nas sextas-feiras das 07h:30 às 13h:30

2 PEDIDO

Trata-se de solicitação da 1ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná, considerando a informação prestada no RELATORIO-OM-AGNOM 00639, de vistoria psicossocial do NAT ao CCVB, a fim de que verifiquem os atendimentos que estão sendo realizados, com que periodicidade, se as diretrizes de atendimento da pessoa idosa estão sendo respeitadas, se há necessidade ou interesse pelos usuários do serviço, de inclusão de mais tipos de atendimento.

3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para subsidiar a elaboração deste relatório, procedeu-se visita institucional ao Centro de Convivência Viver Bem - CCVB, no dia 23/02/2026, entrevista com a coordenadora, Sra. Paula Gerlinski de Paula, e reunião com diversos servidores. Realizou-se, ainda, entrevista com idosos usuários do serviço, observações e registro fotográfico.

4 SERVIÇOS OFERECIDOS, RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA

O Centro de Convivência Viver Bem – CCVB é uma unidade pública do município de Ji-Paraná, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, e referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS São Francisco, compondo a Proteção Social Básica do SUAS. Atualmente, o CCVB possui aproximadamente 800 (oitocentos) idosos cadastrados no Serviço e, destes, em média, 400 (quatrocentos) estão participando das atividades com regularidade.

No local é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, previsto na

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032080 e CRC: 08D12E2B

MPRO Ministério Público do Estado de Rondônia em defesa da sociedade | NAT Núcleo de Análises Técnicas

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 170/2026/NAT/ SUB-ADM /MP-RO

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014, p.18), que é realizado em grupos, de acordo com o seu ciclo de vida, sendo, no caso do Centro avaliado, pessoas idosas, objetivando complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social, estimular e orientar os usuários.

Ainda de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o SCFV específico para pessoas idosas tem como foco:

> o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (MDS,2014, p.18).

Verificou-se que, são realizadas diversas oficinas e atividades no Centro de Convivência Viver Bem, além do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme segue:

- Hidroginástica: segundas às quintas-feiras, das 7h30 às 10h, sendo que este horário contempla 3 turmas diárias, e cada idoso participa duas vezes por semana;
- Ginástica de solo: segundas e quartas-feiras das 8h às 9h para todos os idosos que desejarem participar;
- Academia ao ar livre: sextas-feiras das 8h às 9h, atividade com orientação;
- Apoio pedagógico: segundas e quartas-feiras, das 8h às 10h, oficina com aproximadamente 20 idosos inscritos, oferece atividades pedagógicas de escrita, caligrafia, matemática, dentre outras;
- Coral: quartas-feiras, das 14h às 16h, com 22 idosos participantes;
- Pintura de tecido: terças-feiras, das 8h às 11h, com, aproximadamente, 15 idosos participantes;
- Pintura de tela: quintas e sextas-feiras, das 8h às 11h, com, aproximadamente, 15 idosos participantes cada turma;
- Jogos de mesa: sinuca, baralho e dominó, sendo uma atividade livre para uso de todos os idosos que se auto-organizam durante todo o horário de funcionamento do Centro, cerca de

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032080 e CRC: 08D12E2B

MPRO Ministério Público do Estado de Rondônia em defesa da sociedade | NAT Núcleo de Análises Técnicas

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 170/2026/NAT/ SUB-ADM /MP-RO

15 a 20 idosos participam dessas atividades regularmente;

- Baile: realizado nas últimas sextas-feiras do mês, das 7h30 às 14h30, durante o qual é ofertado café da manhã e almoço para todos os participantes;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: são realizados três grupos (Fortalecendo Laços, Convivendo com Amor e Convivendo com Alegria) com periodicidade quinzenal, sendo um grupo nas quintas-feiras das 8h às 9h e dois grupos nas sextas-feiras das 8h às 9h. As atividades do SCFV seguem as orientações da Cartilha do MDS.

Além das atividades destacadas, são ofertadas palestras de temáticas diversas, com palestrantes convidados, atendimentos continuados individuais e para a família, visitas domiciliares, encaminhamentos para atendimentos na rede socioassistencial como CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em caso de violação de direitos, orientações diversas, aferimento de pressão diariamente, dentre outras.

Para participar das atividades físicas é preciso realizar consulta médica e ter liberação, sendo necessário apresentação do atestado médico ao CCVB e renovar a cada ano.

No que diz respeito à atenção à saúde dos idosos, há um médico disponível para atender os idosos que precisam de consulta ou da avaliação física para as atividades físicas, duas vezes por semana, na Divisão de Vigilância Epidemiológica, sendo os idosos deslocados pela equipe do Centro, em veículo institucional. Além disso, os idosos que necessitam são encaminhados para atendimento na Unidade Básica de Saúde Nova Brasília e são realizadas campanhas periódicas de vacinação e outras, no próprio CCVB, com a equipe da UBS.

Diariamente, o CCVB também oferece alimentação aos usuários do serviço, com café da manhã e da tarde, compostos por frutas, torradas, pães, bolachas, bolos, café, chá e outros lanches. Estão com alimentos suficientes, fornecidos pela administração municipal e recebem, semanalmente, variedades de frutas, verduras, legumes, peixes, castanhas através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Além disso, distribuem uma "cestinha verde", com os alimentos do PAA para os idosos.

Atualmente, o CCVB dispõe de um micro-ônibus que funciona com rotas diárias, de manhã e à tarde, para buscar e levar os idosos das atividades. Assim, o idoso só precisa se deslocar até o local mais próximo da rota do veículo.

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032080 e CRC: 08D12E2B

MPRO Ministério Público do Estado de Rondônia em defesa da sociedade | NAT Núcleo de Análises Técnicas

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 170/2026/NAT/ SUB-ADM /MP-RO

4.1 RECURSOS HUMANOS

Em relação à composição dos recursos humanos, verificou-se que o CCVB possui em seu quadro, os seguintes profissionais:

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGIME DE CONTRATO
Paula Gerlinski de Paula	Ensino Superior (Fisioterapeuta)	Coordenadora	Estatutária
Arlete Lima dos Santos	Ensino Médio	Cozinheira	Comissionada
Eliane de Souza	Ensino Superior	Professora (hidroginástica e outras atividades físicas)	Comissionada
Glenda Cristina	Ensino Médio	Auxiliar de cozinha	Terceirizada
Izabel Monteiro	Ensino Médio	Auxiliar administrativo	Comissionada
Janiele Shockness	Ensino Superior (Enfermeira)	Orientadora Social	Comissionada
Luciana Cristina	Ensino Superior (Pedagoga)	Orientadora Social	Comissionada
Adilene Santos	Ensino Médio	Orientadora Social	Comissionada
Eliana Mendes		Oficineira	Comissionada
Salésio Luiz Fonseca	Ensino Fundamental Incomp.	Auxiliar de serviços gerais e músico do coral	Comissionado
Madalena Barbosa	Ensino Médio	Auxiliar administrativo e instrutora do coral	Efetiva cedida de outro município
Gleiciene Rangel	Ensino Médio	Serviço de limpeza	Terceirizada
Orlando	Ensino Médio	Motorista	Terceirizado
Olzina Batista	Ensino Superior (Assistente Social)	Técnica do SCFV	Estatutária

4.2 INFRAESTRUTURA

Atualmente, o CCVB é composto pelos seguintes espaços físicos: três (03) salas (coordenação, sala de triagem, e sala multiuso), um (01) almoxarifado, um (01) banheiro para servidores, dois (02) banheiros para o público (masculino e feminino), um (01) banheiro com acessibilidade para pessoas com deficiência, uma (01) cozinha, duas (02) despensas, dois (02) vestuários na área da piscina, uma (01) área externa de jogos, um (01) salão: espaço aberto para eventos/bailes, espaço para exercícios ao ar livre. Ainda, há um terreno lateral utilizado como estacionamento, onde está prevista uma ampliação do prédio, no futuro.

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032080 e CRC: 08D12E2B

Observou-se que todos os ambientes estavam com ótimas condições de higiene e organização, entretanto, necessitam de diversas melhorias na infraestrutura, que serão pontuadas posteriormente neste documento.

Estão com um micro-ônibus exclusivo para o CCVB, para o deslocamento dos idosos.

5 CONSIDERAÇÕS FINAIS

Mediante ao exposto, identificou-se que o Centro de Convivência Viver Bem é um Serviço vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São Francisco, está funcionando regularmente e ofertando diversas atividades aos idosos que estão vinculados ao serviço, como grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atividades físicas em solo, piscina e academia ao ar livre, jogos diversos, coral, pintura, baile mensal, dentre outras. Atualmente, há aproximadamente quatrocentos idosos participando do CCVB regularmente.

Durante a visita destas analistas, havia diversos idosos participando de atividades físicas em solo, jogando sinuca e baralho.

Além das atividades, os idosos são encaminhados, conforme necessidade, para atendimentos na rede socioassistencial e de saúde, são ofertados lanches diários (café da manhã e da tarde). Em caso de identificação de violações de direitos, a equipe auxilia a pessoa idosa na denúncia e encaminham ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Foram entrevistados alguns idosos presentes no local, sendo que todos elogiaram as atividades ofertadas no CCVB, demonstrando interação positiva com a equipe. As maiores queixas dos idosos são referentes a necessidade de melhorias no espaço físico, como conserto do piso na área dos jogos, onde possui diversas irregularidades. Observou-se que o piso nesse local é de concreto simples (sem revestimento) e, conforme os entrevistados, já foi consertado diversas vezes, mas continua irregular. Em outros locais também há irregularidades no piso. Necessidade de substituição das mesas de sinuca que são antigas e cedidas, e estão desniveladas, bem como fornecimento de mesas para jogos como baralho e dominó.

Foi informado, ainda, que a maior demanda dos idosos, em relação às atividades ofertadas, é para participar da hidroginástica, sendo que as turmas existentes são insuficientes para atender todos que desejam realizar essa atividade. Atualmente, as aulas ocorrem somente no período da manhã, e precisam de mais um profissional capacitado para atender no período vespertino para ser

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032040 e CRC: 0B5D1E2D

possível aumentar a oferta. Ressalta-se que havia um profissional no período vespertino no ano anterior, que foi desligado do CCVB, por isso houve a redução das turmas que podem ter, no máximo, 25 alunos cada. Foi informado que há previsão da inserção desse profissional e do retorno das aulas vespertinas a partir de março.

Verificou-se, ainda, que uma das maiores e mais urgentes necessidades do Centro é referente à estrutura física, que é insuficiente para todos os profissionais e atividades ofertadas no local, limitando a oferta e ampliação das vagas. Por exemplo, há somente uma sala para atividades em grupo, como coral, pintura, oficinas, dentre outras, inviabilizando que mais de uma dessas atividades ocorram ao mesmo tempo e tal sala é muito pequena, sendo insuficiente para a quantidade de participantes. Também não há sala para atendimento individual.

De acordo com informações, já há um projeto de reforma e ampliação do local, sendo que há um terreno ao lado onde há espaço suficiente para as implementações necessárias.

Assim, segue as necessidades de melhorias identificadas:

1. Reforma e ampliação do local, incluindo a melhoria do piso e da climatização da construção já existente;
2. Em relação aos recursos humanos, inserção de mais um profissional capacitado para ser instrutor das aulas de hidroginástica no período vespertino;
3. Fornecimento de dois aparelhos de ar-condicionado, um para a sala de apoio pedagógico que não está funcionando e o outro para uma nova sala (almoxarifado que será utilizado como sala de atendimento);
4. Disponibilização de um bebedouro industrial, uma impressora colorida (atualmente o CCVB não possui nenhuma), uma caixa de som pequena para as atividades, trinta mesas plásticas para os dias de eventos como almoços e baile, pois as que possuem são insuficientes;
5. É necessária a aquisição de três mesas de sinuca. As mesas atuais são cedidas, estão muito danificadas e desniveladas;
6. Aquisição de mesas para jogos (baralho, dominó);

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032040 e CRC: 0B5D1E2D

7. Aquisição de TV de, pelo menos, 55 polegadas, e datashow com telão para palestras e outras atividades;
8. Inserção de dois exaustores grandes para a cozinha;
9. É necessária a colocação de dois climatizadores na área aberta onde realizam as atividades e eventos. Atualmente, várias atividades são inviabilizadas no período vespertino, em virtude do calor e falta de climatização do local. Também é possível avaliar se a instalação de telhas termoacústicas seriam efetivas para essa melhoria;
10. Instalação de portão eletrônico para acesso de carros, possibilitando que idosos estacionem em local mais seguro, visto que muitos utilizam veículo próprio.

Deste modo, sugere-se oficiar a Secretaria Municipal de Assistência Social e Família – SEMASF, sobre as necessidades identificadas, bem como a Administração Municipal, acerca do projeto de reforma e ampliação do Centro e informações sobre a previsão de sua execução.

Caso a Excelentíssima Promotora de Justiça considerar necessário, para melhor embasar as necessidades de melhorias infraestruturais identificadas, sugere-se solicitar avaliação do local, pelo Engenheiro Civil do Núcleo de Análises Técnicas – NAT/MPRO.

6 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Figura 1 - Espaço de realização das atividades. Momento de ginástica em solo (este local que necessita ser climatizado)



Figura 2 - Piscina onde ocorrem as aulas de hidroginástica

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032040 e CRC: 0B5D1E2D



Figura 3 - Área dos jogos



Figura 4 - Sala de atividades grupais



Figura 5 - Sala da coordenação e outros técnicos



Figura 6 - Sala da triagem também utilizadas pelos técnicos



Figura 7 - Cozinha



Figura 8 - Espaço de circulação entre a cozinha, as salas e a área das atividades

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2032040 e CRC: 0B5D1E2D

MPRO Ministério Público do Estado de Rondônia em defesa da sociedade | NAT Núcleo de Análises Técnicas

RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 170/2026/NAT/ SUB-ADM /MP-RO



Figura 9 - Academia ao ar livre e espaço disponível para ampliação



Figura 10 – Banheiro feminino



Figura 11 - Banheiro para PCD



Figura 12 - Piso danificado

Não havendo mais nada a relatar, encerra-se o presente Relatório de Vistoria Técnica para consideração do Excelentíssima Promotora de Justiça.

Ji-Paraná, 24 de fevereiro de 2026.

Patrícia D. Marques de Souza Haag
Analista em Psicologia| CRP24/00908

Ivania Prosenewicz
Analista em Serviço Social |CRESS 23ª/RO 0454

Parecer assinado eletronicamente em 24/02/2026 às 11:56 por
Ivania Prosenewicz - cadastro 44600, analista em Serviço Social.
Patrícia Dayane Marques de Souza Haag - cadastro 44702, analista em Psicologia.
A autenticidade deste documento pode ser conferida em https://laudus.mpro.mp.br/nat/publico/validador.xhtml informando o código verificador 4470212606.
ID: 2652040 e CRC: 06D13E20

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Parecer T¶cnico	MP	27/05/2026

ID: 2722021
CRC: 05BCD3C9
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 11:57:21 Finaliza´²o: 27/05/2026 11:57:36

Processo Documento

MD5: 2BF691E310476FC5F5E9EEF22D7847D6
SHA256: AB124F543B2E542409864AB0C89816B6EEDBE738B8E58ABFCE518C9B2F93BABE

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 11:57:21

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 11:57:21

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2722021 e o CRC 05BCD3C9.

D: 3051860 e CRC: 64B04393

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Parecer	tecnico MP	04/05/2026

ID: 2652040
CRC: 06D13E20
Processo: 1-8762/2026
Usu®rio: ALANDES DA SILVA SOARES
Cria´²o: 04/05/2026 12:16:11 Finaliza´²o: 04/05/2026 12:18:08

Processo Documento

MD5: D022B5CD8036069793557D4A0CCF7C2D
SHA256: B628E7C15BCFC0208A6B89328DBD9F47AD95D949630CB83053A904A3D17965C1

Sßmula/Objeto:
PARECER

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	04/05/2026 12:16:11

ASSUNTOS

AQUISI¤ úO DE MATERIAL PERMANENTE	04/05/2026 12:16:11

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2652040 e o CRC 06D13E20.

D: 2652040 e CRC: 06D13E20

Centro de Convivência Viver Bem

Centro de Convivência Viver Bem

PROJETO

CONECTANDO GERAÇÕES

ABRIL, 2026

D: 2652040 e CRC: 06D13E20

1. **Introdução**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), sendo regulamentado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Este serviço tem como finalidade prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover o desenvolvimento de potencialidades dos usuários, considerando as especificidades de cada ciclo de vida.

De acordo com a PNAS, a assistência social deve assegurar a convivência familiar e comunitária, reconhecendo o indivíduo em sua integralidade e inserção no território. Nesse sentido, o SCFV configura-se como espaço estratégico de socialização, acolhimento e construção de relações, especialmente para indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define o SCFV como um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, com foco no fortalecimento de vínculos, no desenvolvimento de habilidades e na ampliação do acesso a direitos. Ressalta-se ainda que o serviço deve contemplar diferentes faixas etárias, promovendo, sempre que possível, a convivência intergeracional como forma de troca de experiências, valorização das histórias de vida.

No âmbito da Vigilância Socioassistencial, que orienta a organização das ofertas a partir da leitura das vulnerabilidades e potencialidades do território, observa-se que o público atendido no Centro de Convivência Viver Bem composto não apenas por idosos, mas também por outras faixas etárias, apresenta demandas relacionadas ao isolamento social, fragilização de vínculos, dificuldades de interação social e necessidade de espaços de convivência qualificados.

D: 3032060 e CRC: 67BD8399

Diante desse cenário, a continuidade das atividades como jogos de mesa, práticas lúdicas e baile dançante mostra-se coerente com as diretrizes do SCFV, ao promover o convívio social, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e físicas. Essas ações favorecem a inclusão social, estimulam o protagonismo dos usuários e possibilitam a construção de experiências significativas no coletivo. Além disso, ao incorporar a perspectiva intergeracional, o projeto amplia seu alcance e potencial de impacto, promovendo o respeito às diferenças, a solidariedade entre gerações e o fortalecimento da convivência comunitária, conforme orienta a PNAS.

Assim, o presente projeto fundamenta-se nos princípios da LOAS, nas diretrizes da PNAS e nas orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, constituindo-se como uma estratégia de promoção da proteção social básica, prevenção de riscos e fortalecimento de vínculos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários do Centro de Convivência Viver Bem.

2. **Justificativa**

A realidade social de muitos usuários do SCFV evidencia situações de vulnerabilidade relacionadas ao isolamento social, à fragilização de vínculos familiares e comunitários e à ausência de espaços de convivência qualificados.

Nesse sentido, a oferta de atividades estruturadas de convivência e lazer torna-se essencial para a promoção da inclusão social, do protagonismo e da melhoria da qualidade de vida.

As atividades propostas neste projeto estão alinhadas às diretrizes da LOAS, da PNAS e da Tipificação Nacional, ao promoverem o fortalecimento de vínculos, o desenvolvimento de habilidades e a prevenção de situações de risco social, contribuindo diretamente para os objetivos do SCFV.

3. **Objetivo Geral**

D: 3032060 e CRC: 67BD8399

Promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a convivência social e o bem-estar dos usuários do SCFV, por meio de atividades lúdicas, culturais e intergeracionais.

3.1. Objetivos Específicos

- Estimular a convivência social e a interação entre os usuários;
- Fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- Promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico;
- Incentivar a participação ativa e o protagonismo dos usuários;
- Reduzir situações de isolamento social;
- Desenvolver ações intergeracionais;
- Valorizar saberes, experiências e cultura dos participantes.

4. **Metodologia**

O projeto será desenvolvido por meio de atividades coletivas, organizadas em grupos, respeitando as especificidades de cada faixa etária e promovendo momentos de integração intergeracional, conforme preconizado pelas diretrizes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

As ações serão conduzidas de forma participativa, considerando os interesses, limites e potencialidades dos usuários, com foco no fortalecimento de vínculos, na convivência social e no desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se os jogos de mesa, como dominó, baralho, xadrez e sinuca, que têm como objetivo estimular a memória, o raciocínio lógico, a concentração e a interação social, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e a socialização dos participantes.

O baile dançante e as atividades musicais, realizadas com música ambiente ou ao vivo, têm como finalidade promover a prática de atividade física leve, estimular a expressão corporal, proporcionar bem-estar emocional e fortalecer a convivência entre os usuários.

D: 3032060 e CRC: 67BD8399

As atividades socioculturais, como oficinas temáticas, palestras educativas, sessões de cinema e exposições de trabalhos, visam estimular a aprendizagem, a criatividade, a troca de experiências e a valorização pessoal, promovendo o protagonismo e a inclusão social dos participantes.

Todas as atividades são planejadas de forma contínua e adaptadas conforme as necessidades do grupo, garantindo acessibilidade, participação e o alcance dos objetivos propostos pelo serviço.

5. **Recursos Necessários**

5.1. Aquisição dos Materiais:

item	Descrição do material	Quantidade
01	BAG para violão	01 UN
02	Cabo para instrumento musical 0,20 mm2-P10 – preto metal L= 10m.	02 UN
03	Cabo de linha com conexão de canon macho para canon fêmea. 1 metro	06 UN
04	Caixa De Som Profissional	02 UN
05	Misturador de Som de 16 canais, em tempo real.	01 UN
06	Microfone sem fio profissional. Faixa de frequência de 30 Hz a	06 UN
07	Microfone duplo	06 UN
08	Microfone auricular, UHF – 700 PRO	01 Und
09	Projetor Wi Fi, Full H,D 5200 LUMENS	01 UN
10	Suporte Guit	01 UN
11	Suporte para caixas de som profissional	02 UN

D: 3032060 e CRC: 67BD8399

12	**Violão Profissional.**	**01 Und**

5.2. Outros Materiais necessários:

item	Descrição do material	Quantidade
01	**Ar condicionado inverter de 18000 btus - frio**	02 UN
02	**Bebedouro industrial inox 100 com filtro e 3 torneiras**	01 UN
03	**Climatizador Industrial de até 200 metros cúbicos, 130 litros portátil**	02 UN
04	**Caixa d'água de 5.000 litros**	01 UN
05	**Jogos de mesa de plástico com 04 cadeiras**	40 jogos
06	**Impressora colorida 3x1 mutifuncional, ecotank – L3250. Wi fi, Bivolt. Cor preta**	01 UN
07	**Mesa redonda com tampão.** Material madeira maciça, medindo 1.18x1.18 cm	03 UN
08	**Mesas de bilhar com kit de tacos e bolas.** Especificações: Mesa de Bilhar Comercial Cônica em compensado laminado, revestido em fórmica. Medidas: 2.30 x 1.30	02 UN
09	**Smart TV 55 polegadas 4K UHD**	01 UN
10	**Tela de projeção Com Tripé.** Tamanho: 97 Polegadas Retratil Branco Multi. Dimensões do prouto 19Lx200A centímetros. Material: aço inoxidável.	01 UN
11	**Violão Profissional.** Material do diapasão: Louro indiano, acabamento do corpo: Acetinado; Orientação da mão: Destro. Tampa de abeto. Acabamento de acetinado. Forma do corpo: dreadnought	01 UN

6. Cronograma

Dias de atendimento	Atividades
Segunda-feira a quinta-feira	Jogos de mesa (sinuca, baralho e domino)
Segunda-feira a quinta-feira	Atividade fisica (hidroginastica e atividade no solo)
Segunda-feira a quinta-feira	Pintura em tela e pintura em tecido
Quinta - Feira e Sexta - feira	Encontros do SCFV
Toda última sexta - feira	Baile dançante
De Segunda a sexta-feira	Pesquisa de Cad único; emissão de carteira Passe-Livre federal; elaboração de documentos adminstrativos; atendimentos de impressão de imagens para oficinas, confecção de carteiras e cadastros para novos assistidos entre outros serviços.

7. **Observação**:

O Centro de Convivência Viver Bem dispõe de uma agenda previamente estruturada para a organização e o controle das palestras educativas, as quais são realizadas, em média, quatro vezes ao mês. Essas ações são planejadas de forma contínua, abordando temáticas relevantes voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida, cidadania e bem-estar dos usuários, contribuindo para o fortalecimento das ações socioeducativas no âmbito do SCFV.

8. Adequações e melhorias necessárias no CCVB

Para a efetiva execução das atividades propostas, faz-se necessário o investimento em melhorias na estrutura física e nos recursos materiais do Centro de Convivência Viver Bem.

As adequações visam garantir um ambiente seguro, acessível, acolhedor e funcional, conforme as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, assegurando qualidade na oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

9. Principais demandas identificadas:

- Aquisição de mesas adequadas;
- Implantação ou melhoria do espaço destinado aos jogos (sinuca, dominó, baralho);
- Aquisição de equipamentos de som de melhor qualidade;
- Organização e conrforto do espaço específico para atividades culturais, danças e palestras;
- Materiais de apoio para oficinas e atividades socioculturais;
- Resultados Esperados com as Melhorias;
- Melhoria na qualidade das atividades ofertadas;
- Aumento da participação e permanência dos usuários;
- Maior conforto, segurança e acessibilidade;
- Melhor acolhida no Serviço de Fortalecimento de vínculo entre usuários e serviço;
- Ampliação das ações intergeracionais;
- Valorização do espaço do Centro de Convivência.
- Melhoria de serviços administrativos e de atendimento ao usuário.

10. Avaliação

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando:

- Participação dos usuários;
- Qualidade das atividades desenvolvidas;
- Satisfação dos participantes;
- Impacto das melhorias no funcionamento do serviço.

11. Considerações Finais

A proposta de melhoria do espaço do Centro de Convivência Viver Bem visa qualificar a oferta do SCFV, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades que promovam a convivência, o fortalecimento de vínculos e a qualidade de vida dos usuários.

Trata-se de um investimento social essencial, que contribui para a efetivação das políticas públicas de assistência social e para a promoção de um atendimento mais humanizado e eficiente.

12. Referências Bibliograficas

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Vigilância Socioassistencial: garantia do caráter público da política de assistência social. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Brasil.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Projeto	Conectando Gera´Þes CCVB 2026	27/05/2026

ID: 2722058
CRC: 877E8479
Processo: 0-0/0
Usu®rio: THAIRES CRISTINA DA SILVA MOTA DOS SANTOS
Cria´²o: 27/05/2026 12:00:02 Finaliza´²o: 27/05/2026 12:00:59

Processo Documento

MD5: AAF6DC6435CD33A4C9610B414BBB4BE9
SHA256: 96E44B37932E6FB62F237D8EA9DF4AAC0B0BF1FCE11A24B963E61FDBE8DE1AE9

Sßmula/Objeto:
Solicitando a autoriza´²o para o uso do Recurso do CMDCI

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	27/05/2026 12:00:02

ASSUNTOS

MEMORANDO CIRCULAR	27/05/2026 12:00:02

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 75	27/05/2026	2721672

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2722058 e o CRC 877E8479.

ID: 3051860 e CRC: 64B04393

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

ATA Nº 12 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ (CMDPI). Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná (CMDPI), com a presença dos **Representantes Governamentais:** Maria Judith Gonçalves dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Suplente); Cristiano Terto da Silva (SEMED – membro titular); Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF – membro titular); Marlene Piovezan (SEMUSA); Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF – membro titular). Presentes também os **Representantes da Sociedade Civil:** Crispim Bispo Reis dos Santos (Sociedade Civil – membro titular); Celma Alves Pinto (GAAJIPA - membro suplente) e Maria Nilza Gonçalves de Sá (Sociedade Civil). O Presidente Crispim Bispo Reis dos Santos, deu início à reunião, às 8h16, dando as boas-vindas a todos os presentes e, foi submetido à aprovação da plenária a disponibilização de link através de aplicativo digital Google Meet para participação de conselheiros com dificuldade de locomoção, sendo aprovado pelos presentes e participaram através do link: < https://meet.google.com/svb-yntk-jpx>, participaram as conselheiras Rosimeire Virgílio dos Santos (Evolução Instituto – membro titular); Laurita Soté (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro titular); após a aprovação da pauta, passou às deliberações. **Pauta 1 - Andamento dos trabalhos das comissões:** Foram apresentadas as dificuldades dos conselheiros quanto ao início dos trabalhos e participação dos conselheiros nas comissões. Ficou deliberada a substituição automática dos conselheiros ao serem substituídos por decreto com a finalidade de dar celeridade aos trabalhos das comissões, sendo aprovado por todos os presentes. Foi debatida a necessidade dos membros instigarem e garantirem os trabalhos nos grupos a fim de dar andamento nas comissões e a responsabilidade compartilhada de todos na garantia dos trabalhos. Tratou-se ainda da necessidade de registro dos trabalhos para fins de legalidade nas ações e da partilha dos andamentos das ações junto às plenárias. **Pauta 2 – Reunião com o MP e Mesa diretora**: Foi lida a Ata de Reunião N. 000050/2026 - 1ª PJ - JPA e esclarecido que devem ser priorizados os trabalhos elencados e enfatizada a necessidade de publicização das ações do colegiado junto à sociedade. Foi esclarecido que a reunião foi provocada pelo CMDPI com a finalidade de alinhamento institucional e a reunião foi avaliada como frutífera. Após fecundo debate e discussão entre os conselheiros foi deliberado que a ata será disponibilizada para conhecimento de todos os conselheiros através de grupo de whatsapp. **Pauta 3 – Atualização de membros das comissões:** Foi reiterada a deliberação anterior referente à substituição automática dos membros alterados por decreto e deliberada a inclusão da conselheira Maria Nilza e do conselheiro Cristiano Terto na comissão de visitas. **Pauta 4 – Comissão para análise de prestação de contas:** Foi esclarecido que a prestação de contas do fundo é encaminhada mensalmente ao colegiado para análise, manifestação e aprovação. Os conselheiros já manifestaram preocupação quanto à dificuldade de interpretação técnica dos termos e como recomendado em reunião com o MP, ficou deliberada a instituição de comissão técnica para análise. Foi discutida a importância de constar nos relatórios as atas e resoluções de aprovação de contas do colegiado para otimizar a análise da plenária. Também foi deliberada a necessidade de dicotomia das contas e recursos para melhor compreensão dos valores. Ficando instituída a comissão de análise da prestação de contas com os seguintes conselheiros: Rosimeire Virgílio, Crispim Bispo, José Nogueira e Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira. **Pauta 5 – Vacância secretário da mesa diretora:** Foi explicada a substituição da conselheira Rosângela 1º secretária da mesa diretora e lido o Regimento interno em seu Art. 3º § 2º que determina que a suplente assume a titularidade sendo eleito novo suplente. Após aprovação do colegiado foi aberta votação. O conselheiro Cristiano Terto foi eleito por unanimidade sendo o novo 2º secretário da mesa diretora. **Pauta 6 – Informes:**

ID: 3051861 e CRC: 322699AB

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	11	26/09/2026

ID: 3051860
CRC: 64B04393
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 12:36:19 Finaliza´²o: 26/09/2026 12:36:27

Processo Documento

MD5: 3E47B63AB10DFF4A8C4055BB9E92D11B
SHA256: 5055ABB9E4CBB096ECEE91F1B279330DB44284A1877D37FC942F11D0550CE46F

Sßmula/Objeto:
CMDPI - solicita publica´²o das atas 9 a 12 cmdpi

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	26/09/2026 12:36:19

ASSUNTOS

AUTORIZA¤ÚO DE PUBLICA¤ÚO	26/09/2026 12:36:19

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 322	26/09/2026	3051857

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051860 e o CRC 64B04393.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

Foi lido o convite para o Seminário "Envelhecer em família" e informado que a Casa dos Conselhos participará no apoio técnico e administrativo e reforçada a importância da participação dos conselheiros no evento. Foi discutido sobre o Selo Empresa Amiga do Idoso, iniciativa que muito interessa o conselho e que será pauta da próxima plenária. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente encerrou a reunião às 09h49. Eu, Ana Paula da Silva Albuquerque, Casa dos Conselhos, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

Ji-Paraná/RO, 26 de agosto de 2026.

Relação Nominal em conformidade com o Decreto N. 1386, de 25 de agosto de 2026.

Representantes do Poder Público	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Titular)	
Maria Judith Gonçalves dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Suplente)	
Rosana Pereira Lima (Câmara Municipal de Vereadores -membro titular)	
Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira (Câmara de Vereadores - membro Suplente)	
Marlene Piovezan (SEMUSA – membro titular)	
Dione Simão de Lima Soares (SEMUSA – membro suplente)	
Cristiano Terto da Silva (SEMED – membro titular)	Cristiano Terto da Silva
Franciele Capetini Farias (SEMED – membro suplente)	
Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF – membro titular)	Prince Emanoelle

ID: 3051861 e CRC: 322699AB

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

Luana Meireles de Cândido (SEMASF – membro suplente)	
Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF – membro titular)	
Eliel Pereira (SEMASF – membro suplente)	
Representantes da Sociedade Civil	
Crispim Bispo Reis dos Santos (Sociedade Civil – membro titular)	
José Alves Nogueira (Sociedade Civil – membro suplente)	
Maria Nilza Gonçalves de Sá (Sociedade Civil – membro titular)	
Carmelinda Aparecida dos Santos Nunes (Sociedade Civil – membro suplente)	
Eraldo Francisco de Lima (Sociedade Civil – membro titular)	
Liduina Alves Vieira (Sociedade Civil – membro suplente)	
Rosimeire Virgílio dos Santos (Evolução Instituto – membro titular)	
Adelia Andrade Machado (Evolução Instituto – membro suplente)	
Laurita Soté (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro titular)	
Jamile Lopes Lima Bressiani (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro suplente)	
Celma Alves Pinto (GAAJIPA - membro titular)	
Mireia de Oliveira Dorado (GAAJIPA - membro suplente)	

ID: 3051861 e CRC: 322699AB

Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade

1ª PROMOTORIA DE JI-PARANÁ
JI-PARANÁ/RO

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 20260000200409189

ATA DE REUNIÃO Nº 000050/2026 - 1ª PJ - JPA

1. APRESENTAÇÃO

Data: 21/08/2026 **Horário:** 08h30m

2. PARTICIPANTES

Mesa Diretora do CMDPI, conforme lista anexa

3. OBJETO

Apresentação da Mesa

4. OCORRÊNCIAS

5. RESUMO

Aberto os trabalhos, foi apresentada a nova mesa diretora do CMDPI, sendo que o Presidente informou que já realizaram uma reunião do Conselho após as eleições, que já estão tomando ciência das demandas, bem como já estão formando as comissões.

Esta promotora enfatizou a prioridade que o Conselho deve dar aos seguintes assuntos:

- Elaboração do fluxo de atendimento do Programa Envelhecer em Família;

- Elaboração do edital e da regulamentação para que entidades possam utilizar os recursos do Fundo Municipal da Pessoal Idosa, sendo que foi levantado pelo Conselho a necessidade que esta elaboração seja realizado junto com um grupo de trabalho contendo a parte jurídica e de controladoria do município, visto que se não estiverem alinhados, dificulta a destinação e a prestação de contas das entidades que utilizam estes recursos.

Assim, ficou acordado que, CMDPI irá repassar os nomes da integrantes da Comissão da elaboração desta legislação e edital, e esta promotora solicitará a Prefeitura a criação de um grupo de trabalho.

- Montagem de Cronograma de Visitas em entidades que realizam atividades com pessoas idosas, sendo que o CMDPI informou que irá montar comissão e cronograma de visitas no prazo de 30 dias.

- Reuniões e participações - foi salientado a importância de manter o calendário de reuniões mensais, com a participação de todos os conselheiros, devendo ser comunicados e se for o caso advertido os faltosos sem justificativa.

- Prestação de Contas - CMDPI informou que esta tendo dificuldades em analisar a prestação de contas apresentada pela SEMASF, que ficaram de elaborar um comissão para análise destas contas bem com para realizar as considerações necessárias a SEMASF para melhorar as informações relativas a prestação de contas.

Após a discussão dos referidos assuntos, esta promotora se colocou a disposição do CMDPI para no que possa auxiliar e agradeceu a presença dos mesmos.

6. DELIBERAÇÕES

Encaminhe a referida ata no email do CMDPI;

Oficie ao CMDPI para que envie os nomes dos integrantes da Comissão de elaboração do edital e resoluções para utilização do recursos do Fundo Municipal por entidades. Prazo de 10 dias.

Assinado eletronicamente por:
Josiane Alessandra Mariano Rossi, Promotora de Justiça, cadastro 21490

ID: 3051861 e CRC: 322699AB

Documento assinado eletronicamente em 21/08/2026 às 11:01. A autenticidade pode ser conferida em https://centraldeassinaturas.mpro.mp.br/verifica/1e98bfa9-3f97-4d98-be47-e8e049e768e8

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI
Lei municipal nº 939 de 21 de setembro de 1999.

CASA DOS CONSELHOS

Lista de presença da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná, realizada em 26/08/2026, às 8h nas dependências da Sala de Reunião da Casa dos Conselhos.

NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
Cleyciane [illegible]	Presidente	
Maria Judite [illegible]	Conselh. Gabi Batista.	
Cristiano Costa da Silva	Comunicação / SEMED	
Celma Alves Pinto	GAAJIPA	
Marlene Rovegan	Semusa	
Pedro Emanuel [illegible]	SEMASF	
Liliane dos Santos [illegible]	Semasf	
[illegible]	SSA (CCVB)	

CASA DOS CONSELHOS - AVENIDA JI-PARANÁ, N. 615, BAIRRO URUPÁ - JI PARANÁ/RO
cmpi.ijpa@gmail.com - whatsapp: (69) 9 9908-9910

ID: 3051861 e CRC: 322699AB

SEMASF
Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

Ji-Paraná, 21 de agosto de 2026.

Da Secretaria de Assistência Social e Família de Ji-Paraná – SEMASF

Às Organizações da Sociedade Civil – Casa dos Conselhos de Direitos.
Senhora Ana Paula Albuquerque
Secretária Executiva

Assunto: Convite para o **Seminário Envelhecer em Família**.

Senhora.

Ao cumprimentá-la, cordialmente, convidamos as Organizações da Sociedade Civil que compõem os Conselhos de Direitos desta Casa dos Conselho para participar do Seminário Municipal Envelhecer em Família voltado à Pessoa Idosa.

A realizar-se no dia 01 de setembro de 2026 às 7h30, no formato presencial, no Auditório do Ministério Público, situado à Avenida 06 de maio, 485, bairro Urupá.

Estende-se a todos os Conselhos nesta Casa inscritos.

O município de Ji-Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família – SEMASF, ficará honrado com a vossa participação no evento e agradece a disponibilidade ao convite.

Por gentileza, confirmar presença neste email até 27/08/26
sapi.jipa@gmail.com

Gilson Lopes Soares
Diretor da Proteção Social Especial
Decreto Nº2750/PMJP/2025.

SAPI - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Pessoas Idosa
Rua Miguel Galdino, 85, Jd dos Migrantes 76.900-804 Ji-Paraná/RO
sapi.jipa@gmail.com (69) 9.9350-4277

D: 3051861 e CRC: 322699AB

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	12	26/09/2026

ID: 3051861
CRC: 322699AB
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 12:39:47 Finaliza´²o: 26/09/2026 12:39:55

Processo Documento

MD5: F6D443283C19B53B151109FFBF261CFE
SHA256: 11AA32A7CD5EEE4FC99B305F100F4065977EC2ACD159610EEBE6E06372405561

Sßmula/Objeto:
CMDPI - solicita publica´²o das atas 9 a 12 cmdpi

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	JI-PARANA	RO	26/09/2026 12:39:47

ASSUNTOS

AUTORIZA¤ûO DE PUBLICA¤ûO	26/09/2026 12:39:47

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 322	26/09/2026	3051857

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051861 e o CRC 322699AB.

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2026/PMJP-RO.

O Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, da Pregoeira (a) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto é aquisição de solução fisiológica, visando a atender as demandas da Gerência de Assistência Farmacêutica e do Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos. **Processo Administrativo n° 1-12042/2026 – SEMUSA. Valor Total Estimado: R$ 1.875.688,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e oito reais) Data de Abertura: 14/10/2026**. **Horário: 09hs30min** (Horário de Brasília-DF). **Local:** Endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br/ Outras informações: http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/.

Ji-Paraná/RO, 28 de setembro de 2026.

Neurizete dos Santos
Gerente Geral
Decreto 2371//GAB/PMJP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2026/PMJP-RO.

O Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do (a) Pregoeiro (a) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto é futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, mediante fornecimento parcelado e sob demanda, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas, destinados à preparação da alimentação escolar ofertada aos estudantes atendidos pelas unidades da Rede Pública Municipal de Ensino de Ji-Paraná/RO. **Processo Administrativo n° 1-12818/2026 – SEMED. Valor Total Estimado: R$ 4.813.678,11 (**Quatro milhões, oitocentos treze mil, seiscentos e setenta e oito reais e onze centavos) **Data de Abertura: 21/10/2026**. **Horário: 09hs30min** (Horário de Brasília-DF). **Local:** Endereço eletrônico: www.gov.br/pt-br/ Outras informações: http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/.

Ji-Paraná/RO, 28 de setembro de 2026.

Neurizete dos Santos
Gerente Geral
Decreto 2371//GAB/PMJP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 146/2026/PMJP-RO.

O Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do (a) Pregoeiro (a) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto é futura contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem esportiva, destinados à realização de competições, campeonatos, eventos e demais atividades esportivas promovidas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Ji-Paraná/RO. **Processo Administrativo n° 1-8463/2026 – SEMES. Valor Total Estimado: R$ 249.269,04 (**Duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e nove reais e quatro centavos) **Data de Abertura: 16/10/2026**. **Horário: 09hs30min** (Horário de Brasília-DF). **Local:** Endereço eletrônico: www.gov.br/pt-br/ Outras informações: http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/.

Ji-Paraná/RO, 28 de setembro de 2026.

Neurizete dos Santos
Gerente Geral
Decreto 2371//GAB/PMJP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2026/PMJP-RO.

O Município de Ji-Paraná - RO, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do(a) Pregoeiro(a) e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, cujo objeto é a Aquisição de materiais permanentes e de consumo destinados ao desenvolvimento das atividades do Centro de Convivência Viver Bem (CCVB), unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família (SEMASF) do Município de Ji-Paraná/RO). **Processo Administrativo N° 1-8762/2026 - SEMASF. Valor Total Estimado: 81.592,98** (Oitenta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**. Data de Abertura: 23/10/2026. Horário: 09hs30min** (Horário de Brasília-DF). **Local:** Endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br/ outras informações: http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/.

Ji-Paraná/RO, 28 de setembro de 2026.
Neurizete dos Santos
Gerente Geral
Decreto 2371/GAB/PMJP/2025

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 144/SUPECOL/PMJP/RO/2026.

O Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, - SUPECOL Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 0703/2026, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 74, inciso inciso v, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, em favor da empresa: **MARIA COSTA RIBEIRO** Inscrita no **CPF** sob nº **619.695.592-68,** no valor total: **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais), referente ao **Processo Administrativo N° 1-889/2026-SEMASF**, cujo objeto é Locação de imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento temporário do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Francisco, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Ji-Paraná. Informações complementares estão disponíveis no site http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/.

Ji-Paraná, 28 de setembro de 2026.

Neurizete dos Santos
Gerente Geral
Decreto 2371//GAB/PMJP/2025

NOTIFICAÇÃO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-818/2026

NOTIFICAÇÃO DE CIÊNCIA DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

INTERESSADO: V A COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ nº 59.149.060/0001-13
ASSUNTO: Ciência de decisão administrativa e cumprimento de penalidades

À
V A COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ Nº 59.149.060/0001-13

A Presidente Da Comissão Permanente De Apuração De Responsabilidades de Licitantes e Contratadas- CPAR**,** no exercício de suas atribuições, e em cumprimento ao disposto na **DECISÃO N. 1033/GABPREF/2026**, proferida pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 22 de setembro de 2026, vem, por meio da presente, **NOTIFICAR** essa empresa, **V A COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ Nº 59.149.060/0001-13,** acerca do inteiro teor da referida decisão, para fins de ciência e cumprimento das determinações nela estabelecidas.

A referida decisão julgou totalmente procedentes as imputações formuladas em face da empresa, em razão da desistência e da inexecução de obrigação de fornecimento assumida no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 022/CARP/SUPECOL/2025, originária do Pregão Eletrônico nº 020/SUPECOL/PMJP/RO/2025, determinando:

I – A aplicação de multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da Nota de Empenho nº 994/2026, resultando no montante de R$ 2.181,49 (dois mil cento e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos);

II – A aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Ji-Paraná pelo prazo de 06 (seis) meses;

III – O cancelamento definitivo do registro da emprea na Ata de Registro de Preços n,. 022/CARP/SUPECOL/2025;

ID: 3052141 e CRC: DEA62889

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Dessa forma, fica a empresa **formalmente CIENTIFICADA,** da Decisão nº 1033/GABPREF/2026, para que tome conhecimento das penalidades impostas e adote as providências necessárias ao seu cumprimento, especialmente quanto à penalidade de multa administrativa aplicada.

Decorrido o prazo recursal, sem manifestação, ou após a decisão definitiva de eventual recurso, serão adotadas as providências administrativas cabíveis para o cumprimento da decisão, inclusive quanto à cobrança dos valores devidos e aos registros das penalidades aplicadas.

Encaminha-se, a íntegra da presente notificação, acompanhada de cópia da Decisão nº 1033/GABPREF/2026.

Ji-Paraná/RO, 25 de setembro de 2026.

Géssica Keidi Melo
Presidente da Comissão de Processo de Apuração de Responsabilidade de Licitantes e Contratados – CPAR
Port. n°46/COGER/PMJP/2026
Corregedoria Geral do Município de Ji-Paraná/RO

ID: 3052141 e CRC: DEA62889

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Notifica´²o Administrativa	EMPRESA V. A.	28/09/2026

ID: 3052141
CRC: DEA62889
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ZILDA DE J ESUS RIBEIRO
Cria´²o: 28/09/2026 08:15:38 Finaliza´²o: 28/09/2026 08:16:19

Processo Documento

MD5: F3D06435365D5D4527C3CA5880640BA5
SHA256: 598797C204254D4096A260DBCE1A8694E1ED8C9B55FF25FED49301AC6573EED3

Sßmula/Objeto:
Memorando n. 169 - solicita publica´²o de notifica´²o e decis²o - V. A. COMERCIO

INTERESSADOS

COGER - CORREG. GERAL DO MUNICPIO	J i-Paran®	RO	28/09/2026 08:15:38

ASSUNTOS

SOLICITACAO DE PUBLICACAO	28/09/2026 08:15:38

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando N. 169	28/09/2026	3052126

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3052141 e o CRC DEA62889.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Publica´²o	SOL. PUBLICA¤AO LINHA ITAPIREMA	28/09/2026

ID: 3052476
CRC: 1C6C14C0
Processo: 0-0/0
Usu®rio: J EFFERSON ANTONIO LOCATELLI
Cria´²o: 28/09/2026 09:04:27 Finaliza´²o: 28/09/2026 09:09:02

Processo Documento

MD5: 5659F2985F8F0D8372E6A42C10037CD8
SHA256: 11E6930CDC452A43EF1F80E5073CCEE703DCE47CA176560802FC79C85FF3280A

Sßmula/Objeto:
SOL. PUBLICA¤AO EM J ORNAL INSTALA¤AO LINHA ITAPIREMA CR909557-2020

INTERESSADOS

SEMEIA	28/09/2026 09:05:33

ASSUNTOS

SOLICITACAO DE PUBLICACAO	28/09/2026 09:05:39

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 40	28/09/2026	3052507

ASSINATURAS ELETRXNICAS

J EFFERSON ANTONIO LOCATELLI	ASSESSOR (A) ESPECIAL - SEMPLAN	28/09/2026 09:09:14

Assinado na forma do Decreto Municipal nł 435/2023.

RENATO ANTONIO FUVERKI	SECRETΞRIO MUNICIPAL DE PLANEJ AMENTO	28/09/2026 12:04:14

Assinado na forma do Decreto Municipal nł 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3052476 e o CRC 1C6C14C0.

LICENÇA MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Planejamento

RENOVAÇÃO DA LICENÇA MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, localizada na Av. 2 de abril, nº 1701, Bairro Urupá, CNPJ n° 04.092.672/0001-25 torna público que requereu à SEMEIA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ji-Paraná, em 28/09/2026, a **RENOVAÇÃO** da Licença Municipal de **INSTALAÇÃO**, para a seguinte atividade de **PAVIMENTAÇÃO DE VIAS RURAIS**, com a seguinte localização: Linha Itapirema, Ji-Paraná – RO.

Área utilizada: 8.640,00 m².

Ji-Paraná/RO, 28 de setembro de 2026.

AFFONSO ANTÔNIO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

ID: 3052476 e CRC: 1C6C14C0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

O Presidente (a) do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Ji-Paraná convoca os (as) senhores (as) conselheiros (as) para a 1ª Reunião Ordinária.

Data: 30 de setembro de 2026
Horário: 09h
Local: AGERJI – AGERJI (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Ji-Paraná) é uma autarquia municipal responsável por fiscalizar e regular serviços públicos, como água, esgoto e outros serviços delegados. Localizada na Rua do Brilhante, 130, Bairro Urupá, foca na melhoria da infraestrutura e no cumprimento de normas.

ORDEM DO DIA:
Abertura dos trabalhos
Apresentação do (a) Presidente e os conselheiros
Discussão de assuntos gerais sobre saneamento básico, comprimento dos princípios da administração pública (LIMPE), processo de reestruturação, incluindo informativo pertinentes de interesse públicos a discussão e a sua deliberação
Análise e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)
A participação dos (as) conselheiros (as) é indispensável para a validade das deliberações e o regular funcionamento do Conselho.

Pauta:
Reunião: Ordinária

1. Apresentação dos membros;
2. Apresentação da Lei Municipal nº 2271 de 07 de março de 2012, no art. 21 a 23, que criou o Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB, que institui o Conselho;
3. Apresentação da Resolução nº 01, DE 02 de abril de 2026 que nomeia os membros do Conselho;
4. Apresentação do canal serviço ao membro e usuário: E-mail: presidencia.agerji@ji-parana.ro.gov.br Cel.: 69 – 99215 1834; WhatsApp é a opção oficial de atendimento as políticas públicas.
5. Delibera em assembleia definição do calendário data de realização das reuniões ordinárias/ Extraordinária do Conselho;

6. Explicação da necessidade de criação **E-mail** do COMSAB, respectivo regimento Interno e apresentação de Modelo;
7. Apresentação da Lei de Rondônia Microrregião Água Potável
A Lei Complementar nº 1.200, de 13 de outubro de 2023, institui a **Microrregião de Águas e Esgotos** no Estado de Rondônia, estabelecendo sua competência e estrutura de governança. A Microrregião é composta pelo Estado de Rondônia e pelos 52 municípios que o compõem, e possui natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial. A lei permite a cooperação Inter federativa e a geração de ganhos de escala para a execução de funções públicas de interesse comum.
8. Informar suposto leilão está marcado para o dia 29 de setembro de 2026, às 14h (horário de Brasília), na sede da B3, em São Paulo. O edital e todos os documentos da concorrência estão disponíveis no portal da Superintendência Estadual de Compras e Licitações (SUPEL).
9. Situação Atual do Leilão Decisão do TJRO: O presidente do TJRO, desembargador Alexandre Miguel, suspendeu a decisão anterior que havia paralisado o processo licitatório.

10. Encerramento.

Lista de presença: os seguintes membros representantes de cada entidade, indicando titulares e respectivos suplentes:

Representante da Secretária Municipal de Saúde: Titular: Lucimeire Eliane Zanettin Moura.
Suplente: Marcelo Aparecido de Oliveira.
2. Representante do Poder Legislativo Municipal: Titular: Róbson José Alves de Freitas.
Suplente: Willyan Ferreira Vital.
3. Representante da Entidade da Sociedade Civil:
Titular: João Batista Nogueira.
4. Representante do Órgão de Regulação:
Titular: Gilson Prates da Silva.
5. Representante dos Moradores entre os cidadãos do Município:
Titular: Thalyta Meriam Barreto Santos Medino.
Suplente: Debora Libine Simões Mendes Alexandre.
6. Representante do Prestador dos Serviços Públicos de Saneamento Básico:
Titular: Larissa Kelly Nogueira Vieira.
Suplente: Alan Oliveira de Lacerda.

Ji-Paraná/RO, 24 de setembro de 2026.

Gilson Prates da Silva
Assessor da Presidência
Decreto 1150 GAB/PMJP (ID 1494260)

Resolução nº 01, DE 02 de abril de 2026

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **GILSON PRATES DA SILVA**, **ASSESSOR (A) DA PRESIDENCIA - AGERJI**, em 24/09/2026 às 11:13, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3043940** e o código verificador **F9C932F0**.

Docto ID: 3043940 v1

RESOLUÇÃO

Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
Casa dos Conselhos

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI
Lei municipal nº 939 de 21 de setembro de 1999.

RESOLUÇÃO Nº 408/CDC/CMDPI/2026

Dispõe sobre a Constituição de Comissão para Análise da Prestação de Contas dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI, e dá Outras Providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ/RO - CMDPI**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela **Lei Municipal nº 939, de 21 de setembro de 1999**, pela **Lei Municipal nº 3.575, de 31 de agosto de 2022**, bem como pelo seu **Regimento Interno**, aprovado pela Resolução n.º 328/2025 deste Conselho,

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados às políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de ações, programas e projetos voltados à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar transparência, controle social, regularidade e adequada aplicação dos recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de análise técnica e documental da prestação de contas dos recursos movimentados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, previamente à apreciação e deliberação pelo Plenário do CMDPI;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em reunião realizada em vinte e seis de agosto de 2026, com ata lavrada sob o número 12 de/2026.

RESOLVE:

ID: 3052337 e CRC: 104487A0

Art. 1º Constituir Comissão de Análise da Prestação de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI, com a finalidade de proceder à análise documental, financeira e circunstanciada da prestação de contas referente aos recursos do Fundo.

Art. 2º Compete à Comissão:

I – analisar a documentação apresentada na prestação de contas;

II – verificar a compatibilidade entre as receitas, despesas e a finalidade legal do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

III – conferir os documentos comprobatórios das despesas realizadas;

IV – verificar os saldos financeiros e sua compatibilidade com os registros apresentados;

V – analisar a movimentação financeira do Fundo, mediante os documentos disponibilizados;

VI – identificar eventuais inconsistências, pendências documentais ou necessidade de esclarecimentos;

VII – solicitar, quando necessário, complementação documental ou informações aos responsáveis pela gestão do Fundo;

VIII – apresentar em plenária **Análise da Prestação de Contas**, contendo as conclusões da Comissão para apreciação e deliberação.

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes Conselheiros:

I –Crispim Bispo Reis dos Santos - Sociedade Civil;

II – Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira - Câmara Municipal;

III – José Alves Nogueira - Sociedade Civil;

IV – Rosimeire Virgílio dos Santos - Evolução Instituto.

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar, por intermédio da Secretaria Executiva do CMDPI, documentos, informações, esclarecimentos, relatórios financeiros, extratos bancários, comprovantes de receitas e despesas e demais elementos necessários à adequada análise da prestação de contas.

Art. 4º A análise realizada pela Comissão terá caráter técnico e preparatório, cabendo à Plenária do CMDPI a apreciação e deliberação final acerca da prestação de contas, observado o disposto na legislação vigente e nas normas regimentais.

ID: 3052337 e CRC: 104487A0

Art. 5º Constatadas inconsistências ou pendências que impeçam a conclusão da análise, a Comissão deverá registrá-las e poderá recomendar a adoção das providências necessárias para sua regularização.

Art. 6º Após a conclusão dos trabalhos, a análise deverá ser encaminhada para inclusão em pauta de reunião ordinária ou extraordinária do colegiado, para apreciação e deliberação.

Art. 7º A Comissão deverá analisar as prestações de contas mensalmente e apresentar na plenária subsequente as considerações elencadas.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná, RO, 9 de setembro de 2026.

Registre-se
Publique-se

[assinado eletronicamente]
Crispim Bispo Reis dos Santos
Presidente do CMDPI (Biênio 2026/2028)
Decreto nº 1251/GAB/PM/JP/2026

Avenida Ji Paraná, nº615, Bairro Urupá, CEP 76900-224
Ji-Paraná - Rondônia - Brasil

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA
Documento assinado eletronicamente por **Crispim Bispo Reis dos Santos**, **PRESIDENTE DO CMDPI BIENIO 2026/2028**, em 28/09/2026 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3051864** e o código verificador **B4514D36**.

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Ata 12	26/09/2026	3051865

Docto ID: 3051864 v1

Documento nº 3051864 gerado com versão 1.408 do 26/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3051864 e CRC: B4514D36).

ID: 3052337 e CRC: 104487A0

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

Foi lido o convite para o Seminário "Envelhecer em família" e informado que a Casa dos Conselhos participará no apoio técnico e administrativo e reforçada a importância da participação dos conselheiros no evento. Foi discutido sobre o Selo Empresa Amiga do Idoso, iniciativa que muito interessa o conselho e que será pauta da próxima plenária. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente encerrou a reunião às 09h49. Eu, Ana Paula da Silva Albuquerque, Casa dos Conselhos, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

Ji-Paraná/RO, 26 de agosto de 2026.

Relação Nominal em conformidade com o Decreto N. 1386, de 25 de agosto de 2026.

Representantes do Poder Público	
Joaquim Teixeira dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Titular)	
Maria Judith Gonçalves dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Suplente)	
Rosana Pereira Lima (Câmara Municipal de Vereadores -membro titular)	
Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira (Câmara de Vereadores - membro Suplente)	
Marlene Piovezan (SEMUSA – membro titular)	
Dione Simão de Lima Soares (SEMUSA – membro suplente)	
Cristiano Terto da Silva (SEMED – membro titular)	
Franciele Capetini Farias (SEMED – membro suplente)	
Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF – membro titular)	
Luana Meireles de Cândido (SEMASF – membro suplente)	
Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF – membro titular)	
Eliel Pereira (SEMASF – membro suplente)	
Representantes da Sociedade Civil	
Crispim Bispo Reis dos Santos (Sociedade Civil – membro titular)	
José Alves Nogueira (Sociedade Civil – membro suplente)	
Maria Nilza Gonçalves de Sá (Sociedade Civil – membro titular)	
Carmelinda Aparecida dos Santos Nunes (Sociedade Civil – membro suplente)	
Eraldo Francisco de Lima (Sociedade Civil – membro titular)	
Liduina Alves Vieira (Sociedade Civil – membro suplente)	
Rosimeire Virgílio dos Santos (Evolução Instituto – membro titular)	
Adelia Andrade Machado (Evolução Instituto – membro suplente)	
Laurita Soté (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro titular)	
Jamile Lopes Lima Bressiani (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro suplente)	
Celma Alves Pinto (GAAJIPA - membro titular)	
Mireia de Oliveira Dorado (GAAJIPA - membro suplente)	

ID: 3052883 e CRC: 302689AB

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ - CMDPI

ATA Nº 12 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JI-PARANÁ (CMDPI). Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 8h, na sala de reuniões da Casa dos Conselhos, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná (CMDPI), com a presença dos **Representantes Governamentais:** Maria Judith Gonçalves dos Santos (Gabinete do Prefeito -Membro Suplente); Cristiano Terto da Silva (SEMED – membro titular); Prince Emanoelle Dantas Moreda de Oliveira (SEMASF – membro titular); Marlene Piovezan (SEMUSA); Viviane dos Santos Silva Queiroz (SEMASF – membro titular). Presentes também os **Representantes da Sociedade Civil:** Crispim Bispo Reis dos Santos (Sociedade Civil – membro titular); Celma Alves Pinto (GAAJIPA - membro suplente) e Maria Nilza Gonçalves de Sá (Sociedade Civil). O Presidente Crispim Bispo Reis dos Santos, deu início à reunião, às 8h16, dando as boas-vindas a todos os presentes e, foi submetido à aprovação da plenária a disponibilização de link através de aplicativo digital Google Meet para participação de conselheiros com dificuldade de locomoção, sendo aprovado pelos presentes e participaram através do link: < https://meet.google.com/svb-yntk-jpx>, participaram as conselheiras Rosimeire Virgílio dos Santos (Evolução Instituto – membro titular); Laurita Soté (Lar do Idoso Aurélio Bernardi - membro titular); após a aprovação da pauta, passou às deliberações. **Pauta 1 - Andamento dos trabalhos das comissões:** Foram apresentadas as dificuldades dos conselheiros quanto ao início dos trabalhos e participação dos conselheiros nas comissões. Ficou deliberada a substituição automática dos conselheiros ao serem substituídos por decreto com a finalidade de dar celeridade aos trabalhos das comissões, sendo aprovado por todos os presentes. Foi debatida a necessidade dos membros instigarem e garantirem os trabalhos nos grupos a fim de dar andamento nas comissões e a responsabilidade compartilhada de todos na garantia dos trabalhos. Tratou-se ainda da necessidade de registro dos trabalhos para fins de legalidade nas ações e da partilha dos andamentos das ações junto às plenárias. **Pauta 2 – Reunião com o MP e Mesa diretora**: Foi lida a Ata de Reunião N. 000050/2026 - 1ª PJ - JPA e esclarecido que devem ser priorizados os trabalhos elencados e enfatizada a necessidade de publicização das ações do colegiado junto à sociedade. Foi esclarecido que a reunião foi provocada pelo CMDPI com a finalidade de alinhamento institucional e a reunião foi avaliada como frutífera. Após fecundo debate e discussão entre os conselheiros foi deliberado que a ata será disponibilizada para conhecimento de todos os conselheiros através de grupo de whatsapp. **Pauta 3 – Atualização de membros das comissões:** Foi reiterada a deliberação anterior referente à substituição automática dos membros alterados por decreto e deliberada a inclusão da conselheira Maria Nilza e do conselheiro Cristiano Terto na comissão de visitas. **Pauta 4 – Comissão para análise de prestação de contas:** Foi esclarecido que a prestação de contas do fundo é encaminhada mensalmente ao colegiado para análise, manifestação e aprovação. Os conselheiros já manifestaram preocupação quanto à dificuldade de interpretação técnica dos termos e como recomendado em reunião com o MP, ficou deliberada a instituição de comissão técnica para análise. Foi discutida a importância de constar nos relatórios as atas e resoluções de aprovação de contas do colegiado para otimizar a análise da plenária. Também foi deliberada a necessidade de dicotomia das contas e recursos para melhor compreensão dos valores. Ficando instituída a comissão de análise da prestação de contas com os seguintes conselheiros: Rosimeire Virgílio, Crispim Bispo, José Nogueira e Geraldo Aparecido Gonçalves Ferreira. **Pauta 5 – Vacância secretário da mesa diretora:** Foi explicada a substituição da conselheira Rosângela 1º secretária da mesa diretora e lido o Regimento interno em seu Art. 3º § 2º que determina que a suplente assume a titularidade sendo eleito novo suplente. Após aprovação do colegiado foi aberta votação. O conselheiro Cristiano Terto foi eleito por unanimidade sendo o novo 2º secretário da mesa diretora. **Pauta 6 – Informes:**

ID: 3052883 e CRC: 302689AB

Documento assinado eletronicamente em 21/08/2026 às 11:01. A autenticidade pode ser conferida em https://centraldeassinaturas.mpro.mp.br/verifica/1e98bfa9-3f97-4d98-be47-e8e049e768e8

CASA DOS CONSELHOS

CMDPI
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI
Lei municipal nº 939 de 21 de setembro de 1999.

Lista de presença da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Ji-Paraná, realizada em 26/08/2026, às 8h nas dependências da Sala de Reunião da Casa dos Conselhos.

NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
Cristovão G. Alves Gonçalves	Presidente	
Maria Judite G. de Assunção	Conselh. / Bobi Idoso.	
Cristiano Costa da Silva	Conselheiro / SEMED	
Elma Alves Pinto	FAAJIPA	
Marlene Lourenço	SEMUSA	
Maria Emanuelli M. de Oliveira	SE MASF	
Vivian da Silva S. Queiroz	SEMASF	
Madia Alves de Sá	SSA (CCUB)	

CASA DOS CONSELHOS - AVENIDA JI-PARANÁ, N. 615, BAIRRO URUPÁ - JI PARANA/RO
cmpi.jipa@gmail.com - whatsapp: (69) 9 9908-9910

ID: 3052883 e CRC: 302699AB

Ministério Público do Estado de Rondônia
em defesa da sociedade

1ª PROMOTORIA DE JI-PARANÁ
JI-PARANÁ/RO

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 20260002004091 89

ATA DE REUNIÃO Nº 000050/2026 - 1ª PJ - JPA

1. APRESENTAÇÃO	
Data: 21/08/2026	**Horário:** 08h30m
2. PARTICIPANTES	
Mesa Diretora do CMDPI, conforme lista anexa	
3. OBJETO	
Apresentação da Mesa	
4. OCORRÊNCIAS	
5. RESUMO	
Aberto os trabalhos, foi apresentada a nova mesa diretora do CMDPI, sendo que o Presidente informou que já realizaram uma reunião do Conselho após as eleições, que já estão tomando ciência das demandas, bem como já estão formando as comissões. Esta promotora enfatizou a prioridade que o Conselho deve dar aos seguintes assuntos: - Elaboração do fluxo de atendimento do Programa Envelhecer em Família; - Elaboração do edital e da regulamentação para que entidades possam utilizar os recursos do Fundo Municipal da Pessoal Idosa, sendo que foi levantado pelo Conselho a necessidade que esta elaboração seja realizado junto com um grupo de trabalho contendo a parte jurídica e de controladoria do município, visto que se não estiverem alinhados, dificulta a destinação e a prestação de contas das entidades que utilizam estes recursos. Assim, ficou acordado que, CMDPI irá repassar os nomes da integrantes da Comissão da elaboração desta legislação e edital, e esta promotora solicitará a Prefeitura a criação de um grupo de trabalho. - Montagem de Cronograma de Visitas em entidades que realizam atividades com pessoas idosas, sendo que o CMDPI informou que irá montar comissão e cronograma de visitas no prazo de 30 dias. - Reuniões e participações - foi salientado a importância de manter o calendário de reuniões mensais, com a participação de todos os conselheiros, devendo ser comunicados e se for o caso advertido os faltosos sem justificativa. - Prestação de Contas - CMDPI informou que esta tendo dificuldades em analisar a prestação de contas apresentada pela SEMASF, que ficaram de elaborar um comissão para análise destas contas bem com para realizar as considerações necessárias a SEMASF para melhorar as informações relativas a prestação de contas. Após a discussão dos referidos assuntos, esta promotora se colocou a disposição do CMDPI para no que possa auxiliar e agradeceu a presença dos mesmos.
6. DELIBERAÇÕES	
Encaminhe a referida ata no email do CMDPI; Oficie ao CMDPI para que envie os nomes dos integrantes da Comissão de elaboração do edital e resoluções para utilização do recursos do Fundo Municipal por entidades. Prazo de 10 dias.	

EXTRA DIGITAL assinatura eletrônica
Assinado eletronicamente por:
Josiane Alessandra Mariano Rossi, Promotora de Justiça, cadastro 21490

ID: 3052883 e CRC: 302699AB

SEMASF Secretaria Municipal de Assistência Social e Família

ESTADO DE RONDONIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA

Ji-Paraná, 21 de agosto de 2026.

Da Secretaria de Assistência Social e Família de Ji-Paraná – SEMASF

Às Organizações da Sociedade Civil – Casa dos Conselhos de Direitos.
Senhora Ana Paula Albuquerque
Secretária Executiva

Assunto: Convite para o **Seminário Envelhecer em Família**.

Senhora.

Ao cumprimentá-la, cordialmente, convidamos as Organizações da Sociedade Civil que compõem os Conselhos de Direitos desta Casa dos Conselho para participar do Seminário Municipal Envelhecer em Família voltado à Pessoa Idosa.

A realizar-se no dia 01 de setembro de 2026 às 7h30, no formato presencial, no Auditório do Ministério Público, situado à Avenida 06 de maio, 485, bairro Urupá.

Estende-se a todos os Conselhos nesta Casa inscritos.

O município de Ji-Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família – SEMASF, ficará honrado com a vossa participação no evento e agradece a disponibilidade ao convite.

Por gentileza, confirmar presença neste email até 27/08/26
sapi.jipa@gmail.com

Gilson Lopes Soares
Diretor da Proteção Social Especial
Decreto Nº2750/PMJP/2025.

SAPI - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Pessoas Idosa
Rua Miguel Galdino, 85, Jd dos Migrantes 76.900-804 Ji-Paraná/RO
sapi.jipa@gmail.com (69) 9.9350-4277

ID: 3052883 e CRC: 302699AB

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Ata	12	26/09/2026

ID: 3051865
CRC: 322699AB
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 26/09/2026 13:17:17 Finaliza´²o: 26/09/2026 13:17:24

Processo Documento

MD5: F6D443283C19B53B151109FFBF261CFE
SHA256: 11AA32A7CD5EEE4FC99B305F100F4065977EC2ACD159610EEBE6E06372405561

Sßmula/Objeto:
CMDPI - resolu´²o nomeando comiss²o de an®lise de presta´²o de contas do fundo

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	26/09/2026 13:17:17

ASSUNTOS

AUTORIZA¤ ÚO DE PUBLICA¤ ÚO	26/09/2026 13:17:17

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Resolu´²o 408	26/09/2026	3051864

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051865 e o CRC 322699AB.

D: 3052337 e CRC: 104487A0

EXTRATO DE PORTARIA

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE DIARIA

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Publica-se o presente **EXTRATO DA PORTARIA DE CONCESSÃO DIÁRIA N.º 077 de 28 de setembro de 2026,** conforme Abaixo descrito:

PROCESSO: 1-15107/2026
NOME DO SERVIDOR BENEFICIADO: Luis Tiago Oliveira do Nascimento
CARGO: Agente de Trânsito da AMT
LOCALIDADE:
DE: Ji-Paraná/RO
PARA: Porto Velho/RO
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Concessão de diária de viagem para deslocamento ao município de Porto Velho/RO, com a finalidade de realizar visita institucional ao Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia – DETRAN/RO, para participação em reunião previamente agendada acerca do projeto de convênio relacionado à implantação e operacionalização do sistema de videomonitoramento no município de Ji-Paraná/RO, visando tratar de seu andamento, alinhar procedimentos e acompanhar as providências necessárias à sua efetivação.
SAIDA: 29/09/2026
RETORNO: 30/09/2026
DIÁRIA(S):
QUANTIDADE DE DIARIA(S): 2 (duas)
VALOR UNITÁRIO: R$ 300,00 (trezentos reais)
VALOR TOTAL: R$ 600,00 (seiscentos reais)
DEDUÇÃO AUX. R$ 10,00 (dez reais)
VALOR TOTAL APÓS DEDUÇÃO AUX: R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

O Servidor elencado na Portaria supracitado, deverá emitir relatório circunstanciado da viagem e apresentar demais documentos exigidos em Lei, para a devida prestação de contas.

Ji-Paraná/RO, 28 de setembro de 2026.

[Assinado eletronicamente]

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Resolu´²o	408	28/09/2026

ID: 3052337
CRC: 104487A0
Processo: 0-0/0
Usu®rio: ANA PAULA DA SILVA ALBUQUERQUE
Cria´²o: 28/09/2026 08:46:15 Finaliza´²o: 28/09/2026 08:46:24

Processo Documento

MD5: B4EF1493F9622FC404734214052048DC
SHA256: E65589B1937249E5825C8FBA037D2FCD00B32B94FC16CF091F59D29902FCCD5E

Sßmula/Objeto:
CMDCA - solicita publica´²o da resolu´²o 408/comiss²o de an®lise do fundo

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNNCIA SOCIAL E DA FAMRLIA -	J I-PARANA	RO	28/09/2026 08:46:15

ASSUNTOS

AUTORIZA¤ ÚO DE PUBLICA¤ ÚO	28/09/2026 08:46:15

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio 326	28/09/2026	3052315

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3052337 e o CRC 104487A0.

Oribe Alves Junior
Presidente AMT
Dec. nº. 0352/GAB/PMJP/2025

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂSITO E TRANSPORTE DE JI-PARANÁ AMT

Av. Ji-Paraná,615 Bairro Urupá CEP 76.900-261 Ji- Paraná/RO Tel.3423-6441 ou 3424-5495

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ORIBE ALVES JUNIOR**, **PRESIDENTE - AMT**, em 28/09/2026 às 11:50, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3053086** e o código verificador **0E53E55D**.

Referência: Processo nº 1-15107/2026. Docto ID: 3053086 v1

PORTARIAS

PREFEITURA DE Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br

AGERJI | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná

PORTARIA 052/AGERJI/2026

"Dispõe sobre a concessão de diárias para o Diretor-Presidente, FÁBIO GONÇALVES. "

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO E OUTROS SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - AGERJI, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas *Resoluções nº 027/PRES/AGERJI/2025*, que regulamentam a concessão de diárias no âmbito da AGERJI, inclusive ao próprio Diretor-Presidente, bem como em conformidade com o *Decreto Municipal nº 2624/2023.*

R E S O L V E:

Art. 1º O Diretor Presidente **FÁBIO GONÇALVES,** lotado nesta Agência Reguladora de Serviços Públicos de saneamento básico e outros serviços delegados do município de Ji-paraná, **AGERJI**, irá se deslocar da cidade de **Ji-Paraná/RO** para **Brasília/DF** e **São Paulo/SP,** saída prevista no dia **21 de agosto de 2026** e **retorno no dia 06 de setembro de 2026**, utilizando veículo oficial **Toyota Etios PLACA QTA-2397**, tem por objetivo cumprir agendas institucionais no Congresso Nacional, no dia **24 de agosto de 2026**, para participação**,** no "III Legal Infra Summit | JOTA Farol da Infraestrutura", no **dia 26 de agosto de 2026** e no "3º Encontro Nacional das Entidades Reguladoras Infranacionais de Saneamento Básico", promovido pela ANA, **dias 1º, 2 e 3 de setembro de 2026**.

Art. 2º O meio de transporte será terrestre.

Art. 3º O período de afastamento corresponde ao dia 21 de agosto a 06 de setembro de 2026, iniciando a contagem do prazo para a prestação de contas a partir do dia 08/09/2026, conforme previsto no art. 7º da Resolução nº 027/2025, sendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 4º Conceder ao servidor acima mencionado 17 (dezessete) diárias, destinadas ao custeio de despesas com alimentação e outras de ordem pessoal, nos termos das Resoluções nº 027/2025.

Rua dos Brilhantes, 130, Bairro Urupá – Ji-Paraná –RO – CEP. 76900-150
CNPJ 15.659.732/0001-65
Email: presidencia.agerji@ji-parana.ro.gov.br
Cel.: 69 – 99264 8829 Tel.: 69 – 3423 0130/6976

ID: 3052252 e CRC: 4CF563F3

PREFEITURA DE Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br

AGERJI | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná

Art. 5º O servidor deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, acompanhado da documentação exigida, e estará sujeito à análise da Controladoria Interna, conforme dispõe a Resolução nº 027/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Palácio Urupá, ao 18° dia do mês de agosto de 2026.

FABIO GONÇALVES
Diretor Presidente
Decreto 0507/GAB/PM/JP2025

Rua dos Brilhantes, 130, Bairro Urupá – Ji-Paraná –RO – CEP. 76900-150
CNPJ 15.659.732/0001-65
Email: presidencia.agerji@ji-parana.ro.gov.br
Cel.: 69 – 99264 8829 Tel.: 69 – 3423 0130/6976

ID: 3052252 e CRC: 4CF563F3

Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Portaria de Concessão de Diária	-052/AGERJI/2026	18/08/2026

ID: 2948172
CRC: 143867EC
Processo: 22-87/2026
Usuário: SUELI CORREIA MIRANDA
Criação: 18/08/2026 13:32:17 Finalização: 18/08/2026 13:39:30

Processo Documento

MD5: A06653473795C1D94B7B8E3BDCA28BCF
SHA256: 163DC0ADE554A72BEB3E38808E6DC0368C559568BE6E2517C87BE53E7C6B26B0

Súmula/Objeto:
PORTARIA 052/AGERJI/2026

INTERESSADOS

AGERJI - Ag.Reguladora de Serv. Públ. Municipais.	18/08/2026 13:32:17

ASSUNTOS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	18/08/2026 13:32:17

ANEXOS

Resolução 027/2025	18/08/2026	2948184

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

FABIO GONÇALVES	DIRETOR - PRESIDENTE DA AGERJI	18/08/2026 13:53:33

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2948172 e o CRC 143867EC.

ID: 3052252 e CRC: 4CF563F3

Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Portaria	nº 052/AGERJI/2026	28/09/2026

ID: 3052252
CRC: 4CF563F3
Processo: 0-0/0
Usuário: SUELI CORREIA MIRANDA
Criação: 28/09/2026 08:29:51 Finalização: 28/09/2026 08:31:42

Processo Documento

MD5: AACCF6ADB8A8FBE390C5C10ACB1666CA
SHA256: 2C726CF5E384E190A26AF412F0FE85F405E879DEF46F24A878841E65871AB9FE

Súmula/Objeto:
OFÍCIO Nº 194/COOR.ENG/AGERJI/2026

INTERESSADOS

AGERJI - Ag.Reguladora de Serv. Públ. Municipais.	28/09/2026 08:29:51

ASSUNTOS

SOLICITACAO DE PUBLICACAO	28/09/2026 08:29:51

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio nº 194	25/09/2026	3050553

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3052252 e o CRC 4CF563F3.

PREFEITURA DE Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br

AGERJI | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná

PORTARIA 053/AGERJI/2026

"Dispõe sobre a concessão de diárias para o servidor, **CARLOS FERNANDO DIAS.** "

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO E OUTROS SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - AGERJI, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas *Resoluções nº 027/PRES/AGERJI/2025*, que regulamentam a concessão de diárias no âmbito da AGERJI em conformidade com *o Decreto Municipal nº 2624/2023.*

R E S O L V E:

Art. 1º O Controlador Interno **CARLOS FERNANDO DIAS,** lotado nesta Agência Reguladora de Serviços Públicos de saneamento básico e outros serviços delegados do município de Ji-paraná, **AGERJI**, irá se deslocar da cidade de **Ji-Paraná/RO** para **Brasília/DF** e **São Paulo/SP,** saída prevista no dia **21 de agosto de 2026** e **retorno no dia 06 de setembro de 2026**, utilizando veículo oficial **Toyota Etios PLACA QTA-2397**, acompanhando o Diretor-Presidente, com objetivo cumprir agendas institucionais no Congresso Nacional, no dia **24 de agosto de 2026**, para participação**,** no "III Legal Infra Summit | JOTA Farol da Infraestrutura", no **dia 26 de agosto de 2026** e no "3º Encontro Nacional das Entidades Reguladoras Infranacionais de Saneamento Básico", promovido pela ANA, **dias 1º, 2 e 3 de setembro de 2026**.

Art. 2º O meio de transporte será terrestre.

Art. 3º O período de afastamento corresponde ao dia 21 de agosto a 06 de setembro de 2026, iniciando a contagem do prazo para a prestação de contas a partir do dia 08/09/2026, conforme previsto no art. 7º da Resolução nº 027/2025, sendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PREFEITURA DE Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br

AGERJI | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná

Art. 4º Conceder ao servidor acima mencionado 17 (dezessete) diárias, destinadas ao custeio de despesas com alimentação e outras de ordem pessoal, nos termos das Resoluções nº 027/2025.

Art. 5º O servidor deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, acompanhado da documentação exigida, conforme dispõe a Resolução nº 027/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Palácio Urupá, ao 18° dia do mês de agosto de 2026.

FABIO GONÇALVES
Diretor Presidente
Decreto 0507/GAB/PM/JP2025

Rua dos Brilhantes, 130, Bairro Urupá – Ji-Paraná –RO – CEP. 76900-150
CNPJ 15.659.732/0001-65
Email: presidencia.agerji@ji-parana.ro.gov.br
Cel.: 69 – 99264 8829 Tel.: 69 – 3423 0130/6976
ID: 3052256 e CRC: 00559243

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	-053/AGERJ I/2026	18/08/2026

ID: 2948373
CRC: 87C390AA
Processo: 22-88/2026
Usu®rio: SUELI CORREIA MIRANDA
Cria´²o: 18/08/2026 16:23:26 Finaliza´²o: 18/08/2026 16:39:39

Processo Documento

MD5: 2DD8942DEC22998F6A5B7703364B936E
SHA256: 550568C23D7EB202DF112166472B4DC85BD19BC55A66057BA219EBA2A9FA3672

Sßmula/Objeto:
PORTARIA 053/AGERJ I/2026

INTERESSADOS

AGERJ I- Ag.Reguladora de Serv. Pßb. Municipais.	18/08/2026 16:23:26

ASSUNTOS

CONCESSúO DE DIERIAS	18/08/2026 16:23:26

ASSINATURAS ELETRXNICAS

FABIO GONªALVES	DIRETOR - PRESIDENTE DA AGERJ I	18/08/2026 18:08:23

Assinado na forma do Decreto Municipal nł 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2948373 e o CRC 87C390AA.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	né053/AGERJ I/2026	28/09/2026

ID: 3052256
CRC: 00559243
Processo: 0-0/0
Usu®rio: SUELI CORREIA MIRANDA
Cria´²o: 28/09/2026 08:31:57 Finaliza´²o: 28/09/2026 08:32:21

Processo Documento

MD5: 468EFBA17DAF473F724B67C3D81C655F
SHA256: C2F7BB09D54232339C214EE58F00DAD4DC8EBE1B9526B0FD6156C9597289C72B

Sßmula/Objeto:
OFRCIO Nł 194/COOR.ENG/AGERJ I/2026

INTERESSADOS

AGERJ I- Ag.Reguladora de Serv. Pßb. Municipais.	28/09/2026 08:31:57

ASSUNTOS

SOLICITACAO DE PUBLICACAO	28/09/2026 08:31:57

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio né194	25/09/2026	3050553

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3052256 e o CRC 00559243.

PREFEITURA DE Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br

AGERJI | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná

PORTARIA 054/AGERJI/2026

"Dispõe sobre a concessão de diárias para o servidor, SUELI CORREIA MIRANDA. "

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO E OUTROS SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - AGERJI, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas *Resoluções nº 027/PRES/AGERJI/2025*, que regulamentam a concessão de diárias no âmbito da AGERJI, inclusive ao próprio Diretor-Presidente, bem como em conformidade com o *Decreto Municipal nº 2624/2023.*

R E S O L V E:

Art. 1º A Diretora Técnica **SUELI CORREIA MIRANDA,** lotado nesta Agência Reguladora de Serviços Públicos de saneamento básico e outros serviços delegados do município de Ji-paraná, **AGERJI**, irá se deslocar da cidade de **Ji-Paraná/RO para Brasília/DF e São Paulo/SP,** saída prevista no dia **21 de agosto de 2026 e retorno no dia 06 de setembro de 2026**, utilizando veículo oficial **Toyota Etios PLACA QTA-2397**, acompanhando o Diretor-Presidente para cumprir as agendas institucionais no Congresso Nacional, no dia **24 de agosto de 2026**, para participação**,** no "III Legal Infra Summit | JOTA Farol da Infraestrutura", no **dia 26 de agosto de 2026** e no "3º Encontro Nacional das Entidades Reguladoras Infranacionais de Saneamento Básico", promovido pela ANA, **dias 1º, 2 e 3 de setembro de 2026**.

Art. 2º O meio de transporte será terrestre.

Art. 3º O período de afastamento corresponde ao dia 21 de agosto a 06 de setembro de 2026, iniciando a contagem do prazo para a prestação de contas a partir do dia 0 8 /09/2026, conforme previsto no art. 7º da Resolução nº 027/2025, sendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PREFEITURA DE Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br

AGERJI | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Ji-Paraná

Art. 4º Conceder ao servidor acima mencionado 17 (dezessete) diárias, destinadas ao custeio de despesas com alimentação e outras de ordem pessoal, nos termos das Resoluções nº 027/ 2025.

Art. 5º O servidor deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, acompanhado da documentação exigida, e estará sujeito à análise da Controladoria Interna, conforme dispõe a Resolução nº 027/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Palácio Urupá, ao 18° dia do mês de agosto de 2026.

FABIO GONÇALVES
Diretor Presidente
Decreto 0507/GAB/PM/JP2025

Rua dos Brilhantes, 130, Bairro Urupá – Ji-Paraná –RO – CEP. 76900-150
CNPJ 15.659.732/0001-65
Email: presidencia.agerji@ji-parana.ro.gov.br
Cel.: 69 – 99264 8829 Tel.: 69 – 3423 0130/6976
ID: 3052360 e CRC: FZAA8914

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria de Concess²o de Di®ria	- 054/AGERJ I/2026	18/08/2026

ID: 2948500
CRC: FC0FBCA0
Processo: 22-89/2026
Usu®rio: SUELI CORREIA MIRANDA
Cria´²o: 18/08/2026 17:10:47 Finaliza´²o: 18/08/2026 17:17:31

Processo Documento

MD5: 61FFBB7643F14D9D387A8F5BDFCB5B45
SHA256: FCC94AF26CBD9623ACCE7C73ABDB061DEDFBC4A1C012130F1465DE5D9D312186

Sßmula/Objeto:
PORTARIA 054/AGERJ I/2026

INTERESSADOS

AGERJ I- Ag.Reguladora de Serv. Pßb. Municipais.	18/08/2026 17:10:47

ASSUNTOS

CONCESSúO DE DERIAS	18/08/2026 17:10:47

ASSINATURAS ELETRXNICAS

FABIO GONªALVES	DIRETOR - PRESIDENTE DA AGERJ I	18/08/2026 18:08:23

Assinado na forma do Decreto Municipal nł 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2948500 e o CRC FC0FBCA0.

ID: 3052264 e CRC: 12AA4911

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	né 054/AGERJ I/2026	28/09/2026

ID: 3052264
CRC: 12AA4911
Processo: 0-0/0
Usu®rio: SUELI CORREIA MIRANDA
Cria´²o: 28/09/2026 08:32:34 Finaliza´²o: 28/09/2026 08:32:58

Processo Documento

MD5: 0DF646417C9878283462BC953D69CB20
SHA256: 923882AB77E2AE3956F0369511EA46425264AC0FEFFAB451F4C89F4EB727D4D8

Sßmula/Objeto:
OFICIO Nł 194/COOR.ENG/AGERJ I/2026

INTERESSADOS

AGERJ I- Ag.Reguladora de Serv. Pßb. Municipais.	28/09/2026 08:32:34

ASSUNTOS

SOLICITACAO DE PUBLICACAO	28/09/2026 08:32:34

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Oficio né 194	25/09/2026	3050553

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3052264 e o CRC 12AA4911.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 151/GAB/SEMED/2026

Autoriza deslocamento de Servidor à Brasília/DF.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar deslocamento do Servidor **Cristiano Terto da Silva** à Brasília/DF

Art. 2º O Servidor deslocará à Brasília/DF, juntamente com o Secretário Municipal de Educação para o devido assessoramento e acompanhamento nos compromissos oficiais, bem como nas tratativas de interesse do município de Ji-Paraná/RO.

Art. 3º O deslocamento será terrestre, com veículo oficial identificado como: Caminhonete, Placa RSY 0D96, que conduzirá o Servidor, no período correspondente:

I. Saída prevista de Ji-Paraná: 13 de setembro de 2026, às 5h;
II. Chegada prevista à Ji-Paraná: 19 de setembro de 2026, às 18h.

Art. 4º O Servidor elencado no art. 1º desta Portaria, deverá emitir relatório circunstanciado da viagem e apresentar demais documentos exigidos em Lei, para a devida Prestação de Contas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, 11 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 11/09/2026 às 09:37, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3008452** e o código verificador **30C26477**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	INELMAR SANTOS DE SOUZA	***.692.022-**	11/09/2026 09:45
2	NEIVA MARIA COLDEBELLA	***.566.002-**	11/09/2026 10:35

Docto ID: 3008452 v1

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	151-GAB-SEMED-2026	11/09/2026

ID: 3051610
CRC: 670BBF0C
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:03:35 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:04:03

Processo Documento

MD5: 63490F816AB9396BBA57C9865B92FE87
SHA256: 972BB6C7D3EAF1E1A359BBC5F03F4A22DA741187EEB651DFAC81FD3A6E5D2767

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	25/09/2026 15:03:35

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ ΰO	25/09/2026 15:03:35

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051610 e o CRC 670BBF0C.

Estado de Rondônia
Prefeitura de Ji-Paraná
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PREFEITURA DE JI-PARANÁ

PORTARIA N. 152/GAB/SEMED/2026

Nomeia Comissão Especial para Emissão de Termo de Recebimento referente ao Contrato n. 003/PGM/PMJP/2025, Processo Administrativo n. 1-2611/2025, que entre si celebram o município de Ji-Paraná/RO e a Empresa Norte & Sul Serviços Terceirizados de Mão de Obra LTDA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para Emissão de Termo de Recebimento referente ao Contrato n. 003/PGM/PMJP/2025, Processo Administrativo n. 1-2611/2025, que entre si celebram o município de Ji-Paraná/RO e a Empresa Norte & Sul Serviços Terceirizados de Mão de Obra LTDA.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

I. Agnaldo José Onofre;
II. Francisco de Assis dos Santos Antunes;
III. Leonice Ferreira de Lima Souza;
IV. Nilton Cézar Barros de Oliveira.

Art. 3º As atividades a serem desenvolvidas pela Comissão, serão sem ônus para o Município e consideradas de relevância.

Art. 4º Destarte, ficam revogadas a Portaria n. 086/GAB/SEMED/2025 e Portaria n. 185/GAB/SEMED/2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato.

Ji-Paraná/RO, 15 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	152	15/09/2026

ID: 3028506
CRC: 0A0EC295
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 18/09/2026 13:23:24 Finaliza´²o: 18/09/2026 13:26:40

Processo Documento

MD5: 83249DB3FF565AF6B0600682A682DEA1
SHA256: ED22E3F3A9D43BFA8D0F7689EB0FCA216391712E3AAF8F6C6A12959EBA87AE1B

Sßmula/Objeto:
Nomeia Comiss²o p/ Emiss²o de Termo de Rec. ref. Contrato n. 003/PGM/25, Proc. Adm. 1-2611/25 - Empresa Norte & Sul Servi´os Terceirizados de M²o de Obra LTDA.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	18/09/2026 13:24:24

ASSUNTOS

COMISSÚO ESPECIAL	18/09/2026 13:24:38

CIENTES

NILTON CEZAR BARROS DE OLIVEIRA	21/09/2026 07:40:22
AGNALDO J OSE ONOFRE	21/09/2026 07:40:48
LEIDIANE SANTOS DE J ESUS MOURA	21/09/2026 08:52:06
FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS ANTUNES	21/09/2026 13:56:58
LEONICE FERREIRA DE LIMA SOUZA	22/09/2026 10:06:55

ASSINATURAS ELETRXNICAS

ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA	SECRETΞRIO MUNICIPAL DE EDUCA¤ÚO	18/09/2026 13:31:10

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3028506 e o CRC 0A0EC295.

ID: 3051612 e CRC: 8F9EAE53

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 153/GAB/SEMED/2026

Autoriza deslocamento da Servidora à Capital do Estado, Porto Velho/RO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar deslocamento da Servidora **Rosangela Martins Vieira** – Coordenadora de Políticas Educacionais, para à Capital do Estado, Porto Velho/RO.

Art. 2º O deslocamento tem como finalidade a participação da Servidora, no dia 23 de setembro do ano em curso, na atividade de conhecimento e troca de experiências acerca do Projeto do Programa Saúde na Escola - PSE, desenvolvido pela EEEFM Maria Carmosina Pinheiro, no município de Porto Velho/RO, reconhecido como experiência de referência na execução das ações do referido programa.

A participação da Servidora visa possibilitar o conhecimento das práticas e ações desenvolvidas pela Unidade Escolar, contribuindo para o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das ações relacionadas ao Programa Saúde na Escola - PSE no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3° O deslocamento será terrestre, com veículo particular identificado como: Toyota Yaris, Placa QTB-8394, que conduzirá a Servidora, no período correspondente:

I. Saída prevista de Ji-Paraná: 22 de setembro de 2026, a partir das 10h;
II. Chegada prevista em Ji-Paraná: 24 de setembro de 2026, a partir das 13h.

Art. 4° A Servidora elencada no artigo 1º, deverá emitir relatório circunstanciado da viagem e apresentar demais documentos exigidos em Lei, para a devida Prestação de Contas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, 18 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 18/09/2026 às 13:08, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3028408** e o código verificador **40541527**.

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Memorando 397/26/SEN	18/09/2026	3028418

Docto ID: 3028408 v1

Assinado na forma do Decreto nº 435 de 18/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3028408 e CRC: 40541527).
ID: 3051614 e CRC: DC52FF07

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	152-GAB-SEMED-2026	15/09/2026

ID: 3051612
CRC: 8F9EAE53
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:04:19 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:04:44

Processo Documento

MD5: 7496DFB5333D19BB7E1B05D40198A76A
SHA256: 4916721D635ED469063E3C55D31CFCA2FF700FC263EF8471B1FAD7B75BBB824E

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	25/09/2026 15:04:19

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	25/09/2026 15:04:19

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051612 e o CRC 8F9EAE53.

Assinado na forma do Decreto nº 435 de 18/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3028408 e CRC: 40541527).
ID: 3051614 e CRC: DC52FF07

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	153-GAB-SEMED-2026	18/09/2026

ID: 3051614
CRC: DC52FF07
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:05:00 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:05:34

Processo Documento

MD5: 0055D774A9E0D1BE6CA375791325FF66
SHA256: 589CE9C69E64C87324318997AAC641F35634E39A4288E79E5AD6BD897DFBCCEE

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	Ji-Paran®	RO	25/09/2026 15:05:00

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	25/09/2026 15:05:00

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051614 e o CRC DC52FF07.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 18/09/2026 às 14:47, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3028620** e o código verificador **732B7AE2**.

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Memorando 394-26-SEN	17/09/2026	3028640
2	Memorando 87-CMEIEFPMA	16/09/2026	3028641

Docto ID: 3028620 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 154/GAB/SEMED/2026

Autoriza deslocamento de Servidores ao município de Jaru/RO.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar deslocamento de Servidores para o município de Jaru/RO, sendo estes:

I. Jaqueline Custódio Chagas Soares;
II. José Carlos de Melo;
III. Reny Lacerda de Melo.

Art. 2º Os Servidores realizarão visita de ações de cooperação técnico-pedagógica à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Djaru Uaru, localizada na Área Rural no município de Jaru/RO, na região do Distrito de Tarilândia, no dia 28 de setembro do ano em curso, referente ao Prêmio Excelência com Equidade em atendimento à Lei 5.735/2024. A visita tem como objetivo desenvolver ações de cooperação técnico-pedagógica no âmbito do Prêmio Excelência com Equidade / PROALFA Rondônia.

Art. 3º O deslocamento terrestre terá como Motorista, o Servidor **Rivaldo Rodrigues Ferreira,** com veículo oficial identificado como: Caminhonete, Placa RSY 0E26, no período correspondente:

I. Saída prevista de Ji-Paraná: 28 de setembro de 2026, às 7h30;
II. Chegada prevista à Ji-Paraná: 28 de setembro de 2026, às 16h**.**

Art. 4° Os Servidores elencados nos art. 1º e 3º desta Portaria, deverão emitir relatório circunstanciado da viagem e apresentar demais documentos exigidos em Lei, para a devida Prestação de Contas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, 18 de setembro de 2026.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	154-GAB-SEMED-2026	18/09/2026

ID: 3051617
CRC: 729FC591
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:05:44 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:06:20

Processo Documento

MD5: 7B42AFAD349CBBE8BFC5A5FB7CB009B1
SHA256: 25F9F1C95F8A96A4083A729C86D471698A5A4C9C56E8D430795F80F4A752D09D

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	Ji-Paran®	RO	25/09/2026 15:05:44

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	25/09/2026 15:05:44

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051617 e o CRC 729FC591.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PORTARIA N. 157/GAB/SEMED/2026

Dispõe sobre o Planejamento das Contratações para o exercício de 2027 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu Artigo 41, Parágrafo Único, inciso II, c/c os Arts. 47 e 48, da Lei Municipal n. 3487/2022.

CONSIDERANDO que, nos termos da Decisão Normativa n. 02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-TCE/RO, compete ao representante setorial dar suporte ao funcionamento do Sistema de Controle Interno em seu âmbito de atuação, bem como coordenar o processo de desenvolvimento, implementação ou atualização dos regulamentos aos quais a unidade em que está vinculado atue como órgão central de qualquer sistema administrativo;

CONSIDERANDO os termos do inciso VII, do Art. 3º, da IN 58/17, do TCE/RO, é dever do chefe de cada órgão ou entidade, em caráter exclusivo, conduzir e supervisionar o processo de normatização das rotinas e dos procedimentos de controle dos processos de trabalho da organização;

CONSIDERANDO que o § 2º, do Art. 12, da Lei Federal n. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Públicos) estabelece que é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

CONSIDERANDO o § 4º, do Art. 17, da Lei Federal n. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Públicos) que nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico;

CONSIDERANDO que o Art. 1º, do Decreto Municipal n. 1384/2024, define que os(as) Secretários(as) Municipais e o(a) Superintendente de Compras e Licitações são responsáveis pela governança das contratações devem implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e as leis orçamentárias, promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações;

CONSIDERANDO que o Parágrafo único, do Art. 1º, do Decreto Municipal n. 1384/2024, define que a governança das contratações deve ter os seguintes objetivos:

I. assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
II. assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como justa competição;
III. evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
IV. incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
V. promover a internalização de tecnologias diferenciadas e sistemas construtivos inovadores que promovam a melhoria na produtividade, sustentabilidade ambiental, eficiência e qualidade.

CONSIDERANDO que o Art. 2º, do Decreto Municipal n. 1384/2024, define que o planejamento das licitações e contratações se dará, além do previstos nas Leis Orçamentárias, por meio do Plano de Contratação Anual e do Estudo Técnico Preliminar - ETP, e, a depender do objeto a ser contratado, do Termo de Referência, do Anteprojeto, do Projeto Básico e/ou Executivo;

CONSIDERANDO que o Art. 3º, do Decreto Municipal n. 1384/2024, fixa que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos, observando-se as regras do Art. 18, da Lei 14.133/2021;

CONSIDERANDO o § 2º, do Art. 5º, do Decreto Municipal n. 1384/2024, estabelece que, quando do encaminhamento do planejamento e da proposta orçamentária para a Secretaria Municipal de Planejamento, cada órgão deverá indicar, em formulário próprio a ser disponibilizado, os objetos que pretende contratar no exercício seguinte, informando:

I. o item a ser contratado e a qual ação (projeto ou atividade) a contratação estará vinculada;
II. a unidade de fornecimento do item;
III. a quantidade a ser adquirida ou contratada;
IV. a estimativa preliminar do valor, mediante a adoção de metodologia simplificada, com a consulta de um único preço ou do último preço praticado pela Administração Municipal, atualizado;
V. a classificação da prioridade de contratação entre baixa, média e alta, considerando a necessidade a ser suprida e a disponibilidade em estoque; **VI.** a data desejada para a contratação; e
VII. a existência de vinculação ou dependência de contratação de outro item para sua execução, visando determinar a sequência em que os respectivos processos de

contratação serão realizados.

CONSIDERANDO que o Art. 5º do Decreto Municipal n. 3959/2024, estabelece que deve-se criar e nomear membros, em cada órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, Comitê Gestor de elaboração do PCA;

CONSIDERANDO o § 10, do Art. 5º do Decreto Municipal n. 1384/2024, o qual estabelece que o gerenciamento do Plano de Contratações Anual-PCA será formalizado por meio de sistema informatizado, a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Administração-SEMAD, via Documento de Formalização de Demandas-DFD a serem preenchidos pelos órgãos e entidades e homologados pela Secretaria Municipal de Planejamento;

CONSIDERANDO o Art. 28, da Lei Municipal n. 3586/2022, que será fixado em Decreto os pontos de controles de estoques segregados por unidade setorial do sistema administrativo estoque; os prazos para elaboração de manuais de procedimentos de controles de estoques; e a designação dos responsáveis pelos pontos de controles dos estoques;

CONSIDERANDO que são requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, quanto a responsabilidade na gestão fiscal, o pressuposto de uma ação planejada e transparente na prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO que a ação de planejamento subsidia os(as) gestores(as) nas tomadas de decisões, bem como fortalece as atividades de controles interno e controle social;

CONSIDERANDO que o Documento de Formalização de Demandas-DFD será formalizado nos termos do Decreto Municipal n. 0435/2023, (e-Proc) e atualizações;

CONSIDERANDO que art 9º, do Decreto Municipal n. 0466/2025, estabelece que a função de Assessoria da Auditoria Interna-Audin é atividade exclusiva do cargo de Auditor do Controle Interno Municipal e corresponde a serviço de aconselhamento especializado que orienta aos gestores quanto a melhoria da gestão da receita e do gasto público, visa em especial na melhoria da qualidade dos serviços públicos entregues a sociedade e a transparência;

CONSIDERANDO o Art. 11, do Decreto Municipal n. 3959/2024, a Auditoria Interna, a cargo do Auditor do Controle Interno Municipal, alinhado com o estabelecido no Plano Anual de Auditoria Interna-PAAI, prestará assessoria a alta administração, membros de comitês, Controlador Geral, Prefeito quanto ao planejamento das contratações, em especial quanto ao alinhamento das demandas com o planejamento do orçamento anual e das contratações via licitação.

R E S O L V E:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta norma dispõe sobre o planejamento das contratações no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, define os pontos de controles de estoques, unidades demandantes que formalizarão as demandas, bem como ajustes necessários para garantir adequada gestão das contratações.

Parágrafo Único. O planejamento das contratações será formalizado via Documento de Formalização de Demandas-DFD, registrados diretamente no sistema e- Proc (Processo Administrativo Eletrônico do Município), os quais formarão o Plano de Contratações Anual-PCA da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DO COMITÊ GESTOR DAS CONTRATAÇÕES

Art. 2º Fica criado Comitê Gestor de Planejamento das Contratações no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, sob a presidência do primeiro, com a composição dos(as) seguintes Servidores(as):

I. Silvia Luiz - Matrícula n. 999993;
II. Ageu Lacerda Neves - Matrícula n. 999034;
III. Mayara Janaina Martins do Carmo Cavalcante - Matrícula n. 99104;
IV. Agnaldo Deusdete de Jesus Martins - Matrícula n. 999329;
V. Cátia Nolasco Silva Ramos - Matrícula n. 14385;
VI. Patrícia Rosa dos Santos - Matrícula n. 999658;
VII. Claudimar Dutra Vial Gonçalves - Matrícula n. 13899;
VIII. Luciana Scheidegger Almeida - Matrícula n. 14250;
IX. Emily Luna da Silva Mattos - Matrícula n. 999328;
X. Viviane Teixeira de Andrade - Matrícula n. 12997 / 12667;
XI. Evandro Nardi Trindade - Matrícula n. 99077;
XII. Francisco Carlos Torres de Lima - Matrícula n. 11064;
XIII. Valquiria Rodrigues de Melo - Matrícula n. 13490;
XIV. Gisele de Souza Dias - Matrícula n. 13749;
XV. Dennis dos Santos Gomes - Matrícula n. 95668;
XVI. Agnaldo José Onofre - Matrícula n. 14527;
XVII. Kassia Rozana da Silva Brito - Matrícula n. 999194;
XVIII. Marion Disnei da Silva Mello - Matrícula n. 999686;
XIX. Thiago Almeida Soeiro - Matrícula n. 1000211;
XX. Wesley Felix Morais - Matrícula n. 999946;
XXI. Gleiciane da Silva Araújo Zeferino - Matrícula n. 999102;
XXII. Washington Roberto Nascimento - Matrícula n. 8141;
XXIII. Yasmim Mauriele Oliveira Gradini - Matrícula n. 1000161.

§ 1º Compete ao Comitê Gestor a que se refere o *caput* subsidiar o Secretário Municipal de Educação no adequado planejamento das contratações da Secretaria Municipal de Educação, observando os preceitos fixados na Lei Federal n. 14.133/2021, regulamentos, orçamento, estoque, e ainda executar as seguintes atribuições:

I. Definir os pontos de controles de estoques, em que serão vinculados os responsáveis pela elaboração dos Documentos de Formalização de Demandas-DFDs, denominados unidades demandantes;

II. Padronizar os itens a serem contratados pela Secretaria Municipal de Educação, de modo não haver duplicidades ou erros;

III. Atualizar os cadastros de itens, fornecedores, demandantes, centros de custo e pontos de controles de estoques nos sistemas estruturantes;

IV. Estabelecer as prioridades a serem contratadas, classificando-as entre baixa, média e alta, por cada Documento de Formalização de Demandas-DFD, considerando a necessidade a ser suprida e a disponibilidade em estoque;

V. Estabelecer as datas previstas para conclusão do procedimento de licitação e contratação, para cada Documento de Formalização de Demandas-DFD, compatibilizando a demanda prevista em face dos serviços a serem entregues para a sociedade, subsidiando o planejamento adequado de tais contratações;

VI. Elaborar o Documento de Formalização de Demandas-DFD, observando:

a) correta classificação do exercício (ano a ser contratado);

b) correta classificação da Unidade Gestora do Orçamento (UG);

c) correta classificação do órgão demandante (unidade administrativa vinculada ao ponto de controle de estoque);

d) correta classificação do estoque (unidade setorial de controle de estoque, em que a unidade requisitante esteja vinculada);

e) correta classificação da Unidade Administrativa do Orçamento (UA);

f) correta classificação do centro de custo (centro de custo do módulo compras, vinculado à programação orçamentária);

g) correta classificação do Programa Orçamentário (Programa orçamentário vinculado à demanda);

h) correta classificação do tipo de ação (classificação orçamentária por: projeto; atividade; operação especial ou reserva de contingência);

i) alinhamento dos itens a serem contratados, em especial, vínculo com os serviços ofertados no órgão, adequado planejamento das quantidades e valores e classificação única no âmbito da Secretaria;

j) correta classificação de data para conclusão do procedimento de licitação e contratação;

k) classificação adequada de prioridades entre baixa, média e alta;

l) correta classificação por tipo de demanda (material de consumo; bens permanentes; locações; prestação de serviços e realização de obras);

m) existência de vinculação ou dependência de contratação de outro item para sua execução, visando determinar a sequência em que os respectivos processos de contratação serão realizados.

Este documento foi gerado pelo usuário 007.xxx.xxx-07 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: https://www.documentos.dioe.ji-parana.ro.gov.br ID: 3051619 e CRC: A66ED680

VII. Dar suporte e subsidiar o exercício de consultoria pela Unidade Central do Sistema de Controle Interno (CGM), a cargo do Auditor do Controle Interno Municipal, na efetiva implementação da governança das contratações no âmbito desta Secretaria Municipal de Educação;

VIII. Dar suporte e subsidiar o exercício das atividades de controles (interno, externo), bem como fomentar o controle social e transparência;

IX. Finalizar os Documentos de Formalização de Demandas-DFDs elaborados pelas unidades demandantes elencadas no Anexo Único, de modo a formalizar o Plano de Contratações Anuais-PCA da Secretaria Municipal de Educação, resultante da consolidação de tais demandas;

X. Publicar no Portal da Transparência o Planejamento das Contratações Anual-PCA consolidado da Secretaria Municipal de Educação, bem como os relatórios e informações produzidas;

XI. Fiscalizar e monitorar o cumprimento do planejamento e execução das contratações, saldos e consumos em estoque, bem como informar as métricas físicas executadas em relação ao previsto no orçamento e subsidiar as atividades de controles com dados e informações;

XII. Subsidiar com dados e informações do planejamento e execução das contratações da Secretaria Municipal de Educação, aos responsáveis pelas prestações de contas;

XIII. Gerir acessos ao sistema de planejamento das contratações desta Secretaria, especialmente quanto aos perfis de usuário para inclusão e exclusão de dados.

§ 2º Compete ao(a) presidente da comissão a que se refere o *caput* deste artigo:

I. Superintender os trabalhos do Comitê desta Portaria, observando os prazos fixados;

II. Responsabilizar-se pelo bom atendimento das atividades elencadas nos incisos do § 1º, deste artigo;

III. Delegar atribuições e exigir resultados para o bom desempenho das atividades do Comitê desta Portaria;

IV. Exercer as funções fixadas nos incisos (**X, XII e XIII)** do § 1º, deste artigo*;*

Este documento foi gerado pelo usuário 007.xxx.xxx-07 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: https://www.documentos.dioe.ji-parana.ro.gov.br ID: 3051619 e CRC: A66ED680

V. Distribuir, entre os membros do comitê, atribuição de verificar e avaliar os dados, e estando adequado nos termos desta Portaria, finalizar Documento de Formalização de Demandas-DFD a que se refere o inciso **IX**, do § 1º, deste artigo;

VI. Avaliar e estando adequado, aprovar os Documentos de Formalização de Demandas-DFDs, após a finalização pelo(a) responsável a que se refere o inciso anterior (inciso **V,** deste parágrafo 2º), conforme disposto no Art. 3º, e §§;

VII. Formalizar e entregar ao(a) Secretário(a) da pasta o relatório circunstanciado a que se refere o § 6º, deste artigo;

VIII. Outras atribuições inerentes às funções.

§ 3º Na definição das unidades demandantes, a que se refere o inciso I, do § 1º, do *caput* deste artigo, será observado o disposto em Decreto Municipal para os pontos de controles de estoque a que se refere o inciso I, do Art. 28, da Lei Municipal n. 3586/2022, adotando a menor unidade possível de controles de estoques como unidade demandantes desta Secretaria.

§ 4º Para os fins desta Portaria, as atividades do Comitê a que se refere o *caput* deste artigo, são de elevada relevância e exercidas sem remuneração.

§ 5º Compete ainda ao comitê ajustar os produtos informados no Documento de Formalização de Demandas-DFD, incluindo ou excluindo, visando ajustar o planejamento das contratações com o orçamento e estoque, quando for o caso.

§ 6º Para fins do inciso XI, do § 1º deste artigo, deverá ser elaborado relatório circunstanciado, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, a partir do exercício de 2026.

§ 7º Os membros deste Comitê deverão atuar com diligência, cumprirem os prazos, serem proativos, observar o planejamento das contratações com o orçamento pré-fixado e justificar adequadamente para as demandas que extrapolarem o orçamento pré-fixado de modo a manter alinhamento com o órgão de planejamento, bem como auxiliar adequadamente o presidente em seu mister.

§8º Os(as) Diretores(as) e demais responsáveis pelos órgãos e unidades demandantes a que se refere esta Portaria, mesmo que não nomeados(as) formalmente no comitê a que se refere o *caput* deste artigo, são responsáveis pelo adequado planejamento, devem manter estreita colaboração com o comitê subsidiando-o quanto ao planejamento das contratações do órgão/setor respectivo.

CAPÍTULO III

DO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS

Art. 3º O Documento de Formalização de Demandas-DFD, é formulário disponibilizado diretamente no sistema e-Proc, e visa subsidiar a construção do Plano de Contratações Anual-PCA da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O planejamento das contratações da Secretaria Municipal de Educação, orientado pelo Plano de Contratações Anual-PCA, será formalizado via DFD a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º A consolidação das demandas anual, a que se refere o *caput,* deve compatibilizar-se com o montante do orçamento previsto, em valores disponíveis na programação orçamentária, via sistema de informação de planejamento orçamentário da Prefeitura.

§ 3º Será formalizado, tantos quantos forem necessários os Documentos de Formalização de Demandas-DFDs, por cada unidade demandante, para correta classificação dos itens a serem contratados.

§ 4º Os produtos/mercadorias devem ser informados de forma individualizada, a cada conjunto de dados da DFD, de modo a compatibilizar-se com as classificações existentes, especialmente quanto ao requisitante, almoxarifado vinculado, unidade orçamentária, centro de custo do setor de compras, programa orçamentário e projeto/atividade orçamentário.

§ 5º O(a) responsável pela unidade demandante deve se orientar pelas orientações do Comitê a que se refere o Art. 2º, desta Portaria, observando, quanto aos valores resumo dos DFDs preenchidos, compatibilizar-se com a programação orçamentária e padronização dos produtos/mercadorias.

§ 6º Nas configurações, para fins de conclusão de cada Documento de Formalização de Demandas-DFD, deve constar preenchido:

a) a Unidade (unidade demandante);

b) o(a) usuário(a) de criação (servidor(a) responsável pelo preenchimento dos dados do DFD);

c) o(a) usuário(a) de finalização (servidor(a) responsável pela finalização da demanda, ou seja, é o membro do comitê designado pelo(a) presidente como responsável pela finalização do DFD, geralmente é o servidor responsável pela unidade demandante a que se refere o anexo único desta Portaria);

d) o(a) usuário(a) de aprovação (servidor(a) responsável pela aprovação da demanda, ou seja, é o servidor(a) designado(a) para a presidência do Comitê a que se refere o Art. 2º desta Portaria); e

Este documento foi gerado pelo usuário 007.xxx.xxx-07 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: https://www.documentos.dioe.ji-parana.ro.gov.br ID: 3051619 e CRC: A66ED680

Este documento foi gerado pelo usuário 007.xxx.xxx-07 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: https://www.documentos.dioe.ji-parana.ro.gov.br ID: 3051619 e CRC: A66ED680

e) o(a) usuário(a) de homologação (Secretário(a) da pasta da Secretaria Municipal de Educação).

§ 7º Compete ao(a) responsável pelas unidades demandantes, designado(a) pelo(a) Presidente do Comitê, após o devido alinhamento das disposições nesta Portaria, finalizar os Documentos de Formalização de Demandas-DFDs.

CAPÍTULO IV
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 4º O planejamento das contratações anual da Secretaria Municipal de Educação será formalizado pela consolidação dos Documentos de Formalização de Demandas-DFDs.

Parágrafo Único. O Plano de Contratações Anual-PCA será homologado pela Secretaria Municipal de Educação e encaminhado para a Secretaria Municipal de Planejamento-SEMPLAN para fins de consolidação no Município.

CAPÍTULO V
DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 5º O Comitê a que se refere o Art. 2º desta Portaria é responsável por fiscalizar e monitorar o planejamento e execução do Plano de Contratações Anual-PCA desta Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Nas atividades de fiscalização e monitoramento os membros da Comissão, devem observar os procedimentos, recomendações e orientações dos órgãos de controles, em especial da Unidade Central do Sistema de Controle Interno (Controladoria Geral do Município), garantir que o planejamento seja observado, com redução de riscos.

§ 2º Para os fins do caput compete ao(a) Presidente do Comitê a que se refere o Art. 2º desta Portaria:

I. Ser proativo e agir com diligência na busca de soluções adequadas quanto às contratações desta Secretaria;

II. Elaborar relatórios mensais e quadrimestrais, quanto ao planejamento e execução das contratações, subsidiando aos(as) Gestores quanto ao adequado planejamento e contratações futuras, bem como das prestações de contas em audiência pública;

III. Encaminhar a Secretaria proposta de ajustes nos Documentos de Formalização de Demandas-DFDs, finalizados pelos(as) responsáveis designados(a), especialmente quando requerer alinhamento com o órgão de planejamento para fins de ajustes orçamentários;

Este documento foi gerado pelo usuário 3051619 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: ID: 3051619 e CRC: A66ED680

IV. Informar a CGM e a Secretaria quanto ao não atingimento do planejamento das contratações ou medidas de ajustes necessários para futuras contratações;

V. Publicar tempestivamente os relatórios no Portal da Transparência do Município;

VI. Monitorar a criação dos Documentos de Formalização de Demandas-DFDs, de cuja espécie não seja de planejamento;

VII. Monitorar a relação de planejamento x execução das contratações.

CAPÍTULO VI
DA GESTÃO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES

Art. 6º É obrigatória a gestão de riscos nas contratações desta Secretaria.

Parágrafo Único. A gestão de riscos será efetivamente implementada quando de sua regulamentação pelo Gabinete do Prefeito via Decreto, regulamentação por instrução da Unidade Central do Sistema de Controle Interno (Controladoria Geral do Município) ou por meio de Lei Municipal.

CAPÍTULO VII
DA GESTÃO DE CUSTOS NAS CONTRATAÇÕES

Art. 7º É obrigatória a gestão de custos nas contratações, bem como baixa de consumo pelos estoques desta Secretaria.

Parágrafo Único. A gestão de custos será efetivamente implementada quando de sua regulamentação pelo Gabinete do Prefeito via Decreto, regulamentação por instrução da Unidade Central do Sistema de Controle Interno (Controladoria Geral do Município) ou por meio de Lei Municipal.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º É dever do Presidente do Comitê a que se refere o Art. 2º, desta Portaria, observar prazos, convocar os integrantes para reuniões, formalizando-os em ata, bem como agir com diligência para que os prazos pré-fixados sejam observados e que as contratações sejam efetivadas de acordo com o planejado.

Art. 9º O gerenciamento das contratações, pela via do Documento de Formalização de Demandas-DFD, Estudo Técnico Preliminar-ETP, Gestão de Riscos-GR e Plano de Contratações Anual-PCA, serão implementados gradualmente no sistema e-Proc, de forma integrada aos procedimentos, com subsídio às atividades de controles, especialmente à do órgão

Este documento foi gerado pelo usuário 3051619 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: ID: 3051619 e CRC: A66ED680

central do sistema de controle interno, nas funções de controladoria e auditoria interna.

Parágrafo Único. Os Estudos Técnicos Preliminares-ETPs serão elaborados por designação específica da Secretaria, com definição do objeto e prazos, bem como do(s) responsável(is), e serão observados os preceitos da Lei Federal n. 14.133/21 e Decreto Municipal n. 672/2023.

Art. 10 Quando implementado no sistema e-Proc, *checklist*, visando subsidiar as atividades de controles, estes serão observados pelo Comitê a que se refere o Art. 2º, desta Portaria.

Art. 11 Os manuais de procedimentos e orientação publicados, nos termos do Art. 2º, desta Portaria, integram o conteúdo desta, e serão observados pelos membros do Comitê.

Art. 12 O Comitê a que se refere o Art. 2º, desta Portaria, subsidiará os ajustes no sistema administrativo estoque desta Secretaria, para fins de vinculações entre o centro de custo do módulo compras e os almoxarifados setoriais, os quais serão realizados pela Unidade Central do Sistema Administrativo Estoque vinculado à SEMAD.

Art. 13 Os Documentos de Formalização de Demandas – DFDs devem ser elaborados e finalizados pelos(as) responsáveis, gerando documento eletrônico no sistema e-Proc, para o fim de subsidiar o Plano de Contratações Anual – PCA da Secretaria Municipal de Educação, até o dia 31 de outubro de 2026.

Parágrafo Único. Motivadamente e previamente autorizado pelo(a) Secretário(a), o prazo a que se refere o caput deste artigo poderá ser dilatado.

Art. 14 Os Documentos de Formalização de Demandas – DFDs, após os possíveis ajustes e finalização, devem ser aprovados pelo(a) Presidente do Comitê a que se refere o art. 2º desta Portaria até o dia 26 de novembro de 2026.

Parágrafo único. Havendo dilação de prazo a que se refere o parágrafo único do art. 13, o prazo para aprovação do DFD respectivo pelo(a) Presidente do Comitê será fixado pelo(a) Secretário(a) da pasta.

Art. 15 O Plano de Contratações Anual – PCA desta Secretaria, documento oriundo da consolidação dos Documentos de Formalização de Demandas – DFDs, será homologado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação até o dia 30 de novembro de 2026, data em que será encaminhado à Secretaria Municipal de Planejamento para proceder à consolidação.

Art. 16 Os(As) responsáveis pelas Unidades Requisitantes poderão solicitar alterações na primeira versão do Documento de Formalização de Demandas – DFD ao Comitê até o dia 26

Este documento foi gerado pelo usuário 3051619 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: ID: 3051619 e CRC: A66ED680

de novembro de 2026, de modo a possibilitar os ajustes necessários, a homologação e o encaminhamento do PCA desta Secretaria Municipal de Educação à SEMPLAN.

Parágrafo único. Eventuais solicitações de revisão do PCA, após sua homologação e encaminhamento à SEMPLAN, deverão ser formalizadas pelos(as) responsáveis pelas Unidades Requisitantes desta Secretaria, observadas as orientações e os prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN.

Art. 17 O Comitê Gestor de Avaliação e Aprovação deverá providenciar a publicação do PCA do Município no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP até o dia 31 de dezembro de 2026, de modo a atender ao prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 18 Deverão ser observadas pelos membros do Comitê Gestor as alterações legislativas que vierem a ocorrer, bem como as orientações gerais e específicas emanadas do órgão central do Sistema de Controle Interno – CGM, da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN e da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL.

Art. 19 Ficam revogadas as Portarias n. 35, 129 e n. 189/GAB/SEMED/2025.

Art. 20 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, 23 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 23/09/2026 às 11:52, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3039830** e o código verificador **F4D3D646**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	YASMIM MAURIELE OLIVEIRA GRADINI	***.653.722-**	23/09/2026 11:17
2	OLYWER DE FARIA GOMES BEZERRA	***.643.782-**	23/09/2026 12:04
3	DENNIS DOS SANTOS GOMES	***.432.312-**	23/09/2026 12:13
4	PATRICIA ROSA DOS SANTOS	***.608.722-**	23/09/2026 12:18
5	CATIA NOLASCO SILVA RAMOS	***.809.645-**	23/09/2026 12:22
6	MARION DISNEI DA SILVA MELLO	***.518.810-**	23/09/2026 12:31
7	THIAGO ALMEIDA SOEIRO	***.661.672-**	23/09/2026 12:36
8	VALQUIRIA RODRIGUES DE MELO	***.393.662-**	23/09/2026 13:26
9	WESLEY FELIX MORAIS	***.117.102-**	23/09/2026 13:27

Este documento foi gerado pelo usuário 3051619 em 23/09/2026, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 3039830 e CRC: F4D3D646).
Validação: ID: 3051619 e CRC: A66ED680

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
10	LUCIANA SCHEIDEGGER ALMEIDA	***.357.952-**	23/09/2026 14:46
11	AGNALDO JOSE ONOFRE	***.791.302-**	24/09/2026 07:35
12	VIVIANE TEIXEIRA DE ANDRADE	***.825.286-**	24/09/2026 08:01

Docto ID: 3039830 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 158/GAB/SEMED/2026

Designa Fiscal Setorial do Contrato n. 061/PGM/PMJP/2024, do Processo Administrativo n. 1-8702/2026, que entre si celebram o município de Ji-Paraná e a Empresa Pública Serviços Ltda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ - RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Fiscal Setorial do Contrato n. 061/PGM/PMJP/2024, do Processo Administrativo n. 1-8702/2026, que entre si celebram o município de Ji-Paraná e a Empresa Pública Serviços LTDA, sendo este:

I. Cristiano Terto da Silva – Efetivo, matrícula n. 12.979;

Art. 2º As atribuições do Fiscal Setorial de Contrato correspondem as estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/CGM/PM/JP, de 23 de julho de 2024.

Art. 3º O Fiscal Setorial atuará em apoio ao Fiscal do Contrato, desempenhando, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Tomar ciência da designação e comunicar eventual impedimento para o exercício da função;
II – Participar das reuniões convocadas pelo gestor ou pelo fiscal do contrato;
III – Colaborar na elaboração, atualização e execução do plano de fiscalização referente às atividades sob sua responsabilidade;
IV – Verificar a conformidade dos serviços prestados ou dos bens entregues com as especificações contratuais, registrando as ocorrências pertinentes;
V – Avaliar a qualidade dos serviços executados ou dos bens fornecidos, utilizando os instrumentos de fiscalização estabelecidos;
VI – Comunicar imediatamente ao fiscal do contrato, com ciência ao gestor do contrato, qualquer situação que demande providências urgentes ou possa comprometer a adequada execução contratual; e
VII – Elaborar os registros da fiscalização local e encaminhá-los ao fiscal do contrato, conforme definido no plano de fiscalização.

Art. 4º O Objeto do referido Contrato é a locação de Software de Gestão Administrativa, Orçamentária, Financeira e de Controle para o Município de Ji-Paraná/RO, Executivo e Legislativo, suas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias, na modalidade de licença por direito de uso (locação dos serviços), manutenção mensal, suporte técnico especializado, manutenção do ambiente de produção, instalação e configuração de toda a solução ofertada nos servidores disponibilizados pela Administração Municipal,

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato.

Ji-Paraná - RO, 23 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 09:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3040784** e o código verificador **8ED4F017**.

Referência: Processo nº 1-8702/2026. Docto ID: 3040784 v1

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRX NICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	157-GAB-SEMED-2026	23/09/2026

ID: 3051619
CRC: A66ED680
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:06:33 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:07:15

Processo Documento

MD5: 29871FBEC2F1A9BEBC7E6E16E7107947
SHA256: 7066554AB40427839C9D7EEB185B86F4094CB63DF924C51C48EE58D7C3A6F04E

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	25/09/2026 15:06:33

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ÚO	25/09/2026 15:06:33

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051619 e o CRC A66ED680.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	158-GAB-SEMED-2026	23/09/2026

ID: 3051620
CRC: B07A162B
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:07:36 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:08:00

Processo Documento

MD5: 1C32F4021CD2085407D84A3DE5C15EF6
SHA256: B850DC73387C5990BECD0A7C4DB7BCEFC4DF7578E5A92CC00DF24E98A1BA197D

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	25/09/2026 15:07:36

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ úO	25/09/2026 15:07:36

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051620 e o CRC B07A162B.

Art. 4º A Nomeação tem por finalidade assegurar maior controle, transparência, eficiência e segurança na manutenção da frota da SEMED, permitindo que os serviços realizados sejam devidamente acompanhados e tecnicamente verificados antes de sua conclusão e, quando for o caso, de seu recebimento.

Art. 5º A atuação do Servidor deverá observar as atribuições do cargo que ocupa, os atos normativos internos da SEMED e as orientações da SUGAT, sem prejuízo das competências atribuídas aos Fiscais e Gestores dos respectivos Contratos Administrativos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ji-Paraná/RO, 24 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 14:20, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3045670** e o código verificador **7A5B80F8**.

Docto ID: 3045670 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

PREFEITURA DE Ji-Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 159/GAB/SEMED/2026

*Designa **Ermeson Gomes de Souza** para exercer a função de Fiscal Técnico de Manutenção da Superintendência-Geral de Apoio Técnico - SUGAT.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º Designar **Ermeson Gomes de Souza** para exercer a função de Fiscal Técnico de Manutenção da Superintendência-Geral de Apoio Técnico - SUGAT.

Art. 2º As atribuições do Fiscal Técnico será o acompanhamento, fiscalização e vistoria dos serviços de manutenção realizados nos veículos desta Secretaria.

Art. 3º O Servidor designado deverá, no âmbito de suas atribuições, atuar no acompanhamento técnico das manutenções, especialmente quanto a:

I - realizar inspeções e vistorias nos veículos da frota da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, sempre que necessário;

II - acompanhar a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

III - verificar se os serviços executados correspondem às necessidades identificadas e às autorizações emitidas;

IV - conferir, quando aplicável, a substituição e instalação de peças, componentes e demais materiais utilizados na manutenção dos veículos;

V - verificar as condições de funcionamento dos veículos após a realização dos serviços;

VI - registrar e comunicar à Gerência de Transporte - SUGAT eventuais irregularidades, inconformidades ou serviços que necessitem de correção;

VII - emitir ou subsidiar relatórios, termos de vistoria e demais registros técnicos necessários ao acompanhamento das manutenções;

VIII - auxiliar na identificação das necessidades de manutenção preventiva, contribuindo para o planejamento e a conservação da frota;

IX - acompanhar a liberação dos veículos após a conclusão dos serviços, quando houver necessidade de avaliação técnica;

X - prestar as informações técnicas necessárias aos processos administrativos relacionados à manutenção da frota.

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	159-GAB-SEMED-2026	24/09/2026

ID: 3051622
CRC: 3F3DFC50
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:08:29 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:08:54

Processo Documento

MD5: F3AE6ED6794723565437359 47B8B8887
SHA256: D9DB531EA9C748D8FD1114C3902DCAD4F81B4C2F905D4C65B252ABC0D7F4297C

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	25/09/2026 15:08:29

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ úO	25/09/2026 15:08:29

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051622 e o CRC 3F3DFC50.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 160/GAB/SEMED/2026

Altera o art. 1º da Portaria n. 137/GAB/SEMED/2025, que designa Gestora e Fiscal do Contrato n. 024/PGM/PMJP/2024, do Processo Administrativo n. 1-4/2024, que entre si celebram o município de Ji-Paraná/RO e a Empresa Valentim Imóveis LTDA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria n. 137/GAB/SEMED/2025, que designa Gestora e Fiscal do Contrato n. 024/PGM/PMJP/2024, do Processo Administrativo n. 1-4/2024, que entre si celebram o município de Ji-Paraná/RO e a Empresa Valentim Imóveis LTDA, passando a reger com a seguinte redação:

> **Art. 1º** Designar Gestora e Fiscal do Contrato n. 024/PGM/PMJP/2024, do Processo Administrativo n. 1-4/2024, que entre si celebram o município de Ji-Paraná/RO e a Empresa Valentim Imóveis LTDA, sendo estes:
> **I.** Liliane Tetzner de Oliveira, Ocupante de Cargo Comissionado, Matrícula n. 999101 - Gestora;
> **II.** Cristofer Gomes de Matos, Ocupante de Cargo Comissionado, Matrícula n. 999244 - Fiscal.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da Portaria n. 042/GAB/SEMED/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato.

Ji-Paraná/RO, 24 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 24/09/2026 às 16:28, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3046089** e o código verificador **CCF07DFE**.

Anexos

Seq.	Documento	Data	ID
1	Memorando 135/26/SGER	17/09/2026	3046182

Docto ID: 3046089 v1

Municºpio de J i-Paran®
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRXNICO

Tipo do Documento	Identifica´²o/Nßmero	Data
Portaria	160-GAB-SEMED-2026	24/09/2026

ID: 3051623
CRC: 455F1669
Processo: 0-0/0
Usu®rio: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Cria´²o: 25/09/2026 15:09:10 Finaliza´²o: 25/09/2026 15:09:35

Processo Documento

MD5: E824221C0843B1B3EB9932BE8B62899A
SHA256: A7212C13A516B11F43FFC45CA5AB718D1FEC242C320CA3AF2606DF78D9525C3C

Sßmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETΞRIO (SEMED)	J i-Paran®	RO	25/09/2026 15:09:10

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITA¤ úO	25/09/2026 15:09:10

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida atrav¶s do QRCode acima ou ainda atrav¶s do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051623 e o CRC 455F1669.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 161/GAB/SEMED/2026

Nomeia Comissão Eleitoral para Organização do Processo de Eleição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto n. 15.167/GAB/PMJP/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Eleitoral para Organização do Processo de Eleição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS/FUNDEB para o mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão Eleitoral do CACS/FUNDEB:

I. Valéria Luciene Novais Alexandre - Representante da SEMED -Presidente;
II. Jakson Felberk de Almeida - Representante da PGM - Vice-Presidente;
III. Hudson da Silva Alcântara - Representante do CME - Secretário;
IV. Luiz Antônio Albuquerque - Representante do SINDSEM - Membro;
V. Dennis dos Santos Gomes - Representante do FUNDEB - Membro.

Art. 3º São convidados para participarem como observadores e auxiliares do Processo Eleitoral:

I. 01 (um) representante do Ministério Público;
II. 01 (um) representante da Defensoria Pública;
III. 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 4º As atividades a serem desenvolvidas pela Comissão Eleitoral serão sem ônus para o Município e consideradas de relevância.

Art. 5º A composição da Comissão Eleitoral nomeada está sujeita a alterações visando atender as atribuições do Processo Eleitoral do CACS/FUNDEB, de forma que a Secretaria Municipal de Educação, havendo a necessidade, emitirá nova Portaria.

Art. 6º Os casos omissos deverão ser analisados pela Comissão Eleitoral nomeada nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até a finalização do Processo Eleitoral.

Ji-Paraná/RO, 25 de setembro de 2026.

[Assinado Eletronicamente]
Robson Magno Clodoaldo Casula
Secretário Municipal de Educação
Decreto n. 2219/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA
Documento assinado eletronicamente por **ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**, **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , em 25/09/2026 às 12:48, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **3050260** e o código verificador **32B95B2A**.

Docto ID: 3050260 v1

Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Portaria	161-GAB-SEMED-2026	25/09/2026

ID: 3051695
CRC: 4A939AAE
Processo: 0-0/0
Usuário: MARILEIDY DOS SANTOS DOURADO
Criação: 25/09/2026 15:09:49 Finalização: 25/09/2026 15:10:18

Processo Documento

MD5: B1FB5C8261C544BC3C13E4A3A0EE94CB
SHA256: 6E2163369E8A23E38740BAFD0164757B1CEF4146962C706283001269A679E015

Súmula/Objeto:
Enc. a CCS as Portarias n. 151/26 a n. 154/26 e n. 157 a 161.

INTERESSADOS

GABINETE DO SECRETÁRIO (SEMED)	Ji-Paraná	RO	25/09/2026 15:09:49

ASSUNTOS

ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO	25/09/2026 15:09:49

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Memorando 414	25/09/2026	3051596

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 3051695 e o CRC 4A939AAE.

